



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA – DOUTORADO**

ZIRLANA MENEZES TEIXEIRA

**TRABALHO E SENTIDO PARA EMPREGADOS(AS) LONGEVOS(AS) DOS
BANCOS PÚBLICOS: UMA PROPOSTA DE LEITURA FENOMENOLÓGICO-
EXISTENCIAL**

**Recife
2020**

Zirlana Menezes Teixeira

**TRABALHO E SENTIDO PARA EMPREGADOS(AS) LONGEVOS(AS) DOS
BANCOS PÚBLICOS: UMA PROPOSTA DE LEITURA FENOMENOLÓGICO-
EXISTENCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientador: Professor Dr. Marcus Túlio Caldas

**Recife
2020**

T266t

Teixeira, Zirlana Menezes

Trabalho e sentido para empregados (as) longevos (as) dos bancos públicos: uma proposta de leitura fenomenológico-existencial, 2020. 255 f.

Orientador: Marcus Túlio Caldas.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2020.

1. Trabalho. 2. Longevidade. 3. Bancos. 4. Psicologia fenomenológica. 5. Fenomenologia existencial. I. Título.

CDU 159.922.6

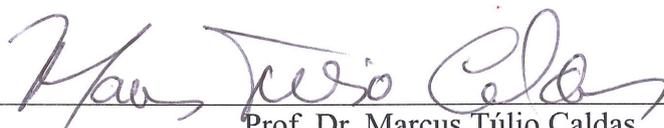
ZIRLANA MENEZES TEIXEIRA

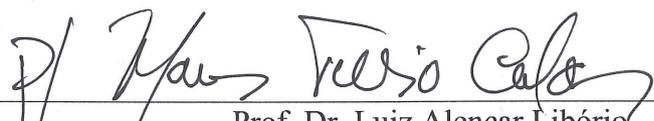
**TRABALHO E SENTIDO PARA EMPREGADOS(AS) LONGEVO(AS) DOS
BANCOS PÚBLICOS: UMA PROPOSTA DE LEITURA FENOMENOLÓGICO-
EXISTENCIAL**

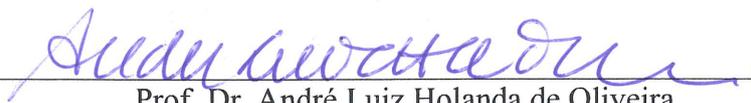
Tese julgada adequada à obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, no Curso de Doutorado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco

Recife, 15 de maio de 2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas
Orientador – Universidade Católica de Pernambuco


Prof. Dr. Luiz Alencar Libório
Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco


Prof. Dr. André Luiz Holanda de Oliveira
Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco


Prof. Dr. Wellington Martins de Lira
Examinador Externo – Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região


Profa. Dra. Rubenilda Maria Rosinha Barbosa
Examinadora Interna – Universidade Federal de Pernambuco

ZIRLANA MENEZES TEIXEIRA

**TRABALHO E SENTIDO PARA EMPREGADOS(AS) LONGEVO(AS) DOS
BANCOS PÚBLICOS: UMA PROPOSTA DE LEITURA FENOMENOLÓGICO-
EXISTENCIAL**

Tese julgada adequada à obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, no Curso de Doutorado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco

Recife, de fevereiro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas
Orientador – Universidade Católica de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Alencar Libório
Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco

Prof. Dr. André Luiz Holanda de Oliveira
Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco

Prof. Dr. Wellington Martins de Lira
Examinador Externo – Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região

Profª. Dra. Rubenilda Maria Rosinha Barbosa
Examinadora Interna – Universidade Federal de Pernambuco

A Deus.

AGRADECIMENTOS

À Presença que em mim habita, desafiando-me e encorajando-me a continuar seguindo o percurso.

À família Teixeira, seu Zirlano, dona Dadá, Lula e Nanda, a qual me fez e me faz. Meu privilégio ter esse berço.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas, que acreditou em mim e comigo caminhou. Seu apoio, conhecimento e cuidado durante esses anos de estudo foram decisivos para que eu chegasse até aqui.

Aos colegas bancários, Serginho, Cristina, Nadiege, Marcos, Wanderley, Luis, Bruna e Jakeline, por terem me auxiliado a contar esta história.

À minha amiga de coração, Súsie Helena, pelas conversas inspiradoras, além da inestimável ajuda na estruturação e revisão desta tese. Sua ajuda foi fundamental.

Às amigas de longas caminhadas, Durce, Salete e Maria Fernanda, pelo apoio nas situações mais críticas durante este percurso.

Ao amigo Zé Amaro, pela troca de ideias a cada café tomado.

Às queridas Mércia, Ana Paula e Fabiane, pela nossa amizade e parceria na docência.

À Hilda Helena, pelas insistentes palavras de confiança e incentivo. Sou muito grata.

À Professora Dra. Rosinha, pelas informações esclarecedoras e sugestões, sempre com afeto.

Ao Dr. Wellington Lira, pela companhia na caminhada acadêmica e pelas ricas sugestões para este trabalho.

Ao Professor Dr. Luiz Alencar Libório, pela disposição em me auxiliar com suas precisas contribuições para esta pesquisa.

Ao Professor Dr. André Holanda, meu apreço pelas indagações que me provocaram a ampliar a compreensão durante o estudo.

Às Professoras Dra. Ana Lúcia Francisco e Dra. Carmem Barreto, pela riqueza de conhecimento que construímos durante as aulas do doutorado.

À instituição UNICAP, por todas as oportunidades de crescimento acadêmico que a mim foi proporcionada.

O maior milagre de todos os milagres é que os genuínos milagres apareçam para nós como uma ocorrência cotidiana.

Nathan de Lessing

*A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia.
Pela dor eu descobri o poder da alegria e a certeza de que tenho coisas novas para dizer.*

Belchior

RESUMO

Referência: TEIXEIRA, Z.M. (2019). *Trabalho e sentido para empregados(as) longevos(as) dos bancos públicos: uma proposta de leitura fenomenológico-existencial*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, 255 páginas. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

O interesse pela saúde mental do(a) trabalhador(a) sob a ótica da longevidade necessita ser intensificado frente ao crescente aumento da expectativa de vida no Brasil. Estima-se que, no ano de 2050, trinta por cento da população terá sessenta anos ou mais. Investigando o acolhimento na clínica psicológica para essa faixa etária de trabalhadores(as), buscou-se conhecer alguns elementos que possam sustentar o seu bem-estar e compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por trabalhadores(as) longevos(as). Para os fins desta pesquisa, optou-se por estudar o segmento bancário brasileiro, especificamente o de bancos públicos, concentrando-se em bancários(as) longevos(as) de um banco público, que adquiriram o direito de se aposentar, mas se mantiveram desenvolvendo suas atividades no ambiente corporativo. Para esta compreensão, desenvolvem-se, na perspectiva fenomenológico-existencial, concepções acerca de trabalho, sentido e atividade profissional; caracteriza-se a atividade profissional do(a) bancário(a) e investiga-se como se dá a construção de sentidos do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as) de um banco público. A pesquisa foi de natureza qualitativa de abordagem fenomenológico-existencial fundamentada em Hannah Arendt e Viktor Frankl. Neste estudo, seis bancários(as) com idade a partir de sessenta anos e que ainda exercem suas atividades em um banco público participaram de entrevista narrativa, cujo tratamento dos dados foi realizado segundo o modelo de Unidade de Significado de Amedeo Giorgi. Os constituintes essenciais do sentido do trabalho identificados foram o convívio com gerações; autoimagem e atividade realizada; relacionamento interpessoal; fortalecimento da imagem de si perante os outros; expectativa de aposentadoria; e, tecnologia. O estudo favoreceu, além da reflexão e aprofundamento teórico das temáticas centrais norteadoras no âmbito da psicologia do trabalho, a elaboração de um esboço de ação clínica direcionada às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos e que permanecem ativas no mercado de trabalho corporativo.

Palavras-chave: Longevidade. Trabalho. Sentido. Ação. Clínica.

ABSTRACT

Referência: TEIXEIRA, Z.M. (2019). *Trabalho e sentido para empregados(as) longevos(as) dos bancos públicos: uma proposta de leitura fenomenológico-existencial*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, 255 páginas. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

The interest in the mental health of the worker under the perspective of longevity needs to be intensified in the face of the growing increase in life expectancy in Brazil. It is estimated that by the year 2050, thirty percent of the population will be sixty years old or older. Investigating the reception in the psychological clinic for this age group of workers, we sought to know some elements that can sustain their well-being and understand the meanings attributed to work by long-lived workers. For the purposes of this research, it was decided to study the Brazilian banking segment, specifically that of public banks, focusing on long-lived bankers from a public bank, who acquired the right to retire, but remained developing its activities in the corporate environment. For this understanding, in the phenomenological-existential perspective, conceptions about work, meaning and professional activity are developed; the professional activity of the bank is characterized and it is investigated how the construction of meanings of work occurs for the long-term bankers of a public bank. The research was qualitative in nature with a phenomenological-existential approach based on Hannah Arendt and Viktor Frankl. In this study, six bank employees aged over sixty who still carry out their activities in a public bank participated in a narrative interview, whose data treatment was carried out according to the Amedeo Giorgi Meaning Unit model. The essential constituents of the sense of work identified were living with generations; self-image and activity performed; interpersonal relationship; strengthening the image of oneself before others; retirement expectation; and, technology. The study favored, in addition to reflection and theoretical deepening of the central guiding themes in the field of work psychology, the development of a clinical action outline aimed at people aged sixty or over and who remain active in the corporate labor market.

Keywords: Longevity. Job. Sense. Action. Clinic.

RESUMEN

Referência: TEIXEIRA, Z.M. (2019). *Trabalho e sentido para empregados(as) longevos(as) dos bancos públicos: uma proposta de leitura fenomenológico-existencial*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, 255 páginas. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

El interés en la salud mental del trabajador bajo la perspectiva de la longevidad debe intensificarse ante el aumento creciente de la esperanza de vida en Brasil. Se estima que para el año 2050, el treinta por ciento de la población tendrá sesenta años o más. Al investigar la recepción en la clínica psicológica para este grupo de trabajadores de edad, buscamos conocer algunos elementos que pueden sostener su bienestar y comprender los significados atribuidos al trabajo por los trabajadores de larga vida. A los fines de esta investigación, se decidió estudiar el segmento bancario brasileño, específicamente el de los bancos públicos, centrándose en los banqueros de larga vida de un banco público, que adquirió el derecho a retirarse, pero permaneció desarrollando sus actividades en el entorno corporativo. Para esta comprensión, en la perspectiva fenomenológica-existencial, se desarrollan concepciones sobre el trabajo, el significado y la actividad profesional; La actividad profesional del banco se caracteriza y se investiga cómo se produce la construcción de significados de trabajo para los banqueros a largo plazo de un banco público. La investigación fue de naturaleza cualitativa con un enfoque fenomenológico-existencial basado en Hannah Arendt y Viktor Frankl. En este estudio, seis empleados bancarios mayores de sesenta años que aún realizan sus actividades en un banco público participaron en una entrevista narrativa, cuyo tratamiento de datos se realizó de acuerdo con el modelo de la Unidad de Significado Amedeo Giorgi. Los componentes esenciales del sentido del trabajo identificado fueron vivir con generaciones; autoimagen y actividad realizada; relacionamiento interpersonal; fortalecer la imagen de uno mismo ante los demás; expectativa de jubilación; y tecnología. El estudio favoreció, además de la reflexión y la profundización teórica de los temas centrales en el campo de la psicología del trabajo, el desarrollo de un esquema de acción clínica dirigido a personas de sesenta años o más y que permanecen activas en el mercado laboral corporativo.

Palabras clave: Longevidad. Trabajo Sentido Acción Clínica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Perfil sócio demográfico dos(as) Participantes</i>	179
Tabela 2 - <i>Datas das entrevistas realizadas com os(as) Participantes para a coleta de dados</i>	185
Tabela 3 - <i>Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Ana</i>	193
Tabela 4 - <i>Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Beatriz</i>	197
Tabela 5 - <i>Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Lúcio</i>	202
Tabela 6 - <i>Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Nadir</i>	206
Tabela 7 - <i>Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Manuel</i>	209
Tabela 8 - <i>Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Olga</i>	212
Tabela 9 - <i>Constituintes essenciais do sentido do trabalho para os(as) longevos(as)</i>	219

SUMÁRIO

SUMÁRIO	12
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - TRABALHO E ATIVIDADE PROFISSIONAL: DA GENEALOGIA AO SENTIDO.....	28
1.1 Das culturas primitivas ao período greco-romano:	
o trabalho e a condição humana.....	29
1.1.1 Período Eolítico: o <i>animal laborans</i>	30
1.1.2 Período Paleolítico Inferior: o <i>homo faber</i>	32
1.1.3 Período Paleolítico Superior: o <i>homo sapiens</i>	34
1.1.4 Período Neolítico: o trabalho de se fazer humano no mundo.....	38
1.1.5 Transição para o Período das Civilizações: o Antigo Egito.....	45
1.2 Período Helenístico: trabalho e estratificação de classes	47
1.3 Período Romano: estratificação de classes e acúmulo de riquezas.....	56
1.4 Trabalho e Mito	59
1.4.1 Homero: <i>Iliada</i> e <i>Odisseia</i> , o Olimpo no coração humano.....	62
1.4.2 Hesíodo: <i>Teogonia</i> e <i>Trabalho e Dias</i>	66
1.4.3 Mitos sobre trabalho na cultura do Antigo Oriente Médio	72
1.4.3.1 Zoroastrismo: o trabalho como purificação	73
1.4.3.2 Judaísmo: o trabalho como esforço e expiação.....	74
CAPÍTULO II - COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA DO TRABALHO BANCÁRIO	76
2.1 Percurso histórico da atividade profissional da categoria bancária no Brasil..	78
2.1.1 O desenvolvimento da atividade e do estatuto do(a) bancário(a).....	79
2.1.2 A Reforma Bancária de 1964 e a automação.....	83
2.1.3 A intensificação de doenças ocupacionais	87
2.1.4 A terceirização dos serviços bancários	92
2.1.5 A imaterialidade do trabalho bancário	95
2.1.6 A intensidade do trabalho bancário.....	96

2.1.7	A reestruturação produtiva na atividade dos bancários	98
2.1.8	Impacto dos Planos Econômicos e das diretrizes liberais.....	100
2.1.9	Programas de Qualidade Total e Racionalização de Processos	103
2.1.10	Reestruturação e uso intensivo da tecnologia da informação	105
2.1.11	Medo, desespero, suicídio	107
2.1.12	Polivalência, trabalho imaterial e estresse	109
2.1.13	Desempenho do trabalho bancário e segmentação de atendimento.....	114
2.1.14	Esvaziamento do Estado e das práticas coletivas de resistência.....	118
2.2	Ser bancário(a) longo(a) nos dias hoje	120
2.2.1	A convivência entre gerações	123
2.2.2	Capacidades e visão do trabalho por gerações.....	127
2.2.3	Trabalho e maturidade	129
2.2.3	O trabalho após os sessenta anos	132
2.3	Trabalho e Vida: a fenomenologia das atividades humanas	141
2.3.1	Hannah Arendt e sua fenomenologia genealógica.....	142
2.3.1.1	Hannah Arendt e a <i>Vita Activa</i>	146
2.3.1.2	Hannah Arendt e sua crítica à Modernidade.....	153
2.3.2	Viktor Frankl: Análise Existencial e Logoterapia	156
2.3.2.1	Viktor Frankl: Análise Existencial.....	157
2.3.2.2	Viktor Frankl: Logoterapia	160
2.3.2.3	Viktor Frankl: Valores da vida plena de sentido.....	167
CAPÍTULO III - DESVELANDO OS SENTIDOS DO TRABALHO NOS(AS)		
BANCÁRIOS(AS) LONGEVOS(AS).....		
174		
3.1	Caracterização da Pesquisa	174
3.2	Participantes	178
3.3	Instrumentos da colheita dos dados	180
3.3.1	Entrevista narrativa	180
3.3.2	Diário de campo	183
3.4	Procedimentos da coleta dos dados.....	184
3.5	Redução Fenomenológica-Psicológica	185
3.6	Análise dos dados	187
3.6.1	Procedimentos de leitura.....	188

3.6.2	Estabelecimento das unidades de significado	188
3.6.3	Transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico.	190

CAPÍTULO IV - RESULTADO E DISCUSSÃO 192

4.1	Resultados	192
4.1.1	Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Ana.....	193
4.1.1.2	Diário de Campo com Ana.....	196
4.1.2	Compreensão da Experiência com Ana	196
4.1.2	Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Beatriz.....	197
4.1.2.1	Diário de Campo com Beatriz.....	200
4.1.2.2	Compreensão da Experiência com Beatriz	202
4.1.3	Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Lúcio	202
4.1.3.1	Diário de Campo com Lúcio	204
4.1.3.2	Compreensão da Experiência com Lúcio.....	205
4.1.4	Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Nadir	205
4.1.4.1	Diário de campo com Nadir	207
4.1.4.2	Compreensão da experiência com Nadir	208
4.1.5	Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Manuel	209
4.1.5.1	Diário de Campo com Manuel.....	211
4.1.5.2	Compreensão da Experiência com Manuel.....	212
4.1.6	Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Olga	212
4.1.6.1	Diário de Campo com Olga	217
4.1.6.2	Compreensão da Experiência com Olga	217
4.2	Discussão	218
4.2.1	Análise das constituintes essenciais nas unidades de significado.....	219

4.2.1.1	Convívio com gerações	220
4.2.1.2	Autoimagem e atividade que realiza	223
4.2.1.3	Relacionamento interpessoal.....	226
4.2.1.4	Fortalecimento da imagem de si e perante o outros.....	229
4.2.1.5	Expectativa da aposentadoria.....	231
4.2.1.6	Tecnologia.....	234
CAPÍTULO V - SÍNTESE FINAL CONCLUSIVA		236
REFERÊNCIAS		245

INTRODUÇÃO

A minha aproximação, como pesquisadora, com o tema do sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as) em bancos públicos foi se estabelecendo aos poucos, desde minha admissão em um banco público, há trinta e dois anos. Durante os sete primeiros anos do vínculo trabalhista, exerci atividades negociais em agências bancárias e outras atividades em unidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas, algumas vezes de forma simultânea. Nos últimos dezenove anos, atuei na área de recursos humanos em que a prática da Psicologia foi intensamente ampliada.

A formação em Psicologia me possibilitou maior abertura na compreensão do sujeito, presente no mundo e, ao mesmo tempo, constituindo o mundo, como criador e realizador de coisas e de eventos. Suplementarmente, os estudos em Filosofia direcionaram-me o interesse para visão mais originária na interpretação e descrição das coisas e eventos criados e realizados pelo ser humano no intervalo entre seu nascimento e sua morte, ou seja, durante o que se denomina existência humana.

Estudos sobre a dimensão psicológica da relação entre sujeito e trabalho remontam ao século XIX. A descrição do uso dos conhecimentos e habilidades no desenho dos processos de produção, a partir das leituras econômica, tecnológica, social, cultural e política têm sido o foco desse campo do conhecimento.

O contexto de um banco público – instituição federal que tem por natureza fomentar o desenvolvimento e garantir a sustentação da produção nas diversas regiões do país – é espaço de ressonância dessas características do processo de produção.

A experiência como profissional atuante em um banco público constantemente me desafiou a desenvolver projetos para a melhoria no ambiente de trabalho e bem-estar dos(as) bancários(as). Nesse contexto, as convencionalmente denominadas “soluções corporativas”

eram iniciativas resultantes das escutas realizadas e dos indicadores evidenciados nos diagnósticos de gestão de pessoas. Cada necessidade de responder a esse contexto configurou-se como oportunidade de revisar compreensões já consolidadas pela academia e refletir sobre elas criticamente, na tentativa de me reconciliar com o que me tomava de assalto naquela realidade de intensas transformações.

Minha vivência no mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco, entre 2001 e 2003, aconteceu em um período histórico marcado por turbulência no país. No combate à hiperinflação – cujos índices se apresentavam na casa dos três dígitos - a receita era gerada a partir de ações governamentais típicas da liberalização comercial, como desemprego, arroxo salarial e, principalmente, o Plano Nacional de Desestatizações. Na ocasião, meu título de mestre foi obtido pela pesquisa realizada sobre a percepção da privatização dos bancos públicos e seu impacto na vida dos(as) bancários(as). Durante a pesquisa, foram entrevistados(as) vinte bancários(as) e o material analisado pela técnica de análise de conteúdo das transcrições e das peças publicitárias produzidas pelo Sindicato dos Bancários de Pernambuco contra o processo de privatização dos bancos públicos. O estudo dissertativo evidenciou que termos como desemprego, desafios, mudanças e oportunidade eram os mais frequentes no rol de unidades de significação no relato daqueles(as) Participantes e dos materiais publicitários veiculados para consumo dos(as) bancários(as).

Justificativa

O(a) trabalhador(a) e bancário(a) está imerso em sua realidade, ao mesmo tempo em que ativamente a constitui e é por ela constituído. Duas categorias podem guiar o olhar na demarcação da realidade dos(as) trabalhadores(as) bancários(as) e auxiliar em sua compreensão: a descrição da sua atividade laboral e a dimensão histórica, econômica e social em que exercem sua atividade.

Na primeira categoria, a descrição da atividade do(a) bancário(a), o ponto de partida é o estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que descreve a atividade bancária como possuidora de formas rígidas de organização, regras de difícil modificação, empobrecida em seu conteúdo, realizada em cadeia e sob pressão para finalização dentro dos prazos e marcada por sequência de redundância em algumas atividades. Quanto aos aspectos cognitivos, as tarefas diárias requerem uso intensivo de memória, atenção concentrada, precisão psicomotora, e, em alguns casos, raciocínio e tomada de decisão de risco.

A segunda categoria, a da dimensão econômica e social vivida pelos(as) bancários(as) no Brasil, tem sido impactada nos últimos anos pela transição demográfica gerada pela redução simultânea das taxas de mortalidade e de natalidade. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada na década de 2010, a quantidade de brasileiros acima dos sessenta anos de idade, que correspondia a 8,6% na década anterior, aumentou para 10,5%, ocorrendo o que Garcia (2007) denomina de estreitamento da base da pirâmide. Constatase que há um contingente de brasileiros(as) acima dos sessenta anos mantendo-se no mercado de trabalho, em vários setores, inclusive no segmento bancário.

É sabido que o trabalho acadêmico exige que, em sua tessitura, o rigor e a cientificidade sejam cumpridos. Também é preciso considerar o amadurecimento afetivo e intelectual da pesquisadora no fenômeno que pretende compreender. Faz-se necessária honesta e lúcida percepção de que se está no tempo certo para se introduzir nesta tarefa de intenso e grande investimento pessoal e acadêmico.

A partir da experiência do mestrado, agregada à formação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco e à prática da docência, fui motivada a propor o projeto desta tese que problematiza a tensão entre o trabalho como atividade produtiva de valor de uso e, portanto, fonte de sofrimento e adoecimento, e as evidências apontadas nas pesquisas

realizadas pelo PNAD, que projetam o crescente aumento da população economicamente ativa acima dos sessenta anos, fenômeno com ressonância no segmento bancário. Como integrante da equipe de gestão de pessoas de um banco público, uma das minhas mais frequentes responsabilidades fora coordenar programas de preparação para a aposentadoria. A análise da efetividade desses programas evidenciou o crescente número de pessoas que, após aderirem ao programa de preparação para a aposentadoria e, efetivamente, aposentarem-se pela Previdência Social, permaneceram com o vínculo profissional com o banco público, dando continuidade a suas atividades. Esse comportamento, recorrente nos últimos anos, despertou o interesse em investigar o lugar do trabalho para essa categoria, tomando como recorte de compreensão os(as) trabalhadores(as) longevos(as), de bancos públicos ou seja, bancários(as) com faixa etária a partir dos sessenta anos de idade e, com, no mínimo, trinta anos de vínculo empregatício ativo com o banco público.

A realidade e a existência são campos de possibilidade para se teorizar criticamente. A teoria crítica resulta no movimento gerado pela postura de inconformismo e desconforto diante de situações vivenciadas, carentes de compreensão e explicação. A literatura sobre o estudo do trabalho na Psicologia tem sido norteadas por paradigmas que direcionam a relação entre trabalho e prazer, sofrimento psíquico e estratégias defensivas. Considera-se que tal arcabouço, apesar de constituir grande avanço na produção historiográfica do tema, é apenas um dos ângulos possíveis a partir dos quais emerge a tríade existência, trabalho e Psicologia, relação que demanda avanços e novas descobertas.

Por outro lado, o mundo do trabalho, muito lentamente, oportunizou o reconhecimento das imensas transformações ocorridas no que se refere à longevidade do(a) trabalhador(a). Não só os modelos de políticas e intervenções necessitam ser ampliados, como também o acolhimento e o fortalecimento da Psicologia Clínica, no sentido de se incentivar nesse(a) trabalhador(a) longo(a) o ativismo, em detrimento da atitude reativa, por vezes dolorida e

desconfortável, vivida diariamente pelas pessoas nessa etapa de suas vidas, levando-as ao sofrimento. Cumpre ressaltar que o momento de vida do(a) trabalhador(a) é reflexo de sua biografia. Pode-se constatar que os(as) bancários(as) longevos(as) se encontram em momentos existenciais indiscutivelmente distintos dos(as) demais trabalhadores(as) de sua categoria funcional, em função de seu repertório de vida. Dessa constatação, emergiu a necessidade de realizar pesquisa teórica e de campo com vistas à construção de tese que estabeleça contrapontos e contrastes e, ainda, proponha leitura clínica dos fenômenos que caracterizam esses e essas que são os(as) protagonistas da nova faixa etária de trabalhadores(as), surgida nos últimos anos.

A busca da apresentação do sentido etimológico das palavras, além de contribuir para o enriquecimento do texto, auxilia na construção da ideia que se pretende apresentar. Tese provém do latim, *thesi*, e do grego, *thesis*, que representa a ação de pôr ou colocar, tal como o registra o Webster (1997, CD-Rom). Turatto (2013) lembra que a tese é trabalho de pesquisa em que o(a) autor(a) levanta pressupostos que são respondidos por meio do emprego de recursos metodológicos e que culmina na elaboração de novos conhecimentos e novas teorias. Para Eco (2006, p.5), a tese é “uma experiência de trabalho metódico, quer dizer, construir um objeto. Assim não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta”. Por isso, seguramente, o mérito de uma tese se deve não apenas à coerência interna, mas, também, à capacidade de abarcar e compreender a realidade, considerando parâmetros básicos de rigor científico que permitiram encaminhar a investigação.

Todo escrever já traz consigo a tarefa interpretativa, dependente do esforço hermenêutico por parte de quem escreve em empatizar compreensivamente com os(as) autores(as) que produziram as teorias nas quais se debruça o(a) que escreve, não por acaso também intérpretes de si mesmos(as). Assim, o trabalho aqui apresentado foi guiado pelo preceito hermenêutico clássico que propugna ser tarefa do(a) intérprete entender o(a) autor(a)

melhor do que ele ou ela teriam se compreendido. A tentativa foi de apreender como tais teorias estão implicadas nos fatos que constituem a visão de mundo desta pesquisadora.

Michelazzo (1999) chama atenção para o quanto o pensamento contemporâneo tem fragmentado o pensamento manifesto na Antiguidade Clássica, provavelmente devido à preocupação de pormenorizar conceitos que, de tanto detalhe e desdobramento, têm o sentido transformado. Dessa forma, para pensar sobre o sentido do trabalho entre os(as) bancários(as) longevos(as) dos bancos públicos, a concepção de trabalho foi desenvolvida e reconhecida nesta pesquisa como a atividade produtiva humana pelo uso da força física ou mental da pessoa, fundamentando-se em Hannah Arendt (2012) e sua metodologia fenomenológica-existencial, especialmente a genealogia fenomenológica.

Objetivo Geral e Objetivos Específicos

A preocupação em compreender o lugar do trabalho na vida dos(as) trabalhadores(as) longevos(as) possibilitou elaborar a questão de como o trabalho tem se mostrado para bancários(as) longevos(as) dos bancos públicos. A partir dessa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral para a pesquisa compreender os sentidos atribuídos ao trabalho estabelecido pelos(as) bancários(as) longevos(as) dos bancos públicos, a partir da atividade bancária realizada, para, assim, propor pressupostos que ampliem os limites de entendimento sobre o trabalho nessa etapa da existência humana, que é a maturidade.

A dimensão propositiva do objetivo geral da pesquisa é a junção da mobilização individual da pesquisadora com a exigência do progresso científico, movendo-se pela convicção de que urge refletir, analisar e propor compreensões sobre a qualidade de vida e bem-estar do(a) trabalhador(a) que, adquirindo o direito formal de se aposentar, opta por se manter na atividade produtiva e no vínculo com o banco público. Entende-se que o que está em jogo, neste estudo, é o compromisso ético e político com a prática clínica, vez que a clínica

em Psicologia, bem como seus instrumentos, é construída e viabilizada na medida em que se introduzem novas concepções, diferentes modos de se relacionar com o mundo e com a história de vida que dá sentido à existência do ser humano.

Como objetivos específicos, serão apresentados, na perspectiva fenomenológica-existencial, as concepções acerca do trabalho, do sentido e da atividade profissional; a caracterização da atividade profissional do(a) bancário(a); e, a forma como se dá a construção de sentidos do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as). Essas etapas intermediárias, a partir da pesquisa qualitativa afinada à epistemologia fenomenológica, permitirão responder à questão primeira que mobiliza toda a tese.

Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada nesta pesquisa está respaldada na ideia do tratamento integrado dos percursos da investigação, ou seja, totaliza o conjunto de operações sistematizadas e encadeadas para se estudar, de diferentes formas, o fenômeno (Oliveira, 2007). Partiu-se, assim, do pressuposto de que a metodologia da pesquisa é o processo que caracteriza a pesquisa, desde a disposição inicial da escolha do fenômeno que se motiva estudar até a análise dos dados, com as considerações elaboradas pela pesquisadora após o estudo e o tratamento dos dados colhidos com foco na produção de novos conhecimentos.

Com a intencionalidade de conhecer como se dá a construção dos sentidos do trabalho nos(as) bancários(as) longevos(as), a pesquisa utilizou metodologia qualitativa na perspectiva fenomenológica. A pesquisa qualitativa vincula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento (Minayo, 2002), considerando-se que a característica central dessa opção metodológica é estudar as significações ou os sentidos dos comportamentos, das práticas e das instituições realizadas ou produzidas por seres humanos.

A literatura amplamente aponta que a base epistemológica e filosófica da fenomenologia tem, ao longo dos anos, cada vez mais se fortalecido na pesquisa qualitativa, ao colocar o humano como foco central de estudo e nele buscar compreender, dar sentido e deduzir o significado dos fenômenos enquanto aparecem e como aparecem.

O olhar fenomenológico existencial no campo de pesquisa e nas produções de conhecimento partem da compreensão do sujeito como coexistente singular e plural, um “estar-se-no-mundo-com-os-outros”, relativo e, portanto, não absoluto, cujo acesso não está limitado ao método científico previamente determinado (Critelli, 2012). Dada essa compreensão, a perspectiva fenomenológica não utiliza, *a priori*, qualquer quadro de categorias pré-definidas que conduza o tratamento dos dados obtidos. Simultaneamente, tal condição não isenta a pesquisadora do rigor da orientação fenomenológica que a faz se distanciar de truísmos, empirismos e opiniões não embasadas por robusta fundamentação teórica e confirmação na realidade. Pelo contrário, “deve-se adentrar pelos meandros das possibilidades do dito no dizer, buscando-se sentidos transportados tradicionalmente pela palavra, pelo texto, referencial da compreensão, e o contexto (...)” do fenômeno que se estuda (Bicudo, 2011, p. 53). Assim, o olhar fenomenológico opta por investigar aspectos que se mostraram relevantes à pesquisadora, a partir das indagações inicialmente estabelecidas sobre o fenômeno estudado, com foco nos aspectos ontológicos do fenômeno, situado em dada realidade e em momento histórico específico.

Na categoria de pesquisa fenomenológica-existencial, não se intenciona a obtenção de assertivas lógicas sobre o que é investigado, mas o interesse maior é deixar emergir os modos de ser e, a partir dessa condição, interrogar o fenômeno e as diversas formas em que esse se dá a conhecer.

Interrogar difere de perguntar. Interrogar pressupõe problematizar a situação de forma mais discursiva. As formas pelas quais a interrogação pode ser explicitada são infinitas e, nesta

pesquisa, emergiram da formação da pesquisadora, de sua concepção de mundo e de ciência. Nessa direção, esta pesquisa deu destaque às considerações e horizontes de conhecimento da fenomenologia de Edmundo Husserl (2001, 2002, 2012) e estudiosos(as) consentâneos(as) de sua forma de pensar e movimenta-se no solo da complexidade da realidade mundana atual, da qual emerge a condição existencial dos(as) bancários(as) longevos(as). Trata-se de estudo fenomenológico apoiado no encontro da interrogação (que estruturas de sentido são atribuídos ao trabalho?), dos(as) interrogados(as) (bancários(as) longevos(as) de um banco público) e da pesquisadora.

Os instrumentos e estratégias de produção de dados tiveram como primeira etapa a narrativa, que é o relato da experiência comum ao(à) narrador(a) e ao(à) ouvinte, enfocando as experiências biográficas (Benjamin, 1987, 1992). A narrativa pressupõe uma comunidade discursiva compartilhada por esses(as) interlocutores(as), a fim de que se possa mergulhar no evento do(a) narrador(a), em que esse(a) imprime sua própria marca. Na narrativa não ficcional, o(a) narrador(a) conta sua história baseando-se nas suas lembranças. É o relato das experiências passadas vivenciadas, em dimensão na qual se fundem a memória e o afeto no relato de acontecimentos ocorridos.

Foram colhidas histórias e experiências vividas por seis Participantes. A narrativa foi gerada a partir de uma pergunta disparadora: Considerando seu percurso profissional, como bancário(a), como tem se mostrado o trabalho para você?

Estrutura de Apresentação da Tese

Para atender aos pressupostos e intencionalidades descritos até aqui, a apresentação deste estudo está organizada em cinco capítulos, que são prefaciados por esta Introdução, na qual se estabelecem as bases, origens, intenções e decisões da pesquisadora no esforço de capturar seu objeto.

O Capítulo I congrega o percurso genealógico da história do trabalho. Parte-se do aparecimento dos primeiros hominídeos e sua luta pela sobrevivência; reconstitui-se, em grandes traços, o período arcaico da Grécia, durante o final do século VIII e início do século VII a.C., do qual registra-se o primeiro escrito sobre o tema, *Teogonia, Trabalhos e Dias*, do poeta Hesíodo, seguindo, pela Antiguidade Clássica, com Platão e Aristóteles. Buscou-se ressaltar a centralidade do trabalho nas narrativas míticas e religiosas para explicitar as diversas compreensões sobre essa atividade imersa no viver do humano e, assim, apoiar-se na Psicologia Fenomenológica, no que Goto (2008, p.104) denomina de “ processo imanente da experiência que se constrói mediante a síntese de diferentes perspectivas a partir do qual o objeto é visto”.

É importante ressaltar que esta é uma opção metodológica que estabelece algumas (das muitas) limitações deste estudo, pois a abordagem genealógica sobre o trabalho certamente poderia ser estendida além das fases da história do ser humano abordadas, como por exemplo, a compreensão do trabalho na Revolução Industrial. Como justificativa, tem-se que o recorte histórico adotado configurou-se como ponto originário na compreensão do trabalho como expressão de pensamento, vontade, ação e habilidade humanas.

O Capítulo II faz referência ao espaço histórico, social, político e humano do(a) bancário(a) ao caracterizar essa atividade no Brasil. Para tanto, será apresentado o olhar histórico do trabalho bancário, em que a atividade profissional da categoria surge em 1808, ano da instalação do primeiro banco no país. Na sequência, toma-se o foco para os estudos geracionais como caminho para compreender o(a) bancário(a) longo(a). A última parte do capítulo é dedicada à apresentação dos pressupostos teóricos que sustentarão a análise do modo de pensar o trabalho para os(as) longevos(as) a partir da articulação entre os pressupostos de Hannah Arendt (2012) e Viktor Frankl (2010).

O Capítulo III discorre sobre a metodologia da pesquisa adotada, com base nos pressupostos da Psicologia Fenomenológica de Amedeo Giorgi (1978). A coleta dos dados foi

realizada por meio das entrevistas narrativas fundamentadas em Benjamin (1987, 1992). Os(as) Participantes elencados(as) foram seis bancários(as), que se enquadravam nos critérios de faixa etária acima de sessenta anos e vínculo ativo com um banco público há mais de trinta anos. São relatadas as etapas de tratamento das narrativas até a identificação das unidades de significado psicológico, por meio da variação livre imaginativa, em que a análise eidética foi ajustada para a perspectiva desta pesquisa e definiu a síntese de significados psicológicos sobre o tema central da tese.

O Capítulo IV discute os resultados do tratamento dos dados, cotejados com o referencial histórico e teórico, que são os seis constituintes essenciais do sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as), a saber: convívio com gerações; autoimagem e a atividade que realiza; relacionamento interpessoal; fortalecimento da imagem, de si e perante os outros; expectativa da aposentadoria; e, tecnologia. Cada um dos constituintes essenciais é apresentado e discutido individualmente.

Finalmente, o Capítulo V apresenta a síntese final conclusiva da tese. Para isso, traz elementos que podem sustentar a prática psicológica fenomenológico-existencial destinada aos(as) trabalhadores(as) longevos(as), acompanhada de considerações e reflexões sobre a experiência da pesquisadora na construção desta tese.

É possível que a temática investigada possa ser encontrada em outros(as) autores(as) e abordagens, além daqueles e daquelas aqui indicadas. Neste estudo, a proposta apresentada para a compreensão da tríade longevidade, sentido e trabalho foi respaldada nas concepções trazidas por Hannah Arendt e Viktor Emil Frankl. Ressalta-se que os dois autores não propõem interpretação delimitada ou identificada com o objeto desta tese. Este foi o maior desafio da pesquisa: elaborar um quadro compreensivo inovador, mas ao mesmo tempo complexo, que pudesse dar suporte à investigação e inspirar novas pesquisas.

A longevidade do(a) trabalhador(a) é um fato da atual Modernidade ou Contemporaneidade. Época caracterizada por série de mutações nos espaços de trabalho e nos modos de ser das pessoas, muitas vezes ignoradas diante da impossibilidade de se fazer associação entre a significação na história de vida e o impacto no modo de viver as experiências. A pesquisa, aqui apresentada, não considerou a atual Modernidade como categoria de investigação, mas como pano de fundo do modo de vida dos(as) bancários(as) longevos(as), no qual se forjam as configurações subjetivas das experiências, e, por essa razão, os conceitos delimitadores da atual Modernidade ou Contemporaneidade serão tratados de forma transversal ao longo do estudo.

Ao mergulhar na leitura desta tese, o(a) leitor(a) poderá se surpreender com o movimento inovador e criativo de apropriação da temática por esta pesquisadora. Há forte possibilidade de acontecer estranhamentos, vez que a proposta da pesquisa emergiu da minha prática como bancária e como docente, e a teoria foi utilizada como suporte à compreensão do fenômeno em estudo. Se durante a leitura desta tese, o(a) leitor(a) se sentir afetado(a), assim como esta pesquisadora foi também assaltada pelo fenômeno no qual se debruçou, seja por qual motivo for, considera-se que o objetivo deste estudo foi, com satisfação, atingido.

CAPÍTULO I - TRABALHO E ATIVIDADE PROFISSIONAL: DA GENEALOGIA AO SENTIDO

A perspectiva fenomenológica existencial convida ao resgate das atividades humanas para reconstruir a genealogia do trabalho humano e sua concretização como labor, obra e ação, produzindo sentido na vida dos humanos, mais do que o se ocupar com as categorias de ofícios ou atividades profissionais.

O olhar atento ao percurso humano das sociedades primitivas até o mundo antigo oferece, sem resistências, referenciais que suportarão o método adotado nesta tese e subsidiarão a análise do *corpus* em busca do sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as) de bancos públicos.

O percurso investigativo baseia-se, em larga medida, na visão de Blainey (2010), Bronw (2010), Burns (2005) e Harari (2012), para acompanhar a caminhada do ser humano no mundo, dos primeiros homínídeos às primeiras fases do Período das Civilizações e daí buscar compreender o sujeito do século XXI.

Serão apresentados os quatro estágios das sociedades primitivas (Eólico, Paleolítico Inferior, Paleolítico Superior e Neolítico), estendendo-se às primeiras fases do período posterior (pós-escrita), o Período das Civilizações ou Idade das Civilizações, com foco na cultura egípcia antiga, a grega e a romana para a análise fenomenológico-existencial. Em seguida, constatada a relevância e centralidade do trabalho como doador de sentido à existência humana, detém-se a atenção nas narrativas míticas sobre o trabalho com detalhe nas descrições de Homero e Hesíodo, com o suporte teórico de Vernant (1973), Mattiuzzi (2000), Oliveira (2009) e Ferry (2008). Por fim, analisam-se os mitos a respeito do trabalho veiculados pelo Zoroastrismo e pelo Judaísmo, religiões do Antigo Oriente Médio.

Notadamente, a atividade profissional foi considerada aqui como a especialização do trabalho em fazeres e ofícios. Alonga-se a discussão a respeito do sistema social e mental grego,

no qual o foco está na ação do sujeito quando utiliza as coisas e não quando as fabrica. Assim, o ideal grego de humano livre e ativo é universalmente usuário, desqualificando o ofício profissional, em que o humano não está submetido à força da natureza pelo trabalho e seu valor se dá pelo bom uso das coisas e não pela capacidade de transformação do mundo e das coisas pelo trabalho.

Os percursos narrativos, descritivos e críticos desenvolvidos neste capítulo servirão de suporte para compreender o sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as) dos bancos públicos, na Contemporaneidade ou atual Modernidade.

1.1 Das culturas primitivas ao período greco-romano: o trabalho e a condição humana

Há pesquisas, em vários campos da ciência, que permitem admitir o aparecimento dos primeiros hominídeos sobre a Terra há mais de um milhão de anos (entre 500.000 a 1.500.000 de anos). Esses milhares de séculos da história humana podem ser divididos em dois grandes estágios: o período pré-letrado ou idade das culturas primitivas, assim chamado por desconhecer qualquer forma de linguagem escrita, e o período histórico ou idade das civilizações (Burns, 2005).

Embora não seja possível estabelecer linhas divisórias precisas, a cultura primitiva é estudada a partir de quatro intervalos, estágios ou fases que cobrem o período que antecede o uso da escrita: o Eolítico, o Paleolítico Inferior, o Paleolítico Superior e o Neolítico. As denominações de cada estágio derivam dos tipos de instrumentos de pedra cuja manufatura era característica em cada fase. No entanto, há de ressaltar que essa caracterização não é rigorosa, pois os utensílios de pedra lascada, característicos do Paleolítico Inferior, por exemplo, continuaram a ser usados muito depois de descobertos os processos de afiar e polir a pedra, característicos do Paleolítico Superior. Além de não poder considerar os limites de cada

período com rigidez, convém ressaltar que os estágios não se instalaram simultaneamente em todas as partes do mundo.

1.1.1 Período Eolítico: o *animal laborans*

No período Eolítico, os homínídeos não manifestavam crença ou religião, e, desprovidos de habilidades técnicas e funcionais, viviam sem estruturas de subsistência, como meios de transporte, criação de animais domésticos ou cultivo da terra. Não possuíam casas ou vestimentas e sequer sabiam acender fogueiras por meios artificiais, embora conhecessem a existência do fogo. Não desenvolveram instrumentos complexos ou invenções simples como a lança e o arpão. Sem instrumentos, não caçavam ou pescavam, o que prolongou a predominância de dieta predominantemente vegetariana, composta também por restos, como a carne e os ossos de animais que mordiam ou que tivessem sido mortos por outros animais (Harari, 2018).

A discreta evolução da condição cognitiva dos humanos primevos permitiu-lhes desenvolver, quase exclusivamente, instrumentos de pedra com padrão praticamente único: uma poção superior obtusa, frequentemente arredondada para que fosse mantida pela mão, e uma borda laminada ou uma pedra grosseira, provavelmente usada para esfolar as carcaças de animais.

Os antepassados enfrentaram os ciclos impostos pelas condições biológicas e necessidades imperativas para garantir a existência. Por isso, as atividades, desenvolvimentos e os esforços técnicos e criativos do período Eolítico corresponderam ao atendimento das demandas físicas e corporais, em especial, aos processos vitais do corpo, como fome e sede. Os esforços empreendidos eram respostas à condição de estar vivo, motivação partilhada com os demais seres viventes.

O trabalho, caracterizado pela sobrevivência e saciedade das necessidades, requereu desprendimento de energia e esforços, com a finalidade única de suprir as exigências que o subsistir requeria, independentemente da existência de lar ou abrigo. O esforço despendido assinala a mais primitiva e íntima função do trabalho: o labor demandado para o enfrentamento dos ciclos de esgotamento e regeneração do corpo e do ambiente, um contínuo devir de processos circulares. Esse enfrentamento se dava por processos automáticos, não planejados ou estruturados, que desembocavam em algum bem para consumo e não perduravam por tempo suficiente para chegar a fazer parte da vida do hominídeo primitivo e permitir que pudesse ser desfrutado por ele mesmo em outros momentos ou por seus descendentes, desprovidos da durabilidade necessária. Essa atividade não reflexiva, compreendida como metabolismo do humano em sua relação com a natureza, intentava, unicamente, a conservação da vida em cada momento.

Remete-se, aqui, à passagem de *O Capital*, na qual Karl Marx (1998) estabelece a comparação entre a atividade de uma aranha às operações do tecelão e as da abelha que constrói seus favos e colônias com os afazeres do arquiteto. A diferença é que, no caso do humano, a atividade adquire estatuto de trabalho por se tratar de prática idealizada antes de ser realizada. No entanto, nesse momento da história humana não havia tal distinção.

Nesse aspecto, o trabalho não era capaz de operar diferenciação entre os seres humanos e outros animais. Na medida em que cada pessoa apenas trabalha e consome, atuará e se constituirá *animal laborans*, uma das condições de existência dos animais que povoam a Terra. O labor, resultado da pura necessidade, pode ser entendido como a dimensão de trabalho do *animal laborans*. Em outras palavras, é o usufruto sem previdência e o movimento puramente maquínico, responsável apenas pelo suprimento das necessidades imediatas, labor derivado unicamente do processo biológico: usufruir de alimento para saciar a fome de forma

momentânea. Não há transcendência na atitude humana, apenas comportamento ritmado de atitudes corporais articulado em um círculo interminável (Arendt, 2012).

Duas outras realizações podem ser creditadas aos predecessores humanos no início da Idade da Pedra: a linguagem falada e o fogo (Brown, 2010). Contrariando o senso comum, considera-se que a mais relevante dessas realizações foi a da linguagem falada (Burns, 2005). Pode-se afirmar que a linguagem durante o Eolítico incluía mais do que meros nomes de objetos, pois as palavras representam ideias sobre o mundo e as coisas. A linguagem, lembra Gärdenfors (2006, p.32) “pressupõe a existência das demais funções cognitivas (memória, imaginação, sensação, atenção, emoção, planejamento). Assim, a linguagem foi a última a surgir entre as competências do pensamento”¹.

1.1.2 Período Paleolítico Inferior: o *homo faber*

O segundo período, denominado Paleolítico Inferior, abrangeu os 300.000 anos seguintes do desenvolvimento do humano. O “Homem de Java”, do princípio do período, e o “Homem de Neandertal²”, próximo do fim, foram as espécies mais conhecidas de homínídeos que viveram nesse tempo, já pertencentes ao gênero *homo*, mas classificados como espécies distintas. Ambas possuíam maior grau de habilidade e conhecimento que os homínídeos eolíticos (Blainey, 2010).

Nesse período, seus instrumentos eram bem mais definidos e serviam a maior variedade de fins. A forma de confecção era, inicialmente, primária. Os instrumentos eram coletados na natureza – confeccionados sem o auxílio de outras ferramentas. Posteriormente, foram substituídos por instrumentos secundários, como o machado manual ou a machadinha,

¹Tradução livre da pesquisadora.

² O título de “Homem de Neanderthal” foi atribuído ao famoso troglodita cujos fragmentos foram achados em 1856, no vale do Neander, noroeste da Alemanha. O título “Homem de Java” se deveu aos restos de esqueletos de 500.000 a.C. encontrados na ilha de Java em 1891.

produzidos com as lascas de pedra. Também, nesse período, inventaram-se a lança, o raspador, o furador e a faca. Alguns desses objetos eram completados por cabos feitos de ossos ou madeira. Apesar de não serem capazes de pescar nos rios ou matarem caça veloz, os antepassados do humano conseguiam, ocasionalmente, ferir animais maiores com lanças e retalhar suas presas até a morte com facão e machadinha. Os utensílios, desprovidos de qualquer estética, possuíam contornos e formas unicamente em razão de sua utilidade.

O ciclo interminável de sujeição à necessidade de saciação ampliou, lentamente, a capacidade do humano, enquanto sujeito fazedor de instrumentos, para que se atenuasse, assim, o desgaste decorrente da constante busca por atender suas necessidades. A condição intelectual do homínido do Paleolítico Inferior estendeu sua existência física na Terra, em função da capacidade de produzir objetos com mais durabilidade para o suprimento das necessidades.

Constatam-se duas perspectivas que alicerçaram a vida do humano primevo na Terra. O *animal laborans* desenvolveu a capacidade de criar objetos para viabilizar o prolongamento de sua existência e deu à luz ao *homo faber*: o produtor de objetos e ferramentas com distinta durabilidade que provoca o rompimento com o ciclo natural. A construção de objetos ampliou o mundo cultural, convertendo-o em espaço de objetos partilhados, garantindo, assim, perenidade e permanência. Ao contrário do *animal laborans*, o *homo faber* faz rupturas com a natureza, a partir das quais se configura o mundo humano.

No Paleolítico Inferior, já se pode reconhecer a vida individual e não exclusivamente a vida da espécie, assim como formas ainda grosseiras de organização grupal. Têm-se evidências dessa coletividade em achados como espécie de calçamento de sílex talhado e de fogões de pedra, nos quais o alimento era assado em quantidades consideráveis.

O Neandertal dispensava algum cuidado aos corpos de seus mortos, enterrando com eles, em sepulturas rasas, instrumentos e objetos de valor, dando lugar a cogitações de que esse costume indicava a crença na vida além-túmulo (Brown, 2010).

1.1.3 Período Paleolítico Superior: o *homo sapiens*

No decorrer dos últimos quinze mil anos da primitiva Idade da Pedra, a raça humana, o *homo sapiens*, começou a emergir no período denominado Paleolítico Superior. Os primitivos humanos desse estágio estabeleceram-se em muitas partes da Ásia e do norte da África, nos anos que vão de 25.000 a 10.000 a.C. Apenas uma espécie humana se perpetuou na Terra a partir daquele tempo, o *homo sapiens*.

Harari (2018) ressalta que não se pode conceber a espécie como disposta em uma linha reta de descendência. O modelo linear daria a impressão equivocada de que em um determinado momento apenas um tipo de humano habitou a terra. Entre 2 e 10 milhões de anos atrás, o mundo foi habitado por várias espécies humanas ao mesmo tempo.

O *homo sapiens* apresentava superioridade cognitiva na produção de utensílios e armas, os quais eram muito mais bem feitos do que quaisquer outros conhecidos e adequados para dominar as forças naturais. Eram feitos de pedras e, às vezes, de haste de ossos, chifre de rena e marfim. Os utensílios de pedra não eram mais trabalhados pelo antigo processo de desbastar pequenas lâminas para dar contorno à parte interior; em lugar disso, lascas ou lâminas grandes eram destacadas e, então, retocadas para formar utensílios. Os instrumentos feitos pelo novo processo ofereceriam cortes e pontas mais aguçadas. O antigo machado manual ou machadinha foram substituídos pela faca e pelos instrumentos de cavar e furar.

No decorrer do período Paleolítico Superior, outros instrumentos como agulha de osso para o arpão de dardo e arco e flecha foram modelados e se tornaram eficientes em garantir suprimento maior de caça, pois agora o humano podia pescar e caçar animais mais velozes. Há registro de que a carne dos mamíferos maiores era o principal elemento da dieta, assim como há evidências do uso de roupas. Há pistas de que o humano do Paleolítico Superior teria produzido botões, perfuradores de ossos de chifre e inventado a agulha. Apesar de não dominar a técnica da tecelagem, as peles de animais costuradas umas às outras provaram ser satisfatórias

para o uso. Fato interessante é que, devido ao grande número de dentes de animais e conchas perfuradas encontrado, sugere-se que fabricavam pingentes e colares para se adornarem.

Dos primeiros hominídeos até o *homo sapiens* dominando a fabricação de arpões de ossos, estes últimos manufacturados há 500 mil anos, passaram-se 1,5 milhão de anos. Esse tempo foi necessário para o desenvolvimento da estrutura cerebral, o surgimento da linguagem e da consciência. A cada conquista, nova conexão de produção, mais conhecimento e habilidade se desenvolviam. Os processos psicológicos dão contorno ao esboço de uma individuação a partir das relações intra e interpsicológicas subjacentes aos modos de vida (Harari, 2018).

Habilidade e conhecimento representam mais consciência dos processos. Apenas há cerca de quarenta mil anos surgiram os primeiros objetos de arte. O desenvolvimento do objeto de arte consolida a condição criativa do ser humano e a superação do uso do instrumento como mera extensão do corpo na luta pela sobrevivência. O uso do instrumento de trabalho leva o sujeito a transcender as próprias leis da natureza, propiciando intervenção e transformação da natureza, de forma consciente e programada.

O trabalho revelado na manufatura de instrumentos e armas e a perfeição técnica das criações artísticas dificilmente poderiam ter sido alcançados sem certa divisão de trabalho, afirma Burns (2005). As comunidades do Paleolítico Superior parecem ter contado com artistas profissionais e artífices. Para chegar a adquirir tais talentos, certos membros da comunidade possivelmente se submeteram a longos períodos de adestramento, dedicando grande parte do tempo à prática dessas especialidades e, necessariamente, foram sustentados pelo restante do grupo. Teria, assim, surgido espécie de aristocracia e, possivelmente, os mais altos membros dessa elite, os artistas profissionais, teriam gozado de prestígio suficiente para se tornarem dirigentes com autoridade limitada.

Garantir a sobrevivência era tentar submeter as forças da natureza à vontade humana. Antes que isso fosse feito com os meios que hoje são nomeados como científicos, o humano do Paleolítico, ainda desprovido de religião, praticava magia, algo como a magia simpática, que se baseia na noção de antecipação: ao se imitar o resultado desejado automaticamente a intenção se concretiza.

Segundo Russel (2001), a magia é tentativa de obter resultados específicos com base em certos rituais rigidamente definidos, fundamentados no reconhecimento do princípio da causalidade, segundo o qual, dadas as mesmas condições antecedentes, deve-se obter os mesmos resultados. A magia se origina de fonte que tenta obter resultados independente da sequência irregular. Já, a religião atua no âmbito do miraculoso, o que implica anular qualquer causalidade. Magia e religião são formas de pensar diferentes, mesmo que no imaginário primitivo frequentemente se confundissem (Russel, 2001).

O humano do Paleolítico Superior fez pinturas nas paredes de suas cavernas representando a captura de rena na caça, esculpiu ursos e cavalos, modelando-os em representações em argila e depois as mutilou com golpes de dardos. A finalidade dessas representações era facilitar os resultados ali representados: incrementar o sucesso do caçador e tornar mais fácil a luta pela existência. Possivelmente, encantamentos ou cerimônias acompanhavam a feitura das pinturas ou das imagens e se pode conceber o trabalho de produzi-las como realizado enquanto a verdadeira caça estava em curso.

Registra-se, no período, ligeiro progresso intelectual e a possibilidade do desenvolvimento de sistema primitivo de escrita, pois foram descobertos alguns sinais sugestivos de caracteres da linguagem escrita. Objetos entalhados incluíam dentes de animais e eram exibidos em maior número e maior variedade, com certo fim estético. A manifestação artística era infantil. Não se pintavam as coisas como eram, mas de acordo com as prévias

conceituações ingênuas da mente. O significado da arte do período lançou luz sobre muitos problemas relacionados à mentalidade e aos costumes primitivos.

O artista do Paleolítico Superior não praticava realmente a arte pela arte, nem mesmo se entretinha com isso. Não havia intenção de modelar belos objetos e utilizar a pintura como expressão do seu próprio estado, ou com a finalidade de posterior apreciação. Como as melhores pinturas de gravações foram encontradas nas paredes e nos tetos das partes mais escuras e mais inacessíveis das cavernas, locais em que não poderiam ser visualizadas a não ser à luz imperfeita das tochas de lâmpadas primitivas, constata-se que o importante não era a obra acabada, mas o ato de fazê-la. A finalidade da imagem não era agradar os sentidos, mas tornar mais fácil a luta pela existência, graças ao aumento do suprimento de animais. O artista não era esteta, era mágico, e sua arte, forma de magia destinada a promover o sucesso do caçador e aumentar a fecundidade dos animais. As imagens sugerem, por exemplo, a razão real pela qual os animais de caça constituíam quase exclusivamente os únicos gravados nos grandes murais e o porquê de as plantas e demais objetos inanimados raras vezes serem representados (Burns, 2005).

Os propósitos mágicos explicam o talento do artista, pois se acreditava que a dependência da existência da comunidade estava vinculada à perfeita realização dos seus deveres do artista e, conseqüentemente, nenhum esforço era poupado para lhe dar o adestramento mais completo possível.

Burns (2005) descreve que, com o tempo, começou a se desenvolver certo ceticismo em relação à eficiência da antiga magia. Como era a magia que alimentava arte, o seu declínio significativo comprometeu a vitalidade da arte. A causa mais provável para esse descrédito foi a destruição das provisões alimentares. Com o deslocamento das grandes geleiras para o norte, a Europa tornou-se região muito quente para as renas que, aos poucos, foram desaparecendo. Os mamutes, por essas e outras razões, aos poucos, também, pereceram. Os representantes da

raça humana que permaneceram em seu habitat foram forçados a aplicar todas as energias em luta puramente física para sobreviver. Depois, vieram as invasões de espécies de homínídeos vindas da Ásia Central com destino a Espanha e Itália e, também, outros, oriundos do norte da África. A cultura dos invasores era diferente, além dessas espécies serem intelectualmente deficiente, se comparadas a dos ocupantes fixos. A única expressão artística era a pintura na pedra. Não valorizavam cuidados como entalhes nem os murais produzidos pelos seus predecessores, tão pouco entabularam tentativa de preservá-los ou copiá-los: “Parece ter sido o primeiro exemplo de regressão cultural na história da humanidade” (Burns, 2005, p.9).

1.1.4 Período Neolítico: o trabalho de se fazer humano no mundo

No período Neolítico, que data de 4.500 a 2.600 a.C., as principais atividades econômicas e de produção eram a agricultura e a pecuária. Neolítico significa “pedra nova” e foi adotado devido à suposição de que, naquele período, os instrumentos de pedra fossem manufaturados utilizando o método de cortar e de polir adotado em lugar dos antigos métodos de tirar lascas. Mutações genéticas alteraram as estruturas internas do cérebro dos *sapiens*, possibilitando que pensassem de maneira sem precedentes e se comunicassem usando um novo tipo de linguagem, tornando-os *sapiens sapiens* (Harari, 2018).

O *homo sapiens sapiens* possuía melhor domínio do ambiente, elemento decisivo para o desenvolvimento da agricultura e para a domesticação dos animais. Enquanto os que viveram anteriormente eram coletores de alimento, o Neolítico era produtor de alimentos. O cultivo da terra e o cuidado com os rebanhos proveram maior número de fontes seguras de alimentos e, em certas épocas, garantiram excedentes. Ao macho da espécie cabia o cuidado com os rebanhos, ao passo que a fêmea era responsável pela agricultura, estabelecendo-se, pois, o elemento feminino vinculado à fecundidade do solo. Eram as mulheres que auxiliavam a Grande Mãe, a Terra, vista como matriz, a tornar fértil o solo para que a vida tivesse sua

sustentação. O feminino atuaria na fecundidade nos seus diversos aspectos e manteria a vida vegetal e animal, garantindo a alternância dos ciclos e das estações. Em termos psicológicos, pode-se referir ao estágio infantil em que havia proteção maternal da natureza nutritiva e cuidadora (Harari, 2018).

Despreocupados em relação a riscos ou perigos, os representantes da raça humana experimentavam vida simples e apegada ao elemento terra. Inicialmente, não havia invasões, mas, sim, ocupações de espaços necessários quando os espaços anteriormente ocupados já não mais atendiam às necessidades. As mudanças eram percebidas como naturais e em sequência tal que não alteravam o ritmo da vida. Podem ser feitas as primeiras conexões com os fragmentos de uma consciência que surge, ainda carente e desprotegida.

A descoberta de como produzir artificialmente o fogo pelo atrito, a introdução da navegação, a invenção da roda, a feitura da cesta de cerâmica, o desenvolvimento das artes de fiação e tecelagem, a construção de monumentos e casas de madeira ou de barro encontram-se entre as realizações principais que constituíram o padrão material dessa época, estimulando o aparecimento mais consistente da divisão do trabalho e o incremento da prática de troca. Essas circunstâncias tornaram possível o aumento rápido da população e a existência estável que favoreceu o desenvolvimento de instituições (Brown, 2010).

O ser humano buscou sempre novos métodos de domínio da natureza e, por tais meios, o aumento da provisão de conhecimentos. O lugar exato em que se originou a agricultura não foi ainda possível determinar. O que se sabe é que gramíneas bravas, prováveis ancestrais dos grãos de cereais, foram encontradas em numerosos lugares. A agricultura chinesa primitiva fundamentou-se na cultura do arroz enquanto, no continente europeu, o milho era o único cereal cultivado. O linho foi plantado em quase todos os lugares por causa de sua fibra têxtil e, em algumas regiões, há evidências do cultivo da papoula para a produção de opiato.

Para Mithen (2002), o recuo da Era Glacial e as mudanças climáticas decorrentes estão na base da mudança do comportamento dos coletores-caçadores. As habilidades, tanto de criar ferramentas que pudessem ser utilizadas intensivamente para acolher e processar recursos vegetais como de manipular plantas e animais, nascidas da interação entre a inteligência técnica e a naturalista, podem ser consideradas os principais motivos que influenciaram o surgimento da agricultura. Nesse período, a humanidade conquistou patamar de consciência e forma de pensar que independiam do território em que se localizava, seja na África, no Oriente ou na América. Percebe-se que o ser humano superou a condição apenas animal e passou a evoluir de forma diferenciada.

Pode-se afirmar que essas transformações permitiram o surgimento do trabalho humano tal como se conhece hoje: atividade concreta, pensada, antecipada e projetada, ainda que se considere como trabalho humano a lapidação de uma pedra de forma rudimentar, como o confirma a percepção de Furtado (2011):

A consciência é induzida pela utilização do instrumento que gera uma dinâmica que permite à conceituação deste instrumento que passa, a partir desta conexão, a ser reconhecido como instrumento de trabalho. Esta construção permitiria o reconhecimento da condição humana pelo próprio ser humano garantindo a produção de uma ontologia de sua capacidade teleológica (p.46).

Antes do desenvolvimento da agricultura, pode-se considerar que a função do trabalho era a garantia da sobrevivência. A diferença é que, com a agricultura, torna-se possível o acúmulo de reserva e a possibilidade de planejamento, garantindo o controle da produção e da natureza em benefício próprio.

A agricultura exigiu o sedentarismo, fundamental para o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos perenes, nos quais se consolidou a cultura e foram elaboradas regras de sociabilidade e de convivência, colaborando para o surgimento das primeiras cidades. A humanidade consolidada, nesse momento, o salto qualitativo para o desenvolvimento da economia que não dependesse mais do mero acaso, nem das condições da natureza. Percebe-

se que, ainda primitivo, o ser humano começa a dominar a natureza, submetendo-a a serviço do seu desenvolvimento de forma consistente.

O trabalho se inscreveu nessa ordem, assim como as relações familiares, os mitos, a habitação, a culinária e as crenças. Convém ressaltar, para clarificar equívocos, que o trabalho na sociedade primitiva não era explorado, as atividades com caráter de trabalho eram realizadas exclusivamente conforme as necessidades, ou seja, os esforços laborais eram executados no tempo necessário para garantir a sobrevivência do grupo. A divisão social e técnica do trabalho passava pela diferenciação de gênero. Proporcionalmente aos dias de hoje, pouco tempo era dedicado ao trabalho.

No final do Neolítico, há evidências da prática da propriedade individual como coisa distinta da propriedade do clã, tribo ou comunidade, ou seja, há o desenvolvimento da noção de posse exclusiva de objetos, territórios, animais e outros recursos, por meio da qual o direito de atribuição do uso não pode ser dado a outro indivíduo sem a permissão do proprietário. A instituição da propriedade privada envolve o direito do dono de usar e vender suas posses sem que isso prejudique os direitos correspondentes dos demais membros da comunidade. Em certo momento, o humano primitivo começou a dar valor às coisas que facilitavam o seu viver. A propriedade era comum, mas, com frequência, vinculava-se a determinado grupo de parentesco que se estendia à comunidade, do que se depreende que, apesar da vida selvagem, havia solidariedade material e moral no clã (Brown, 2010).

O indivíduo se encontrava mergulhado no grupo consanguíneo e considerava os interesses do grupo iguais aos seus. A propriedade privada, no sentido de propriedade exclusiva de determinado indivíduo, poderia ser pensada como o resultado do desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais. A cultura do solo fez com que áreas diferentes de terra tivessem valor desigual e levou certos indivíduos, mais fortes ou engenhosos que outros, a monopolizar as melhores porções. Além disso, a agricultura exigiu esforço mais árduo e

persistente do que os humanos experimentaram anteriormente. Provavelmente, os primeiros animais foram domesticados por alguns empreendedores que consideravam suas próprias habilidades e esforços suficientes para justificar o gozo exclusivo dos resultados. A posse de pequena quantidade de bois ou carneiros os tornaram, praticamente, independentes do grupo (Burns, 2011).

Com a agricultura, também surgiram as primeiras configurações do que se entende hoje como Estado, no sentido de sociedade organizada, ocupando território definido e possuindo governo independente de controle externo. Não havia tribunais, mas os costumes tomavam o lugar das leis e o auxílio mútuo ou a vingança do clã era o modo de praticar a justiça, com evidências de concepção germinal de crime contra a comunidade. Em algumas regiões, como a do rio Nilo, população numerosa viveu graças ao cultivo intensivo de área limitada de solo fértil, o que só foi realizável graças ao alto grau de organização social. Os antigos costumes dificilmente seriam suficientes para definir direitos e deveres na sociedade que surgia, com alto padrão de vida e distribuição desigual de riqueza, campo aberto para a disputa de interesses individuais. Daí a necessidade de implantação de estrutura organizada de poder (hierarquia) e submissão à autoridade soberana, em outras palavras, o estabelecimento do Estado. Esse resultado não foi conseguido em pouco tempo. As formas iniciais de controle público foram poucas e experimentais, expandindo-se gradualmente até a formação de Estado, não necessariamente despótico, mas, com inteira autoridade. Certo número de antigos Estados deveu sua origem a fatores militares, para fins de conquistas, defesa contra invasores ou para tornar possível a expulsão do invasor da região (Brown, 2010).

Os desenvolvimentos material, intelectual e moral em questões como originalidade, tolerância a pontos de vistas diferentes, libertação de superstições, ideais de justiça, de paz e de humanidade e capacidade de aplicar a razão na solução de qualquer problema, seja físico, social ou religioso, implicam tanto o domínio de si próprio quanto do meio. Dessa forma, o

sujeito civilizado não se entregava à cupidez bárbara ou a qualquer outra paixão por inveja, ódio ou desejo de vingança (Burns, 2015). O humano de consciência sofisticada reconhece a vida e a liberdade dos outros tão preciosas quanto as suas, e o direito do outro igual ao seu de gozar as várias formas de felicidade que a vida possa conceder. Entende-se que se alcança a civilização quando as artes, as ciências e as instituições políticas, sociais e econômicas desenvolveram-se o suficiente para, ao menos, resolver alguns dos problemas de ordem, de segurança e de eficiência no seio da sociedade humana, que a cada era se torna mais complexa.

Oportuno, nesta altura desse percurso genealógico do desenvolvimento das culturas humanas primitivas, ressaltar dois momentos da evolução humana que demarcam o trabalho como característica central da construção da humanidade, do *animal laborans* ao *homo sapiens sapiens*. O primeiro acontece quando o primitivo humano confeccionador de objetos, que remete ao *homo faber*, utilizou instrumentos de trabalho de forma continuada. Um ser vivo, pela primeira vez, apresentou as condições necessárias para elaborar o conceito de instrumento (Furtado, 2011) e foi capaz de oferecer aos instrumentos durabilidade e perenidade. O conceito passa de sujeito para sujeito e de geração para a geração, o que não é possível quando o uso do instrumento é circunstancial, tal como ocorre ainda hoje com os chimpanzés

O segundo momento, que se inicia no mundo do *homo faber* e se consolida no do *homo sapiens sapiens*, irrompeu quando a relação de trabalho se constituiu em contexto coletivo, com finalidade que extrapola a simples garantia da sobrevivência, permitindo acumulação e programação da produção, como se deu a partir do domínio das técnicas de cultivo da terra, por volta de 8.000 a.C.. Naquela época, a humanidade deixou de viver como caçadora-coletora e passou a praticar agricultura, transformação que ocorreu simultaneamente em várias regiões do planeta. O desenvolvimento da prática da agricultura só foi possível pela aquisição de fluidez cognitiva e das condições materiais concretas que exigiram esse tipo de solução às comunidades humanas (Furtado, 2011).

Por muito tempo na história humana, o trabalho da terra não exigia laboração mais complexa, como procedimentos e regras de sucesso sistematizados. Era apenas ação que a humanidade exercia sobre a natureza para transformá-la ou adaptá-la aos fins humanos. A cultura da terra estava ativamente integrada à ordem superior, natural e divina, das operações humanas. É nesse contexto religioso que os aspectos de esforço no trabalho agrícola adquirem significado especial. O enfrentamento da tarefa imposta à atividade dura e intensa adquire valor e prestígio na medida em que estabelece relação com a divindade, espécie de elo recíproco. O trabalho pode, então, aparentar ser a contrapartida das exigências da justiça divina, como o mérito no sentido mais geral. Tanto nos aspectos técnico-instrumentais, quanto no alcance econômico, o trabalho não se manifestava claramente no caso da agricultura. Os frutos da terra destinados a serem consumidos na região opunham-se aos valores econômicos de circulação. O trabalho, nesse caso, fundamentava-se como troca pessoal com a natureza e com os deuses e não como comércio entre as pessoas.

Harari (2018) chama a atenção para a criação do dinheiro como nova realidade intersubjetiva existente na imaginação dos humanos. O dinheiro como “qualquer coisa que as pessoas estejam dispostas a usar para representar o valor de outras coisas com o propósito de trocar bens e serviços” (Harari, 2018, p.241). Esse meio universal de troca permitia que se convertesse quase tudo em praticamente qualquer coisa. Assim como a escrita atendia às necessidades de se intensificar as atividades administrativas, o dinheiro, inicialmente de cevada, se desenvolveu para o atendimento das necessidades econômicas.

Tardamente, a agricultura se inseriu no plano de trabalho de outras profissões, sem privilégio religioso. O esforço humano deixou de ser percebido como doação à natureza e, supostamente, retribuído com a fartura. No meio rural, a partir do desenvolvimento da escravatura e da concentração da propriedade fundiária, na segunda metade da Época

Helenística, o trabalho na terra se insere na categoria de ocupações e serviços que reclama perda de energia física.

1.1.5 Transição para o Período das Civilizações: o Antigo Egito

No Período Neolítico, os instrumentos de pedra foram suplantados por utensílios de bronze e de outros metais. O progresso foi mais rápido na região do rio Nilo, no Egito, na qual, posteriormente, ocorrerá a fusão de Estados formando dois grandes impérios – um ao norte e outro ao sul.

Blainey (2010) cita que o rio Nilo era a força que movimentava a economia egípcia e alimentava milhares de pessoas que viviam às suas margens. Além de fonte de recursos, o Nilo garantiu equilíbrio econômico e unidade à civilização egípcia. Para ser explorado como recurso, o grande rio demandou trabalho disciplinado para a construção de diques, reservatórios e canais de irrigação. Esses procedimentos técnico-instrumentais só se concretizaram com a instalação de poder econômico, cultural e político forte e centralizado. Havia funcionários para medir campos e marcar os limites entre propriedades. Impostos eram cobrados proporcionalmente ao tamanho das propriedades. Da mesma forma, pela ação patrocinadora e diretiva do Faraó ou das oligarquias, conforme a época, os trabalhos na agricultura proporcionaram excedentes crescentes.

A construção dos monumentos, como as pirâmides, cidades e palácios, permite concluir que os egípcios administravam pedreiras bem organizadas. A exploração das minas deu origem à diversificada indústria de ouro, responsável pela produção de objetos que ornavam os palácios e os túmulos. O uso de madeira de qualidade permitiu a fabricação de móveis, sarcófagos e carros de guerra. Outra importante indústria era a de objetos de metais, como o bronze. Com o cobre importado da Etiópia e o estanho de Creta, os egípcios fabricavam armas de bronze para equipar seu exército.

O ativo e relevante comércio egípcio possibilitou importações de pedras preciosas marfim, perfumes e, sobretudo, madeira para a construção. As importações eram pagas com cereais, vinho, óleos vegetais e papiro. Havia, também, atividades comerciais internas, como por exemplo, a aquisição de uma casa com móveis cujo pagamento era feito com base em determinada quantidade de ouro ou prata, metais que funcionavam como moeda padrão (Blainey, 2010).

É sabido que a economia é fator importante na construção da sociedade e da forma humana de viver. No entanto, a subjetivação, ou seja, a forma pela qual a pessoa compreende o mundo, bem como as condições que situam o sujeito e o fazem criticar seu modo de ser, são fundamentais para a produção humana e a transformação de suas condições existentes. O humano, assim, constrói aspectos subjetivos e assimila registro de sentidos que permitem a produção de novas compreensões, bem como a ampliação de sua ação sobre o mundo (Harari, 2013). Dessa forma é que surge o novo, ou seja, aquilo que não havia sido pensado ou adquirido significado e que não constituía o repertório da existência do sujeito. Por meio do seu pensamento, o humano reflete, projeta e age sobre formas ainda não existentes em sua realidade, conciliando-se com o mundo existente, ao tempo que reproduz as novas formas e sentidos de acordo com os seus interesses.

Burns (2005) descreve que o Estado, representado pelo Faraó, era o fornecedor de alimentos necessários ao povo egípcio. Os agricultores consideravam a terra como propriedade do seu rei-deus, considerando-se verdadeiros funcionários do Estado. O camponês guardava para si parte pequena da produção conseguida por seu trabalho, bem como os(as) trabalhadores(as) das minas das pedreiras e os da indústria de móveis e de metais. Vale repetir que a centralização estatal fora, de certa forma, consequência da estrutura geográfica das comunidades egípcias. Sem tal forma de arranjo, a iniciativa privada ficaria prejudicada, dificultando o progresso técnico. Com a centralização do poder econômico, cultural e político

na forma do Estado Egípcio, o trabalho humano passou a ser utilizado até o máximo de sua capacidade. A relação de produção existente era entre o Estado e a população.

Os egípcios inventaram o primeiro calendário solar da história, baseado no reaparecimento anual da estrela *Sírius*, com doze meses de trinta dias e cinco dias de festa adicionados ao fim de cada ano. A existência de calendário exato, naquele tempo, prova que já se atingira considerável desenvolvimento da matemática e, possivelmente, de outras ciências (Blainey, 2010).

O transbordamento geracional da cultura humana por meio de conhecimentos técnico-instrumentais, religiosos, econômicos e políticos, dotados de natureza intrínseca e doadora de valor ao agir do sujeito humano sobre o mundo fortaleceu, com poder de distinção, a condição humana e sua autocompreensão. Em seu esforço de viver sua humanidade nos últimos 5.000 anos, o ser humano, incansavelmente, desenvolveu mecanismos narrativos coesos, coerentes e didáticos, para explicar e localizar o trabalho na sua vida.

1.2 Período Helenístico: trabalho e estratificação de classes

A civilização grega teve significado profundo para a história do mundo. Foram os gregos os fundadores de quase todos os referenciais que atualmente se julgam peculiares na condição do sujeito ocidental. A cultura grega fundava-se no ideal de liberdade, otimismo, secularismo, racionalismo, glorificação do corpo e do espírito, com grande respeito pela dignidade e pelo mérito da pessoa. A religião era terrena e prática, servindo aos interesses humanos. A cultura dos gregos foi a primeira a se basear no primado do intelecto e na supremacia do espírito livre. Não havia assunto que os gregos temessem analisar ou questão que pudesse ser considerada excluída do domínio da razão. O entendimento superava a fé, a lógica e a ciência suplantavam a superstição (Russel, 2001). Algumas Cidades-Estados

alcançaram elevados níveis de sofisticação cultural, motivo pelo qual justifica-se trazer o estudo da Grécia como referência ao estudo sobre o trabalho.

Assim, desdobram-se, a seguir a descrição do período histórico, sua percepção do trabalho e das condições sociais, econômicas e políticas no período denominado greco-helenístico da Antiguidade Clássica e a visão filosófica de trabalho desenvolvida por filósofos como Xenofonte, Platão e Aristóteles.

A escassez de terras férteis e o expressivo aumento populacional impulsionaram as cidades gregas a estabelecerem colônias para povoar novas áreas e fortalecer o comércio. As exportações de azeite, vinho, trigo, peças de artesanato, cobre, ferro e madeira garantiram a expansão do comércio e atenuaram os problemas agrários internos.

A apropriação do solo demarcou o surgimento das desigualdades sociais e econômicas, que levaram às diferenças entre os grupos e as famílias. Consolidaram-se as classes sociais com o aparecimento de ricos e pobres. As classes se diferenciaram fortemente à medida que abismos econômicos, sociais e culturais foram construídos: os ricos tornaram-se mais ricos e os pobres mais pobres. Com frequência, o pobre se obrigava a procurar meios de sobrevivência, recorrendo aos ricos para empenhar seus bens e até a sua pessoa, com graves consequências em caso de não cumprimento dos acordos firmados. Os abismos entre as classes as diferenciaram e afastaram cada vez mais, fortalecendo a hierarquização que se complicou à medida que surgiram os indivíduos livres e os não livres. A estrutura da sociedade passa a acompanhar as atribuições e responsabilidades dessas duas categorias. Considerados indivíduos livres, além dos cidadãos gregos, havia os estrangeiros, que não possuíam o direito de adquirir terra, mas poderiam se dedicar ao trabalho de comércio e artesanato e prestar serviço militar. Os escravos, indivíduos não livres, eram prisioneiros de guerra sem qualquer direito político, que atuavam em vários ofícios chegando a alcançar a liberdade, mas nunca atingindo o estatuto de cidadãos gregos.

A atividade escrava tornava o trabalhador invisível e o qualificava apenas como coisa sem qualquer direito. Muitos escravos chegaram a receber sua liberdade, seja como forma de gratidão a serviços relevantes, seja como dádiva em dias festivos, seja por força da morte de seus proprietários. Além da liberdade, a essas pessoas não eram outorgados outros direitos, se não o de trabalhar em seus ofícios habituais ou se alugando a terceiros, com a vantagem de auferir salário. A escravidão, naquela época, era considerada coisa justa e necessária. Platão, em *A República*, afirma que para conseguir cultura era necessário ser rico e ocioso, o que não seria possível sem a escravidão (Blainey, 2010).

O trabalho era encarado negativamente como penalidade e, assim, deveria ser confiado aos seres não livres, revestindo-se, conseqüentemente, da carga pesada do ódio. Para os gregos antigos, a vocação do indivíduo livre deveria ser a contemplação, filosófica ou política, ou as armas. Os indivíduos livres deveriam desprezar o trabalho como esforço físico para poder elevarem-se aos deuses, caso contrário, aviltar-se-iam, perdendo a liberdade. Em função da visão de superioridade que os gregos livres alimentavam a respeito de si mesmos, era mister emanciparem-se da natureza e gozarem-na livremente, sem a subordinação ao mundo exterior exigida pelo trabalho. Só a contemplação poderia libertá-los, pois o mundo exterior e material poderia aprisioná-los e o trabalho era, por excelência, a prisão do ser humano no quadro da natureza, pervertendo a hierarquia e a preeminência do intelecto à prática. Houve algumas exceções a esse pensamento, como o caso de Hesíodo (2013), que embora visse o trabalho como pena imposta, compreendia-o como redenção. Essa abordagem será analisada mais atentamente à frente.

A condição de escravo foi a mais expressiva representação do trabalhador na Antiguidade. Em certos momentos na Antiguidade, as leis abrandaram o rigor de sua aplicação, como na Babilônia, em que, segundo o *Código de Hamurabi*, o trabalhador merecia tratamento mais suave e até reconhecimentos e conquistas de certos direitos civis; ou, na Judeia, em que,

no *Talmud*, encontram-se descritas regras de proteção do trabalhador no caso de acidentes. Posteriormente, o custo mais alto para a manutenção de escravos em relação a outro tipo de trabalhadores e a demanda das nascentes corporações por colaboradores mais motivados impulsionaram, gradativamente, a libertação dos escravos e o surgimento de relação de trabalho diferenciada, chamada de servidão (Brown, 2010).

As primeiras reflexões sobre trabalho em Hesíodo (2013) deram contorno a um pensamento que evoluiu e atingiu seu ápice na época clássica na Grécia, nos séculos V e IV a.C, com os textos de Xenofonte, Platão e Aristóteles. As reflexões contidas nesses textos são dispersas e, às vezes, contraditórias, porque os filósofos gregos raramente deram lugar especial ao trabalho na ordem de suas preocupações e não há registro de teorias sistemáticas sobre o tema (Vernant, 1973).

Havia certa divisão do trabalho na Cidade-Estado de Atenas, aspecto que Platão deplorava pelo fato de não atribuir qualquer importância à técnica. Para o filósofo, a técnica afetava negativamente a concepção de ser humano. Consta-se que, nesse período, não havia reconhecimento dos aspectos psicológicos da função técnica, como invenção inteligente, formadora de razão ou expressão da evolução e criatividade humana. Pelo contrário, havia cuidado em separar e opor a inteligência técnica ao ideal de sujeito. A inteligência técnica, a formação ou treino prévio para o desenvolvimento de habilidades eram os requisitos suficientes para o exercício do que se considerava como atividade profissional (Vernant, 1973).

Platão expõe em *A República* sua concepção das três classes sociais, seus tipos e funções. As três classes sociais são apresentadas hierarquicamente: primeiro, governantes; segundo, guerreiros, e, em terceiro lugar, artesãos e agricultores. Para o filósofo, as classes sociais articulam funções para a adequada operação e andamento da sociedade. A primeira função é a sabedoria, que é pertencente aos membros da primeira classe, os governantes. A segunda função é o exercício da coragem, que pertence à classe dos guerreiros. Seria de se

esperar que a terceira função fosse vinculada à terceira classe, a dos artesãos e agricultores e considerada a própria virtude do trabalho. Mas isso não acontece. Platão não especifica uma terceira virtude como destinada a nenhuma classe. Pode-se dizer que o trabalho permanece estranho a todo o valor humano e que, em certos aspectos, aparece como a antítese do que é essencial no ser humano (Vernant; 1973).

Anos depois, em *Polítikon*, Aristóteles discorre sobre os papéis das atividades funcionais exercidos na Grécia:

Que alguns devem comandar e outros obedecer não é uma coisa somente necessária, mas também útil entre os seres. Desde o nascimento, alguns são destinados ao comando e outros à obediência. Há várias espécies entre eles de comandantes e comandados e o comando mais elevado é aquele que é praticado sobre os súditos. Comandar homens é mais elevado que comandar animais, pois o trabalho executado por seres em que há um que comanda e de outro lado o que é comandado, o resultado é uma obra (Aristóteles, 2014, p.49).

Essas reflexões devem ser adaptadas ao seu contexto: Atenas era, na época, potência política dominante no mundo da *pólis* grega e a grande praça do comércio da região do mar Egeu. Pode-se verificar que não há a noção geral do que é entendido atualmente como trabalho e sua dimensão abstrata, como conduta social da qual cada sujeito participa por meio de sua função, ocupação ou atividade profissional. Por outro lado, o trabalho era realidade vivenciada pelos gregos. Mas, desde Hesíodo, as atividades profissionais já então eram evocadas em sua pluralidade e em função de sua finalidade particular, compreendendo os trabalhos agrícolas, artesanais e as atividades comerciais. Havia outras profissões como as de poeta, médico e adivinho. No entanto, estas últimas ocupações jamais foram percebidas como integrantes do conjunto de atividades laborais ou profissionais, se comparadas à compreensão atual de profissão e trabalho.

Segundo Vernant (1973), o termo geral que designava *trabalho* era *ergon*, ato ou obra, frequentemente empregado no plural, *erga*, para designar trabalhos específicos, atividades profissionais bem definidas, como no caso do agricultor ou do ceramista. Os gregos sabiam

que seu bem-estar, o de sua família e o da *pólis* repousavam sobre as atividades de ordem material, mas nunca conceberam os trabalhos técnico-instrumentais como relevantes na ocupação humana.

A palavra *oikonomia*, da qual deriva o termo moderno *Economia*, aplicava-se simplesmente à gestão da *oikos* ou casa, a célula-base da produção agrícola que compreendia a família em sentido amplo, os escravos e os bens materiais, ou seja, tratava-se de Economia Doméstica. *Oikos* significa tudo o que se possui, tanto a posse como tudo o que é útil para a vida comum. Posteriormente, o termo foi aplicado ao domínio público, para designar, não a economia da *pólis* em todos os Estados, mas a gestão financeira. Em *Politikon*, Aristóteles explica que *oikos* é a origem do Estado. Para os gregos, as atividades de tipo econômico, comumente denominadas de *erga*, não possuíam a mesma importância que a Ética ou a Política, por exemplo. Certamente, por isso, não sentiram necessidade de refletir e tão pouco teorizar sistematicamente a respeito (Vernant, 1973).

Recapitulando, no conceito de *erga* não se englobava, como acontece com a noção contemporânea de trabalho, todas as funções que podem ter utilidade social. O conceito designava as atividades práticas e os trabalhos manuais que forneciam os bens necessários à vida. Era frequente o desprezo pelas tarefas manuais nos textos clássicos gregos, nos quais se desqualificam atividades como o artesanato e o comércio, ao passo que a agricultura, em alguns momentos, é elogiada e, em outros, recusada como indigna do ser humano virtuoso.

Platão relata que a profissão de artista e outras que empregavam trabalho manual, mesmo requerendo alguma habilidade, eram degradantes. Em *A República*, o filósofo utilizou o termo *banausia* para qualificar profissões de tal natureza, particularmente as que utilizavam

fogo. *Banausói* era termo empregado no mesmo sentido de *demiougói*³ para designar os artesãos, mas que carregava nuance pejorativa. Esse termo e sua valoração são encontrados nos escritos, além de Platão, de Xenofonte e de Aristóteles. O trabalho manual banáusico era tarefa degradante (Vernant, 1973). Tratava-se de ofícios que deterioravam os corpos dos trabalhadores que se dedicavam a essas atividades e os corpos dos que os dirigiam, ao forçá-los à vida caseira, reduzidos a viver na penumbra de suas oficinas, desperdiçando a vida junto à lareira. Para os gregos, com tal uso os corpos se tornavam mais efeminados e as almas mais fracas, ou seja, o trabalho artesanal arruinava o corpo e aniquilava a alma.

No contexto da técnica e da economia da Grécia antiga, o trabalho só aparece em seu aspecto concreto. Cada tarefa é definida em função do produto que fabrica, como por exemplo, a sapataria com relação aos sapatos e a olaria com relação ao pote. A concepção de trabalho, na perspectiva de quem produz, como expressão de valor humano criador de valor universal, era desconhecida. Na Grécia antiga, não existia o trabalho como função humana provida de valor. Havia pluralidade de ofícios diferentes, cada qual constituindo tipo particular de ação, o que caracterizava determinada atividade profissional, em que se produzia a sua própria obra. O trabalho humano limitava-se aos domínios dos ofícios artesanais em função da característica de extrema especialização, ou seja, cada categoria de artesão produzia obra única, em função do valor de uso do produto fabricado. Essa situação exigia que o artesão tornasse cada produto o mais perfeito possível, produzindo coisa ainda melhor, pois só ele dominava a fabricação de seu produto. Os gregos não possuíam noção de qualquer processo produtivo em que o trabalho tenha como finalidade a obtenção de volume maior de produção. Cada ofício, ao contrário, se constituía em sistema fechado, no interior do qual cada parte e cada atividade estavam

³ Os demiurgos eram profissionais especialistas itinerantes, alheios à estrutura do *oikos*, ainda que parte de suas atividades artesanais fossem desenvolvidas em seu âmbito. Esse termo se refere à fração da população que não vivia do trabalho da terra. Moravam geralmente na cidade e se dedicavam a diversas tarefas indispensáveis à vida na comunidade.

solidariamente sujeitas à perfeição do produto a ser fabricado. O artesão e sua arte existiam em vista do produto e o produto em vista da necessidade da *pólis* (Rosset, 2012).

Essa era a única perspectiva, pois o produto do trabalho na Grécia antiga era considerado exclusivamente sobre o aspecto de valor de uso e não do valor de troca. Se pelo valor de uso o produto se define pelo serviço que é prestado àquele que dele se serve, pelo valor de troca, o produto pode ser considerado independente de sua utilidade completa com relação ao trabalho nele colocado. No caso dos gregos, o produto não é visto em função do trabalho humano investido. Ao contrário, a concepção do trabalho volta-se para o produto que satisfaz as necessidades do usuário. Por intermédio do produto, o trabalho institui entre a atividade e o usuário relação econômica de servidão.

Deslocando o trabalho do plano da economia para o espaço filosófico, a relação entre o produtor ou artesão, sua atividade, o produto e o usuário encontra sua expressão numa espécie de teoria geral da atividade demiúrgica⁴ em que o artesão opera sobre o material para lhe dar forma, que é a da obra acabada. A causalidade do processo centra-se, não no artesão, mas fora dele, no produto fabricado. O resultado do produto fabricado independe do artesão, de seus processos de fabricação, de sua habilidade e de suas inovações técnicas. A produção artificial não exige, na sua dinâmica, princípios diferentes da produção natural. É sempre o final do processo, a forma ou produto, em ato realizada, que é o princípio e a origem de toda a operação. Da mesma forma que o humano provém do humano, por meio da semente, a casa vem da casa, por meio do pedreiro. Essa situação elucida o sistema social e mental grego, no qual o sujeito age quando utiliza as coisas e não quando as fabrica e conduz à compreensão do trabalho mais

⁴Para Rosset (2012), a atividade demiúrgica refere-se à atividade do intelecto e da inteligência, e que, segundo Platão, é a alma do mundo, a causa primeira que produz a alma humana. O demiurgo seria o operário ou artista divino que organizou os movimentos celestes e deu aos homens seus atributos, talentos e qualidades. Sua função é a de organizar matéria e o cosmos fazendo-os passarem da desordem à ordem. Ao transformar o caos do mundo em beleza impressa por meio da ordem, o demiurgo calcula, equilibra, determina, enumera e avalia. O artesão também é um calculista. Platão desenvolveu a teoria sobre o demiurgo em *Timeu*.

como um dado antropológico do que como constituinte da relação de produção. Na relação da produção, o produto é mercadoria em que está presente o valor de troca pela reprodução. No contexto clássico é diferente, pois o que se produzia era orientado pelo valor de uso (Rosset, 2012).

O ideal do sujeito livre, da pessoa ativa, é universalmente o de usuário, nunca exercendo ofício profissional. O problema da ação, pelo menos nas relações do ser humano com a natureza, estava no bom uso das coisas e não na transformação das coisas pelo trabalho.

No que se refere a ferramentas e conhecimentos técnicos, desde a Grécia antiga, já se identificava o uso da força humana ou animal por meio de variedade de instrumentos, em detrimento da utilização das forças da natureza. A ferramenta adquire, no trabalho, o próprio ritmo do corpo e age no tempo humano, não como instrumento contendo tempo próprio. Se possui algum tempo próprio é porque se trata, então, não de ferramenta artificial, mas de instrumento natural, como o fogo: olha-se o fogo arder no forno como o camponês acompanha o crescimento do trigo. Na atual Modernidade, vive-se o contexto inverso. Constata-se em estudos (Antunes, 2009; Ruben, 2008; Merlo, 1999) que o maior índice de adoecimento relacionado ao trabalho refere-se à imposição do ritmo das atividades pelas próprias “máquinas”⁵ ao ser humano.

Além das pessoas de ofício, os artesãos, indivíduos livres e, portanto, não profissionais, foram levados a tratar de questões mecânicas e se interessar por elas. No século III a.C., Arquimedes, engenheiro militar, empregava guindastes e polias a partir do uso de propriedades geométricas da espiral e elaborava a teoria do equilíbrio das forças e alavancas na balança, tornando a mecânica a ciência que permitia mover determinado peso com determinada força. Arquimedes e outros eram chamados construtores de máquinas, engenheiros-inventores que

⁵ Aspas nossas, uma vez que quem projeta a máquina é o próprio humano.

elaboraram as teorias a respeito de vários tipos de máquinas, fabricação e funcionamento. A preocupação maior desses pensadores era sistematizar racionalmente, de forma demonstrativa, os princípios, oferecendo clareza e precisão suficientes nos detalhes da construção para servir à prática dos ofícios interessados (Rosset, 2012).

Com elementos técnicos, as engrenagens empregadas eram concebidas sob a forma de instrumentos e objetos estáveis para escapar dos ciclos impostos pela natureza, desviando o foco da vida da mera sobrevivência para atividades mais elevadas. O plano instrumental produzido pela utilização do raciocínio permitia desenvolver a ideia que orientava a concepção final do produto. A excelência do objeto era um bem tanto quanto um produto e imita sua conceituação ao garantir a estabilidade contra o mundo natural. As produções provinham da criação de um espaço comum que possibilitasse a interação entre os seres humanos, os quais exerciam influência entre si durante a criação dos instrumentos e das ferramentas (Arendt, 2012).

Assim, na sociedade grega, paradoxalmente caracterizada por predominância de escravos, artesãos e operários, a ordem dos valores valorizava a contemplação, a vida liberal e ociosa e o domínio do natural, opondo-se às características depreciadas do prático e do utilitário do trabalho servil e artificial tão fundamentais à manutenção da vida

1.3 Período Romano: estratificação de classes e acúmulo de riquezas

Muito antes do declínio do esplendor grego, começou a se desenvolver uma civilização às margens do rio Tibre, no Ocidente, influenciada pela cultura grega. Sua grandeza baseou-se na síntese entre a bravura militar, a urbanização e o respeito à tradição.

A origem de Roma está envolvida em lendas.

Na sua obra Eneida, o poeta Virgílio afirma que os primeiros romanos vieram de Troia. Segundo o poeta, quando os gregos destruíram Troia, Enéas conseguiu fugir e, com a proteção da deusa Vênus e o destino traçado por Júpiter, chegou à Itália, onde teria fundado uma cidade. Anos depois, seu filho fundou outra cidade, Alba Longa, e

seus descendentes, Rômulo e Remo, fundaram Roma, em 753 a.C. Nos primeiros séculos, a economia se baseava em atividades agropastoris e o poder era exercido pelo rei com o auxílio do senado e da assembleia. Por volta de 509 a.C., o rei foi deposto por um grupo de aristocratas, dando início ao período republicano caracterizado pelo intenso fortalecimento do poder estatal sobre a vida dos cidadãos (Russell, 2011, p.125).

Os romanos davam mais ênfase à autoridade e à estabilidade do que à liberdade e à democracia. O rei ou imperador exercia sob seus súditos jurisdição comparável ao domínio do chefe de família patriarcal em relação aos seus dependentes.

A divisão de classe social introduziu nova variável ao trabalho: o acúmulo de riqueza. Surgiu a noção de propriedade privada, indutora da divisão de classes e do acúmulo de riqueza pela exploração de classes, grupos ou indivíduos, subjugados por aqueles que reuniam poder para tanto: o poder físico que submete o outro e o poder simbólico advindo, por exemplo, de crenças religiosas.

A sociedade romana elevou ao máximo as formas de exploração e constituiu sociedade escravagista eficiente para aqueles cidadãos da classe dominante no período. Porém, em função do modo de exploração adotado, tal forma de sociedade foi superada ao fim do Império Romano.

No Império Romano, a sociedade se dividia em quatro classes: a) cidadãos romanos, que possuíam a terra e o gado; b) os plebeus, contingente de imigrantes que trabalhavam no comércio; c) os clientes, indivíduos subordinados a alguma família e que, por isso, eram cumpridores de obrigações diversas em troca de auxílio econômico e proteção social; e, d) os escravos, considerados instrumentos de trabalho sem nenhum direito político.

Por volta de 326 a.C., aboliu-se a submissão servil por dívida, o que novamente tornou a mão de obra escrava relevante para o negócio da elite romana. A divisão entre a arte de governar e o trabalho braçal era visível. Este último era degradante e destinado aos povos dominados, tidos como inferiores. Trabalhar, para o cidadão romano, era negar o tempo livre e o lazer. No fim das guerras, proprietários foram obrigados a arrendar suas terras aos

camponeses que se sujeitavam a pagar quaisquer tributos que lhes fossem cobrados. Tal situação, juntamente com a necessidade de se ter pessoas mais motivadas, impulsionaram gradativamente a libertação dos escravos e o surgimento de outra relação de trabalho, chamada servidão. Assim, o escravagismo foi substituído pela servidão rural e urbana, relação que se estendeu até os períodos iniciais da Idade Média (Russel, 2011).

Obviamente que o discurso e as concepções sobre o trabalho na história humana não se encerram neste breve percurso desde as origens mais remotas da humanidade. A intenção foi esboçar, na perspectiva fenomenológica-existencial, uma genealogia da relação entre sujeito e trabalho, uma vez que o trabalho é necessidade natural e constante para que o sujeito possa efetivar troca material com a natureza (Marx, 1998).

Como participantes da natureza, os humanos realizam suas necessidades elementares, cambiando constante e incessantemente com a própria natureza, em movimento cíclico de crescimento e declínio. Esse movimento é caracterizado por ciclos de adaptação e transformação da natureza às necessidades do ser humano, natureza que o sustenta e o mantém vivo. Os ciclos são sustentados pelo consumo e a atividade que provê o consumo, inserindo-se aí o trabalho, de forma que tudo que é produzido por meio do trabalho destina-se a alimentar a vida humana (Arendt, 2012). Mas, o trabalho está para além da manutenção da sobrevivência humana. Se assim não o fosse, os seres humanos se comportariam como animais que realizam com precisão as tarefas predeterminadas, conservando-as inalteradas por anos. O sujeito, no e pelo trabalho, ultrapassa, de longe, a simples demanda de sua sobrevivência, tornando-se cultivador, por isso, cultural.

Como demonstrou-se até este momento, a história do trabalho acompanha o ser humano em seu percurso histórico. Embora este estudo dedique maior detalhamento da noção de trabalho ao Período Pré-Escrita e ao das Primeiras Civilizações (cultura egípcia, grega e romana), certamente a relação entre o ser humano e o trabalho se constituiu em outras culturas

em todo o globo terrestre, sob as mais diversas condições e em muitos outros momentos históricos da Antiguidade Clássica à Atual Modernidade. Escravo(a), senhor(a), servo(a), artesão(ã), operário(a), empresário(a) são alguns dos papéis atribuídos ao(à) trabalhador(a), os quais permitem o estudo da relação entre sujeito e trabalho sob os mais diversos ângulos.

Durante vários momentos do desenvolvimento do ser humano, como se discutiu nos itens dedicados às culturas primitivas, o repertório acerca do trabalho era absolutamente simples e a vida regida pelo cotidiano. A relação entre o motivo e necessidade era predominantemente dada pelas condições físicas imediatas vinculadas à sobrevivência. No entanto, não se deve desconsiderar a conexão de singularidade expressa no dia a dia, a condição particular do humano situado na história, e, claro, a condição universal que distingue a pessoa humana dos demais seres vivos. Como se viu, inicialmente essa relação não ia muito além das circunstâncias que cercavam a vida humana, que sobrevivia da coleta e da caça, das relações sexuais e da construção de abrigo.

A partir do momento em que o repertório de compreensão do mundo torna-se cada vez mais complexo, o olhar para a atividade humana do trabalho se diferencia, como também se transforma a consciência da inserção do humano e de seu lugar no mundo. Os sentidos são construídos na biografia humana, levando o sujeito a refletir sobre sua existência. O próximo marco histórico que se deseja salientar nesse processo de ampliação de repertório é o da passagem do mito para a Filosofia, na Antiguidade grega.

1.4 Trabalho e Mito

Ao se debruçar sobre a história, constata-se que o pensamento humano foi se tornando cada vez mais sofisticado e elaborado e, com isso, instalou-se a necessidade de aprofundar a compreensão de si e projetar o futuro, apoiando-se em pressupostos que permitam aos humanos

existência mais sã. Nesse contexto, o pensamento mítico se apresenta como vivência potencial da *psique* humana (Oliveira, 2009).

Nos primórdios da cultura greco-helenística, as narrativas míticas eram transmitidas oralmente para as novas gerações por meio dos contadores de histórias conhecidos como *aedos*. Os poemas eram recitados nas praças e normalmente encantavam os moradores dos povoados. A palavra grega *mythos* tem duas nuances: a primeira, o sentido de história, enredo; a segunda, em sentido mais profundo, implica esquema ou plano. Esta última compreensão é a mais relevante para Psicologia, pois a universalidade dos motivos míticos básicos revela plano ou padrão intencional de desenvolvimento inerente à *psique* humana e ao corpo⁶.

Para Ferry (2012), a mitologia transmite mensagens de extrema profundidade, como perspectivas que abrem aos seres humanos caminhos para vida mais consciente e vinculada a suas atitudes e escolhas, sem recurso às ilusões do além. A narrativa mitológica é a maneira de enfrentar a finitude humana, mirando de frente o destino, sem se alimentar de consolos e justificativas. Essa forma de sabedoria, para os mortais, representa tentativa de ajudar as pessoas a se salvarem dos medos que lhes impedem o acesso à existência lúcida e plena. A mitologia lança os alicerces de saberes psicológicos e a exigência do autoconhecimento por parte do ser humano.

Oliveira (2009) complementa que estudar em profundidade a dinâmica dos mitos é desafiante tanto para psicólogos clínicos quanto para leigos que se interessam pela maior e melhor compreensão da alma e pelo funcionamento da *psique*. Toda a imensa riqueza espiritual presente nas instâncias da *psique* precisa de sensibilidade e alma para fazer contato com esses conteúdos conscientes. O mito possibilita a realização corporal, mental e espiritual do humano como parte integrante da natureza. São representações coletivas transmitidas por gerações que

⁶ Diferentemente da alegoria, o *mythos* era transmitido por tradição anônima. A alegoria é explicação cujo autor é individual e conhecido, como, por exemplo, a alegoria da “caverna de Platão”, explica Gobry (2007).

explicam a complexidade da realidade e da existência para, assim, manter diálogo e relação estreita com a natureza, confundindo-se com ela e a criação.

A narrativa mítica atua como forma de harmonizar corpo, mente e espírito, os quais, durante o desenvolvimento natural, precisam de ajustes para conciliarem seus objetivos. Seja na infância, juventude e vida adulta, seja na maturidade ou velhice, o ser humano precisa encontrar seu modo próprio para superar as adversidades de cada fase de sua existência. O mito fornece a imagem de algo a ser vivido, algo já agregado e estruturado em possibilidades advindas de experiências adquiridas pelas gerações anteriores. Assim, por meio do mito é possível saber do universo humano dos desejos, sentimentos e pensamentos e permitir que os mistérios da existência presentes em todas as coisas possam ser conhecidos. A mitologia oportuniza ao ser humano vivenciar o transcendente que existe em sua alma e nas circunstâncias de sua vida. Dessa forma, pode-se apreender que a vida dos seres humanos não é aleatória nem moldada exclusivamente por fatores ambientais, possuindo finalidade ou teleologia.

Apesar de ser representação coletiva, o mito pode ser interpretado diferente e subjetivamente por cada pessoa humana. Os diversos entendimentos pessoais ampliam as capacidades de se extrair do mito verdades, pois as narrativas míticas não se esgotam em si mesmas. Autores como Vernant (1973), Mattiuzzi (2000), Oliveira (2009) e Ferry (2012) consideram o mito verdade profundamente humana, ao oferecer significados que são facilmente compreendidos, vez que a narrativa mítica toca componentes objetivos, subjetivos e pessoais como experiência de vida, sentimentos e sensibilidades.

Séculos depois dos *aedos*, os mitos passaram a ser relatados por meio da poesia escrita de Homero e Hesíodo. As sagas tratadas nos mitos permitem vislumbrar e ativamente imaginar o que aquelas pessoas vivenciaram, como, também, perceber paralelos com o que se vive atualmente.

Homero e Hesíodo viveram o período que antecedeu a Grécia arcaica. Era uma época em que a sociedade grega fora marcada por pequenas diferenças sociais e constituída basicamente por núcleos familiares. Na terra, ainda ocupada comunitariamente, cultivavam-se videiras, oliveiras e cereais e era comum a prática da atividade pastoril. O poema de Hesíodo descreve em detalhes esse mundo rural e o trabalho com a terra. No final desse período, mudanças no sistema econômico levarão ao fracionamento da terra e, em lugar da propriedade coletiva, surgirão os aglomerados urbanos que darão origem às Cidades-Estados⁷.

1.4.1 Homero: *Ilíada* e *Odisseia*, o Olimpo no coração humano

Homero compôs a *Ilíada* e a *Odisseia*: duas obras que dão início à poesia escrita e aproximam os atributos dos deuses aos dos seres humanos, introduzindo o que Oliveira (2009) chama de humanismo divino. Nessas obras, acontecimentos muito anteriores à vida de Homero foram recontados a partir da tradição oral da poesia dos *aedos*. Fatos acontecidos entre os séculos XIII e VIII a.C. permaneceram vivos na poesia oral e se fixaram nos poemas escritos por Homero, possibilitando às novas gerações conhecer mais dos deuses e dos mortais em suas batalhas pela ampliação da consciência humana.

Os deuses eram descritos à imagem e à semelhança das criaturas humanas. Homero incorporou-os à maneira popular, dando aparência familiar às forças e às energias grandiosas e, às vezes, monstruosas dos deuses. O grande mérito de Homero foi retratar tais forças com sensibilidade, colocando em palavras o *mundo* natural idealizado que os gregos projetavam,

⁷ Conforme Vernant (1989) e Burns (2005), a história grega tem marcos cronológicos que a dividem nos seguintes períodos: 1) o período homérico, época em que viveu Homero, fase em que não havia grandes diferenças sociais e a ocupação da terra era comunitária; 2) o período arcaico, marcado pelo surgimento das cidades-estados, entre elas Atenas; 3) o período clássico, nome dado em função do máximo desenvolvimento da Grécia em diversas áreas e época da guerra do Peloponeso envolvendo Atenas, em que, o trabalho agrícola, em grande parte, era realizado por escravos; 4) o último, chamado de período helenístico, foi caracterizado por disputas internas e ascensão e morte de Alexandre, cujo preceptor foi o filósofo Aristóteles, época, também, de muita difusão da ciência, em especial astronomia, matemática, medicina, fisiologia e física.

atribuindo aos deuses e semideuses características e qualidades humanas. Homero marcou, ainda, o espírito grego com aventuras, derrotas e vitórias de humanos e deuses. O temor da morte foi enfraquecido e as virtudes divinas foram vistas como participantes do mundo humano. O humano foi percebido como ser, com atitudes concretas na sua vida prática e a inspiração recebida pelos deuses, mensageiros do desconhecido inconsciente. Homero foi o primeiro autor que registrou em poemas o conceito de *psikhé* como a faculdade integrante dos seres que vivem sobre o Hades. A *psikhé* é o sopro vital que equivaleria ao sentido de alma e que abandona o corpo por ocasião do falecimento (Oliveira, 2009). O Hades era o lugar das profundezas em que o ser humano, por ocasião de sua morte, permaneceria como imagem semelhante à aparência do corpo que possuía em vida, desprovido das faculdades espirituais, como inteligência e sensibilidade. As divindades estavam à disposição da humanidade para as contendas externas e internas, nas lutas e nas batalhas que se travavam diária e internamente com os semelhantes para realização e conquista durante a existência mundana.

Homero apresenta os primeiros sinais em direção à maior conscientização dos seres humanos. Esse processo, mesmo incipiente, não poderia progredir sem a noção de responsabilidade sobre os atos e a apropriação de elementos morais e éticos. Esse era o alerta implícito na fala dos deuses registrados nos seus poemas.

Na *Iliada*, o poeta narra a história mítica da guerra entre gregos e troianos, a guerra de Troia, que durou dez anos. Simbolicamente, essas batalhas remetem à necessidade de expansão que surge nos humanos, na metade da vida, para a conquista de um lugar ao sol na carreira, no amor, família e no espaço da sociedade (Oliveira, 2009). Alguns dos personagens da *Iliada*, em particular Aquiles, são a representação do ideal heroico grego: a busca da honra ao preço do sacrifício, se necessário; o valor altruísta; a força descomunal, mas não monstruosa; o patriotismo; a fiel amizade; a compaixão. O poema também mostra as fraquezas humanas: paixões, egoísmo, orgulho e ódio desmedido. A obra apresenta grande volume de dados

históricos e filosóficos, além de descrever os modelos de conduta e os valores morais da sociedade do tempo em que foi escrita. Na lida se é dominado por complexos que constam na *psikhé* com a influência de arquétipos, como bem mostra a Psicologia Analítica (Oliveira, 2009).

Ulisses, vaidoso e poderoso pela vitória que obteve na guerra de Troia, deixa-se levar pelo descomedimento e, sentindo-se e agindo como semideus, desperta a ira e o desejo de vingança dos deuses, o que fez o guerreiro iniciar a odisseia de retorno para sua casa, na cidade de Ítaca, que durou dez anos. Após vencer as batalhas e as realizações na simbólica Guerra de Troia que é a vida, a pessoa pode se sentir superior e capaz, inclusive de se identificar e de se julgar semelhante aos deuses. As conquistas externas perdem o sentido e a necessidade maior se desloca para a viagem do eterno retorno para o mundo interior. Esse é o grande desafio do herói Ulisses contado na *Odisseia*.

As passagens da *Odisseia* são diversas e evidenciam aspectos éticos e psicológicos da viagem de retorno do herói em busca da serenidade e conforto do lar. Entre tantas passagens, serão apresentadas três que expressam alguns dos dilemas da pessoa comum, depositária do potencial da autodescoberta. A primeira passagem é a chegada à ilha dos Ciclopes, momento em que o herói encontra gigantes com um olho só, que simbolizam a força bruta e a redução na capacidade intelectual, por consequência, da inteligência. A normalidade da percepção humana é representada pelos dois olhos. Já, os três olhos denotam a capacidade de clarividência, possibilitando ver além do convencional. Monstros com um olho só representam forças obscuras que podem provocar destruição, pois tais forças não foram assimiladas pelo espírito, e, por isso, seriam forças primitivas regressivas que deveriam ser controladas pela sabedoria e clareza da mente humana (Oliveira, 2009).

A segunda passagem diz respeito à chegada de Ulisses e os demais navegantes a um porto próximo à costa de Ítaca, região natal do protagonista. No entanto, um dos marujos

descumpra a orientação recebida e, aproveitando o descanso de Ulisses, abre uma caixa que havia sido proibida de ser aberta. Para surpresa de todos, um vento terrível surge e empurra a embarcação em direção contrária à ilha natal. Compreende-se que, muitas vezes, o sujeito se aproxima dos seus objetivos, mas algo interno, percebido como estranho, algo como uma sombra interior, leva-o a tomar decisões que se mostram desastrosas, a ponto de desencaminhá-lo, porque ainda não estava integrado e harmonizado com o objetivo final.

A terceira narrativa diz respeito ao encontro de Ulisses e seus marujos com as sereias, seres metade mulher, metade peixe, que simbolizavam os demônios, pois eram frias da cintura para baixo. Esses seres desejam atrair o ser humano para devorá-lo. No Egito, a sereia era considerada a alma do morto que não completou seu destino, tal como criações e inconscientes em que se projetam impulsos primitivos. O canto da sereia também remete aos encantamentos, pelos conteúdos inconscientes que podem cindir a consciência e induzir as tomadas de decisões impulsivas e instintivas, que se esquivam de passar pelo crivo da razão, da experiência e da reflexão. Só um humano com interior forte, firme e centrado é capaz de vivenciar os encantamentos sem se deixar possuir. Nessas condições, buscando o seu caminho interior, Ulisses enfrentou os perigos da sensualidade do prazer e da paixão: aspectos importantes para o ser humano, pois cedo ou tarde tudo vai tomando o seu valor. Ulisses não se perdeu no seu mar de prazer, mantendo sua referência ao centro de si mesmo

Pode-se dizer que cada integrante da tripulação do navio de Ulisses que morria no decorrer da viagem era uma parte do próprio Ulisses que precisava perecer para que o eu autêntico se transformasse, adquirindo as potencialidades e as energias da parte que perecera. É por essa razão que o herói chega sozinho ao destino da *Odisseia*, pois necessitava incorporar cada potencialidade de si para conquistar sua própria unidade e, finalmente, completar sua jornada mítica. Assim, o Olimpo passou a ter sede no coração humano (Oliveira, 2009).

Os poemas de Homero descrevem o personagem de Ulisses como a representação do sujeito que decide diante de cada evento ocorrido - etapa a ser vencida - no seu retorno à Ítaca, sua morada. Ítaca é o espaço em que o herói pode viver a intimidade, não só com as pessoas mais próximas, mas principalmente consigo mesmo. Remete-se aqui à compreensão sobre pessoa existencial em que Frankl (1978) descreve como ser livre que decide, age e escolhe, que pode lidar com os instintos ou libertar-se deles e governar-se, livre da facticidade do meio e dos condicionamentos do ambiente senão pelas decisões que toma. Quanto mais comprometido com os desafios impostos pelas situações da vida, maior a autodescoberta e mais amplamente sua humanidade é desenvolvida. A direção que se imprime na vida emerge das decisões para valores que se tornam realidades. O valor pode ser encontrado em cada possibilidade de se fazer ser, no espaço em que efetivamente se é, por meio da ação que se realiza.

1.4.2 Hesíodo: Teogonia e Trabalho e Dias

A sobrevivência dos grandes mitos e personagens da mitologia greco-latina na vida contemporânea deve-se ao seu caráter perene, aos valores que lhe são inerentes, explicados por meio de conquistas e realizações. Um exemplo são os mitos de Hefesto e Hércules, nomes gregos que, na visão romana, são Vulcano e Hércules, que guardam as representações do trabalho, não só como garantia de sobrevivência, mostrando que é necessária disposição física e mental para realizá-lo como espaço de expressão das potencialidades.

A genialidade, inventividade, habilidade manual e enorme ânimo para o trabalho fizeram Hefesto ou Vulcano, o primeiro deus reconhecido como o ferreiro e o artesão divino, responsável pela concepção e manufatura de objetos para os deuses e semideuses. Alguns dos seus feitos são o fornecimento dos poderosos raios a Zeus, a construção do palácio que era a morada dos deuses e as flechas que permitiram a Apolo eliminar Pitão, serpente gigantesca nascida do lodo da terra. Hefesto é a representação da instrumentalidade inerente ao *homo*

faber. Em atenção ao produto, as ferramentas são projetadas e utensílios inventados de forma que são julgados em termos de serventia e adequação para a finalidade desejada (Ferry, 2012).

Já Hércules ou Hércules era portador de grande força física, submetido a provações para se redimir e se purificar do crime de ter matado três de seus filhos durante a crise de loucura provocada pela irmã de Zeus, a ciumenta e vingativa deusa Hera, que, na mitologia grega, representava o casamento. As provações, conhecidas na posteridade como “Os Doze Trabalhos de Hércules”, foram cumpridas pelo herói. Hércules foi o mais famoso herói da mitologia e o único humano a ser elevado à categoria de imortal.

Os relatos míticos de Hércules são ricos e desenham figura heroica e contraditória. Em cada ação da força bruta, manifesta-se a inclinação vocacional para realizar os duros trabalhos na forma de desafios. As narrativas míticas descrevem-no também como ser humano dotado de consciência civilizatória e defensor dos oprimidos. Embora a virilidade fosse característica marcante, o herói não renunciava às tarefas predominantemente realizadas por mulheres, como quando é representado fiando lã. A história de Hércules reproduz o modo primário do humano no mundo; sempre interpelado e debatendo-se com situações nas quais se aprende e se supera por meio da ação, um “ser-aí-humano” que transcende em relação às circunstâncias vividas (Frankl, 1982).

No final do século VIII a.C. e início do século VII a.C., anterior ao período escravagista grego, mas posterior ao advento da propriedade e da conseqüente distinção que produziu, registra-se o primeiro escrito sobre o trabalho na existência humana. O poema se divide em duas partes: na primeira, chamada *Teogonia*, que significa “o nascimento dos deuses”, o poeta narra a emergência dos primeiros deuses no Cosmos. Na segunda parte, *Trabalhos e Dias*, se propõe a escrever carta poética ao irmão, cuja mensagem principal é que trabalho e justiça deveriam permanecer juntos, pois sua separação ocasionaria a injustiça e a violência.

Até esse estágio do desenvolvimento da humanidade, a diferença entre os camponeses e aqueles que habitavam a *pólis*⁸ não era tão extrema, do ponto de vista da valorização do trabalho que se fazia na cidade, como artes e educação, em detrimento das atividades voltadas à manutenção da vida, como é o caso da agricultura.

Só após quatro ou cinco mil anos da descoberta da agricultura, o trabalho deixa de ser fonte de prazer possibilitado pela saciação e torna-se obrigação, embora permaneça tarefa indispensável à manutenção da vida. A obra de Hesíodo retrata predominantemente a vida campesina. Todo o valor parece ser endereçado ao esforço humano do trabalho do campo, embora seja atividade forçada, pois era garantia para o ser humano de bênçãos divinas, de prosperidade e fecundidade. Aquele que consumisse seu esforço sem ofender a ninguém, permanecendo atento aos sinais celestes e evitando todo e qualquer erro, poderia ter confiança na justiça divina: seus celeiros se encheriam de trigo (Ferry, 2012).

Em Hesíodo, o aspecto psicológico do trabalho na terra não se constitui tipo particular de comportamento visando produzir por meios técnicos valores úteis ao camponês e ao grupo. O trabalho está imerso em nova forma de experiência e de conduta religiosa: é cultivando a terra, por meio do seu esforço e da sua família, que o ser humano entra em contato com as forças divinas. Trabalhando, as criaturas humanas tornam-se mil vezes mais caras aos imortais. Na passagem abaixo, Hesíodo faz recomendações ao seu irmão, Perses, para que se dedique, com afinco, ao trabalho.

Lembra sempre os meus conselhos e trabalha para que a fome se abomine e a venerável Deméter encha de alimentos teu celeiro. Deuses e homens se irritam com aqueles de índole semelhante à dos zangões sem ferrão que vivem ociosos e se aproveitam dos esforços das abelhas comendo sem trabalhar. Que te apliques a

⁸ *Pólis* era o nome dado a toda região sob autoridade de um chefe. Inicialmente a *pólis* era, apenas, a Acrópole. Situada no alto da colina, onde ficava o rei, era local de reunião da comunidade e santuário das divindades. Com o declínio do poder real, aperfeiçoou-se a prática da consulta às assembleias ou conselhos compostos por representantes escolhidos entre as pessoas mais velhas das famílias mais importantes e essas começaram a deter o poder de decisão. Foi assim que a monarquia foi substituída pela aristocracia, que quer dizer governo dos melhores. Para mais detalhes ver Acker (2008).

ordenar teu trabalho de forma apropriada para que teus celeiros na estação certa se encham de alimentos. É por seu trabalho que os homens se tornam ricos em rebanhos e recursos. Por seu trabalho são muito mais amados pelos imortais. Não há nenhuma desonra em trabalhar. Não fazer nada é que é desonroso. Se trabalhares, logo te invejarão por tua prosperidade. A riqueza é sempre acompanhada de mérito e glória. Trabalhar é o melhor para ti. Desvia tua mente leviana dos bens alheios e com o trabalho cuida do teu sustento como te aconselho (Hesíodo, 2010, p. 77).

O poeta descreve cinco humanidades diferentes, tipos humanos que teriam se sucedido no correr do tempo, mas que também se poderiam achar no seu tempo, pois permaneciam possíveis na atual humanidade. O mito narrado por Hesíodo gira em torno da linha divisória entre as vidas humanas e a harmonia com a Justiça e o Cosmo, ou, ao contrário, às exigências entregues ao Orgulho e ao Descomedimento.

Inicialmente os seres humanos possuíam privilégios maravilhosos, como a ausência da necessidade de trabalhar e ter profissão, nem mesmo para se sustentar, pois a natureza era generosa e dispunha-lhes os recursos, por conta própria. Tal como no Jardim do Éden bíblico, tudo o que o ser humano necessitava para viver agradavelmente estava disponível: frutos deliciosos, rebanhos gordos em quantidade, fonte de água fresca, rios acolhedores, clima suave. Não havia sofrimento, nem doença, nem velhice. Todos viviam protegidos dos males que, em geral, impactam a vida humana.

Apesar de serem seres mortais, pode-se dizer que as pessoas morriam sem dor e aflição, como se adormecessem. Embora mortais, não sentiam medo dessa morte que chegava num abrir e fechar de olhos, de forma que as pessoas se sentiam próximas dos deuses, com os quais, aliás, compartilhavam a vida cotidiana. Quando, por fim, eram ocultadas pela terra, ou seja, sepultadas, mesmo após a morte, as pessoas conviviam umas com as outras, como espécie de guardiões espirituais (Ferry, 2012).

Segundo Hesíodo (2013), os seres humanos, no decorrer das Eras, tornaram-se maus e sanguinários. O período mais difícil foi o da Era do Ferro: as pessoas sofriam diuturnamente, envelheciam rapidamente e, ainda, precisavam trabalhar para ganhar o seu sustento. No relato, as Eras se sucedem de forma regular, em tendência de decadência progressiva. A sequência

remete aos metais, aos quais cada Era empresta um nome, cuja hierarquia ordenava do mais precioso ao menos precioso, do superior ao inferior. Em primeiro lugar, o ouro; depois a prata, o bronze e, enfim, o ferro. O mito parece querer opor o mundo humano ao mundo divino, no qual a ordem é imutavelmente fixada por Zeus. No mundo humano, há intervenção que o desestabiliza e a desordem se instala pouco a pouco, tendendo a se tornar inteiramente povoado pela injustiça, desgraça e morte, devendo o humano ser castigado por meio do trabalho (Mattiuzzi, 2000).

Nos versos de Hesíodo, Zeus ordenou a Prometeu que sacrificasse um boi, o qual deveria ser repartido de maneira justa entre os deuses e as criaturas humanas, para que tal atitude servisse de modelo para as futuras relações entre deuses e humanos. Prometeu, acreditando fazer o bem e ajudar os humanos, tenta enganar Zeus e separa as duas metades do corpo do animal. De um lado, coloca os bons pedaços de carne, a carne que os seres humanos gostariam de comer, cobertas pelo couro. O couro, é claro, não é bom de se comer. Dessa forma, Prometeu garante que a primeira metade seria repugnante e não pudesse ser escolhida por Zeus como parte destinada aos deuses. Do outro lado, reuniu os ossos brancos limpos, não comestíveis para a humanidade, e os cobriu com delicada camada de gordura, bem lustrosa e apetitosa. Zeus escolheu o monte de ossos brancos escondido sob a gordura lustrosa e deixou os bons cortes de carne para os humanos. Como os deuses não comem carne, apenas ambrosia e néctar, os únicos alimentos que lhes convêm, Zeus não chegou a fazer qualquer sacrifício ao deixar a carne para os humanos. Assim, a Idade do Ferro é marcada pela culpa de Prometeu. Somente quem está fadado a morrer precisa se alimentar com carne e pão, que regeneram as forças. Os deuses se alimentam de prazer e diversão, comem apenas para degustar o sabor dos pratos. Os humanos se alimentam, antes de tudo, por necessidade e, se não se alimentam, morrem mais rapidamente do que o que inevitavelmente acontece. Deixar a carne para os humanos e dar os ossos aos deuses é, na verdade, confirmar o fato de que as pessoas são

mortais, rapidamente exauridas pelo trabalho e sempre em busca de alimento, sem o qual sucumbem, sofrem, adoecem e morrem rapidamente de fome, coisas que os deuses ignoram (Mattiuzzi, 2000).

Como castigo, Zeus diz que tudo agora passará a estar escondido, o que significa que os frutos da terra, antes disponíveis em plena luz e em qualquer situação ao apetite das pessoas, como na Idade do Ouro, passam a estar enterrados e será preciso trabalhar para tirá-los da terra. Será necessário lavrar e semear para que o trigo germine e depois ceifar, moer e assar para fabricar o pão: a expulsão do ser humano do mundo paradisíaco é ponto crucial para o nascimento do trabalho como atividade de desgaste físico. A humanidade vive nessa Era o total descomedimento, contaminando todas as dimensões da existência humana, de modo que se corre o risco de seus deuses, que ainda coabitam a Terra, partirem para o Olimpo.

Hesíodo é um dos mais antigos poetas gregos. Alguns autores como Mossé (2004) e Vilhena (2005) consideram Hesíodo o porta voz do campesinato pobre, preso às exigências da minoria de poderosos, reivindicando o triunfo da justiça de Zeus no momento da crise agrária do mundo grego. Entretanto, é sobretudo na relação entre trabalho e religião que a obra de Hesíodo atrai mais a atenção: o trabalho visto como caminho para a redenção e a purificação dos resignados.

É sabido que o trabalho é uma das expressões do ser humano, com múltiplas dimensões, cuja análise requer estudos em vários níveis. Considerando o trabalho como forma particular de atividade humana, é relevante interrogar-se sobre o seu lugar, suas significações e seu conteúdo psicológico na Antiguidade.

Hoje, as tarefas profissionais por mais diversas que sejam na realidade concreta se inserem em um único tipo de conduta: a atividade forçada regulamentada, cujo efeito concerne diretamente a outrem e que visa produzir valores úteis. Para que as várias atividades laboriosas se integrem umas às outras e componham certa função psicológica unificada é preciso que o

sujeito possa perceber sua própria atividade. Essa condição só é possível no contexto de uma economia plenamente comercial, em que todas as formas de trabalho procuram criar produtos tendo em vista o mercado. A partir daí, não se fabricará mais determinado objeto para satisfazer às necessidades de determinado usuário. Qualquer tarefa, agrícola, industrial ou serviços, culmina, igualmente, na produção de mercadoria, a qual é destinada, não a determinado indivíduo em particular, mas às operações de compra e venda que caracterizam o que se chama hoje de mercado. Esse aspecto não fazia parte da noção de trabalho na Grécia antiga.

1.4.3 Mitos sobre trabalho na cultura do Antigo Oriente Médio

A experiência do sagrado e do divino está presente na humanidade desde os primórdios nas diversas latitudes, longitudes e etnias. O mito guarda relação estreita com o divino inerente ao ser humano, independentemente de credo ou doutrina. Dessa forma, além do aprofundamento e análise nas narrativas míticas de Homero e Hesíodo, considerou-se relevante introduzir rápida compreensão sobre os mitos relacionados ao trabalho humano nas culturas persa e judaica.

O trabalho, como esforço doloroso e árduo, era compreendido, no período das primeiras civilizações, como atividade da qual a humanidade não poderia escapar. Essa percepção da inelutabilidade do trabalho demandou ao ser humano a elaboração de justificativa e construção de sentido para que o esforço laborioso e cheio de sofrimentos pudesse ser assimilado. Nas narrativas míticas das comunidades do Oriente Médio, os deuses haviam punido a humanidade, privando-a de seus favores. Associados à força, tratava-se de o sujeito impor-se a si mesmo, pelo trabalho, disciplina e discernimento sobre o aproveitamento adequado do tempo para sobreviver.

A cultura Ocidental também foi influenciada pelas culturas Persa e Judaica, especialmente na relação entre trabalho e religião, o que justifica trazer o sentido do trabalho

para essas civilizações. As religiões orientais influenciaram o pensamento ocidental e introduziram a ideia de dignidade moral como inerente ao humano, como ser capaz de se emancipar, seja como pensador ou como trabalhador manual.

1.4.3.1 Zoroastrismo: o trabalho como purificação

No Antigo Império Persa, hoje Irã, a religião de Zoroastro se referenciava na noção dualista, no diuturno combate entre o bem e o mal. Havia duas grandes divindades que regiam o universo: *Ahura-Mazda*, infinitamente boa e incapaz de qualquer fraqueza, personificando os princípios de luz, verdade e de retidão; e, *Ahriman*, traidora e maligna, presidindo as forças das sombras do mal. As duas empenhavam-se pela supremacia. As virtudes recomendadas aos humanos formavam lista grandiosa: dedicação, respeito aos contratos, obediência aos governantes e cultivo do solo. Na narrativa do *Avesta*, livro sagrado do Zoroastrismo, há a afirmação de que aquele que semeia o grão, semeia a santidade. Evidencia-se aí o vínculo com as questões econômicas e de produção, ao tempo em que sugere retribuições de bem-aventurança para os que vivem virtuosamente.

No pensamento de Zoroastro, a vida é dual e o fiel deve contribuir para que o bem prevaleça sobre o mal e, assim, poder ser bem-aventurado no outro mundo. Mesmo com as funções sacerdotais e militares extremamente hierarquizadas, os camponeses eram dignos de honra na sociedade persa. O trabalho era tido como o caminho de expiação dos pecados e seu produto visto como prêmio divino aos bons. O zoroastrismo era uma religião ética e a dignidade moral estava associada à atividade de produção e, não somente, à contemplação e à meditação. Percebe-se, dessa forma, o trabalho adquirindo valor moral, na medida em que os devotos o encaravam como instrumento de purificação (Burns, 2005).

1.4.3.2 Judaísmo: o trabalho como esforço e expiação

Por volta de 1.500 a.C., registram-se os primeiros conjuntos da complexa narrativa do *Pentateuco*. Coletânea de histórias fundantes e narrativas de origem constituem o livro bíblico denominado *Gênesis*, que mitifica a ideia da humanidade banida do paraíso e coagida a se sustentar com as próprias forças, respondendo ao comando divino de crescer, multiplicar e explorar a terra por meio do trabalho, a forma, por excelência, de realização da vontade de Javé. A narrativa da “queda do ser humano” atribuiu o exílio e a pena do trabalho à insubordinação dos primeiros seres humanos, Adão e Eva.

Ao comerem do fruto proibido, tanto Adão e Eva como seus descendentes foram expulsos do paraíso e condenados a trabalhar para obter o pão necessário à vida. “Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que fostes tirado” (Gênesis 3,19). Os três personagens envolvidos no ato transgressor original receberam penas diferenciadas: à serpente coube rastejar sobre a terra durante toda sua existência; à mulher se sentir atraída pelo, que a dominaria e a faria sofrer as dores dos partos; e, ao homem, ganhar o pão com o suor do rosto até a morte. Por outro lado, o trabalho era visto como disciplina da pessoa abençoada por Javé, ainda que demandando penoso resgate do humano, expiação de sua culpa que poderia reconduzi-lo ao paraíso.

Os habitantes da Palestina, antigos hebreus, posteriormente israelitas e, por fim, judeus, valorizavam o conceito de atividade ou ação e entendiam a criação divina como trabalho sem pena, livre de todas as subordinações que deveriam ser alcançadas pela dureza da disciplina. Quando alcançassem o paraíso, deixariam de ser mortais e dominariam a matéria. O trabalho era, pois, meio poderoso de fazer bem às pessoas, por ser parte da missão divina confiada à humanidade. Essa missão é específica e inclui os talentos e as aptidões necessárias para cumprir a tarefa. É por isso que cada pessoa precisa descobrir para o que foi feita e se desenvolver para

determinado ofício, como parte dos planos divinos: a vocação de cada homem e mulher. Assim, trabalhando com fidelidade, o ser humano está investindo na sua eternidade (Burns, 2005).

Os textos do Judaísmo foram incorporados pelo Cristianismo, especialmente o *Pentateuco*, e impactaram a formação e organização do pensamento ocidental. Assim, pelo trabalho das criaturas humanas, conscientemente realizado, podem ser restituídas ao mundo a beleza, a bondade e a ordem, como o Criador dispusera no início dos tempos. O trabalho torna-se a marca da humanidade na criação como colaboradora da ação divina. Daí, a altíssima dignidade do trabalho humano no imaginário judaico-cristão: a atividade profissional de cada pessoa é o meio para se fazer a vontade divina no dia a dia (Burns, 2005). Viver mal a profissão, trabalhar sem motivação e sem bom desempenho é desobedecer à vontade celeste, pois o trabalho foi colocado na vida humana como meio de santificação. Nesses contextos, o trabalho é elevado à categoria espiritual, pela qual o ser humano se torna coautor da obra e dos planos divinos. É fonte de sobrevivência, assim como fonte de valor e elevação moral e espiritual.

CAPÍTULO II - COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA DO TRABALHO BANCÁRIO

A existência vivida é atravessada por diferentes modos de ser. Os modos são formas sob as quais o mundo se apresenta em diferentes épocas, como afirma Critelli (2012, p.245): “o modo em que as coisas se apresentam com sentido para isto que nós mesmos somos”. Cabe, dessa forma, refletir sobre o modo em que o ser do sujeito que se constitui e, simultaneamente, relaciona-se com as coisas do mundo que lhe atribuem sentido. Os modos de ser são mais que a sucessão de eventos encadeados e reconhecíveis, tal como se forjaram no processo histórico. Nessa direção, os eventos que constituem a história e a evolução dos bancos públicos no Brasil são, em verdade, cenário para abertura e possibilidades de desocultamento do ser bancário. Por essa razão, os pressupostos da prática psicológica devem considerar o mundo como espaço de abertura e comparecimento do ser do sujeito.

Um profissional que se encontra há mais de trinta anos trabalhando, aparentemente por decisão pessoal, é, certamente, contexto viável de investigação para se entender como tem respondido às etapas da sua vida. Essas pessoas, por meio de decisões frente às circunstâncias e às ocupações do cotidiano, foram se apropriando de modos de estar no mundo de forma que o trabalho e o contexto bancário integrassem sua história pessoal.

Os(as) bancários(as) representam categoria profissional cujos modos de ser e trabalhar refletem, de forma intensa, as transformações do trabalho contemporâneo, caracterizando-se cada vez mais como imaterial, em função das suas atuais formas de estruturar e organizar o trabalho, em especial, via novas tecnologias da informação e comunicação. Assim, a categoria reveste-se de posição de destaque para os estudos no campo da Psicologia e da Saúde Mental. Em especial, considerando-se o foco desta pesquisa, o recorte na categoria dos(as) bancários(as) longevos(as).

O estudo do(a) trabalhador(a) nos bancos tem sido alvo de preocupações, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, quando o sistema financeiro no Brasil e nos países da América Latina sofreu radicais mudanças, para ajustes da economia à realidade dos programas neoliberais.

Relatar a história e descrever a atividade bancária, pela sua amplitude e extensão, exige delimitação para orientar o olhar a uma dentre as muitas possíveis compreensões sobre essa realidade. Nesta pesquisa ateu-se ao que é pertinente aos aspectos existenciais presentes no viver dos(as) bancários(as) longo(as) que coexistem e têm se articulado na história dessa categoria de trabalhadores.

No presente estudo muitas questões se apresentaram: a forma como esse grupo tem convivido com as demandas cada vez mais exigentes do contexto de trabalho em que a fluidez e a volatilidade imperam; os modos como lidam com o medo de se tornarem obsoletos(as) e serem até mesmo excluídos(as); e, qual o sentido de trabalho que ser bancário(a) de um banco público tem-se mostrado para o grupo dos(as) longo(as).

Para iniciar esta abordagem, passa-se a narrar, de forma breve, o percurso da categoria profissional de bancário no Brasil, com ênfase nos impactos das transformações do modo de trabalho bancário na autocompreensão do ser bancário(a), desde a “pessoa de bem”, passando pelo(a) operador(a) de computadores e outros dispositivos eletrônicos até ao(à) bancário(a) vendedor(a), que lida com o trabalho intenso e imaterial, de alta performance dos dias atuais.

Optou-se por abordagem cronológica, marcando as principais transformações vivenciadas no segmento bancário, mas com o olhar atento à figura do(a) bancário(a) e em sua relação com o trabalho realizado. Como o objetivo deste capítulo é fornecer subsídios para se compreender o(a) bancário(a) longo(a) de um banco público no Brasil, foca-se, sempre que possível, no lugar ocupado pelos bancos públicos no Sistema Financeiro Nacional – SFN.

No último bloco deste capítulo, considerou-se fundamental aprofundar a reflexão sobre o método fenomenológico existencial de Hanna Arendt e rever a Análise Existencial e a Logoterapia de Victor Frankl. Estes fundamentos oferecerão subsídios para o tratamento do *corpus* da pesquisa.

2.1 Percurso histórico da atividade profissional da categoria bancária no Brasil

O início da atividade profissional da categoria bancária data de 1808, com o surgimento do primeiro banco no país, por ocasião da vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil. Naquele ano, Dom João VI editou um Ato Real determinando o controle administrativo da instituição por pessoas indicadas pelo rei e “a razão para o aparente contrassenso eram os inúmeros favores concedidos pela Coroa à instituição” (Neto, 2004, p.8). Entre esses “favores”, destacavam-se a isenção de quaisquer tributos e o monopólio sobre a comercialização de produtos, como diamante e pau brasil.

Em 1853, com a fusão do Banco do Brasil, fundado por Mauá, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, surgiu a primeira instituição bancária de capital misto, denominada Banco do Brasil, cuja função era emitir papel moeda. Posteriormente, em 1861, foram criadas a Caixa Econômica e o Monte de Socorro do Rio de Janeiro, entidades governamentais de caráter mais social e voltadas ao crédito, precursoras da Caixa Econômica Federal.

Neto (2004) relata que, em paralelo ao surgimento dos bancos públicos, fortaleceram-se duas visões distintas do papel de tais instituições. A primeira identificou o papel dos bancos públicos com o financiamento de projetos e programas implementados pelos planos econômicos ao longo da história brasileira, na indução do crescimento econômico do país, ainda que, inicialmente, de forma regionalizada (Neto, 2004). Decorrente dos constantes episódios de ingerência na gestão dessas instituições, foi-se construindo a segunda perspectiva, que passou a compreender os bancos públicos como instrumentos de acomodação dos

desequilíbrios experimentados pelo Governo Federal ao longo dos anos, caracterizando-se pela falta de transparência quanto ao critério de destinação dos recursos orçamentários para a cobertura de seus déficits, os quais seriam os elementos responsáveis por parcela importante do descontrole monetário e fiscal do país, desde a eclosão das primeiras crises de endividamento externo. Os representantes da segunda corrente advogam que a melhor forma de se evitar interferências na condução de políticas econômicas, afastando seus efeitos sobre a estabilidade monetária, seria a venda dessas instituições para a iniciativa privada.

Atualmente, os bancos públicos têm atuação em quatro grandes dimensões. A primeira é o fomento ao desenvolvimento econômico do país ao ofertarem crédito para setores e modalidades que os bancos privados não têm interesses, por se tratar de operações de maior risco com menor rentabilidade, como a habitação popular, o investimento na economia rural e a infraestrutura urbana. A segunda dimensão é a do estímulo ao desenvolvimento regional, pelas mesmas razões. A terceira e quarta dimensões são, respectivamente, a expansão do crédito em momento de reversão do estado de confiança, a exemplo dos casos das crises econômicas, e a promoção e a viabilização da inclusão bancária.

2.1.1 O desenvolvimento da atividade e do estatuto do(a) bancário(a)

Entre os anos 1923 e 1944, as tarefas bancárias consistiam, basicamente, em operações relativas à conta corrente, ao crédito e à cobrança. Grun (1986) cita que, na década de 1920, os bancários realizavam todas as atividades e operações bancárias manualmente. Os instrumentos de trabalho eram apenas a máquina de escrever e as copiadoras de gelatina que reproduziam as páginas (Canêdo, 1978).

Por muito tempo, o estatuto atribuído a esses(as) trabalhadores(as) frente à comunidade era o de pessoas de respeito e ilibada reputação, pertencentes à elite, destacando-se dos(as) trabalhadores(as) das demais tarefas burocráticas. Os(as) bancários(as) eram vistos socialmente

como pessoas extremamente confiáveis e valorizadas porque desenvolviam atividades de relevância social (Canêdo, 1978).

O elevado estatuto que o(a) bancário(a) ocupava na época não impedia que formas de resistência e organização grupal fossem adotadas pela categoria frente às condições de exploração. Logo no início da década de 1920, surgiu a Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo, entidade de caráter prioritariamente recreativo e beneficente, que se constituiu na primeira experiência de organização dos bancários brasileiros na defesa de seus interesses. A associação assumiu papel mais sindical no início da década de 1930, quando foi reconhecida como órgão representativo da categoria bancária paulista pelo recém-criado Ministério do Trabalho. A partir de então, passou a se chamar Associação dos Bancários de São Paulo.

Em 1933, os(as) trabalhadores(as) do estado de São Paulo criaram sua primeira entidade unitária com a participação da Associação dos Bancários em coligação com os Sindicatos Proletários de São Paulo, cujo objetivo era a coordenação de lutas dos(as) trabalhadores(as) do estado paulista. As principais reivindicações da categoria, naquele período, relacionavam-se a temas como jornada de trabalho, estabilidade empregatícia, salário e direitos sindicais. Campanhas de âmbito nacional foram implementadas, tendo sido conquistados pelos(as) trabalhadores(as), no decorrer das décadas de 1920, 30 e 40: a jornada de seis horas de trabalho diário; a estabilidade aos dois anos de serviço – direito perdido posteriormente com a aquisição da estabilidade somente aos dez anos instituída pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT; o direito à aposentadoria aos trinta anos de serviço ou cinquenta anos de idade; e, férias anuais.

Vale ressaltar que, naquela época, conjuntura política e ideológica, de profunda crise das democracias liberais, marcou o período posterior à Primeira Guerra Mundial e a reação conservadora que se seguiu, crítica ao liberalismo como regime político que “estimulava” o conflito e a desordem, engendrou o nascimento de um projeto político autoritário que se

manifestou em vários regimes fascistas e nazistas, dando origem ao modelo de Estado Corporativo ou Estado Novo.

Por volta da década de 1930, o país viveu a transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, com o crescimento do setor terciário e de forte poder político estatal, orientado para a produção e o desenvolvimento da indústria. Baseando-se em estrutura que integrava no Estado todas as forças sociais e políticas, principalmente as conflitantes, o Estado Corporativo buscava impedir as manifestações de luta de classe, privilegiando a noção da autoridade do Estado como organizador da sociedade.

A Revolução de 1930 lançaria as bases para o padrão corporativo de organização sindical por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da legislação sindical, operando em dois fundamentos básicos: a outorga da representação pelo Estado e o monopólio da representação, da qual se derivou a unicidade sindical. Antunes (1988) explica que o caráter centralizador e intervencionista do Estado, após a Revolução de 1930, e as políticas sindicais manipulatórias do Governo Vargas miravam a intensificação de acumulação e centralização de recursos via o uso da retórica de “colaboração de classes”. Naquele quadro, os serviços do SFN ampliaram-se largamente: bancos e agências bancárias no país saltaram de 249, em 1922, para 1.080 unidades, em 1939 (Jinkings, 1995).

Nos anos 1940, os(as) bancários(as) começaram a utilizar a máquina de calcular e a substituir os grandes livros de registros por cartelas contábeis. Apesar desses avanços tecnológicos e do reconhecimento social do(a) trabalhador(a) bancário(a), durante a primeira metade do século XX, as condições de trabalho do(a) bancário(a) eram difíceis e desgastantes (Canêdo, 1978). A jornada formal de trabalho era de sete horas e meia, frequentemente estendida, com horas extras não remuneradas e trabalhos aos sábados. Especialmente em época de balanço, era frequente a jornada adentrar a madrugada. Canêdo (1978) informa a pesquisa realizada pelo Serviço de Tisiologia do Instituto dos Bancários, em 1938, que identificou a

tuberculose como a doenças mais frequente, em 23% dos(as) bancários(as) examinados(as). A edição de 06/10/1938 do jornal *A Gazeta*, em São Paulo, noticiou o achado e comentou que os afetados pela tuberculose deviam sua situação às desfavoráveis circunstâncias em que trabalhavam quanto aos sítios contaminadores, horários apertados e alimentação insuficiente. Outro mal que acometia a categoria era a psicose bancária, diagnosticada em 259 bancários(as) da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1942. Em entrevista apresentada pela Associação dos Aposentados, registrou-se que esse mal afetava as funções do cérebro, resultando em fraqueza, dificuldade de concentração, dores de cabeça, angústia e excesso de escrúpulos.

A reputação e conhecimentos do(a) trabalhador(a) bancário(a) eram considerados de alto nível e reconhecidos pela sociedade brasileira. A *Folha Bancária*, em sua edição de agosto de 1942, citada por Canêdo (1978, p.43), aponta que o(a) bancário(a) “[...] deve ter uma norma de vida particular e pública irreprovável, deve possuir maneiras polidas, ser bem-educado, ter conhecimentos gerais [...]”. O ingresso na atividade bancária dependia, muitas vezes, da indicação de clientes ou funcionário(a) graduado(a). Não havia concurso público, nem mesmo para os bancos estatais. Exigia-se certo nível de conhecimento geral, noções de contabilidade e domínio da língua portuguesa. Ao analisar a sistemática de seleção para um banco, naquela época, Romanelli (1978), mostra que se requeriam, ainda, normas de condutas compatíveis com os valores da classe aristocrática rural e da burguesia financeira emergente, como, por exemplo, o modo de vestir e de atender o público. Essas características adquiridas fora do ambiente profissional, por meio da escolarização formal e das relações sociais, influiriam no perfil do(a) candidato(a) escolhido(a), especialmente em relação à sua origem de classe pequeno-burguesa. O(a) bancário(a) seria detentor(a) de capital simbólico, vez que se tornava depositário(a) da riqueza alheia gerida pelo banco: o capital confiança. No processo de acumulação desse capital, duas fases seriam percorridas pelo(a) bancário(a). A primeira, ao

ingressar na instituição bancária, quando a mobilização do capital de relações sociais da família era utilizada para conseguir a indicação. A segunda, quando já escolhido(a), o(a) bancário(a) mostrava sua adesão aos critérios de excelência vigentes, levados em conta na sua contratação. A postura profissional era fundamental para a manutenção da imagem de confiabilidade dos bancos, como fiel depositário do dinheiro alheio. A representação que se forjava no nível social com relação ao(à) bancário(a) era de uma “pessoa de bem”, em que a conduta se pautava pela honestidade e retidão de caráter. O aprendizado das atividades acontecia pela aquisição gradual de conhecimento dos serviços bancários referenciados na noção de *métier* (trabalho, emprego), confundindo-se com o ato de se tornar uma “pessoa de bem”.

2.1.2 A Reforma Bancária de 1964 e a automação

O intenso crescimento industrial dos anos 1950, especialmente na segunda metade daquela década, acelerado pela ousada interferência do Estado, trouxe repercussões importantes no SFN. Os bancos, a partir de então, assumiram novo papel. À função de intermediadores entre produção, distribuição e consumo, agora acrescentava-se lhes a de investidores em outros setores produtivos, fundindo recursos industriais e agrários. Vale lembrar que o desenvolvimento econômico não aconteceu ou foi uniforme em todo território nacional. A expansão capitalista via industrialização privilegiou, desde suas origens, o Centro e o Sul do país. Evidentemente, o SFN, controlador dos recursos provenientes dos setores produtivos, seguiu o mesmo caminho. São Paulo, estado hegemônico na produção industrial, tornou-se polo financeiro, concentrando o maior número de estabelecimentos bancários.

Até o início dos anos 1960, a atividade do(a) bancário(a), que era de pequena complexidade, não passou por profundas transformações. As rotinas eram criteriosamente definidas a partir da lotação do(a) bancário(a) – se na Matriz ou Diretoria, se nas agências. Na

Matriz ou Diretoria, realizavam-se as atividades de controladoria, tesouraria e pessoal. O atendimento dos clientes era realizado nas agências, nas quais as funções e os papéis dos bancários eram bem definidos. Os bancos, públicos e privados, atuavam de maneira segmentada e regionalizada. Com a finalidade de estruturar o país, para que fosse possível prestar mais suporte aos recursos financeiros vindos da indústria e do comércio, o Governo Brasileiro pós-1964 implantou a Reforma Bancária, que marcaria intensamente o processo de centralização da geração de riquezas no Brasil.

Anteriormente à onda mais intensa de implantação da automação bancária no Brasil, por volta de 1980, o trabalho bancário possuía conotação diferenciada da atual. A natureza da atividade realizada, o produto do seu trabalho juntamente com o estatuto da função de bancário(a), proporcionava a esses(as) trabalhadores(as) percepção de alta relevância de seu trabalho para a sociedade. Acrescente-se a isso, o fato de que a categoria de bancário(a) apresentava alto nível de escolaridade, sobretudo se comparada à população em geral e, em especial, aos(as) trabalhadores(as) do setor primário e secundário da economia brasileira (Segnini, 1998). Os(as) bancários(as) pertenciam a uma categoria profissional altamente escolarizada em um país de elevado *déficit* educacional, no qual apenas 11% das pessoas conseguiam concluir o terceiro grau. A categoria esteve no topo das cobiças de considerável parte dos(as) trabalhadores(as) da classe média. Quem não teve em sua família uma pessoa que, hoje com aproximadamente 65 anos, sonhou ter vínculo de trabalho com um banco, especialmente um banco público?

A Reforma Bancária ocorrida em 1964 contribuiu para consideráveis alterações na atuação da categoria. A Lei 4.595 (de 31/12/1964) regulamentou a atuação dos bancos, inspirando-se no modelo americano que, juntamente com a Reforma do Mercado de Capitais (Lei 4.728, de 14/07/1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo (1964/65), criou mecanismos legais de controle e fiscalização das instituições públicas e privadas do setor

financeiro. As leis que constituíram a Reforma Bancária converteram-se em instrumentos institucionais de suporte às políticas econômicas baseadas na concentração de renda e no arrocho salarial.

A partir do final da década de 1960, a rede bancária passou a centralizar serviços de arrecadação de impostos e taxas, de cobrança para empresas públicas e privadas, entre outros. Esses serviços ampliaram-se de tal forma que os bancos brasileiros se tornaram, na prática, “supermercados de crédito” (Jinkings, 1995, p.37). A nova configuração do SFN e a multiplicidade de serviços oferecida pelos bancos não só às empresas, mas também às pessoas físicas, desencadearam maior concorrência entre essas instituições. As agências bancárias se transformaram em pontos de venda, para, assim, atrair clientes e realizar as vendas dos produtos bancários. Alguns dos impactos positivos nas mudanças foram o visível aumento da alocação de mulheres para as tarefas vinculadas ao atendimento e o fato de a clientela adquirir, gradativamente, posição destacada no processo de trabalho dos(as) bancários(as).

Nessa mesma época, a intensificação da industrialização brasileira demandou ajustes no setor bancário, principalmente nos bancos públicos, a fim de que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país e atender a demandas cada vez mais frequentes de crédito. O novo cenário exigia mudanças internas que garantissem o controle das diversas atividades desenvolvidas pelos bancos. Fez-se necessária a padronização de rotinas e processos internos em formatos mais rígidos, codificados em normas divulgadas nas agências pelos manuais de instrução e regulamentos internos de cada banco. Os procedimentos contábeis passaram a ser homogeneizados pelo Banco Central do Brasil - BCB, em 1967, e contribuíram para que o serviço do(a) bancário(a) fosse caracterizado por alto grau de normatização, ocasionando profundos impactos nas suas condições de trabalho. A atividade bancária, aos poucos, se tornava rotineira, padronizada, regulada por sistemas rígidos e normatizados, rompendo com a autonomia que cada banco possuía para organizar o seu trabalho.

Além disso, naquele mercado com grandes possibilidades de expansão eram necessárias rapidez, eficiência e agilidade no tratamento das informações, o que estimulou o desenvolvimento da informatização.

O setor financeiro transformou-se em ilha setorial de modernidade em um país caracterizado por altas taxas de analfabetismo, desemprego, carência nutricional e defasagem tecnológica em vários setores da economia. Foi extremamente significativo o montante de investimento em tecnologia promovido pelos banqueiros (Segnini, 1998). Inovações organizacionais, com impactos na produtividade, nas condições de trabalho e no perfil do(a) bancário(a), além de novas formas de gestão, foram introduzidas concomitantemente à informatização. Na mesma proporção, emergiram novos desafios ao movimento sindical, que capitaneava variadas manifestações nos locais de trabalho.

Jinkings (1995) comenta que a tecnologia de base microeletrônica, no SFN, efetivou-se, inicialmente, com a criação dos Centros de Processamentos de Dados, os CPD – grandes espaços físicos em que os(as) bancários(as) realizavam as atividades de “fechamento” das atividades das agências, interagindo com as informações disponibilizadas pelos computadores de grande porte.

O desenvolvimento da automação bancária pode ser compreendido em quatro momentos. No primeiro movimento de implantação, a informatização dos bancos não ocasionou redução dos postos de trabalho. Garcia (1999) afirma que, no final da década de 1960 e em toda a década de 1970, a inflação elevada possibilitou altos índices de lucratividade para a indústria financeira e, por conseguinte, impulsionou a ampliação da rede de agências e a contratação de empregados(as). O longo período inflacionário no Brasil permitiu que o setor financeiro representasse, à época, 14% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Posteriormente, em 1995, representaria cerca de 8%. Constatou-se, nesse período, a mudança do perfil do(a) trabalhador(a) de banco, de contador(a) com conhecimentos sobre todos os

processos internos e detentor(a) de alto estatuto social, a um(a) empregado(a) pouco qualificado(a), fragmentado(a) em tarefas simples.

Um segundo momento da informatização, etapa do processo de automação, aconteceu com a implantação do sistema *on line*, no início da década de 1980. O sistema *on line* permitiu a interconexão do fluxo de informações das agências do mesmo banco em tempo real. Com o sistema *on line* implantado, a natureza do trabalho bancário mais uma vez sofreu alteração, pois o fluxo dos documentos em papel manipulados e contabilizados diariamente foram substituídos por dados armazenados e tratados em sistemas eletrônicos (Ruffeil, 2002).

O terceiro momento da informatização nas agências bancárias, também iniciado na década de 1980, chamado de automação de retaguarda, foi caracterizado pela automação dos terminais das agências, que passaram a estar conectados ao computador central do banco, permitindo o fornecimento de dados em rede.

Um quarto momento, já no final da mesma década, permitiu a captura e transferência de dados externamente às agências bancárias, ou seja, nas residências, lojas e escritórios.

2.1.3 A intensificação de doenças ocupacionais

A partir do momento em que grande parte das tarefas contábeis, antes realizadas na retaguarda das agências, foi transferida para os centros de fechamento contábeis dos bancos, iniciou-se um processo de fragmentação e esvaziamento do conteúdo do trabalho do(a) bancário(a) tradicional, conhecedor(a) de contabilidade e detentor(a) da visão global dos seus processos de trabalho.

A introdução do sistema *on line* permitiu aos(às) bancários(às) que trabalhavam na função de atendimento e nos caixas dos bancos, a consulta dos dados diretamente em terminais remotos, com exceção da conferência da assinatura. O sistema *on line* aumentou drasticamente a rapidez e a produtividade do(a) bancário(a) caixa, que passou a ficar mais fixo(a) no posto de

trabalho com aumento de ritmo e diminuição de tempos na realização das tarefas para, assim, gerar mais produtividade. Simultaneamente, elevou-se o tempo dispendido na entrada de dados dos sistemas informatizados, pois os códigos e valores dos documentos passaram a ser digitados pelo(a) próprio(a) bancário(a) caixa, o que, às vezes, incluía a introdução de até trinta dígitos para pagar um único cheque. A simplificação das tarefas de digitação dispensou o uso de raciocínio complexo, julgamento e decisão. Essas rotinas, monótonas e entediadas, podem induzir a um esvaziamento da motivação, o que provoca aumento de fadiga.

A pesquisa do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - DIESAT, realizada nos meados de 1985, constatou alto desequilíbrio e descompasso entre o ritmo de realização e processamento das máquinas e a densidade das informações capazes de serem absorvidas pelo cérebro humano. Profissionais que trabalham intensamente com terminal de computadores tendiam a permanecer em estado de excitação cerebral, sendo que a aceleração mental exibia propensão de aumento ao longo da jornada de trabalho. Dois problemas relacionados com tarefas de entrada de dados pela digitação foram identificados naqueles(as) trabalhadores(as): a queda de compreensão e motivação para a leitura e a diminuição da capacidade de aprendizado. A pesquisa concluiu que o controle rígido das atividades, somado à ausência de criatividade, seja nos movimentos físicos durante a tarefa ou a falta de alternativas para modificar a atividade, provocava o aumento de tensão pela elevação da adrenalina no organismo dos(as) trabalhadores(as). Esses aspectos, aliados à rigidez característica da atividade bancária, induziam à modificação dos comportamentos do(a) bancário(a), como, por exemplo, na capacidade de memória e em alterações na dimensão afetiva do(a) trabalhador(a) que repercutiam na vida familiar e social. “A rigidez passa a fazer parte do modo de ser da pessoa, ocorrendo um embotamento afetivo gradual que aos poucos se instala e termina por alterar substancialmente as relações interpessoais” (DIESAT,1985, p.154).

Outros autores também descrevem esses impactos sobre os(as) bancários(as) a partir da implantação do sistema *on line*. Romanelli (1978) ressalta que a necessidade da obediência a manuais e normas rígidas transpõe a rigidez para a vida diária. Ferreira (1992) descreve em seu estudo as consequências de um “erro” ou das vivências conflituosas no trabalho e afirma que, nessas situações, os pensamentos invadem a vida intrapsíquica do(a) bancário(a) e seus sonhos, gerando trabalho psicológico pós-jornada.

Tal como ressalta Brandimiller (1992), o limite de velocidade, à época da implantação do sistema *on line*, era dado apenas pelo toque do(a) operador(a). Não havia qualquer bloqueio ou impedimento da quantidade de toques que o(a) bancário(a) pudesse realizar no seu terminal ao realizar uma operação. Naquela época, a produtividade do(a) bancário(a) que realizava as rotinas de caixa era medida em números de toques e vinculadas a níveis salariais mais altos e prêmios, desenhando cenário propício para o incentivo à competição entre os(as) colegas. Aos(Às) mais velozes, reconhecimento e valorização, e, aos(às) menos produtivos(as), sensação de exposição. Esse contexto determinava que os(as) caixas realizassem médias equivalentes entre dezessete e dezoito mil toques por cada hora (Brandimiller, 1992), levando expressivo contingente de trabalhadores(as) a apresentar sintomas de dor e lesões nos membros superiores.

Os agravos de doenças relacionadas ao trabalho bancário podem ser compreendidos como a combinação de vários fatores de riscos, somados à percepção da realidade de cada trabalhador(a). Estudos no âmbito da Psicossociologia apontam que as doenças relacionadas ao trabalho são a manifestação somática das angústias vividas pelo(a) trabalhador(a) em seu conturbado contexto profissional, marcado pelo medo do desemprego, diminuição dos direitos, da violência e redução ou falta de perspectiva e de realização pessoal (Costa, 2000).

Foi justamente nesse contexto que a temática das Lesões por Esforços Repetitivos - LER ganhou importância e repercutiu no Brasil. As organizações sindicais começaram a

receber grande número de queixas referentes a desconfortos relacionados ao sistema muscular e osteoarticular.

Sindicatos e profissionais de saúde promoveram movimento para o reconhecimento legal da LER. Em 1987, a Previdência Social reconheceu que a LER havia sido, naqueles últimos anos, a doença ocupacional registrada mais prevalente entre os bancários. A repetibilidade dos gestos e tarefas é vista como elemento importante na relação entre bancário(a) e banco, pois é inerente à atividade realizada e corresponde à exigência específica de uso do corpo (Costa, 2000, p. 47).

Com a nova organização do trabalho automatizado, o(a) bancário(a) foi levado(a) a se adequar a tempos abstratos que desrespeitavam seu ritmo biológico.

Juntamente com a LER, foram identificados os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT, processos inflamatórios que acometem os tendões, músculos e nervos, e são decorrente de atritos desses elementos uns contra os outros em determinados locais do corpo, como punhos e ombros, durante a realização de tarefas como operações em terminais de computador, montagem de peças, deslocamento de pesos, entre outros.

A diferença entre os dois diagnósticos é que a LER supõe que o(a) trabalhador(a) esteja lesionado(a) e, no caso do DORT, sintomas como dor e formigamento podem aparecer nos braços, costas, ombros, cotovelos e mão, sem que a pessoa esteja com a lesão instalada, ou seja, o distúrbio pode estar presente, mesmo que o corpo não esteja lesionado. Tal fato não exime as empresas da responsabilidade pela saúde de seus(suas) funcionários(as). A distinção apenas facilita a compreensão dos mecanismos que produzem o sofrimento e permite que se orientem ações mais eficazes que às que estavam em vigor, para o tratamento e a prevenção do problema de saúde pública que elas representam (Costa, 2000).

A compreensão sobre o complexo DORT/LER é distinta entre sindicatos e bancos. Cunharam-se expressões para se referirem ao complexo como “ganância do patrão”, “bandeira dos sindicatos”, “produto da exploração do trabalho pelo capital”, “manha do trabalhador”. As

explicações adquiriram estatuto de verdade para cada uma das partes envolvidas no embate. No entanto, não é apenas a mesa ou a cadeira fora dos padrões considerados ergonomicamente adequados que contribui para o aparecimento de sintomas dolorosos nos(as) caixas ou bancários(as) de outras áreas. A tensão produzida pelo estabelecimento de prazos, muitas vezes irrealis, quanto ao atingimento de metas; o convívio em um ambiente hostil e restritivo quanto à possibilidade de crescimento profissional e de satisfação de necessidades pessoais; e, o contexto econômico, instável e ameaçador, que coloca em risco o patrimônio e a segurança pessoal e familiar provocam o sofrimento, muitas vezes percebidos como dor.

O impacto das novas tecnologias no sistema bancário brasileiro pode ser explicado, em sua perversidade e paradoxo, pelo pensamento de Hannah Arendt (2014) com relação à Modernidade e à Ciência. Para a autora, o objetivo da Ciência, a mesma que permitiu ao humano chegar à lua, não é mais intensificar e tornar confortável as experiências humanas. Se o cientista refletisse mais sobre o ser humano e em como viabilizar seu bem-estar, provavelmente não se teriam alcançado os limites atuais da Ciência, produzindo alternativas que impactam negativamente o próprio ser humano.

Afirmar que cérebros eletrônicos compartilham com as demais máquinas a capacidade de fazer o trabalho humano melhor e mais rápido, e que computadores têm capacidade de fazer o que o cérebro humano não pode compreender, é, para Arendt (2014), se não alarmante, no mínimo, equivocado. Suplantar a capacidade cerebral humana e dar vez unicamente à força de trabalho provoca perplexidade naqueles(as) que concebem a mente humana dotada de intelecto, afetividade e emoções. O que é denominado inteligência e que pode ser medido, dificilmente se remete à qualidade da mente humana. O quadro de referência construído pela Ciência Moderna é paradoxal e o atraso das Ciências Humanas e Sociais diante das Ciências Naturais e do desenvolvimento do ser humano que pensa têm atormentado os cientistas. Produz-se a

técnica e fortalece-se o racionalismo científico, independente do conforto ou do incômodo que possa ocasionar à humanidade.

Novas exigências organizacionais, derivadas da expansão do SFN e da multiplicação das agências bancárias pelo território nacional, juntamente com o aumento de serviços proporcionados à clientela, indicavam a necessidade de maior centralização de poder pela administração geral dos bancos. Conjuntos de normas e procedimentos de trabalho a serem seguidos por todos(as) os(as) bancários(as) eram formulados e remetidos às agências e às centrais de processamento de dados, induzindo a formas cada vez mais racionais e hierarquizadas do trabalho para aumentar a produtividade e reduzir custos operacionais. Além de burocrático e sedimentado em estrutura de poder distante e impessoal, contida nos regulamentos, o processo de trabalho bancário se tornou totalmente sujeito a manuais. Canedo (1978) afirma que essa sujeição ao poder normativo lentamente se transformou em hábito, arraigando-se cada vez mais, conduzindo à postura rígida face à execução das tarefas e conduta pouco flexível nas relações interpessoais.

2.1.4 A terceirização dos serviços bancários

A redemocratização, as graves crises econômicas e o fortalecimento do movimento sindical definiram o contexto social dos anos 1980. Era premente a necessidade de os bancos públicos e privados investirem cada vez mais em informática, expansão custeada pelas altas taxas de lucro características da alta da inflação, a chamada ciranda financeira.

O sistema de informatização provocou o fortalecimento do processamento de dados em redes que incluía todas as instâncias do banco em suas relações com o sistema financeiro, nas operações de governo e com clientes. Tal situação provocou intenso desligamento de empregados(as) vinculados(as) ao processamento de dados e o fortalecimento da terceirização,

já iniciada nas áreas de apoio, como limpeza e vigilância, ampliada, agora, para atividades como processamento de dados, compensação de documentos e microfilmagem.

Antunes (2009) observa que a implantação do sistema *on line* provocou ainda mais o esvaziamento da atividade bancária nas agências. Nesses espaços de trabalho, o advento da automação dispensava dos(as) bancários(as) conhecimentos mais elaborados de contabilidade e administração, tais como cálculos de juros, fluxo de caixa, levando esses(as) trabalhadores(as) a perderem a visão do processo de trabalho em sua globalidade. A fragmentação das tarefas, assim como a separação entre concepção e a execução da atividade, desapropriavam o saber do(a) bancário(a). A redundância vinculada à necessidade de aumentar a confiabilidade do banco junto à clientela, explicitava-se nas conferências realizadas sucessivamente por empregados(as) alocados(as) em diferentes seções de trabalho. O(a) bancário(a) submeteu-se, então, à racionalização por rotinas sistematizadas e rígidas, em tarefas simplificadas e realizadas também por prestadores(as) de serviços terceirizados(as). Constatou-se espécie de polarização: de um lado, digitadores(as) e conferentes que desenvolviam atividades de baixa complexidade; de outro, relativo pequeno número de cargos técnicos qualificados, como operação e programação, criados pela própria automação. Nesse contexto, cresceu a insatisfação e, com isso, a fragilidade psíquica e somática do(a) bancário(a), ainda que não houvesse esforço físico nas atividades. O desgaste maior estava no contínuo esforço para tolerar situação que parecia imutável e geradora de sofrimento psíquico. Esse esforço contribuiu para o desencadeamento de doenças.

Garcia (2007) comenta que a terceirização no setor bancário abriu espaço para o aumento da exploração do(a) trabalhador(a) ao tempo em que os bancos se beneficiaram com o crescimento das margens de lucratividade ao diminuir os custos com pessoal por meio de novas formas da gestão do trabalho. Campello (2004) afirma que a terceirização e o trabalho

por tarefas e por tempo parcial, como o dos(as) estagiários(as), são formas explícitas de subemprego.

Nesse contexto, até o início do ano 2000, nos bancos públicos e privados em todo o país, os(as) terceirizados(as) e estagiários(as) superavam numericamente o quadro de pessoal regularmente contratado. Pesquisa realizada por Campello, em 2004, constatou que 40% do contingente de trabalhadores(as) das agências bancárias dos bancos públicos no Estado do Rio Grande do Sul, era de prestadores(as) de serviços e estagiários(as).

A terceirização foi implementada, em especial, nas atividades pouco estratégicas, burocráticas, que poderiam ser realizadas de forma padronizada, ou seja, atividades de simples execução. Nesse escopo, incluíam-se serviços de compensação, microfilmagem e processamento de dados, entre outros, ou seja, atividades que não puderam ser eliminadas ou substituídas por completo pela informatização. Na mesma proporção, as atividades terceirizadas também poderiam ser aquelas que exigissem alta qualificação técnica e para as quais o investimento pelo banco implicaria em altos custos e, possivelmente, geraria relação de dependência com esses(as) empregados(as), o que não se mostrava vantagem para os bancos (Segnini, 1998; Jinkings, 2002).

A presença de trabalhadores(as) com salário inferior ao dos(as) bancários(as) e, por isso, com menor custo e maior exploração, facilitou a redução de postos de trabalho bancários e operou como forma de pressão para a redução de vantagens historicamente conquistadas pela categoria. Com a terceirização, constatou-se o rebaixamento das condições de trabalho, ao se comparar os(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) aos bancários(as), sejam de bancos públicos ou privados. Não havia acesso de empregados(as) terceirizados(as) a oportunidades de treinamento e desenvolvimento profissional nas mesmas condições do quadro permanente das empresas bancárias. A segmentação de trabalhadores(as) entre “titulares” e “prestadores de serviços” (termos utilizados pelos(as) bancários(as)), dividindo o mesmo ambiente físico,

criou obstáculos à integração de trabalhadores(as) terceirizados(as). As diferenças na inserção dos(as) empregados(as) terceirizados(as) no ambiente da corporação, seja pública ou privada, podiam ser constatadas pelo local em que faziam suas refeições diárias, o acesso às políticas de recursos humanos e à informação sindical, em uma mescla de discriminação e solidariedade.

2.1.5 A imaterialidade do trabalho bancário

O objeto do trabalho bancário, o dinheiro, é desprovido de concretude como a do objeto do trabalho na indústria, pois tanto a matéria-prima como o produto do trabalho bancário resumem-se a papéis. A manipulação e o controle, seja direto ou indireto, do dinheiro que é captado e emprestado pelos bancos constitui o centro do trabalho bancário. São serviços abstratos e racionalizados, submetidos a controles que caracterizam a natureza da imaterialidade dessa forma de trabalho. Romanelli (1978) descreve as características do trabalho dos(as) bancários(as) como um conjunto de operações que se desvanecem e se esgotam ao final de cada expediente em mera transcrição de algarismos e em documentos diversos, por sua vez transformados em outra quantidade de papéis, representativos de cifras indicadores de volume de financiamentos e dos juros ou comissões, cobrados pelos bancos. Essas operações são a metamorfose do dinheiro alheio, tornando-o, de certa forma, anônimo, mas impulsionador da produção de mercadorias.

A produção de trabalho imaterial, afirma Antunes (2006), é tendência que se fortalece a cada década. A imaterialidade, característica do resultado de determinados tipos de trabalho, escapa do esquema de mensuração precisa de valor. O trabalho imaterial é o conjunto de atividades motoras, intelectuais, afetivas e comunicativas inerentes à atividade realizada pelo(a) trabalhador(a) (Grisci, 2006). O trabalho imaterial carrega componentes que geram resultados incongruentes com padrões clássicos de mensuração. O trabalho que é imaterial extingue-se

simultaneamente à sua produção, assim como as características intrínsecas de quem o realiza. O trabalho imaterial mobiliza a inteligência, a imaginação e o saber do(a) trabalhador(a), além de ser reconhecido como base fundamental da produção. À medida que em dada sociedade cresce o contingente de pessoas que realizam trabalho imaterial, crescem também os problemas pessoais e de saúde decorrentes de sua intensificação (Dal Rosso, 2006). A imaterialidade no trabalho está sendo valorizada e demandada cada vez mais, tal como a imposição normatizadora na qual o(a) trabalhador(a) se torna sujeito ativo do trabalho como condição indispensável à produção.

O trabalho imaterial, segundo Antunes (1995), se encontra na fusão da nova relação de produção e consumo por materializar as necessidades a partir do afeto e do conteúdo das informações, como é o caso do atendimento ao público, também realizado pelos(as) bancários(as). A imaterialidade resulta da intercessão entre a subjetividade do trabalho e o processo produtivo que impõe ao(à) bancário(a) ocupante de funções gerenciais tomar decisões, analisar situações e oferecer alternativas diante das necessidades trazidas pelo(a) cliente. Trata-se, afirma o autor, da vivência de uma subjetividade inautêntica, pois a subjetividade presente nesse tipo de atividade profissional está voltada para a lógica de mercadoria.

2.1.6 A intensidade do trabalho bancário

No ano de 1980, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos - DIEESE constatou, em pesquisa, que a atividade do(a) bancário(a) era extremamente técnica por possuir formas rígidas de organização, com regras pré-fixadas de difícil modificação e extrema divisão das tarefas, envolvidas em linha de produção. Ou seja, na maioria das vezes, a atividade era simples, esvaziada de conteúdo e realizada em cadeia, na qual havia alguém esperando que fosse terminada uma tarefa para iniciar a subsequente. Estabelecia-se a pressão para a finalização das operações nos prazos predeterminados, de forma

a não atrasar os(as) colegas que realizavam as etapas seguintes. Percebiam-se sequência e redundância de atividades justificadas pela necessidade de dar confiabilidade aos processos e operações realizadas no banco. Por exemplo, o somatório do resultado da atividade do(a) caixa é repetido na compensação, passando os documentos para a fase posterior de digitação. O trabalho, assim, era fragmentado na percepção e controle de cada sujeito, só adquirindo significado ou se tornando produto ao final de inúmeras tarefas parciais.

Quanto aos aspectos cognitivos do trabalho na atividade bancária, Campello (2004) descreve que são requeridos uso intensivo de memória, atenção concentrada, rapidez, precisão psicomotora, acuidade visual e, em alguns casos, raciocínio na tomada de decisão de riscos. O autor também percebeu aumento da carga do trabalho, tanto física quanto mental, o que é paradoxal, vez que, aparentemente, as tarefas simplificavam-se a cada ano.

Sobre a carga de trabalho, Antunes (1988) afirmava que a mensuração se relacionava diretamente com a intensidade da atividade que era realizada, ou seja, com o grau de energia pessoal investido pelo(a) trabalhador(a). Avaliar a intensidade do trabalho requeria que se focasse o raciocínio no(a) trabalhador(a) e não em outros componentes do processo, como a capacidade de alterar o resultado assim como as condições tecnológicas. Do(a) profissional era exigido algo mais, seja físico, seja intelectual ou psíquico.

A noção de intensidade do trabalho está voltada para o dispêndio de todas as capacidades do(a) trabalhador(a), ainda que faça uso mais localizado de esforço físico, cognitivo, psíquico ou afetivo. É o(a) trabalhador(a) em sua totalidade de pessoa humana que desenvolve a atividade, não apenas mão de obra como força física, capacidade intelectual ou emocional.

Um trabalho intenso é aquele que envolve mais que o esforço físico, a acuidade mental, a afetividade despendida e os saberes adquiridos e acumulados no tempo. Além do envolvimento pessoal, o(a) trabalhador(a) faz uso das relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores, sem os quais se tornaria vazia ou inócua a realização de sua atividade.

Dal Rosso (2006) afirma que em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem competição sem limites, tais como atividades financeiras e bancárias, o(a) trabalhador(a) é cada vez mais cobrado(a) por resultados e por maior envolvimento no trabalho. Serviços que fazem apelo à capacidade de relacionamento interpessoal e às habilidades de comunicação e afetivas, como no caso de atendimento ao público, estão crescendo sistematicamente a oferta de emprego, mas, também, se destacam como os setores em que mais se concentram os capitais e nos quais as formas de competição por resultados, por produtividade e por eficiência adquirem contornos mais ferozes. Os trabalhos apoiados em computadores, sistemas de comunicação, telefones celulares e outros tipos de tecnologias midiáticas se sucedem no mercado e tendem a romper com o padrão dos tempos de trabalho separados nitidamente dos tempos de não-trabalho. Essas fronteiras se tornam cada vez mais difusas e os tempos de trabalho invadem os tempos de não-trabalho, afetando a vida individual e coletiva.

As pressões oriundas de formas despersonalizadas nas atividades profissionais ocasionam sofrimento psíquico, situando-se em espaço intermediário à doença. O(a) bancário(a) trava diariamente embate entre suas condições psicológicas, responsáveis pela preservação da saúde, e as situações conflituosas no trabalho, como se estivesse em uma batalha para manter sua saúde psíquica e manifestar comportamentos que sejam aceitos dentro dos critérios sociais de normalidade, o que causa muito desconforto. Com o passar do tempo, esse estado de constante luta pela normalidade, os recursos defensivos começam a falhar, podendo ocorrer quadro de descompensação e até de doença psíquica.

2.1.7 A reestruturação produtiva na atividade dos bancários

Pesquisadores como Campelo (2004), Navarro e Silva (2012), Mendes e Resende (2004), Coutinho (2009), Grisci (2002, 2006) e Reckziegel (2012) alertam para as graves

repercussões da globalização e da reestruturação produtiva entre os(as) bancários(as), principalmente no setor público.

Muitas transformações nos processos de trabalhos transformaram-se em fatores patogênicos. Um exemplo seria o da convivência com a flexibilidade tecnológica que exige do(a) trabalhador(a) a imediata adaptabilidade física e mental. É exigido maior envolvimento e cumprimento de metas organizacionais e padrões cada vez mais altos de produtividade, acirrando a competitividade na busca por reconhecimento ou, pelo menos, a manutenção das vantagens conquistadas, como promoções e prêmios. Outro exemplo seria o das formas de gerenciamento de equipes e processos que utilizam tensão intencional para que os problemas apareçam e o ritmo de produção se intensifique, sem que haja prejuízo técnico. Os novos modos de gestão contribuem e moldam as formas de trabalhar e viver dos(as) bancários(as). Desses profissionais cada vez mais são exigidos flexibilidade, adaptabilidade, participação, autodesenvolvimento constante, autonomia nas decisões, afetividade nos relacionamentos e disponibilidade total na forma de engajamento pessoal diante das demandas sempre mutáveis da corporação e do mercado, ao tempo em que há excesso de exposição ou falta de privacidade. Esse cenário de controle emocional, destaca Grisci (2008), gera adesão voluntária aos modos de gestão de si compreendidos como autocontrole, que afetam não só os modos de trabalhar, mas de ser e de viver.

Aderir incondicionalmente aos critérios de rentabilidade e lucro do banco é próprio da atividade do(a) bancário(a). A recusa implica ter sua condição ameaçada e exposta. Nos bancos, sob a ideia da qualidade no atendimento e excelência nos serviços, o(a) bancário(a) vende sua força de trabalho à categoria de instituição mais representativa do sistema capitalista e lhe é exigido incorporar o ideário do capital e as condições de produtividade. Longe de ocupar o lugar de trabalhador(a), o(a) bancário(a) se apropria da personificação do próprio capital (Antunes, 2013).

2.1.8 Impacto dos Planos Econômicos e das diretrizes liberais

O setor financeiro brasileiro foi vanguarda das transformações na estrutura e rearranjos na organização do trabalho. Um dos aspectos mais significativos foi a incorporação de novas tecnologias. Um contexto de acirrada concorrência bem como a redução dos índices inflacionários, particularmente com os Planos Collor (1990) e Real (1994), formaram o pano de fundo para três fenômenos sociais característicos no setor bancário, afetando também os bancos públicos: a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a intensificação do ritmo de trabalho (Navarro & Silva, 2012). Durante o Governo Collor, os bancos públicos e as demais estatais estavam imersos numa crise de estagnação provocada pela tentativa do Governo Federal de realizar a reforma previdenciária. Com receio de serem impactados pelas novas regras para a aposentadoria que ameaçavam entrar em vigor, os(as) trabalhadores(as) submeteram número expressivo de pedidos de aposentadoria naquela época. Reckziegel (2012) lembra que o próprio governo fomentava a visão de que empregados(as) públicos(as) ganhavam altos salários e produziam pouco, o que paulatinamente depreciou a imagem dos(as) empregados(as) e bancários(as) do setor público. A estratégia justificou a onda de privatizações iniciada, em seguida, pelo Governo, com o argumento de que as estatais eram pouco rentáveis e competitivas.

Em 1990, aproximadamente 3.000 bancários(as) concursados(as) e admitidos(as) no regime da CLT foram desligados(as) de um só banco público sob a alegação de política de enxugamento de pessoal. A estabilidade empregatícia, mesmo não sendo garantia legal, era tradição em bancos públicos. Existia, de certa forma, a cultura da estabilidade, vez que os(as) bancários(as) em banco público não vislumbravam a possibilidade de que pudessem ser demitidos(as), prevalecendo, assim, relativa segurança. Os desligamentos, apontados como “a caça aos marajás do serviço público”, foram significativos numa época em que se iniciavam as primeiras ações de ajuste para a abertura de fronteiras da economia ao capital estrangeiro.

Alguns meses depois, esses(as) bancários(as) reassumiram seus postos por decisão judicial. No entanto, o evento foi suficiente para dissipar o medo da demissão que, posteriormente, foi instituído mediante a divulgação de normativo interno que possibilitava a demissão de qualquer bancário(a) público(a) cujo comportamento e nível de produtividade desaconselhassem sua manutenção no emprego ou cujos serviços e atividades realizadas se tornassem desnecessários. A decisão de demitir era tomada pelo(a) gerente imediato(a) do(a) bancário(a).

Medo, rivalidade e discriminação podem ser formas de controle e aumento de produtividade, tornando os(as) bancários(as) mais ansiosos(as) que em seu estado normal de equilíbrio. Essas condições de trabalho marcadas pela ansiedade e pela sobrevivência dizem respeito também à necessidade de permanecerem empregados(as). Para Arendt (2014), o raciocínio coercitivo é característico da ideologia totalitária, que destrói a capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como o terror total destrói a capacidade humana de agir.

O liberalismo econômico naquela época e, por conseguinte, a globalização econômica, fizeram com que governos de vários países realizassem cortes, privatizassem empresas, aumentando a recessão no sistema estatal. Impactado, o segmento estatal brasileiro acompanhou essas mudanças. Orientados pelos princípios neoliberais do governo vigente, exigia-se dos bancos públicos papel mais operacional e voltado aos mercados de capitais, com atividades especulativas e diversificação de produtos. O novo modelo de atuação também afetou as relações de trabalho que, pela imposição de novas regras, tornaram-se ainda mais precárias.

No início dos anos 1990, verificou-se recrudescimento da concentração e da centralização do capital no setor bancário e o desenvolvimento dos programas de privatização dos bancos públicos. O fortalecimento do capital estrangeiro no país foi acompanhado pelo encolhimento do segmento estatal cuja participação no total de ativos do Sistema Bancário Brasileiro recuou de 50,05%, em 1997, para 35,23%, em dezembro de 2003. De 32 bancos

públicos federais e estaduais, que compunham o Sistema Bancário Brasileiro, em 1995, restaram 14 em dezembro de 2003. O desmonte provocou a privatização de doze bancos públicos, estaduais e federais, enquanto outros foram liquidados ou transformados em agências de fomento.

A reorganização do sistema bancário enfraqueceu o setor estatal, que passou a seguir diretrizes governamentais como a Nota Técnica 20, de 13/07/1997, elaborada pelo Ministério da Fazenda. A Nota criticava o conteúdo social que justificava a existência dos bancos públicos e ressaltava disfunções e problemas administrativos no segmento. Para cumprimento do que preconizava a Nota Técnica, o Governo provocou incorporações, fusões e abertura de capital. Como justifica a Nota Técnica 20: “Os Bancos Federais vêm sobrepondo suas funções com rede de agências autofágicas e ineficientes, pesadas estruturas administrativas e funcionais. O que equivocadamente denominam de ônus de Banco Social deve ser autárquica e fundada no orçamento fiscal. Banco é banco, seja público ou privado. Deve gerar lucros” (Brasil, 1997).

Uma medida provisória do Governo Federal criou o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Públicas – PROFIF, que acentuou o enfraquecimento dos bancos públicos como instrumento de política econômica e social do país e impôs as mesmas regras de funcionamento dos demais bancos comerciais, ou seja, direcionando-os às operações de crédito mercadológicas próprias do capital privado. Os bancos públicos cada vez mais se convertiam em empresas lucrativas, adaptavam-se ao contexto de mundialização financeira e tornavam-se mais atraentes ao capital privado. O objetivo era refletir o padrão internacional de realização de negócios e impor a mesma disciplina a que estavam submetidos os bancos privados. A ênfase na lógica empresarial privada foi colocada no mesmo nível da suposta missão institucional de cada banco público (Araújo & Cintra, 2012).

2.1.9 Programas de Qualidade Total e Racionalização de Processos

Destinados a se adaptarem ao cenário da mundialização financeira, os bancos públicos, desde então, adotaram medidas organizacionais como inovações tecnológicas, extinção de postos de atendimento e implantação de programas de aposentadoria ou demissão voluntária, o que provocou, entre 1990 e 2001, a redução dos quadros funcionais em 46%. Esse modelo econômico ampliou as desigualdades sociais por potencializar a concentração de renda nas mãos de quem detém o poder econômico: situação que faz com que o trabalho cada vez mais perca seu valor como direito e se transforme em concessão (Campelo et al, 2003).

Nesse contexto, a identidade de trabalhador(a) estava ameaçada e os atributos de valor associados se desfaziam. A identidade psicológica teve dificuldade de se reconstruir a partir de novos parâmetros. A situação se agravava na medida em que a marca do banco com forte valorização social estava incorporada à identidade do(a) bancário(a), como é o caso dos bancos públicos. Intensificação do trabalho, flexibilização dos postos de trabalho e atitude polivalente exigidas dos(as) trabalhadores(as) - por exemplo, o(a) caixa, que agora tornou-se vendedor(a) dos produtos do banco - são algumas implicações dessa nova fase. A polivalência implica exigência de qualificação crescente. A pressão pela qualificação foi transferida individualmente para os(as) bancários(as) sejam de bancos privados ou públicos.

A disposição em se qualificar tornou-se cada vez mais associada à manutenção da posição no banco. O(a) bancário(a) é responsável pela sua manutenção no trabalho ou pelo desemprego, em movimento gerador de sentimento de culpa, baixa autoestima e depressão. As exigências de qualificação se davam tanto sobre aspectos técnicos da ocupação como conhecimento de informática, contabilidade financeira e avaliação de risco, como sobre aspectos comportamentais associados à polivalência. Tais aspectos se referiam a comportamentos esperados do(a) bancário(a), agora vendedor(a), que moldavam determinadas formas de trabalhar e de ser como disposição para vendas de produtos e de serviços, disposição

para competir, comunicabilidade, amabilidade, equilíbrio emocional, conhecimentos suficientes para responder às demandas dos(as) clientes, saber fidelizar⁹ o(a) cliente, ser tolerante à pressão e ao estresse.

As políticas de gestão, comumente chamadas de gestão por excelência, baseadas na noção de superação da concorrência, enfatizavam a obrigação de ser forte, com adaptabilidade permanente e disposição constante para desafios. Além da qualificação técnica, exigia-se constante mobilização de afetos, frente à rapidez de mudança que se reflete em flexibilização exacerbada e enfraquece a familiaridade do trabalho. A ausência de familiaridade com a tarefa é um dos fatores responsáveis pelo sentimento de penosidade no trabalho, juntamente com a necessidade do contínuo aprimoramento, que mantém o(a) bancário(a) em estado de vigilância para não perder o emprego, para ser o melhor e para poder enxergar à frente (Gaulejac, 2007).

Esse conjunto de prerrogativas podem ser identificadas na linguagem presente no ambiente de trabalho e expressões como “guerra”, “sobrevivência”, “combate” e “luta” são frequentes e não estranhas ao trabalho do(a) bancário(a).

Campelo (2004) lembra que no início da década de 1990, os bancos públicos entraram na chamada Era da Qualidade Total e lançaram programas cujo objetivo era padronização e qualificação dos processos internos e, conseqüentemente, regular os modos de trabalhar. As ações decorrentes desses programas foram aplicadas nos bancos entre os anos de 1993 e 1995. Para intensificar os ajustes iniciados nos processos de trabalho, os bancos públicos desenvolveram programas de racionalização das rotinas e estruturas internas. A racionalização também foi ocasionada pela queda de rendimentos dos bancos, provocada pela diminuição abrupta dos rendimentos bancários. Uma das finalidades da estratégia de racionalização era enxugar a estrutura hierárquica da empresa, tornando-a mais ágil e funcional, descentralizando

⁹ Nome atribuído ao ato de mobilizar o cliente para operar exclusivamente com o banco ou, pelo menos garantir que o banco seja o maior detentor dos recursos, aplicações e operações realizada pelo cliente.

as rotinas administrativas. Os(as) ocupantes de cargos de gestão se submeteram a processos seletivos internos e muitos(as) não conseguiram a manutenção dos seus cargos. A situação foi geradora de grande tensão e impactou negativamente a estabilidade imaginária dos(as) empregados(as).

Como parte desses programas, nos bancos públicos, fortaleceu-se a automação das agências e o direcionamento da empresa em atender o mercado, visando competir com os bancos privados ao se configurarem como bancos múltiplos (DIEESE, 2001). A partir dessa visão, os bancos públicos passaram a criar vários produtos que deveriam ser vendidos pelos(as) empregados(as), responsabilidade inicialmente restrita aos cargos gerenciais e, posteriormente, estendida a todos(as) os(as) funcionários(as).

Barbarini (2001) lembra que em 1995, as ações de reestruturação dos bancos públicos se intensificaram com a preparação dos programas de demissão voluntária, implementados a partir de 1996. A referência de programas de desligamento em meio à reestruturação do trabalho permitia que se depreendessem as mudanças enfrentadas pelos(as) bancários(as) e que sujeitos essa reestruturação construiu. O(a) bancário(a) deveria fazer frente às novas demandas do trabalho imaterial bem como apresentar características pessoais que se tornaram necessárias ao desenvolvimento e à manutenção de novas relações de serviço.

2.1.10 Reestruturação e uso intensivo da tecnologia da informação

A reestruturação nos bancos públicos provocou o uso intensivo da tecnologia da informação, em todos os processos de trabalho, para buscar maior competitividade. Dentro dessa lógica, embora apresentando resistências, e por oferecer serviços diversificados, clientes e usuários(as) (aqueles(as) que utilizam os serviços mas não eram correntistas) tiveram que se familiarizar com a utilização dos canais alternativos, como os terminais de autoatendimento. Os bancos privados ou públicos não desejavam agências cheias de pessoas. A alternativa foi a

instalação de salas de autoatendimento com vários equipamentos e comandos operacionais, que, muitas vezes, as pessoas não sabiam usar. Tratava-se de processo de mudança cultural da clientela do banco que também não ocorreu de um dia para o outro: as metas impuseram o ritmo para essa adaptação. A pulverização das atividades bancárias fez com que o espaço de trabalho do(a) bancário(a) não fosse mais apenas o espaço do banco. A reestruturação é espaço-temporal, deslocalização que ultrapassa os limites e o tempo do próprio banco e atinge toda a sociedade, pois os(as) clientes agora realizam trabalhos que, anteriormente, eram realizados pelos(as) bancários(as) (Antunes, 2009).

O uso intensivo da tecnologia imposta também aos(às) clientes e usuários(as) é um exemplo do que Santos (2002) denomina de “a tirania da informação e do dinheiro”, vez que o banco público é instituição bancária que utiliza informação em larga escala e exige dos(as) clientes e usuários(as) adaptação às suas regras, que visam, em última instância, ao aumento de lucro e à acumulação de resultado financeiro. Os(as) clientes são afetados(as) pela reestruturação do trabalho bancário, mesmo com dificuldade de consumir a subjetividade fabricada pelas novas formas de organizar o trabalho nos bancos, são forçados(as) à mudança de cultura nos modos de utilizar os serviços do banco. Assim, clientes, usuários(as) e bancários(as) foram afetados pela reestruturação empreendida nos bancos públicos.

A oferta de novos produtos visava, além da manutenção da empresa no mercado, a criação de ambiente ideológico e cultural do consumo próprio do trabalho imaterial. Essa situação associa-se à ideia de Hannah Arendt (2012) de que quanto mais fácil se torna a vida na sociedade de consumidores(as), maior será o impacto na vida na sociedade de trabalhadores(as). O mais difícil é preservar a consciência das exigências da necessidade que compele a sociedade, mesmo quando a dor e o esforço às manifestações externas da necessidade são quase imperceptíveis. O perigo é que a sociedade consumista e deslumbrada pela abundância de sua crescente fertilidade, presa ao suave funcionamento do processo interminável de buscar

respostas para as demandas de suas necessidades, já não seja capaz de reconhecer a própria futilidade. O consumo, complementa Arendt (2012), é ameaça ao desenraizamento do ser humano em relação ao mundo, artificializando esse contato, distanciando ser humano e realidade. O consumo faz com que o sujeito perca sua autocompreensão como ser que habita o mundo. O ser humano despreza o mundo em que habita em detrimento do consumo. A alienação moderna do humano está na conexão com a forma artificial de vida decorrente do processo tecnológico desencadeado pelo desejo de emancipar a pessoa humana das amarras terrenas, que, efetivamente, provocou o condicionamento ao consumo.

Mais uma vez, a reestruturação no banco público do trabalho bancário atuou como fábrica de subjetividade, produzindo o(a) consumidor(a) antes mesmo de produzir os próprios produtos e serviços. Em nome da globalização e da competitividade, as empresas lançaram ações mais radicais, como é o caso dos bancos e seus processos de reestruturação implantados, geralmente, pela redução de pessoas. A redução dos quadros funcionais acarretou sobrecarga de trabalho para os que permaneceram, pois, as vagas dos postos de trabalhos daqueles(as) empregados(as) que saíram pelos programas de demissões voluntárias e programas de incentivo à aposentadoria não foram providas, mas, sim, extintas.

2.1.11 Medo, desespero, suicídio

A racionalização e as ações de otimização implementadas pelos bancos públicos, aderindo às demandas do mercado, fragilizaram a qualidade das relações de trabalho constituídas e negaram as relações de trabalho construídas. O contexto foi potencializado pela ampliação dos serviços oferecidos pelos bancos públicos aos(as) clientes, intensificação da terceirização e exteriorização dos(as) clientes das agências. Os(as) bancários(as) nos bancos públicos tiveram redefinidos os seus traços constitutivos e as atividades desenvolvidas, transformando-se em “bancários-vendedor”: a categoria passou a ser capacitada para atender

os(as) clientes de forma integral e individualizada, com foco no cumprimento de metas de vendas de aplicações, seguros, títulos e demais produtos (Navarro & Silva, 2010). O papel polivalente do(a) bancário(a) público(a) exigiu maior qualificação dos(as) trabalhadores(as). A pressão por se qualificar foi transferida para o sujeito e associada à empregabilidade, responsabilizando-se o(a) bancário(a) pela própria manutenção no mercado de trabalho.

O desemprego e a adesão a programas de demissão foram agentes geradores de baixa autoestima, sentimento de culpa e, às vezes, estados depressivos. Muitas unidades administrativas dos bancos públicos foram extintas, reduzidas ou deslocadas para as agências. Dos(as) empregados(as) era exigida atuação cada vez mais generalista e multifuncional. A situação produziu, entre outros efeitos, crescente ansiedade e aumento da competitividade entre os pares. A polivalência do(a) bancário(a) e sua capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo somados à maleabilidade da jornada e do local de trabalho fortaleciam a crescente pressão para qualificação individual associada à empregabilidade. Desemprego e subemprego tornaram-se realidade ou possibilidade, acompanhados de todas as implicações psíquicas decorrentes. As dimensões dos atributos que constituíam o ser bancário de banco público, em que a marca do banco público possuía forte valor social, se desfaziam e se organizavam a partir de outros parâmetros. Entre aqueles(as) que permaneciam no banco, além do desgaste decorrente da intensificação das atividades, eram comuns o surgimento de sentimento de culpa, quadros de ansiedade, depressão e sofrimento psíquico, condição caracterizada por Hoefel (2003) como “síndrome do sobrevivente”.

Xavier (1998) relata que entre os anos de 1993 a 1995, 72 bancários(as) cometeram suicídio, o que fez média de um caso a cada quinze dias. Em pesquisa realizada por Santos (2009), constatou-se que, no período de 1996 a 2005, ocorreram 181 suicídios entre os(as) bancários(as), com concentração maior para bancários do sexo masculino, casados e com idade entre 40 a 44 anos.

Infere-se que o sofrimento decorrente do trabalho realizado se tornou insuportável para o(a) bancário(a). Essa condição psicológica inocula a ideia de morte no pensamento. O processo pode ser compreendido da seguinte forma: inicialmente, as primeiras ideias são espaçadas e distantes. Com o passar do tempo, a morbidade dos devaneios começa a adquirir contornos mais nítidos, caso as ações para extinguir o sofrimento não sejam eficientes. Surge a vontade de morrer, como alternativa para exterminar aquilo que causa sofrimento – sofrimento diretamente relacionado com as violências sofridas no contexto de trabalho. A morte física passa a ser vista como a única saída para cessar a dor (Santos, 2009), que se torna, de tal forma insuportável, que a possibilidade de morte começa a permear os pensamentos. A ideia de morte começa a se tornar mais frequente, na mesma proporção em que os sentimentos de impotência, inutilidade, desamparo e desesperança se fortalecem. Jinkings (2002) entende que o crescente índice de suicídios de bancários(as) nos bancos públicos é revelador dos custos sociais do atual processo de reorganização do capital e de suas formas de destruição da subjetividade do trabalho.

2.1.12 Polivalência, trabalho imaterial e estresse

Como já foi visto, os aspectos técnicos – conhecimento de informática, contabilidade financeira, avaliação de riscos - da ocupação dos(as) bancários(as), continuam sendo exigidos, em conjunto com o desenvolvimento de características comportamentais associadas à atuação polivalente. O(a) bancário(a), a partir da década de 1990, além de disposição e habilidade para a venda de produtos e serviço, necessitava saber competir, ser amável, comunicativo(a), equilibrado(a) no trato com o público, conhecer e responder as demandas dos clientes, saber fidelizar o(a) cliente para o banco, além de tolerar a pressão diária. Essa demanda de habilidades e competências potencializa o surgimento do estresse. Estudo realizado por Campello (2004), envolvendo 1.518 bancários(as) de quatro instituições na base do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, duas privadas e duas públicas, constatou que 68% dos(as)

pesquisados(as) provenientes de bancos públicos, somando-se todas as fases do estresse, apresentavam quadro de estresse e, desse contingente, 30% apresentavam-se em fase de exaustão.

Grisci (2004) defende que era exigida dos(as) bancários(as) alto nível de mobilização de afeto. Essa demanda, somada à rapidez das mudanças diante da flexibilização exacerbada, que provoca a ausência de familiaridade com as atividades e a necessidade de contínuo aprimoramento, leva a um estado de constante vigilância, por sua vez, gerador de tensão para garantir a permanência no posto de trabalho, ser o(a) melhor, e enxergar sempre à frente dos(as) demais.

Dal Rosso (2006) complementa, afirmando que à medida que em dada sociedade cresce o contingente de pessoas que trabalham em atividades intensas e imateriais, proporcionalmente se intensificam os problemas pessoais e de saúde decorrentes da forma imaterial do trabalho. Esses elementos fundamentam a hipótese de que o trabalho imaterial tem potência para gerar cada vez mais doenças do trabalho de natureza totalmente distinta do trabalho material. É possível, dessa forma, distinguir a intensidade do trabalho e a produtividade. A primeira diz respeito ao esforço humano dispendido e a segunda se aplica às mudanças técnicas agregadas ao trabalho na produção de mais resultados. Ambos, afirma Dal Rosso (2006), são objetos de infindáveis disputas no contexto capitalista em que, de um lado estão os bancos como representação, que exigem mais resultados e mais empenho; do outro lado, estão os(as) trabalhadores(as) que resistem e buscam adequar seu ritmo de trabalho aos níveis suportáveis definidos individual ou coletivamente.

As consequências da imaterialidade do trabalho têm aumentado, assim como suas implicações na saúde do(a) trabalhador(a). Como se viu anteriormente, o trabalho apoiado por computadores, fixos ou portáteis, por sistemas de comunicação, telefone celular e outros aparelhos tende a romper com padrão de tempos de trabalho antes nitidamente distintos,

esgarçando as fronteiras entre os tempos de trabalho e os de não trabalho, impactando a vida individual e coletiva do(a) trabalhador(a).

As mudanças ocorridas na história bancária afetam a forma como os(as) bancários(as) se reconhecem na sua atividade e nos sentidos que atribuem à categoria. Antunes (1995) relata que as intensas transformações no mundo do trabalho atingiram, não apenas a materialidade da “classe que vive do trabalho”, mas, principalmente, sua subjetividade. Constituinte da realidade psíquica, a subjetividade é projetada na realidade do(a) trabalhador(a), incidindo nos esquemas de conduta, de ação, pensamentos e sentimentos. Com isso, são produzidos modos de relações com o mundo, representações inconscientes com o mundo e consigo mesmo diante da possibilidade dos modos de ser e de existir nesse mesmo mundo.

Dessa forma, na realidade e na subjetividade do(a) trabalhador(a) incidem esquemas de conduta, ação, pensamentos e sentimentos. Na medida em que as mudanças se configuraram, foram identificados, e já esperados, adoecimentos relacionados ao trabalho, face às pressões, estresses e tensões sofridas. Por outro lado, também se constatou que alguns(mas) trabalhadores(as) preservaram sua saúde, em contraste com o contexto padecedor. Essa evidência permite pensar que o que importa é o sentido específico e particular que cada bancário(a) atribui a cada momento do seu percurso como profissional, e não exclusivamente o sentido geral da experiência vivida. Assim, compreender a relação entre saúde e doença com o trabalho, é, antes de tudo, considerar os atributos e condições particulares de existência de cada bancário(a), partindo da compreensão fenomênica da dimensão biológica, psicológica, social e espiritual dele(a). Pode-se supor que a forma pela qual o(a) bancário(a) reage ao seu cotidiano potencialmente estressor pode ter origem, entre outros, em aspectos que destacam a sua percepção de mundo e a possibilidade de crescimento profissional e funcional. Ainda, pode-se inferir que o estado de adoecimento ou de saúde decorre da capacidade de o ser humano

encontrar sentido na avaliação realizada sobre o seu fazer, se esse é aceito como atividade agradável, vulnerável, gratificante e exposta.

Percebe-se que o banco é, primeiramente, ambiente esvaziado da possibilidade de vivência genuína em que o ser humano possa oferecer ao mundo suas criações, sua obra. No entanto, exigindo sempre desempenho, resultados e metas, o banco é cosmo de sentido no qual o(a) profissional vivencia sua condição de existência. Permanecer horas e horas atendendo no guichê de caixa ou preenchendo fichas e formulários eletrônicos permitem que o trabalho seja, antes de tudo, pesado, frustrante e solitário.

Aqueles(as) que exercem a função de caixa têm como presença e pressão constantes a fila de clientes e usuários(as), aspecto cotidiano de pressão, que impacta na produtividade, mensurada pela quantidade de autenticações realizadas e registradas no computador. Além da sobrecarga, a jornada dos(as) bancários(as) que são caixa é marcada pela tensão diária expressa no medo de enfrentarem diferenças de numerário ao final do expediente. A intensificação do sistema de automação nos bancos não implicou diminuição da rotina de trabalho para os(as) caixas: exige-se do(a) bancário(a) caixa vendedor(a) que, ao tempo em que segue as normas extremamente rígidas relativas ao tempo de atendimento e quantidade de autenticações, manifeste comportamento cortês e servil ao(à) cliente

O ambiente físico bancário é segmentado em compartimentos reduzidos, separando os(as) companheiros(as) de trabalho por divisórias denominadas “baias”¹⁰. A denominação conferida a esses espaços expressa seu significado controlador e adestrador, isolando e limitando os estímulos visuais e a convivência entre os(as) colegas.

¹⁰ Termo utilizado para denominar o compartimento no qual os animais são recolhidos e acomodados nas cavalariças e estábulos.

Se tais profissionais se perguntam por que estão fazendo aquele trabalho e o nível de importância que tem, a tendência é transpor essa avaliação para si mesmos(as), identificando-se. Se chegam à conclusão de que o trabalho é inútil, a tendência é concluir que sua vida também o é, corroborando o posicionamento de Frankl (2010) ao dizer que uma vida com sentido voltado para a realização existencial encontra no trabalho seu *locus* primeiro de realização. O trabalho é momento de colocação de finalidades humanas, mostrando-se como experiência elementar da vida e “qualquer que seja a atividade essa pode ser realizada de forma individual própria dotada de significado existencial e nunca degenerar num trabalho pelo trabalho” (Lukas, 1992, p.147). Isso pode manter o(a) bancário(a) livre da opressão causada pelo que não pode ser modificado e que venha a ser prejudicial à saúde.

Os atuais requisitos de controle do(a) trabalhador(a) bancário(a) não têm como referência primordial as ações repressivas das lideranças. O norteador de atuação dessa categoria profissional é a própria autoridade de mercado, à qual os bancos públicos têm se submetido incondicionalmente. O discurso institucional vincula o desempenho da categoria à concorrência interbancária, responsabilizando os(as) trabalhadores(as) pela sobrevivência da instituição no contexto de acirrada competitividade, ao tempo em que impõe crença de que as exigências do mercado e os desejos dos(as) clientes são a justificativa para o aumento do ritmo e pressão de trabalho. Chanlat (1996) identifica o que chamou de “neurose de excelência” como o quadro típico em que o(a) trabalhador(a) se apropria psicologicamente das demandas de excelência propagadas pelo modelo de gestão e as reproduz de modo sintomático. Constata-se que a atividade bancária pode facilitar significativamente a geração de sofrimento e de transtornos psíquicos.

Outra fonte de pressão por produtividade é o fortalecimento do sistema de remuneração variável. A estratégia corporativa de individualização dos rendimentos fortalece as diferenças salariais a partir do cumprimento de metas por unidades, por equipe de trabalho ou por pessoa,

o que pode conduzir a atitudes pouco solidárias nos ambientes do banco. Intensificação dos esforços, engajamento superior ao habitual, gasto maior de energias pessoais são condições que dão contorno a esse contexto. Some-se, ainda, à situação maior de desgaste nas relações interpessoais das equipes de trabalho, fadiga acentuada e correspondentes efeitos pessoais no âmbito fisiológico, mental, emocional e relacional.

2.1.13 Desempenho do trabalho bancário e segmentação de atendimento

A avaliação de desempenho, antes executada a partir dos resultados corporativos, é realizada, de forma individualizada, pela chefia imediata e com periodicidade trimestral. A ferramenta mensura a produtividade do trabalhador, qualifica sua atuação naquele período em função de metas e requisitos atitudinais previamente estabelecidos e determina os rendimentos advindos dos programas de remuneração variável dos bancos e possibilidades de encarecimento. Atributos, habilidades e competências profissionais fundamentais à eficiência do trabalho são itens de avaliação das ferramentas desenvolvidas e disponíveis no mercado. A avaliação periódica é um dos mais importantes instrumentos no sistema meritocrático. Trata-se de análise individualizada em que se verifica o nível de alinhamento do(a) bancário(a) à estratégia do banco (Grisci, 2004).

Tolhidos(as) pelo medo, muitos(as) bancários(as) intensificam seu trabalho e tentam se adequar aos critérios de produtividade, provocando sérios agravos à saúde, principalmente nas agências bancárias. Nesses espaços, o envolvimento cotidiano com clientes expõe os(as) bancários(as) às problemáticas e dificuldades das pessoas que são atendidas, pois é necessário aos(as) clientes sensação de confiança e segurança que possam associar à imagem dos negócios do banco, assim como buscar contato amistoso em função do compromisso com o cumprimento das metas de vendas de produtos bancários, que às vezes não são do interesse espontâneo do(a)

cliente, que deverá ser persuadido(a) a adquirir tais produtos. Essa característica modificou o modo de ser bancário(a) público(a) e diz respeito à estratégia de atendimento dos bancos.

Para se tornarem mais competitivos, os bancos têm adotado modelos de segmentação de clientes. A estratégia foi implantada, entre outros motivos, para evitar a superlotação de clientes nas agências, garantindo que só utilizassem o espaço da agência bancária aqueles(as) clientes com potencial de consumir algum produto ou serviço, ou seja, capacidade de reciprocidade. Os(as) bancários(as) devem utilizar as situações de atendimento ao público como oportunidade para realizar vendas de produtos, pois cada cliente é classificado(a) em agrupamento específico, o que facilita o controle dos seus negócios bancários. Para Grisci (2004), a política de reciprocidade adotada pelos bancos não só diz respeito ao(à) cliente, ao relacionar os aportes financeiros que os(as) clientes possam direcionar ao banco e ao número de produtos bancários que os(as) clientes possam comprar, mas, também, se refere à reciprocidade dos bancários em função da lucratividade que os(as) trabalhadores(as) possam auxiliar a gerar como resultado de vendas efetuadas e tarifas decorrentes de serviços realizados. O resultado financeiro decorrente das operações realizadas entre o(a) bancário e o(a) cliente é individual e gera um modo de trabalhar isolado e solitário, permeado pela ausência de solidariedade entre os(as) colegas e com o(a) cliente.

Na estratégia de segmentação, a massa populacional de clientes dos bancos é recortada em subgrupos que podem ser divididos a partir de determinadas tendências e distribuídos em curvaturas de comportamentos, hábitos de consumo e qualificações. O banco, nesse processo, trabalha tendências e intenções. As características de imaterialidade do trabalho bancário tornam-se mais evidenciadas com o modelo da segmentação, que caracteriza mudança profunda na organização do trabalho dos(as) bancários(as) de bancos públicos que realizam atendimento à população, cliente ou usuária. Pontos de venda foram adaptados física e tecnologicamente, bem como os modos de trabalhar dos(as) bancários(as), para que se possa

atender cada público de forma segregada, sem perder a possibilidade de realizar vendas de produtos adequados a cada perfil de cliente.

Nesse sentido, pode-se concordar com as palavras de Santos(2002), quando afirma que as empresas para atender às exigências do mercado financeiro e garantir competitividade, negligenciam aspectos sociais na qualidade do atendimento ao público, situações que se agravam quando o Governo é o gestor, como nas instituições financeiras estatais, deteriorando, em consequência, a qualidade do trabalho.

A forma de atendimento segmentado implantada pelos bancos, públicos ou privados, configura dois modos de gestão complementares: a gestão da intimidade e a gestão do anonimato, advogando que clientes diferentes demandam formas de atendimento diferentes (Grisci, 2002). A gestão da intimidade está relacionada aos grupos de clientes de média e alta renda com capacidade de adquirir produtos e que concentram o maior número de negócios dos bancos. O(a) trabalhador(a) bancário(a) precisa conhecer o maior número possível de dados referentes à intimidade desses(as) clientes, visando à venda de produtos específicos, pois esses(as) possuem maior poder de compra. Já, a gestão do anonimato é possibilitada pelos recursos da tecnologia da comunicação. O(a) bancário(a) desconhece nomes e rostos, mas é auxiliado pela velocidade da operação informatizada que permite atender número quase ilimitado de pessoas, distanciando-as do acesso direto e físico das agências bancárias e, logicamente, distanciando-as dos(as) trabalhadores(as) bancários(as). Assim, para alcançar a personalização do atendimento de alguns(mas) clientes faz-se necessária a despersonalização do atendimento de outros(as).

Quando, na segunda metade da década de 1990, os bancos públicos resgataram a realização de concurso público para provimento de vagas – os últimos concursos haviam acontecido no final da década de 1980, alguns(mas) empregados(as) entenderam o concurso como uma ameaça para aqueles(as) que não trabalhassem segundo os critérios dos bancos (Grisci,

2004). A peculiaridade das vagas a serem providas nos novos concursos para bancários(as) dos bancos públicos era que, embora as atividades praticamente permanecessem as mesmas, o nome e a descrição do cargo foram modificados e o salário inicial reduzido. As condições de contratações eram diferenciadas em relação aos(as) funcionários(as) que já trabalhavam e introduziu, nos bancos públicos, o início da convivência de várias categorias de trabalhadores(as), configurando espécie de segmentação interna de trabalhadores(as).

Ainda na década de 1990, os bancos brasileiros aderiram ao acordo de Basiléia, acordo internacional que regula as atividades dos bancos e fornece orientações quanto à gestão. O acordo gerou impactos nos bancos públicos e ocasionou programas de redução de custos, como edições de planos de demissão voluntária e de apoio à aposentadoria.

As mudanças, para aqueles(as) que permaneceram em seus postos no banco e não aderiram aos programas de demissão voluntária ou planos de incentivo à aposentadoria disponibilizados ao longo da última década do século XX, nos bancos públicos, produziram subjetividades, modos de ser e de agir perante o trabalho. Além do enfrentamento de pressões externas, desencadeou pressões internas ao próprio sujeito frente ao ambiente cada vez mais competitivo e voltado ao mercado. Aliados à intensificação do trabalho decorrente da diminuição dos postos, os processos de adoecimento ocasionados por sobrecarga se tornaram iminentes, pois como fator que colabora com a intensificação do trabalho está a redução do número de bancários(as).

Embora os bancos públicos envidem esforços para impedir o acesso de número elevado de pessoas no interior de suas agências, as filas permaneceram. Provavelmente, tal se deva ao fato de que, como empresa de governo, o segmento de bancos públicos trabalha com público variado, desde clientes que possuem conta corrente, aplicações e poupança, até aqueles(as) que vão ao banco para receber benefícios sociais. Grande número desse tipo de usuários(as) tem dificuldades para absorver as inovações tecnológicas.

Para os(as) bancários(as) mais antigos(as), a situação é incômoda, pois foram forjados(as) como bancários(as) em dimensão afetiva e social de trabalho diferenciada, com contato mais próximo e duradouro com o(a) cliente e sem a implícita intenção de atuarem como vendedores(as). A ideia socialmente construída de pertencer a um grupo de destaque como o(a) bancário(a), e de um banco público, perdeu-se no tempo. O sentimento de esvaziamento da atividade decorrente da substituição pela tecnologia, cada vez mais intensa, se mantém presente, situação mais sensível para os bancários(as) mais antigos(as), os(as) bancários(as) longevos(as), que vivenciaram por mais tempo e mais intensamente as transformações.

Esse grupo provavelmente se recorda com frequência de sua entrada no banco que, em geral, se deu pelo incentivo ou influência de familiares que lá trabalhavam e sugeriam que fizessem o concurso ou que buscassem o trabalho em banco público, na expectativa de boas condições de salário e emprego, como a jornada de trabalho reduzida. Os(as) bancários(as) longevos(as) vivenciaram mais de três décadas de relação muito próxima, mesmo aqueles(as) que entraram nas estatais por acaso e ali permaneceram. O sentimento é de que a atual política de gestão os trata unicamente como números: seja o número de sua matrícula ou registro no cadastro de recursos humanos, seja o número dos resultados de suas vendas, seja o número da identificação da máquina na qual trabalha.

2.1.14 Esvaziamento do Estado e das práticas coletivas de resistência

A atual conjuntura nacional, caracterizada pelos altos índices de desemprego e subemprego, e as estratégias de gestão de pessoas dos bancos públicos, além de reduzir drasticamente a quantidade de bancários(as), fragilizam as práticas coletivas de resistência. Por potencializar a demissão, principalmente a voluntária, induzindo à adesão de bancários(as) que são público alvo de tais programas, houve sobrecarga de trabalho e aumento das exigências do

cumprimento das metas aos(às) que permanecem empregados, pois não houve reposição das vagas abertas pelas demissões.

A crise que os países atualmente vivenciam, em especial o Brasil, reforça o surgimento da nova ordem, iniciada nos anos 1990 e fortalecida nas últimas décadas, em que o Estado se torna palco da disputa acirrada entre diferentes projetos. O reposicionamento do papel do Estado ante a mudança das estratégias de transformação social, caracterizado pela tensão entre uma estratégia institucional democrática e o projeto neoliberal, atinge diretamente os bancos públicos. Nesse quadro, não se torna difícil perceber que o próprio processo da gestão pública, em especial o da gestão de trabalho, insira-se como campo de disputa no qual as propostas democráticas e neoliberais se diferenciam e se enfrentam.

Nos diversos níveis da gestão do Governo, observa-se o movimento de reforma administrativa e trabalhista que pretende responder à crise do país. Antunes (2013) afirma que na gestão estatal instalou-se a crise de eficiência concebida, como consequência da ineficiência estrutural derivada da natureza pública da organização estatal e da especificidade de suas relações de trabalho. A privatização e a redução do tamanho do Estado são apresentadas como medidas centrais dos movimentos reformistas. Em decorrência, no campo das relações de trabalho, tal crise é entendida como resultante da falência gerencial do Estado ante a qual devem ser instituídas políticas de gerenciamento gestadas na iniciativa privada, como a desregulamentação das relações de trabalho.

A tendência privatizante e individualizante tem irrompido o próprio debate, alimentado pela grande mídia no que diz respeito às críticas à qualidade da prestação de serviços públicos comparados aos de natureza privada. O discurso dominante é de qualificar o privado em detrimento do estatal e do público. Produz-se, assim, mentalidade contra o Estado e contra o público, o qual deveria assegurar lugar à iniciativa privada, regida por regras concorrenciais de

mercado e pelo princípio de tornar acessíveis produtos e bens serviços tão somente a quem dispõem dos recursos para obtê-los.

A tendência individualizante fomenta o isolamento e seu afastamento das dimensões públicas de trabalho como as equipes e setores. Para Arendt (2012), as estruturas que tendenciam o afastamento entre as pessoas são cenário perfeito para a dominação, pois, dessa forma, os grupos, antes organizados, perdem qualquer tipo de interesse comum. A visão liberal nas políticas de gestão do Estado tende a pensar as relações a partir da concepção de que quanto menor for o espaço ocupado pelo Estado, tanto maior será o espaço para a liberdade de pensar e de agir. O que se enfatiza nessa fórmula é uma liberdade destinada exclusivamente ao crescimento e desenvolvimento do setor privado.

2.2 Ser bancário(a) longo(a) nos dias hoje

Como se demonstrou até este momento, as transformações do trabalho bancário foram lentas e graduais, mas definitivas. O uso intensivo de tecnologia de automação juntamente com as novas formas de gestão sobrecarregou cada bancário(a) com a cobrança exacerbada de metas, possivelmente despertando nele e nela a ideia de que eram apenas recursos descartáveis e valorizados(as) exclusivamente em função do atendimento dos objetivos comerciais e financeiros dos bancos, pois o atingimento das metas tem como propósito final o lucro e ocupa os espaços do sujeito nas prioridades traçadas pela indústria bancária. Com a crescente importância da atividade das instituições financeiras públicas, há grande esforço para que se mantenham fortes, sob a ameaça da concorrência dos bancos privados e das instabilidades do mercado (Antunes, 2013). Para atender a tais questões, os bancos públicos passaram a demandar de seus(suas) empregados(as) características que realçam ainda mais o trabalho imaterial, especialmente ao exigir a mobilização de afetos no sentido de fidelizar o(a) cliente. Ao mesmo tempo em que o afeto é explorado, os bancos tentam antever desejos e necessidades

dos(as) clientes. Daí, instala-se um paradoxo: o sujeito do trabalho é chamado a ser o fator fundamental do processo de trabalho, mas é tratado como simples recurso, reduzido a uma espécie de capital fixo.

Para os(as) bancários(as) longevos(as), essas exigências causam ainda mais desconforto porque, diferentemente dos(as) novos(as) trabalhadores(as), os(as) antigos(as) bancários(as) representam grupo que estruturou seu modo de ser no mundo em outro modo de trabalhar, em outro tempo e em outra relação com a empresa e que vivenciaram as épocas em que se dizia que o(a) bancário(a) era detentor(a) de condição privilegiada e representante de categoria que dispunha de estatuto social diferenciado e relevante perante a sociedade.

Apesar da exigência de que a empresa opere a mobilização subjetiva dos(as) trabalhadores(as), aparentemente os(as) bancários(as), em especial os(as) bancários(as) mais antigos(as), necessitam que seus(suas) gestores(as) os(as) acolham realmente como são: detentores de uma história de vida em que o banco foi e tem sido o cenário dessa biografia. Na impessoalidade da relação entre o banco público e o(a) bancário(a), a tecnologia torna-se personagem principal, vez que grande parte das operações, antes executadas pelos(as) bancários(as), são realizadas pelos(as) próprios(as) clientes nos terminais de autoatendimento, microcomputadores, celulares e parceiros bancários.

Uma vez que o nível de pressão psicológica pode impactar de forma diferenciada cada profissional, convém estudar o que orienta a compreensão dos sentidos das suas atividades e o que faz com que alguns(mas) bancários(as), mesmo com vivências potencialmente patológicas, permaneçam razoavelmente saudáveis no desempenho de suas obrigações.

Durante décadas de trabalho, o(a) bancário(a) foi se constituindo e a partir das experiências construídas e do conhecimento que adquire, paulatinamente adota posturas e visões de mundo. As relações estabelecidas com o mundo consolidam sua visão de avaliar e julgar fatos, vividas no cotidiano como bancário(a). Assim, o(a) bancário(a) longo(a)

configura sua imagem como profissional ao longo do seu crescimento físico, intelectual e moral, enquanto sujeito com características únicas que passa, aos poucos, a desempenhar em paralelo outros papéis: de filho(a), pai ou mãe e avô ou avó.

É sabido que os desenvolvimentos cognitivo e social acontecem a partir dos conhecimentos adquiridos, das situações vivenciadas e dos papéis profissionais assumidos e que influenciaram seu percurso profissional. Sua carreira, como bancário(a), a história profissional e as relações sociais geralmente foram marcadas pela conflitualidade de interesses e de valores profissionais decorrentes da estratégia que perdura, por mais de três décadas, como reguladora da lógica das relações de trabalho e dos contratos empresariais que moldaram os hábitos do cotidiano desse(a) trabalhador(a).

Dentre os diferentes percursos, tempos e modelos de trabalho, nos quais se inseriu o(a) trabalhador(a) bancário(a), pode-se reconhecer que os dias atuais são marcados por incertezas desestabilizadoras de modelos, perspectivas e referenciais historicamente construídos, em que tudo pode acontecer, não havendo nada decidido *a priori*. Essas condições têm maior impacto para o(a) bancário(a) longo(a) do que para os(as) bancários(as) com menor tempo de história profissional na categoria. Navegar nos fluxos extremamente moventes dos dias de hoje e ver-se desalojado(a) das certezas e das lógicas que forjaram o grupo de trabalhadores(as) inserido no universo do banco são desafios da existência, no limite entre o que foi e o que está por vir.

Os(as) longevos(as) vivenciaram o novo padrão de trabalho que emergiu a partir das décadas de 1960 e 1970, e que explodiu em complexidade na década de 1980 – seguramente a década em que se identifica a maior concentração de longevos(as) admitidos(as) nos bancos públicos. O novo padrão na forma de trabalhar, com a inserção da tecnologia, embora supere em muito o alcance de seus efeitos, assim como as consequências e os limites do trabalho, redefiniu lenta e progressivamente o conjunto de estrutura econômica e organização do trabalho realizado nos bancos públicos.

Diante das transformações sociais emergentes no final do século XX e início do século XXI até os dias atuais, principalmente relacionadas aos modos de trabalhar no contexto de um banco público, foram estabelecidas novas relações estruturais na existência, com as mudanças que implicam a relação do(a) bancário(a) com o banco público e a atividade realizada. Dessa forma, não se torna difícil avaliar a relevância que subjaz às mudanças, principalmente no que se refere às rápidas alternâncias de normas impostas aos(as) trabalhadores(as) longevos(as). Talvez esse seja um movimento de desterritorialização desse ser no mundo, e a questão é se poderia ser entendido como algo que fortalece sua existência ou se as experiências e contexto extremamente desestabilizantes provocaram estranhamentos naquelas pessoas que trabalham, além de mal-estar inevitável. Mas, muitas vezes, o que teoricamente é visto como dotado de potencial de superação, constitui-se em experiências traumáticas invertidas com potencialidade criadora, desejante e produtora.

É importante verificar as novas formas ditadas pelo ritmo do trabalho acelerado no sentido de incluir, excluir ou mesmo segmentar a categoria de trabalhadores dos(as) bancários(as) longo(as). É relevante investigar os constrangimentos frente às mudanças que dizem respeito não apenas às formas de trabalhar, mas também à possibilidade de manutenção no contexto produtivo. Registra-se a importância da geração de longevos(as) atribuir ao trabalho sentido, se não central, pelo menos como eixo que constitui sua biografia de bancário(a) e, por isso, estruturante de sua existência.

2.2.1 A convivência entre gerações

Considera-se adequado afirmar que o momento cronológico do(a) trabalhador(a) possa ser contaminado por visões psíquicas, sociais e culturais que impactam a relação interpessoal dos(as) empregados(as). O desenvolvimento humano certamente jamais se dá num vazio, sempre acontece dentro de contexto cultural, social e biológico. Considerando que o(a)

bancário(a) longo(a) ingressou na empresa por volta dos dezoito anos, estaria hoje com, pelo menos, 48 anos de idade, fase do desenvolvimento humano e existencial que, em termos cronológicos, é conhecida como “a velhice da juventude” (Neves, 2013). Assim, é possível afirmar que, nessa fase, valores e experiências internalizadas há, no mínimo, quatro décadas de existência guiam o convívio desses(as) empregados(as) diariamente.

Os(as) longevos(as) partilham espaços e rotinas com colegas cujo tempo de atividade é inferior aos(as) seus(suas). São desafiados(as) a manter a convivência harmônica, vez que, pelo menos, três gerações além da sua compartilham o mesmo espaço físico profissional. Considerando que há pelo menos quatro anos não há processo admissional nos bancos públicos tal, situação inclui a equipe de trabalhadores(as) terceirizados(as) como estagiários(as), menores aprendizes e aqueles(as) que realizam as atividades de limpeza, conservação, portaria, recepção e vigilância.

A tipificação das gerações parte de um conjunto de estudos (Datolli, 2017; Neves, 2013; Tavares, 2015) que ajudam a explicar hábitos e comportamentos de grupos de pessoas que nasceram e se desenvolveram em épocas cuja situação econômica, política e social forjaram o pano de fundo de sua formação. É importante enfatizar que não há unanimidade nos marcos temporais que delimitem com precisão cada ciclo geracional e o que se encontra na literatura são apontamentos de intervalos e épocas. Mesmo assim, na intenção de melhor compreendê-los, autores(as) caracterizaram os grupos geracionais pelas peculiaridades de cada um. As datas e eventos que demarcam cada período geracional pode variar considerando os acontecimentos locais de cada país.

Nos anos após a Segunda Grande Guerra, ocorreu explosão na taxa de natalidade. Do ponto de vista da história mais recente, o maior crescimento da população foi registrado na segunda metade do século passado, denominado *baby boom*, marco histórico que influenciou a atual evolução demográfica no mundo. As estatísticas divergem quanto ao número de baixas

durante a Segunda Guerra, mas, sabe-se que o número de civis e militares mortos(as) ou desaparecidos(as) alcançou a casa de dezenas de milhões no mundo inteiro, com alta frequência de óbitos da população durante os muitos anos do conflito. Por outro lado, considerando que, em termos econômicos, fez-se necessário garantir a existência de pessoas em idade ativa, ou seja potenciais trabalhadores(as) e consumidores(as), para compensar as baixas causadas pelas mortes na guerra, os governos passaram a estimular a natalidade com políticas de incentivo à reprodução. Assim, a sociedade se organizou para elevar o número de filhos(as) que as mulheres teriam tido ao final do seu período fértil, de modo a possibilitar o crescimento populacional. Conforme os soldados retornavam para suas casas, as gestações que haviam sido postergadas durante os anos de duração dos conflitos começavam a ocorrer. Assim, entre os anos de 1945 e 1964, o número de bebês nascidos(as) cresceu expressivamente. Eram chamados *baby boomers* ou filhos(as) da guerra (Neves, 2013).

Nos anos seguintes, períodos de estímulo à natalidade se alternaram com períodos de forte controle. Nos países industrializados, a elevação do padrão de vida da população, os avanços da medicina e da saúde pública e os cuidados especiais com os(as) recém-nascidos(as) possibilitaram forte redução da taxa de mortalidade concomitante à redução dos índices de fecundidade. Nos chamados países do terceiro mundo, como o Brasil, a queda das taxas de mortalidade também ocorreu rapidamente, porém, não foi acompanhada imediatamente pela redução dos altos níveis de fecundidade. Isso fez com que a taxa de crescimento da população desses países se mantivesse alta por muito tempo.

Homens e mulheres dessa geração deram vida ao estilo *rock'n'roll*, ao uso de substâncias psicoativas, ao movimento hippie e ao sexo antes do casamento como expressão contracultural aos movimentos sociais e de direitos civis. Não demorou para que esse fenômeno demográfico desencadeasse temor generalizado de grande explosão populacional, que ainda assombra as discussões atuais, principalmente nos lares brasileiros. Todavia, é importante

ressaltar que o crescimento acelerado no século XX esteve muito menos relacionado às taxas de natalidades do que ao aumento dos índices de expectativa de vida, à expressiva queda das taxas de mortalidade resultantes dos avanços da medicina na prevenção de doenças e epidemias, e, à melhoria do padrão de vida de parcela significativa da população mundial. Nos anos entre a década de 1960 e 1970, quando os(as) jovens *bommers* eram maioria, o diálogo não foi muito produtivo. A atitude e os juízos preconceituosos aconteceram de lado a outro, alguns sintetizados na forma de palavras de ordem como foi o famoso bordão dos *boomers* “não confie em ninguém com mais de 30 anos”. O exemplo de intolerância no campo oposto é a conhecida frase de Nelson Rodrigues “o jovem tem todos os defeitos do adulto e mais um, o da inexperiência” (Neves, 2013, p.118).

Os *boomers* são da geração daqueles(as) que estão hoje entre os sessenta e setenta anos, aproximadamente, e que, atualmente, estão preocupados(as) em redefinir sua velhice. Analistas e escritores(as) costumam dizer que os *boomers* estão mudando a pergunta de “quando se aposentar” para “por que se aposentar” (Neves, 2013, p.116).

Embora as gerações seguintes ainda estejam sendo estudadas, é fato que algumas já estão no mercado há tempos e compartilham espaços de trabalho com os(as) *baby boomers*, como as gerações X e Y.

A geração X é daqueles que nasceram entre a segunda metade da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1980. Essa geração, formada por adultos(as) maduros(as), estão preocupados(as) em criarem seus(suas) filhos(as) em contexto de maior liberalidade de costumes, mas também utilizam a diversidade possibilitada pelas transformações introduzidas na sociedade ocidental pelos *boomers*. Estão com idades entre 35 e 59 anos, aproximadamente. Essa geração apresentou taxa de natalidade infinitamente menor que a dos *boomers* e cresceu em momentos em que as mulheres, além de donas-de-casa, começaram a assumir outros

protagonismos. Daí vem a explicação de que são famílias de um ou dois filhos(as), criados(as) em ambiente de fluência material e liberalidade (Datolli, 2017).

A geração Y, chamada de geração do milênio, é considerada a primeira geração que conviveu desde a adolescência com a *internet* e goza valores bem mais liberais que as gerações anteriores. Por vezes, são reconhecidos como imaturos, pois mesmo após concluírem um curso superior, preferem morar com os pais. Como foi dito, os(as) filhos(as) da geração X tiveram muito mais acesso à fluência material e gozaram de valores mais liberais. Isso explicaria, talvez, o porquê de essa geração ser vista por muitos como mais imatura que as anteriores, pois, em geral, preferem ficar, mesmo como adultos plenamente formados, na casa dos pais. Essa é a geração que, no Brasil, por exemplo, mesmo com mais de vinte e tantos anos, ainda chamam genericamente os adultos de mais de trinta anos de tios e tias (Tavares, 2015).

Ainda há uma geração que não se tem muito o que falar, pois ainda está iniciando a sua própria biografia. Trata-se da geração Z: aqueles(as) nascidos(as) a partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000. Essa é considerada a primeira geração *internet* “puro sangue” (Neves, 2013). Desde criança foram expostos(as) às ferramentas de navegação do mundo digital. Para eles e elas, *smartphones* e *internet* são coisas absolutamente naturais e instintivas. São chamados de nativos(as) digitais em contraposição a todos(as) os(as) que nasceram antes deles(as), conhecidos(as) como imigrantes digitais.

2.2.2 Capacidades e visão do trabalho por gerações

Neves (2013) propõe, em esboço, visão das capacidades e das competências, no esforço de compreender o trabalho a partir de grupos e faixas etárias. Considerando a entrada no mercado por volta dos vinte anos de idade, para aqueles que estão vivendo os primeiros anos de vida profissional, ou seja, estão entre os 22 e 33 anos de idade, a disposição para o trabalho é predominantemente operacional e orientada por objetivos e metas quantitativas. Ao chegar

em torno dos 35 anos, seguindo até aproximadamente os 46 anos, a compreensão do trabalho, como atividade realizada, começa a adquirir teor menos operacional e a desenvolver olhar mais amplo a respeito dos processos de trabalho, em função do acúmulo de conhecimento e das experiências das rotinas já realizadas. É natural o desenvolvimento de flexibilidade em função das situações de exceção vivenciadas. O volume de trabalho é intenso no que se refere à carga psíquica, mas é acompanhado de disposição e abertura a novas e desafiadoras experiências que a atividade possa proporcionar. Ao chegar aos 50 anos, estendendo-se até aos 60, aproximadamente, há amadurecimento político, no sentido de realizar leitura de forças institucionais de forma que se desenvolva olhar crítico de que a empresa é estrutura em permanente evolução e interação com o ambiente econômico. Há o fortalecimento de aptidões voltadas à visão estratégica e disposição para inovar, com a inserção de sugestões nas rotinas em função da experiência acumulada ao longo do tempo. Para os(as) profissionais acima dos 60 anos, a postura diante do trabalho é mais transversal e se veem como conselheiros(as) e mentores(as) dos níveis geracionais.

Se os estudiosos(as), gestores(as) e executivos(as) que atuam na gestão do trabalho reconhecessem e valorizassem a disposição e a visão do trabalho em acordo com as considerações acima, talvez a categoria trabalho na vida do ser humano pudesse ter bem mais as cores da realização e da satisfação em relação àquilo que realiza.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (2012) concluiu que habilidades cognitivas como raciocínio, velocidade e memória episódica podem decair a partir dos sessenta anos de idade. Habilidades que dizem respeito à velocidade de resolver problemas relacionados com a percepção de raciocínio registram também declínio em idades mais avançadas. Por outro lado, outros tipos de habilidades não são afetados com a idade. A mesma pesquisa aponta que habilidades cristalizadas como argúcia mental e fluência verbal, poderiam, até mesmo, melhorar com o conhecimento acumulado e permanecer em alto

nível até as idades mais avançadas. Estudos que apoiam essa pesquisa apontaram também que o ambiente pode influenciar a vivência e consolidação de habilidades. Ambientes em que as atividades exigem esforço físico certamente serão mais desafiadores à realização de ajustes. Em contrapartida, os(as) trabalhadores(as) mais antigos(as) levam vantagem em atividades que exigem habilidades verbais, capacidade de comunicação, visão sistêmica e conjuntural e experiência gerencial. É relevante atentar que, ainda que a literatura e as pesquisas registrem efeitos negativos entre o envelhecimento e a capacidade de se manter produtivo, a demanda relativa às tarefas que envolvem certas habilidades cognitivas pode se deslocar de diferentes maneiras ao longo do tempo, de acordo com a necessidade do mercado. Logo, se a demanda por habilidades interativas, que são relativamente estáveis ao longo do tempo do ciclo de vida, se eleva, mais do que a demanda por aptidões matemáticas, por exemplo, a qual diminui substancialmente no decorrer dos anos de trabalho, o valor da experiência e o impacto do envelhecimento na produtividade pode ser menor ou mesmo revertido.

2.2.3 Trabalho e maturidade

A perspectiva que mescla informações e possibilidades para que a queda de produção e produtividade dos(as) trabalhadores(as) mais antigos(as) não cause problemas para a produção de bens e serviços não é amplamente difundida. O que se pensa sobre esses(as) trabalhadores(as) longevos(as) é sumariamente construído pelas representações sociais associadas ao envelhecimento, culturalmente transmitidas.

Goldenberg (2016) destaca que a construção social do envelhecimento no trabalho é própria da atual Modernidade e ocorre no contexto da consolidação da ideologia individualista. Tal construção foi acompanhada da divisão e institucionalização dos diversos momentos do curso da vida: a infância, a juventude, a maturidade e a velhice. Considera-se que maturidade

e envelhecimento possuem múltiplos significados culturais, de acordo com os contextos sociais específicos aos quais os sujeitos pertencem.

As idades são elementos fundamentais na organização e na cultura da sociedade e participam de sua dinâmica, passando por processo de construção e desconstrução que modificam seus significados. Assim, maturidade e envelhecimento são significados construídos a partir de diversos critérios que se modificam de acordo com o lugar e o momento, apropriados pelos sujeitos de maneiras distintas conforme a situação e os(as) envolvidos(as). Entre os diferentes aspectos abordados nos escassos estudos sobre trabalho e maturidade, destaca-se a diferenciação entre duas formas de envelhecer: a física e a não física. O envelhecimento biológico é visto como inevitável e as transformações decorrentes são consideradas indesejáveis e inconvenientes. Entre as principais mudanças estão as limitações físicas, as rugas e os cabelos brancos. Os fatores positivos da maturidade e envelhecimento são referentes à experiência de vida, que deve ser vista como trajetória importante e a maturidade percebida como ganho de experiência e conhecimento adquirido por tudo o que foi vivenciado. Apesar de perdas físicas, envelhecer tem como compensação ganhos existenciais como sabedoria e visão do mundo mais ampla. Essas características indicam forma de subjetividade para sobrepor as limitações do envelhecimento biológico.

Bernhoeft (2016) realizou estudo sobre a representação da velhice que passou por muitas transformações ao longo do tempo. Mudanças sociais relacionadas à implantação da aposentadoria demandaram políticas sociais. Considerando a longevidade, suscitaram a criação de categorias de classificação condizentes com a nova construção ética do “ser velho(a)”. A pesquisa apontou que o aspecto mais citado em todas as faixas etárias de respondentes, representando 60% das respostas, foi a aquisição de experiência como forma de evitar decisões equivocadas, seguido da sabedoria com 26%, conhecimento, 20%, e maturidade, com 16% das respostas. Ao discorrer sobre o envelhecimento, os(as) pesquisados(as) citaram,

principalmente, as mudanças físicas, como a decadência física, as rugas e as limitações. Por outro lado, a mudança de comportamento é aspecto relevante para lidar com o envelhecimento. Estado de espírito e atitude diante do passar dos anos foram termos recorrentes ao se referir aos ganhos positivos. Respondentes com até 39 anos de idade, 41,5% consideraram que a pessoa começa a envelhecer desde que nasce, entendendo o envelhecimento como processo que faz parte da vida e cujo maior o desafio é o de aceitar ficar velho(a). Para 28% dos(as) pesquisados(as) até 39 anos, a pessoa começa a envelhecer quando se considera velha. Para 20% do mesmo grupo, o envelhecer começa quando se perde a vontade de viver e, para 19%, quando aparecem as limitações físicas.

O mesmo estudo foi realizado com pessoas entre 40 e 59 anos. Nessa faixa de pesquisados(as), o principal sinal do envelhecimento são as limitações físicas, 28%; seguido da perda da vontade de viver, 21%; quando a própria pessoa se achar velha, 21%; apenas 12% fizeram referência ao início do envelhecimento ao nascer. As pessoas entrevistadas com 60 anos ou mais citaram que as limitações físicas são sinais de envelhecimento, com destaque para o aparecimento de doenças.

Os dados apresentados levam a refletir que as diversas faixas etárias apresentam diferentes visões entre a projeção e a experiência do envelhecimento bem como diferenças nos problemas que esperam enfrentar. Os(as) mais jovens dão menos destaque à condição física frágil, decorrente dos efeitos da passagem do tempo no corpo. Isso talvez aconteça por que os(as) pesquisados(as) mais jovens experimentam contexto em que se vive mais intensamente e, por isso, estão mais distantes da velhice, e, possivelmente estão influenciados pela expectativa de controle do envelhecimento. Os(as) pesquisados(as) mais velhos(as) já vivenciam alguns sinais decorrentes do envelhecimento e, por isso, se preocupam com suas consequências no dia a dia. Envelhecer é questão biológica, porém “ficar velho(a)” depende, principalmente, do comportamento de cada pessoa, como afirma Goldenberg (2016). Para

todos(as), faz-se necessário usar a experiência de vida para não se tornar o estereótipo de velho(a) e conseguir dar significado pessoal à própria trajetória.

Bernhoeft (2016) cita que a velhice parece ser vista pelos(as) pesquisados(as) como condição da vida, com elementos que dependem da conduta de cada um(a). No entanto, a decadência do corpo é tida como mudança inevitável e determinante do envelhecimento e seria o maior entrave para a vida longa, saudável e produtiva. Percebe-se, como seria de se esperar, constante tensão entre o envelhecimento físico, incontornável e as estratégias propostas para não se tornar velho(a). Se o envelhecimento biológico é inelutável, a velocidade e a intensidade do declínio físico dependem da conduta pessoal e do cuidado que se tem para retardá-lo, principalmente em termos de hábitos saudáveis. Ao se entregar à velhice, a pessoa mostra-se, assim, negligente, vez que atualmente existem formas de amenizar ou até mesmo adiar o processo.

2.2.3 O trabalho após os sessenta anos

A Ciência pouco sabe sobre a produtividade e expectativas dos(as) trabalhadores(as) com sessenta anos de idade ou mais, que permanecem ativos(as) no mercado de trabalho nos dias e nas condições atuais, o que já é motivo mais do que suficiente para questionar e romper de vez com anacrônica prática de expurgar trabalhadores(as) com idades acima dos cinquenta anos do mercado formal (Tavares, 2015).

O grupo de trabalhadores(as) da geração dos(as) que já chegaram ou estão próximos dos sessenta anos de idade, com boa saúde e disposição física, vem crescendo, embora, obviamente, não se possa presumir que todas as pessoas dessa faixa etária tenham experimentado a mesma condição, no que diz respeito à carga psicológica. Por um lado, o trabalho pode ser estressante para o(a) trabalhador(a) que está no mercado há cerca de trinta ou quarenta anos; por outro, sem o trabalho, esse(a) longo(a) deixa de ter canal para a descarga

da carga psíquica e usufruir dos benefícios do trabalho como espaço para se expressar. Logo, é cada vez mais difícil arriscar parecer único sobre quanto o trabalho realmente contribui ou prejudica a vida da pessoa entre os 55 e 65 nos de idade, de forma que não seja caso a caso.

Se fosse destinado olhar mais efetivo, assim como fortalecidas as políticas públicas no sentido de reconhecer e valorizar as competências, a disposição e a visão do trabalho levando em consideração a perspectiva e o sentido do trabalho por faixas geracionais, possivelmente o(a) trabalhador(a) teria mais satisfação em sua atividade, o que minimizaria desconfortos e sofrimentos, situações que antecedem o quadro de adoecimento físico e psíquico decorrentes do trabalho.

É do conhecimento de todos o importante papel do indivíduo maduro e até idoso, em algumas culturas, como responsável pela transmissão dos inúmeros conhecimentos decorrentes das experiências vividas. As etnias indígenas brasileiras, colombianas, venezuelanas e povos andinos são exemplos. Abreu (2005) comenta que:

Os povos que vivem em meio hostil geograficamente falando, necessitam de indivíduos jovens e vigorosos para garantir a sobrevivência. Já os povos mais sedentários, fixos em uma mesma região valorizam as pessoas de idade mais avançada que se dedicam à trabalhar pelo bem estar de todos, dando conselhos sensatos, dirimindo conflitos entre tribos, indivíduos e famílias. Nestes povos, as orientações dos idosos tem grande valor e os membros mais velhos da comunidade são autoridades em política, religião e religião. Algumas comunidades possuem conselhos de anciãos institucionalizados (p. 20).

Visão equivalente poderia ser adotada na cultura dos bancos reconhecendo os(as) bancários(as) longevos(as) como provedores(as) de referências profissionais que poderiam orientar, apontar direções e estabelecer desafios no desenvolvimento das competências dos(as) mais jovens.

No entanto, atualmente, os(as) trabalhadores(as) estão imersos(as) em contexto que lhe são exigidos atributos de verdadeiros “equilibristas” para fazerem frente aos desafios desestruturantes da nova ordem do trabalho. Os(as) bancários(as) longevos(as) são categoria gestada em contexto social que procurou “socializá-los” para a doação devotada no

desempenho de papéis que impõem, regulam e reproduzem os modos de existência. Os(as) longevos(as) se veem compelidos(as) a abandonarem sua morada sob a ameaça de serem excluídos(as) e marginalizados(as) do processo histórico da categoria bancária. Sua subjetividade, que se construiu sob o suporte dos valores atuais, agora é frequentemente é sacudida como improdutiva, indesejável e superada.

Se os modos de trabalhar colocam os(as) bancários(as) longevos(as) como “máquinas de subjetividade”, indaga-se a respeito dos valores aos quais aderem em confronto com os que foram construídos e consolidados ao longo de sua vida. Ao mesmo tempo, é pertinente perguntar a serviço de que propósito se colocam as mudanças emergentes no contexto bancário dos bancos públicos.

Os eventos vividos pelos(as) bancários(as) longevos(as), principalmente com o fortalecimento da tecnologia, impondo ritmos de trabalho e a convivência geracional, desencadeou acontecimentos que, aos poucos, foram absorvidos como naturais, porém nem sempre contextualizados ou compreendidos em sua condição de bancários(as). São exemplos da prática em que os arranjos da gestão reivindicam o alargamento da inclusão de novas formas de trabalho. Trabalho e tempo são variáveis centrais do que se pode chamar de cenário contemporâneo.

As transformações características da contemporaneidade, instituem novas formas temporais que têm afetado a conexão entre o(a) bancário(a) longo(a) e seu trabalho. Um exemplo vivenciado por esse grupo foi a sistemática de admissão: no concurso público a que se submeteram, havia fase destinada ao teste de datilografia. Mesmo com a inserção da tecnologia da computação, por muito tempo, a máquina de datilografia foi utilizada para preenchimento de documentos em várias vias e para autenticação pelo(a) caixa ou para a redação de ofícios e memorandos.

Cabe registrar que não se trata de simples paradigma de causa e efeito. A proposição de novos tempos indica a coexistência atravessada por velocidade extraordinária que desvaloriza qualquer passado, presente e possibilidades de vislumbrar o futuro, conseqüentemente banalizando o legado e a biografia dos(as) longevos(as). São tempos que, sem dúvida, necessitam de novas compreensões no mundo do trabalho. Essa ideia se faz presente desde a perspectiva crítica, ao denunciar que a urgência do tempo de trabalho aparece como o centro do tempo, e o tempo livre das férias como periférico, o subúrbio do tempo, tomado, por muitos, pela expressão “tempos mortos”.

Ao investigar a experiência dos(as) longevos(as) nos dias atuais, deve-se aprofundar a compreensão de quanto os tempos do trabalho encontram-se entrelaçados, isolados e controlados em meio às inovações tecnológicas, perdendo cada vez mais a capacidade de os sujeitos longevos controlarem o citado tempo. O tempo de trabalho é imposto pelas novas tecnologias, que aumentam de forma crescente a rapidez do fluxo do dinheiro, que tem gerado modos de trabalhar diversos e que implica na manutenção do local em que trabalha, na garantia da manutenção da função de confiança ou cargo comissionado e na capacidade de se recolocar em outras áreas do banco.

Esse cenário acarreta experiências de trabalhador(a) obrigado(a) à abertura ao novo configurado nas diversas tecnologias que lhe são colocadas à frente. O(a) bancário(a) longo(a) vem se defrontando com o que autores(as) como Abreu (2005) chamam de “perda do fio da meada” (p.127), representada pela possibilidade da perda da autorreferência que se dá, entre outros fatores, pela substituição de instrumentos e ferramentas de trabalho e dos modos de trabalhar. Tais elementos, que antes lhe conferiam certa qualificação, construída ao longo da sua história de bancário(a), é agora ameaçada coercitivamente pelo desemprego no segmento privado e pela extinção da própria atividade, logicamente pela obsolescência e dispensabilidade nos segmentos públicos. Quanto mais distante dessas discussões e mais

próximo da execução, que caracteriza todas as mudanças impostas, maior a perda da autorreferência como longo(a), que se expressa basicamente na resistência às novas formas de tecnologia representada pelo computador e pelo apego às antigas tecnologias, representada pela máquina de calcular ou de datilografar.

A ideia de passado, presente e futuro, tão recorrente em relação ao ciclo da vida, sobrepõe-se à de ingresso, promoções, possíveis perspectivas de aposentadoria, referentes do mundo de trabalho institucionalizado e seguem em única direção, no decorrer de carreira profissional tida como previsível e estável, como bancário(a) de banco público. O ciclo de existência e ciclos de tempos de trabalho sobrepõem-se ao prisma do antigo e são apresentados no sentido de linearidade, que aponta para a correspondência entre eles.

Os novos modos de viver e as novas formas de trabalhar da atualidade sob a cadência da nova velocidade que não se fazia notar, mais que pode desorientar o(a) longo(a) bancário(a) nas suas formas de trabalhar: provoca-o(a) e o(a) desgarrar da ilusão de que tudo acontece de modo estável e linear. Essa situação reafirma o quanto a condição de trabalhador(a) hoje tem sido precária e incerta. A incerteza é somada à hipersolicitação, por conta dos modos de utilizar o tempo de trabalho. Há incerteza da carga horária cumprida tanto de um dia para o outro como em relação ao próprio dia, vez que todo o planejamento feito pela manhã não garante sua execução no transcorrer da jornada de trabalho.

Também não se leva em conta que, do ponto de vista econômico-financeiro, ou seja, da geração de resultados, a intensificação dos tempos de trabalho no ritmo do(a) bancário(a), sejam em bancos públicos ou privados, nunca foi produzida para liberar o(a) bancário(a) e, sim, pra fazê-lo(a) trabalhar cada vez mais e produzir mais resultado e receita. As mudanças, quando anunciadas, são sempre sob o discurso da inevitabilidade, da instantaneidade e da intensidade no ambiente financeiro e estatal. O discurso é de que os sujeitos necessitam cooperar com as novas medidas e procedimentos, que, na maioria das situações, provocam

obsolescência e possibilidades de dispensabilidade de postos de trabalho. Aderindo ou não à nova fórmula da gestão, as consequências parecem sempre recair sobre as condições de estabilidade do(a) bancário(a) longo(a).

A velocidade das mudanças exigida principalmente dos(as) bancários(as) longevos(as) é evidência concreta que tal fato deve constituir um dos pontos desta pesquisa. O ritmo das mudanças pode afetar os(as) longevos(as), no sentido de desprendê-los(as) de sua trajetória, desprezada em função do estabelecimento daquilo que necessita ser feito aqui e agora. A intensidade das mudanças na organização do trabalho apaga qualquer possibilidade de o(a) trabalhador(a) vivenciar o tempo de transição entre o que era e o que tornou a ser. A velocidade rompe os tempos de duração pelos quais as pessoas são afetadas por outro compasso, diferente dos sentidos psicológicos atribuídos.

É notório que em termos numéricos, é possível praticar muitas atividades, viver muitos fatos, mais do que em qualquer outra época. O que mudou com a aceleração da vida e das experiências foi como se vivencia os fatos, as expressões de afeto, a dedicação, entre tantas outras formas de manifestação do humano. Não há mais a noção de manutenção, de permanência ou a atitude para que se eternizem as relações, principalmente no ambiente de trabalho. O princípio instalado pelo ritmo e velocidade impõe, ao contrário, a noção de relacionamento e vínculos pontuais e oportunos, mudando a noção de qualidade das relações.

O desmantelamento de mundos e de sentido está sempre acontecendo. Mas para os(as) bancários(as) longo(a) o ritmo da desmontagem pode ser dramático, e desorientando-os(as) em suas referências estruturadas a partir das escolhas e atitudes consolidadas durante seu percurso profissional. Em decorrência disso, as pessoas são levadas a experimentar a angústia diante da iminente possibilidade de verem suas referências desabarem e fracassarem. Essa situação associa-se às demandas do banco, que impõe o ritmo de trabalho acelerado e que possivelmente não mais desacelere. A angústia para a manutenção das rotinas em dia,

independentemente das condições oferecidas pelo sistema do trabalho, somada à imprevisibilidade do futuro e à experimentação do esvaziamento das tarefas que antes dominava apresentam consequências imediatas tanto para o(a) trabalhador(a) quanto para suas relações, em especial com os(as) filhos(as). O sentimento de angústia experimentado denuncia exigências de tempo de repouso que são negadas pela velocidade imposta ao ambiente bancário. O(a) longo(a) é tomado(a) por sentimentos de não saber o que fazer, expressos pela ideia de que, diante de algo muito simples que se coloca à frente, ocorrem “brancos”, como “apagões”, que trazem sensação de esvaziamento e medo de enlouquecer, terrores compartilhados com os pares em tom de brincadeira. A loucura é, no entanto, secretamente experimentada como firme possibilidade. O sentimento de angústia diz respeito ao sofrimento psíquico e emocional em forma de opressão íntima e não precisamente simbolizável, portanto, intransferível. A angústia está direta ou indiretamente relacionada à vivência concreta de acontecimentos considerados ameaçadores e diante dos quais o sujeito se reconhece e se vê impotente para opor qualquer resistência e que se não for cuidado pode desencadear processos depressivos.

O(a) bancário(a) longo(a) está imerso em formas de trabalhar cada vez mais intensificadas e que exigem total sua disponibilidade para o banco. Essa situação é viabilizada pelo uso de tecnologias de última geração com a finalidade de tornar cada vez mais eficiente o atendimento nos bancos. Os bancos, por sua vez, restringem ao mínimo possível o contato pessoal entre funcionários(as) e clientes em geral, vez que o atendimento personalizado é reservado àqueles(as) clientes de segmentos específicos e as salas de autoatendimento surgem como resposta ao objetivo de diminuição de filas, encaradas como verdadeiras inimigas e que devem ser extintas a qualquer custo. Nesse sentido, a fila também expressa a compreensão dos modos de experimentar o tempo: fila é tempo e tempo é dinheiro.

Dependendo da função hierárquica, a perspectiva de trabalho entre os(as) longevos(as) pode variar. Aos(às) ocupantes de função gerencial é dado experimentar o tempo e o ritmo de trabalho com a disposição para aceitar os novos comandos e fazer com que sua equipe também adira, o que com frequência não é o que ocorre. O argumento recai, geralmente, sobre a necessidade de sobrevivência do banco público diante das ameaças dos bancos privados. É discurso característico do ambiente de competitividade. Em nome de falas como essa, tudo deve se justificar, até mesmo o próprio sofrimento, já que o trabalho é previamente anunciado como desafiador e, por isso, estressante, mas que deve ser assim mesmo adotado. O ritmo no qual os(as) gestores(as) recebem as mudanças impostas pelo banco é intenso, pela urgência em que as novas rotinas necessitam ser absorvidas e postas em prática. A reflexão dos(as) gerentes, diante da urgência em repassar os comandos à equipe, é precária. Por isso, a mudança é acatada pelos(as) gestores(as) sem grandes contestações e os discursos ideológicos do sistema financeiro são estrategicamente impostos.

Fonseca (2002) assevera que tem sido difícil para os(as) bancários(as) assumirem postura de orgulho e valorização em relação ao seu trabalho. Nos bancos públicos, essa realidade soma-se à representação, sempre recorrente, da ineficiência dos serviços públicos. Os(as) bancários(as) estão submetidos às determinações e, por que não dizer deformações, impostas pela lógica capitalista somada às ideologias do Governo Federal. O(a) trabalhador(a) percebe que não é imprescindível e que qualquer um(uma) pode fazer sua tarefa.

Todas as ondas de reestruturação implementadas pelos bancos estão centradas na redução de custos com pessoal, por meio do enxugamento dos quadros, na aceleração dos processos de automação e nas novas formas de gerenciamento. E como o(a) longo(a) tem vivido essas mudanças? O que o(a) faz permanecer na condição de bancário(a) após mais de três décadas de trabalho? Qual o sentido de toda essa vivência, sabendo-se que a experiência

está associada ao estresse, à ansiedade e, às vezes, à insegurança e à dificuldade de acompanhar a velocidade das mudanças?

A vivência dos desafios ao longo de décadas e décadas de trabalho pode ser experimentada como fragilidade, talvez por colocar em xeque a questão da eficiência do(a) longo(a) como profissional e a expectativa de se aposentar, fazer carreira e ganhar altos salários. Como o(a) bancário(a) longo(a) tem vivido a polivalência de papéis, com possibilidade de realizar diversas atribuições durante o mesmo dia com conteúdo diferenciado? Qual o sentido do trabalho para os(as) longevos(as) frente a essa demanda de trabalho, que os transformam, na prática, em vendedores(as) dos produtos do banco nas funções relacionadas ao atendimento ao(à) cliente? É esperado do(a) bancário(a) contemporâneo(a) automotivação, preparo técnico e muito equilíbrio emocional.

Há ruptura de sentido do modo de ser bancário(a) em relação ao passado, com o modo estabelecido no presente, caracterizado por incertezas e ameaças no contexto estatal. O(a) bancário(a) é obrigado(a) a se reconfigurar para poder se inserir na nova proposta de capitalismo globalizado. Ser bancário(a) longo(a), portanto, se constitui em enfrentar multiplicidade de forças e de fluxos que atravessam e habitam cada sujeito e a infinidade de formas de máscaras e de devires que singularizam sua existência. Nos dias de hoje, com as transformações as quais tem se submetido, sua compreensão como bancário(a) longo(a) sofre mutações radicais. A abertura para o novo exige que o(a) longo(a) tolere o desassossego, viva esse estranhamento e a perda de referencial

É sabido que a atividade produtiva é condição básica e fundamental da vida humana, aspecto da existência que orienta a maneira de pensar agir e sentir das pessoas. O trabalho é “a medida final, o esqueleto que suporta a vida adulta” (Gaulejac, 2007, p.78). O desaparecimento do trabalho é como a amputação da existência da pessoa, que reduz estímulos e os apoios que cada sujeito tem necessidade de resolver. O fim do trabalho poderia significar algo como a

sentença de morte para a civilização como é conhecida hoje, e o fim do emprego sinaliza radical transformação social.

No seu estudo sobre a trabalho e longevidade, Tavares (2015) chama a atenção para a crescente disposição de, nas próximas décadas, as pessoas reinventarem a vida e o trabalho. Graças ao aumento da longevidade e às melhorias na saúde e na qualidade de vida, quantidade cada vez maior de pessoas poderá usufruir do que se chama gerontolescência, período entre a fase adulta e a nova velhice, que terá duração de, no mínimo, trinta anos e será campo fértil para a criatividade, a renovação e as contribuições provenientes das oportunidades de extensão de uma vida profissional mais produtiva. A percepção de valor e os objetivos em relação ao trabalho estão se tornando cada vez mais diversos entre as pessoas que fazem parte da chamada força de trabalho. Os(as) trabalhadores(as) têm buscado recompensas diferentes daquelas tradicionalmente oferecidas pelas empresas e empregadores(as), principalmente os(as) trabalhadores(as) que chegam à meia idade, que tendem a avaliar o impacto do seu trabalho no mundo e disparam projetos de repriorização dos valores idealistas formulados na juventude.

Como tendem a viver mais, os sujeitos começam a ter condições de questionar a coerência e a adequação do caminho escolhido, reinventando-se e optando, em muitos casos, em rever seu trabalho e, às vezes, até abandonando o mundo corporativo, movendo-se em direção a outras formas de trabalho. Essa diversidade será a grande característica, se não a mais importante do século XXI, provocando empresas, Estado e profissionais de psicologia a desenvolverem, respectivamente, propostas, políticas e práticas na área da Saúde para as diferentes necessidades dos(as) trabalhadores(as).

2.3 Trabalho e Vida: a fenomenologia das atividades humanas

Viktor Emil Frankl (1905-1997) e Hannah Arendt (1906 – 1975) são dois teóricos de origem judaica, que apresentam pressupostos para estruturar a compreensão sobre o trabalho, como fenômeno que perpassa toda vida humana.

Como eram provenientes da comunidade judaica, vivenciaram a Alemanha da Segunda Grande Guerra. Ambos sofreram as privações impostas nos campos de concentração, que, então, representava a máxima instituição opressora. Esses territórios de contingenciamento, espalhados pela Alemanha e outros países europeus, aglomeraram milhares de pessoas. Como garantia do domínio nazista, os(as) detentos(as) deveriam ter eliminadas por completo a espontaneidade, a pluralidade e a diferenciação. Pode-se afirmar que o árido solo dos campos de concentração é o exemplo mais claro da inoperância de qualquer atividade produtiva. Certamente que se realizavam tarefas nos campos: os(as) presos(as) necessitavam, minimamente, manterem-se vivos(as), mesmo que, a qualquer momento, fossem surpreendidos com a transferência para outras aglomerações ou com a morte. Eram campos de extermínio e degradação que reduziam e transformavam o ser humano em coisa, isento de qualquer liberdade, exceto, quando possível, de pesar sobre si (Frankl, 1999). A opressão e a degradação eram esforços de destruição da *psique* humana e de fragmentação da individualidade que levavam ao surgimento de seres inanimados e descartáveis, os quais, muitas vezes, quando colocados em certas situações, comungavam da mesma insanidade, levando tanto internos(as) quanto guardas a esquecerem que se comete crime quando se mata.

A superfluidade e a falta de sentido em punir e aterrorizar pessoas subjugadas e inocentes caracterizavam esses espaços, nos quais não só o trabalho rentável era extorquido, mas também sua própria função antiutilitarista. Os campos eram grandes e dispendiosos espaços com a finalidade de exploração humana. Com elevados gastos dentro do contexto econômico europeu devastado pela guerra e em período de escassez de mão de obra, eliminava contingente imenso de trabalhadores(as), que não só eram explorados(as) até a morte, como assassinados(as) sem nenhuma finalidade.

2.3.1 Hannah Arendt e sua fenomenologia genealógica

Hannah Arendt, judia de Hannover, Alemanha, com a ascensão de Hitler, fugiu com a mãe para a França. Devido ao armistício assinado pela França com a Alemanha, foi obrigada a

deixar a mãe em Paris e se juntar a outras 2.364 mulheres em Grus, inicialmente um campo de refugiados da guerra civil espanhola, convertido em campo de concentração logo no início da guerra. Após um mês, Grus já abrigava 6.356 internas, entre mulheres e crianças. Arendt buscou, no lugar de fazer julgamentos sobre o regime, iniciar sua análise sobre o que denomina assassinato moral e psicológico do povo subjugado pelo nazismo.

A perspectiva fenomênica de Hannah Arendt assume que não há outra maneira de pensar o ser humano e a vida senão a partir da experiência. Teorizar é distanciar-se do vivido, do que acontece na realidade do humano e do mundo. A filósofa retoma o contexto da Grécia pré-filosófica para resgatar as atividades humanas na terra e construir sua análise fenomenológica da existência humana, revisitando a genealogia das atividades humanas e oferecendo referenciais que serviram de suporte para este estudo.

As reflexões de Arendt, a partir do passado pré-filosófico, debruçam-se sobre valores que antecedem a tradição do pensamento ocidental. Assim, é possível olhar o passado sem o fardo e a orientação de qualquer tradição e dispor da riqueza de experiências brutas, sem se limitar a qualquer prescrição sobre a maneira de lidar com esses tesouros (Arendt; 2012).

No passado livre das tradições de pensamento ocidental, na Antiguidade grega, especialmente pré-socrática, Arendt buscou “as experiências brutas enquanto manifestações da condição humana” (Wagner, 2000, p.40). Arendt (2012) afirma que a Antiguidade deixou herança autêntica. A leitura que realiza é, nas palavras de Yung-Bruehl (1997; p. 286), “isenta de qualquer proposta de modelagem imposta pela tradição e que propõe desnudar a qualidade verdadeiramente humana do homem.”

Da *pólis* grega, Arendt resgata o sentido que os gregos atribuíam às atividades que realizavam como manifestação da capacidade humana e expressão de sua singularidade. Para Arendt, a *pólis* era o espaço de realização dos grandes feitos e das palavras, assim como do testemunho. Em outras palavras, os produtos humanos utilizados e as palavras ganhavam

permanência e possibilidade de visibilidade na *pólis*. Seu pressuposto de *pólis* não equivale à função de Cidade-Estado, como Esparta e Atenas. As Cidades-Estados localizavam-se entre muros, limites ou fronteiras, caracterizando espaço geográfico e físico capaz de garantir certa estabilidade e segurança. A *pólis*, considerada neste estudo, é o espaço situado entre as pessoas que convivem diariamente, espaço criado entre as partes pela ação e pelo discurso e no qual se escreve a história das pessoas e dos grupos. O que caracteriza o pressuposto da *pólis*, na visão de Arendt, não são os muros, mas a convivência entre os sujeitos.

Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens existem não meramente como as outras coisas vivas ou inanimadas, mas fazem explicitamente seu aparecimento (Arendt, 2012, p. 248)

A análise fenomenológica proposta pela filósofa retrança o caminho dos conceitos até a experiência histórica que dava origem aos próprios conceitos. Dessa forma, a pensadora avalia até que ponto um conceito se afasta de suas origens e evidencia a variedade de significados sob o mesmo aspecto ao longo do tempo, identificando confusões, contradições e divergências.

Nas palavras de Correa (2014, p.22), Arendt realizou uma fenomenologia genealógica, por meio da qual os eventos vividos e as experiências que configuravam as formas de vida decorrente desses eventos eram decisivos para se compreender a maneira de pensar dos seres humanos. Esse era o sentido de fenomenologia de Arendt: um horizonte de compreensão desamparado de qualquer corrimão (Arendt, 2012), denunciando os métodos e as categorias de conhecimento decorrentes, como condutas que engessam e condicionam a visão sobre a realidade. É preciso que a compreensão se afaste de qualquer referencial preconcebido e tradicional, deslocando-se cada vez mais para a singularidade de cada fenômeno, tornando o mundo em que se vive um lar, afirma Arendt (2012).

Ao traduzir as coisas no enraizamento do pensamento e na experiência, a partir do exame do conceito das experiências e das forças que presidiram os eventos, Arendt examinou

os fenômenos, assumindo que cada um possui características específicas. Para isso, há de se reconhecer a impossibilidade de reducionismo ou fragmentação na descrição das atividades do ser.

Em carta para a amiga Mary McCarthy, Arendt afirma que sempre começa qualquer coisa com o pressuposto de que as coisas são distintas entre si, em postura de investigação que pressupõe resistência à tentação de assimilar um fenômeno previamente a partir de outro (Brightman, 1995). O sentido, portanto, não surge a partir dos conceitos, emerge das experiências na vida. As definições não operam para descrever a realidade como se fossem categorias que, recorrentemente, são aplicáveis às situações que se apresentam e que, para o sujeito, clamam por compreensão. As definições, se não revistas pela experiência, tornam o saber cada vez mais artificializado, convertendo a vida em algo manipulável.

Como tentativa de evitar manipulação, afirma que a doutrinação transcende o campo sólido dos fatos com afirmações prévias que destroem toda a atividade de compreensão. É perigosa porque não brota de uma distorção do conhecimento, mas da própria compreensão. A compreensão é o resultado em significado que tem origem no próprio processo de viver, na medida em que o sujeito tenta se conciliar com o que faz e com o que lhe provoca sofrimento (Arendt, 1993).

Para Arendt, compreender é justamente o outro lado do agir, na medida em que possibilita ao sujeito da ação reconciliar-se com o passado a partir da apreensão do presente que vive. Só assim é possível ao ser humano entender a si próprio e compreender os eventos nos quais está imerso (Arendt, 2014). Partindo dessa visão, Arendt se reporta à Grécia antiga e à relação entre os seres humanos, a natureza e os deuses para apresentar proposta compreensiva.

2.3.1.1 Hannah Arendt e a *Vita Activa*

Para os gregos, só os deuses e a natureza eram imortais. Os seres humanos compartilhavam dessa imortalidade por serem membros da espécie e, portanto, participantes do ciclo sempre renovável imposto pela natureza. Na condição de criaturas humanas, reconheciam a si mesmo como únicos seres mortais detentores de nascimento, morte e história, que chegavam ao mundo e dele partiam sob o olhar dos deuses e da natureza.

Essa vida individual distingue-se de todas as outras pelo curso retilíneo. O seu movimento que por assim dizer, secciona transversalmente os movimentos circulares da vida biológica. É isso a mortalidade: move-se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em ordem cíclica (Arendt, 2014, p. 71).

Entre os gregos, a individualidade os distinguia das outras espécies presentes na natureza e os tornava os únicos mortais. Essa condição só poderia ser superada pela realização de grandes feitos ou palavras, ou seja, a criatura humana deveria se mostrar capaz de provocar admiração e conquistar, pela sua excelência, a memória das gerações que viriam, perdurando seja na história oral seja na escrita. Transcender a mortalidade era estar presente no devir na forma de lembrança.

Arendt distancia-se das explicações humanas construídas a partir de determinismos para designar três atividades fundamentais para que a existência humana se dê, pois quando os sujeitos entram em contato com essas atividades elas se tornam, imediatamente, parte de sua existência. Em outras palavras, aquilo que entra em contato com a vida humana, que é criado pelo sujeito e é trazido pelo esforço humano para garantir a durabilidade da vida torna-se parte da existência humana. Sem essas atividades, a existência humana deixaria de ser humana.

As atividades que constituem a gênese da fenomenologia de Arendt são o labor, a obra e a ação¹¹. Essas categorias se relacionam diretamente com três condições que possibilitam a existência humana, respectivamente: a própria vida, a mundaneidade e a pluralidade. Embora necessárias à existência, é possível variarem de acordo com local e com o momento histórico do quais o sujeito faz parte.

O labor é a atividade vinculada à condição biológica do ser humano, em que o crescimento espontâneo, o metabolismo e o eventual declínio estão relacionados às necessidades vitais produzidas pelo esforço e energia empregados para garantir a permanência do ser humano no mundo, ou seja, garantir a própria vida. O labor caracteriza a dimensão biológica do humano e seu fundamento é a sobrevivência. A atividade do labor é cíclica e repetitiva e seus esforços não param por muito tempo, assim como o alimento precisa ser consumido diariamente para saciar as necessidades. O agente do labor é o *animal laborans*. O alimento é reabsorvido e volta à vida orgânica e o processo recomeça naturalmente, vez que as exigências biológicas são constantes. O labor é contínuo, não tem começo ou fim específico. Essa atividade não é movida por qualquer argumentação lógica ou por instrumentalidade, pelo contrário, inclui sobreposição de meios e fins que nunca será permanentemente satisfeita. As necessidades de sobrevivência que o labor supre são intermináveis e a carência deve ser tratada de modo a preservar a vida humana. Arendt lembra que, na visão dos gregos, o labor era forma primitiva, pois significava, originalmente, tolher o sujeito de qualquer outra atividade que lhe garantisse pertencimento ou promoção na cidade. A desvalorização dos gregos com relação ao labor, que é voltado ao atendimento das necessidades vitais, se fundamentava no modo de vida dessas atividades. Realizadas no espaço privado, as tarefas e funções destinadas à manutenção

¹¹ No livro *A Condição Humana*, em que a autora sistematiza essas concepções, dependendo da edição, o termo labor pode ser substituído por trabalho e obra por fabricação. Para facilitar a exposição, foi mantida no texto a tríade labor, obra e ação.

da vida e da sobrevivência da espécie eram vistas como típicas do indivíduo que vivia, apenas, como membro da espécie. Para que o chefe de família tivesse seu reconhecimento na *pólis*, aquelas atividades deveriam ser realizadas, na maioria das vezes, por escravos(as) e mulheres, para liberá-los para as atividades realmente importantes. Mesmo que a riqueza do chefe de família fosse medida pelo número de escravos(as) que possuísse, o sentido de propriedade privada na Grécia antiga não era o de propriedade de riqueza em si ou de acumulação de riqueza, mas do domínio das necessidades vitais, capaz de liberar o chefe de família para exercer sua cidadania na *pólis*.

A escravidão na Antiguidade, embora não em outras épocas posteriores, não foi um artifício para obtenção de mão de obra barata nem um instrumento de exploração para fins de lucro mas, sim, a tentativa de excluir o trabalho ou o labor das condições da vida do homem. Tudo o que os homens tinham em comum com as outras formas de vida animal não eram consideradas humano (Arendt, 2012, p.104).

Por outro lado, como já ressaltado, há que se reconhecer a experimentação de certo bem-estar na atividade do labor na medida em que se vive dentro de ciclos naturais e que se goza de certo prazer na satisfação das necessidades.

A segunda atividade fundamental é a obra, que diz respeito à dimensão artificial da existência humana pois necessariamente não está inserida no ciclo vital, mas faz o sujeito construir um mundo artificial para melhor viver. A condição humana da obra é a mundaneidade, ou seja, o estar no mundo e torná-lo o mais habitável possível. A obra não se relaciona diretamente com a espécie humana, não tem como fundamento a vida e não está relacionada à sua gênese. É atividade imposta pelo ser humano à própria espécie, ou seja, é resultante do processo cultural. A obra se desloca do natural e da sobrevivência, transcendendo-os, e cria um mundo artificial para que o humano possa melhor lidar com as coisas do mundo.

Arendt traz como exemplo o trabalho com o solo, que é elementar e essencial, mas se transforma em obra no decorrer do processo do cultivo, em função da artificialização dos instrumentos e aparatos produzidos para o manuseio do solo. A obra é continuamente

reproduzida para permanecer como parte do mundo humano. Por ser atividade em que o produto produzido pelas mãos humanas é extraído da natureza, seja interrompendo um processo vital, como no caso da extração de uma árvore, ou rompendo alguns processos mais lentos, como a extração do ferro ou do mármore que se arranca da terra, pressupõe-se que o ser humano seja o senhor das criaturas e da natureza. No entanto, permanece, ainda, serviçal da natureza (Arendt, 2012).

Embora o labor seja a atividade que dá sustentação à vida, essa dimensão sempre foi considerada como a menos nobre das atividades humanas, porque envolve, apenas, a dimensão biológica do humano. A obra, no entanto, dá prestígio ao ser humano, pois ela é responsável por todo o desenvolvimento técnico e faz com que se promova a produção de coisas que são acrescentadas ao mundo, para tornar a existência mais viável. Infelizmente, a força contida nesse processo, a produtividade, com o tempo, passou a ser mais importante do que o produto, diferente do contexto presente na Grécia antiga.

Convém lembrar que, antes do desenvolvimento pleno das Cidades-Estados, era possível distinguir os(as) escravos(as) dos *demiurgois*. Os(as) escravos(as) eram os inimigos(as) vencidos(as) levados para a casa do(a) vencedor(a) e incorporados como moradores(as) da casa que trabalhavam para prover o próprio sustento e o dos seus(suas) senhores(as). Os *demiurgois* eram os(as) operários(as) do povo que, em geral, gozavam de liberdade de movimento, fora do domínio privado e dentro do domínio público. Com o passar dos séculos, a atividade profissional de artesão(ã) chegou a receber outro nome, o de *banausói*, indivíduos cujo principal interesse era seu ofício e não a participação na praça pública. Somente no final do século V a.C., a *pólis* classifica as ocupações segundo a quantidade de esforço que exigiam, de sorte que Aristóteles considerava como a mais elementar das ocupações aquela pela qual o corpo se desgastava mais. Embora recusasse-se a cidadania aos *banausoi*, pastores(as) e

pintores(as) eram aceitos(as). Pode-se perceber que, inicialmente, o *homo faber* fora desprezado (Arendt, 2012).

A terceira e última categoria é a ação, que se relaciona com a condição humana da pluralidade. Ela é a única, entre as três, que ocorre diretamente entre os seres humanos sem a mediação material ou qualquer outra. A ação são modos pelos quais os humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos, mas como sujeitos e representam o fundamento da pluralidade humana. A ação é aquilo que não se repete entre os humanos. Os seres humanos são sempre os mesmos e são únicos sendo os mesmos. Cada qual é diferente de todos(as) os(as) que já viveram, de todos(as) os(as) que vivem e de todos(as) os(as) que virão a viver. Juntamente com o labor e a obra, a ação é a terceira atividade humana na qual transcorre a *vita activa*.

A expressão *vita activa* já estava presente nas obras de Aristóteles quando distinguiu três modos de vida dos humanos e as relações decorrentes. No entanto, o filósofo grego, em *A Política*, ressaltava que as pessoas poderiam escolher livremente os modos de viver, independente das necessidades da vida. Tal se dá porque a visão aristotélica desconsiderava qualquer modo de vida dedicado à preservação da vida, excluindo aqueles(as) que, por toda vida ou temporariamente, não dispusessem de liberdade de movimentos em suas atividades. Dessa exclusão participavam não apenas o labor, que era o modo de vida do(a) escravo(a) coagido(a) pela necessidade de permanecer vivo(a) e pelo mando do(a) seu(sua) dono(a), mas, também, a obra dos(as) artesãos(ãs) livres e mercadores(as).

Foi Agostinho de Hipona, o teórico que primeiro utilizou o termo *vita activa* para denotar o tipo de engajamento ativo do ser humano às coisas do mundo. No entanto, não significa dizer que, no contexto do século VI d.C., o labor e a obra ascenderam à hierarquia das atividades humanas e se tornaram tão dignas quanto à ação. O que ocorreu foi o contrário: a ação passou a ser vista como a mais legítima atividade humana da vida terrena (Wagner, 2000).

É com atos que os sujeitos se inserem no mundo, tal como o nascimento físico, em que se confirma e se assume a existência. A ação é estimulada pela presença do outro e tem como significado tomar iniciativa, começar, conduzir (Arendt, 2012). Ao agir, os sujeitos demonstram quem são e revelam suas identidades únicas. Daí a impossibilidade, afirma Arendt, de se definir o ser humano, é possível apenas descrevê-lo enquanto está sendo. A preocupação direta com a necessidade e a satisfação das necessidades biológicas imediatas e com a utilidade e o mundo dos objetos são atividades-meio. O controle e a padronização, presentes na atividade humana atual, têm tolhido o aspecto essencial da condição humana que é a criatividade e o imenso potencial de natalidade presente na ação. Pode ser paradoxal conceber uniformização nos aspectos pertinentes à *vita activa* vez que padronizar é abster-se da novidade, do que é diferente.

Na ação, é o humano, como ser incomum não mediado pelas coisas, que entra em direta relação com os outros humanos. Os outros humanos, porém, já antes, entraram em contrato com o sujeito mediante o labor e a obra. A ação, juntamente com o discurso, revela a distinção única do ser humano. É por meio da ação e do discurso que os humanos se distinguem entre si, pois são os modos pelos quais os sujeitos aparecem uns para os outros. Esse aparecimento, em contraposição à mera existência corpórea, depende de certa iniciativa, da qual ninguém pode se abster. Isso não ocorre em outra atividade da *vita activa*.

As pessoas podem perfeitamente viver sem exercer o labor, obrigando outros a fazerem-no em seu lugar, ao escolher simplesmente usufruir do mundo e dos produtos que lhe são úteis, como foi feito pelo(a) explorador(a) e senhor(a) de escravos(as). Mas não há existência humana sem discurso e ação. Se assim o fosse, seria vida morta para o mundo e deixaria de ser vida humana, porque não se trataria de vida entre humanos. Só com as palavras e as atitudes, as pessoas se inserem no mundo, tal como um segundo nascimento, em que se confirma e se afirma o aparecimento físico. A ação não é imposta aos sujeitos pela necessidade, como ocorre

no labor, e nem é desencadeada pela utilidade como ocorre com a obra, mas é estimulada pela presença de uns com os outros.

A condição de humano não nasce da ação, mas é por essa confirmada, na medida em que sustenta a pluralidade. Essa sustentação se dá, porque, dos três aspectos da *vita activa*, é a ação na qual se entrelaçam os aspectos moral e político do *ethos*, que mais próximo está do fluxo renovador da existência que se inicia no nascimento. Para Arendt (2012), a natalidade é categoria por excelência do ser humano, pois é dela que emerge o mistério do novo. Com a criação do humano veio o princípio do começar, outra maneira de dizer que o princípio da liberdade foi criado quando o humano foi criado e não antes. É da natureza do início que haja algo novo, o inesperado, algo diferente de coisa alguma que tenha ocorrido antes. O novo acontece em oposição às possibilidades das leis estatísticas e das probabilidades. Para todos os fins práticos e cotidianos, equivale à certeza que o novo aparece na forma de milagre. O fato de o humano ser capaz de agir significa que se pode esperar desse ser o inesperado, a possibilidade de realizar o infinitamente improvável. Mais uma vez, isso só é possível porque cada sujeito é único e de cada nascimento surge algo singularmente novo. A efetivação da condição humana se dá na natalidade, isto é, no viver como ser distinto e único entre os iguais. A existência humana nunca está essencialmente isolada, ela só existe na comunicação e no reconhecimento da existência de outros. Os pares, amigos, parceiros de vida nunca são elementos que, embora necessários, destroem a existência, pelo contrário, a existência só se desenvolve no estar-junto dos seres humanos no mundo comum.

A ação sempre vem acompanhada do discurso, pois se assim não fosse, perderia o caráter revelador de seu sujeito, pois em lugar de sujeitos, o que se teria atuando seriam autômatos(as) executores(as). Assim, a ação mudaria e perderia sua natureza, por inexistir o ator. O ator é o realizador de feitos que só se tornam verossímeis expressando palavras. É na ação que o humano inicia o que é humanamente revelado pela palavra. Embora o ato humano

possa ser percebido em seu aparecimento físico, às vezes sem acompanhamento verbal, só se torna relevante por meio da palavra, por meio da qual se identifica como ator, anuncia o que faz e o que pretender realizar. Na comunicação repousa, embora não plenamente desenvolvido, o novo conceito de humanidade como condição para a existência do ser humano (Arendt; 2011).

É no agir e no falar que os seres humanos mostram quem são e suas identidades únicas por meio da singularidade do corpo e da voz. A ação é a revelação do “quem” – dons, qualidades, talentos, defeitos - implícito em tudo o que o humano diz ou faz, em contraposição ao “quê”, descrição objetificante. Só no completo silêncio e na total passividade pode o humano ocultar quem é. Sobre essa questão, Arendt (2012) explicita que:

[...] é quase certo que o *quem* que aparece de forma clara e inconfundível para os outros, possa permanecer oculto para a própria pessoa, a semelhança do *daimon*¹², na religião grega, que acompanha o homem durante toda a sua vida, de sorte que só era visível para aqueles que o encontrava (p. 224).

2.3.1.2 Hannah Arendt e sua crítica à Modernidade

Arendt (2012) critica toda a Modernidade por ter sido tragicamente capturada pelo *animal laborans*:

(...) a súbita e espetacular promoção do labor da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, passando pela mais estimada de todas as atividades humanas, começou quando Locke descobriu que o labor era a fonte de toda a prosperidade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo labor é a fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax quando Marx proclama o labor como a origem de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem (2012; p. 113).

Como seres dotados de corpo, os humanos precisam provê-lo diariamente e partilhar da condição de *animal laborans*. No entanto, há risco quando outras atividades sacrificam obra e ação em benefício da abundância, que é o ideal do *animal laborans*. Arendt (2012) explicita

¹² Refere-se àquilo que a alma humana tem de divino. Também tem o significado de seres humanos civilizados, portanto intermediários entre a divindade e a humanidade (Gobry, 2017).

os efeitos destrutivos dessa abundância e questiona o impacto em relação ao próprio planeta, como a crise ecológica em que está mergulhado esse milênio.

As possibilidades introduzidas pelo contínuo desenvolvimento da automação nos fazem indagar até se haverá a possibilidade de um dia, a humanidade libertada dos grilhões das dores do esforço, poder livremente consumir o mundo inteiro e reproduzir diariamente tudo o que desejava consumir. A quantidade de coisas que apareceriam e desapareceriam a cada dia e a cada hora nesse processo vital seria, na melhor das hipóteses, irrelevante para o mundo, caso o seu caráter de objeto pudesse suportar o temerário dinamismo de um processo vital inteiramente motorizado (Arendt, 2012, p.144).

A filósofa é ácida na crítica à visão de Karl Marx e sua perspectiva de redimir a humanidade de produção contínua da riqueza em direção a outras atividades mais complexas. Para Arendt, enquanto a lógica do *animal laborans* continuar ditando as regras de funcionamento da vida, essa situação se manterá:

Cem anos depois de Marx, sabemos que as horas vagas do *animal laborans* nunca serão gastos em outra coisa senão no consumo; e quanto maior é o tempo que eles dispõem, mais ávidos e insaciáveis são seus apetites para consumir. Estes apetites se tornam cada vez mais refinados e fazem com que o consumo não se restrinja mais às necessidades da vida. Pelo contrário, visa à superficialidade da vida; o que acarreta um grave perigo de chegar em um momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo (Arendt, 2012, p. 146).

O labor, regido pela necessidade inesgotável, ao invadir e, finalmente, dominar as outras atividades da vida, submete, por exemplo, a obra à sua lógica e a ação, que deveria ser regida pela liberdade, ameaçando a própria existência humana. A sociedade moderna impõe regras que tendem a espécie de normalização dos seus membros ao ditar comportamentos que abolem qualquer ação espontânea de criatividade.

Arendt põe em questionamento o sujeito da Modernidade, em função do estado de alienação diante do mundo que o progresso e a tecnologia têm provocado. Na tentativa de dominar a natureza, a tecnologia provoca o desenraizamento do sujeito, fazendo com que o mundo cada vez mais seja esvaziado de sentido. As atividades da vida ativa do humano são importantes, mas a inversão na ordem de valores é arriscada. É o que se percebe

contemporaneamente com a vitória do consumo sobre a ação, que faz com que o ser humano viva unicamente para saciar seus desejos e, principalmente, seja incapaz de modificar a sua percepção sobre o fazer. O *animal laborans* triunfa, o que faz com que a técnica não esteja mais focada no produto e na qualidade do que se quer entregar, como na Antiguidade (Arendt, 2012). O foco maior hoje está no próprio processo, em detrimento do produto. A ciência e a técnica enfatizam, exclusivamente, a produção, fazendo com que tudo e todos(as) se tornem meio para atingir determinado fim, o que contribui para visão distorcida da relação entre o sujeito, nesse caso, o(a) trabalhador(a) e os recursos disponíveis para o exercício de sua atividade. A instrumentalização domina a experiência da fabricação e se torna a mais elevada capacidade humana em detrimento da própria ação, caracterizando a vitória do processo sobre a importância do que é fabricado, provocando o distanciamento em relação à atividade final, o sentido do trabalho para o sujeito.

A sociedade da atual Modernidade é incompetente em reconhecer a superficialidade do processo da produção configurado como desenraizamento e alienação: o distanciamento da compreensão do mundo como lugar criado pelo sujeito e que para se manter como o que realmente é – sua morada – precisa ser cuidado e preservado. O distanciamento e a indiferença do humano se relacionam diretamente com a artificialização da vida instaurada pelo desenvolvimento tecnológico: “Temos a capacidade de compreender, isto é, de falar sobre as coisas que, no entanto, somos incapazes de fazer” (Arendt, 2011, p.6). A tecnologia utiliza linguagem simbólica e calculante, no sentido heideggeriano, para descrever os processos da natureza, o que denuncia o distanciamento entre a capacidade reflexiva sobre as coisas mundanas e a linguagem da ciência.

Para além do pressuposto da coisificação humana, presente nos dias atuais, em função da soberania do labor em detrimento da complexidade da ação como eminente expressão da pluralidade humana, regida pela liberdade de atitudes e discursos, pretende-se realizar a leitura

das narrativas a partir da Logoterapia de Viktor Frankl como possibilidade de convergência para a manutenção da saúde psíquica do(a) trabalhador(a) longo(a). Sua biografia já possibilitou, ao longo de sua existência, vivências dos valores que fundamentaram à realização de sentidos durante décadas como trabalhador(a). Nessas vivências, o sentido do trabalho se constrói para os(as) bancários(as) longevos(as).

Os fundamentos que Frankl (1999) designa como *sentido* alicerçam-se em referenciais que dialogam com a fenomenologia das atividades humanas – *vita activa* - de Arendt, seja o labor, seja a obra, mas, predominantemente, a ação. A relação que se estabelece entre os dois pensadores e o *corpus* e a pesquisa deste estudo, é o sentido do trabalho apesar e por causa da questão do sofrimento do humano na sociedade de consumo, no suposto esvaziamento da identidade do(a) bancário(a) de banco público e representando uma faixa etária de trabalhadores(as) que a cada dia aumenta no país. Os(as) bancários(as) longevos(as) dos bancos públicos podem se sentir esvaziados(as) e desalojados(as) no seu saber e na sua riqueza de experiência pouco valorizada pela lógica de produtividade vivenciada na atualidade e que é, ao mesmo tempo, pouco estudada: os(as) trabalhadores(as) com sessenta anos ou mais de idade.

Para lidar com este *corpus*, o sentido é fundamental. Não somente chegar ao desvelamento do ser humano fragilizado pela lógica destrutiva da atual Modernidade, mas também entender aqueles(as) que não sucumbiram e que encontram prazer e sentido no que fazem, em meio a tal sofrimento e pressão. Por isso, em sintonia com o pensamento de Hannah Arendt, Viktor Frankl pode fornecer referenciais para a compreensão desse estado resiliente.

2.3.2 Viktor Frankl: Análise Existencial e Logoterapia

Viktor Frankl, psiquiatra judeu vienense, no início da Segunda Grande Guerra, viu-se obrigado a fazer diagnósticos benignos, a fim de salvar outros(as) judeus(judiais) de serem mortos(as) pelos(as) nazistas. Durante o período de 1942 a 1945, passou por quatro campos de

concentração: Theresienstadt (1942) em que seu pai morreu de fome; Auschwitz (1943-1944), em que morreram na câmara de gás sua mãe, seu irmão e sua esposa; Dachau (1944); e, Türkheim (1944-1945). Sobreviveu, não apenas aos maus tratos e à fome, mas à febre tifoide, contraída no último campo em que foi internado.

A vida em cativeiro é tão difícil que faz o ser humano perder o controle de si mesmo e até desistir de viver. Em afirmação aparentemente paradoxal, Frankl atribui sua sobrevivência às experiências do aprisionamento nazista à capacidade humana de ser livre para escolher a atitude diante do sofrimento. Sua escolha foi sofrer dignamente. O compromisso em ser testemunha do inesperado grau da capacidade humana de resistir às situações extremas, enfrentando-as corajosamente, foi a decisão que o fez, dia após dia, superar tamanhas atrocidades, incluindo o assassinato de sua família.

Frankl (1978) apresenta visão de ser humano bastante distinta das demais concepções psicológicas caracterizadas pelo introspectivismo vigente em sua época e propõe nova compreensão da existência, que parte dos fenômenos especificamente humanos, baseando-se em rigorosa metodologia. Ao analisar a experiência humana, o psiquiatra aplica o método fenomenológico como aquele que descreve a forma na qual o ser humano experimenta o mundo sem tentar adequar os fenômenos da experiência a padrões de interpretações concebidos previamente, que o reduziria a um nível não humano (Frankl, 1978).

2.4.2.1 Viktor Frankl: Análise Existencial

Na Análise Existencial, reflexão, lembrança, memória, imaginação e fantasia são exemplos de atos e vivências presentes, nos quais, a partir da consciência, o sujeito encontra sentido, e, são, portanto, atributos especificamente humanos (Frankl, 1978). Um exemplo seria o reconhecimento do trabalho que a pessoa realiza. Todo humano adulto sabe o que é trabalho e compreende o que significa reconhecer o trabalho e a atividade profissional que desenvolve.

No entanto, o trabalho específico de cada um e o sentido atribuído com as respectivas peculiaridades não são conhecidos pelo outro. Em outras palavras, mesmo que não se conheça o trabalho do outro, há aspecto universal presente em todos os trabalhos: as vivências e os atos que todos os humanos realizam, pois tal aspecto é característico da consciência.

Refletir sobre as vivências talvez seja o ato mais importante do ser humano. Isso se dá porque o sujeito tem como característica fundamental a capacidade de indagar e questionar, o que ultrapassa o aspecto intelectual e remete à construção dos sentidos das experiências, portanto, extrapola o elemento intelectual. Belo (2004) avalia que a atividade reflexiva, embora exclusiva dos seres humanos, é manifestada por cada sujeito de formas diferentes. No caso da cultura ocidental, as matrizes fundamentais são: 1) da tradição da filosofia grega, que desenvolveu atividade reflexiva, no sentido de tomada de posição consciente acerca da realidade, e da qual brotaram posteriormente as filosofias sobre a ciência; e, 2) a matriz da tradição judaico-cristã, em que o chamado divino apela para a singularidade e a responsabilidade individual com relação ao destino. Esses elementos foram importantes no desenvolvimento do sentido de subjetividade na cultura ocidental.

Os fundamentos que Frankl (1999) designa como sentido alicerçam-se em referenciais que dialogam com a fenomenologia das atividades humanas – *vita activa* - de Arendt, seja o labor, seja a obra, mas predominantemente a ação. A existência humana é estendida pelo fluxo do tempo. No decorrer desse fluxo, estão as possibilidades de existir que, conforme Lukas, aluna e discípula de Viktor Frankl, são “a única coisa propriamente mortal, pois elas são existentes e, apesar disso, fugazes - deixam de ser existentes a partir de certo momento” (Lukas, 1992, p.156).

No existir, o humano se movimenta no limiar entre o que pode ser e o que é, responsável pelo possível que dele depende. Lukas (1992) chama de “reino do real” o conjunto de todas as possibilidades do mundo realizadas até o presente e que é idêntico com o que é.

Chama de “reino do possível” o conjunto de todas as possibilidades ainda não realizadas, mas que virão a ser realizadas, juntamente com o conjunto de todas as possibilidades que permanecerão sem realização. O sentido é silhueta que se recorta contra o fundo da realidade, ou seja, é uma das possibilidades que se destaca contra a luz, mas, ao mesmo tempo, é também uma necessidade e aquilo que é preciso fazer em cada situação concreta. Essa possibilidade de sentido é sempre como a própria situação, única, ao tempo em que é repetível: o sentido de determinada situação torna-se real para sempre quando é encontrado e efetivado como se fosse a possibilidade de sentido que se apresenta aqui e agora, agora ou nunca.

As possibilidades que permanecem sem serem realizadas, Lukas chama de “pré-estágio do ser” (2012, p.56), do qual se pode desenvolver o que é e o que não é. Só as possibilidades realizadas se incorporam ao ser, pois quando concretizadas se transmutam de possibilidades para realidades. As possibilidades irrealizadas, na maioria das vezes, extinguem-se, e, em algum momento, deixam de ser possíveis. O fluxo do tempo está univocamente orientado do possível para o real e não vice-versa. O possível é fugaz e urge pelo ser.

O pré-estágio do ser é instável e se desfaz no fluxo do tempo e só o que foi realizado se torna estável. Os inúmeros possíveis de cada momento devem chegar ao ser a partir das possibilidades que foram extraídas da transitoriedade e tomados como eternos no ser. Das decisões decorrentes das possibilidades trazidas pelas situações vividas, emerge o sentido. O que caracteriza a evolução da pessoa são as decisões e a partir do que a pessoa se tornou sempre são possíveis novas decisões. Esse é o milagre do crescimento. Por mais deficiente que seja o desenvolvimento de alguém, por intermédio de novas decisões do momento é possível dar um salto para novo degrau do seu ser. A vida está no fluxo de tempo e se desenrola, entre o possível e o real, no presente. Juntamente com o espaço da liberdade, encontra-se tanto o espaço do destino, formado por tudo o que já foi realizado na vida, quanto o do futuro possível, que não

se encontra nas mãos do ser humano. O espaço da liberdade compreende o futuro possível que depende do próprio sujeito, que já é muita coisa.

2.3.2.2 Viktor Frankl: Logoterapia

A Logoterapia, escola da psicologia de base fenomenológica e humanista proposta por Frankl, caracteriza-se por explorar a experiência humana imediata para o encontro com o sentido como algo que está no mundo e que emerge a partir das escolhas no contexto das possibilidades. Em conjunto com a Análise Existencial, a Logoterapia compõe a base teórica para a ação clínica. A Análise Existencial, por seu turno, representa a corrente antropológica de pesquisa aberta em duas dimensões: pronta para cooperação com outras correntes e disposta a evoluir a partir de si mesma (Frankl, 2012). Da aproximação da Logoterapia com a *vita activa* espera-se emergir possibilidade compreensiva fundamentada na fenomenologia existencial que esboce visão clínica do(a) trabalhador(a) longo(a) sempre desafiado(a) a responder às demandas da atual Modernidade.

A Logoterapia não pode ser compreendida como a aproximação do(a) paciente a partir da lógica. Se assim o fosse, essa orientação clínica se confundiria com espécie de persuasão. Trata-se justamente do oposto da persuasão. O termo *logos* traz dois significados: por um lado, o sentido, e, por outro, o elemento espiritual, que se opõe ao meramente psíquico. Assim, é possível mensurar a distância entre o *logos* da Logoterapia e a possível, mas inexistente, convergência com a *ratio* e depois com o *intelecto*. Em outras palavras, há impossibilidade de o elemento espiritual ser identificado como elemento meramente intelectual ou racional.

“O sentido nunca é dado, nem é criado, mas encontrado” (Frankl, 1978, p.19). Em sua busca, o indivíduo é orientado pela consciência, “(...) o órgão do sentido, cuja função é de descobrir o sentido único e irrepitível que se esconde em cada situação” (Frankl, 1978, p.19). A referência ao órgão do sentido não remete ao órgão sensorial que transmite sentido e “fareja”

no interior da consciência. Como órgão do sentido, a consciência pessoal é responsável por compreender o apelo ao sentido que cada situação apresenta e pela consciência que se desenvolve a partir da capacidade de ouvir e compreender as questões do dia a dia para que sejam respondidas, empenhando a própria existência do sujeito, dotando-o de responsabilidade pelas escolhas que fez.

Um dos aspectos básicos do fenômeno antropológico denominado transcendência de si mesmo é o que Frankl designa autotranscendência, que é o fato essencial humano, nas suas atitudes, de visar algo além de si próprio, apontando na direção de alguma causa a qual sirva, alguma pessoa que ame. Na medida em que o ser humano se autotranscende é possível que realize a si próprio. A autotranscendência pode ser observada nos fundamentos biológicos do ser humano, como a capacidade que o olho tem de captar o mundo.

Quando é que o olho é capaz de enxergar sem prescindir de um espelho? Somente quando está afetado de catarata. Neste caso não vê senão nuvens, enxerga apenas sua própria doença, ou, se vir ao redor de uma fonte de luz como que uns círculos e irisados, estará vendo o seu próprio glaucoma. Sempre que puder olhar para si mesmo será porque está com a capacidade visual prejudicada. O mesmo se pode dizer do ser humano. A existência humana se distorce na mesma medida em que gira em torno de si própria, em torno de alguma coisa que esteja dentro dela ou a ela ligada. Assim como o olho não tem que ser capaz não de reparar em si próprio, o ser humano, se quiser ser realmente humano, tem que ser capaz de passar-se por alto. Tem que ultrapassar-se, esquecer-se de si próprio. Dedica-se a um autoesquecimento positivo, a uma tarefa ou a uma pessoa. E é somente na medida em que o faz que se torna humano e se torna inteiramente ele mesmo (Frankl, 2003, p.21).

A realização do sentido satisfaz a aspiração mais básica do ser humano que passa a compreender a própria existência como incessante e a vida como missão. Cumprir o “sentido do momento” é aproximar os objetivos e valores superiores, os quais o sujeito considera como conteúdo de sentidos pessoais, com a responsabilidade perante a situação concreta em que se encontra. Em outros termos, é agir com a própria consciência, que representa a capacidade de o humano descobrir o sentido único e singular presente em cada situação vivida.

Ao fazer a leitura da condição de bancário(a) longo(a), por exemplo, as situações profissionais vividas por esses(as) trabalhadores(as) durante, pelo menos, trinta anos de

atividade, foram, muitas vezes, de desconforto e sofrimento. Já foi descrito o quanto o contexto tecnológico exige do(a) trabalhador(a) imediata adaptabilidade, com a elevação dos padrões de produtividade. Essa situação, aparentemente, seria considerada inabilitada para qualquer realização de sentido. No entanto, embora não se faça presente no âmbito dos sentimentos e emoções vivenciadas a exigência de assumir postura de fortaleza e superação com dignidade, possivelmente resulta em crescimento e amadurecimento interior, o que, em última análise, fortalecerá o(a) bancário(a) longo(a) para o enfrentamento corajoso das dificuldades. Essa perspectiva fortalece a face mais fenomenológica em detrimento da face humanista da proposta frankliana, vez que a centralidade da questão não está na satisfação das necessidades para ser feliz: acumular sucesso e poder pela condição de bancário(a) longo(a) de um banco público. Assim, a saúde do(a) bancário(a) longo(a) poderá ser preservada e o sentido do desconforto, desvelado no momento em que o(a) trabalhador(a) assume postura valorativa diante da situação em que se encontra e em direção ao sentido da situação que precisa ser cumprido.

A vida de cada ser humano é singular e irrepetível. O espanto de existir e de se compreender como existente pode levar ao sentido e o sujeito chamado para realizar as possibilidades únicas de sentido. O sentido é tão singular quanto as situações que a vida apresenta, do mesmo jeito que “eu” do humano, também, é único.

(...) a questão que nos coloca a vida e em cuja resposta nós podemos realizar o sentido do momento não muda apenas de hora em hora; mas ela altera sim de pessoa pra pessoa. A pergunta é inteiramente diferente a cada momento e para cada pessoa (Frankl, 1990, p.71).

Isso não implica em que Frankl não assume que exista o sentido da vida de forma geral. Esse sentido maior só se gesta depois de realizados os sucessivos sentidos de cada situação. Na existência, apenas o sentido parcial é perceptível, o sentido último se dá *post mortem*, ou seja, quando não se está mais em condições de viver o hoje. Ele só pode ser descoberto e achado satisfeito ou realizado sob a forma de sentido, de situação, tal como um

filme que se desenrole diante do(a) espectador(a), mas só se tornará inteiramente compreensível ao final da exibição. O humano, com suas disposições, aptidões, ações e vontade encontra-se aberto às situações que surgem a cada momento.

O sentido emerge do engajamento e da disposição de se estar totalmente aberto à situação. O caminho para a frente não é predeterminado, mas tudo está aberto em relação ao futuro. Aquele(a) que mantém abertura e se posiciona na vida de maneira ativa, enfrenta as tarefas do cotidiano, supera as crises ou situações de sofrimento, faz até planos para determinada etapa de sua vida, quer celebrar o momento ou realizar novas ideias, está constantemente em comunicação espiritual com a finalidade de suas ações e, ao mesmo tempo, está ocupado(a) com sua tarefa imediata.

A vida humana insere-se em ambientes internos e externos - o físico e o social - dotados de disposições que não foram escolhidas pelo sujeito. Tudo depende, dessa forma, de como a pessoa dá contorno à sua vida no mundo, ou seja, dar forma de sentido à vida diz respeito à situação do humano nela imerso. À disposição do humano são colocados objetos e situações no mundo, que podem ser transformados de modo que ganhem sentido quando o sujeito lhes der forma e se tornar agente da experiência ou situação. Em sua condição de liberdade, o humano foi chamado para planejar, diferenciar e decidir entre todas as possibilidades apresentadas pela vida. É o próprio sujeito que dá forma à vida, a si próprio e ao seu futuro, dependendo só dele, construtivamente, utilizar as situações ou ignorá-las.

A liberdade para fazer as escolhas é, ao mesmo tempo, dádiva e fardo, pois dá espaço para efetuar a configuração pessoal da vida e, simultaneamente, obriga o sujeito a tomar decisões. Mesmo quando não se quer tomar decisões, também se decide, nesse caso, pelo nada. Por essas razões, algumas pessoas evitam o caminho da liberdade, por considerar incômodo e inoportuno assumir a responsabilidade por algo que fizeram e que não deu certo. Em muitos

casos, elegem bodes expiatórios ou desculpas para, conseqüentemente, não lidarem com a necessidade de se modificarem, o que seria muito doloroso.

O ser livre tem a missão de ponderar e comparar as situações quanto ao seu valor e significado, diferenciando o que é bom do que não o é. Por meio da diferenciação, delimitam-se estruturas, a partir das quais, muitas vezes, a decisão surge de forma natural. As situações, ponderadas de acordo com seu valor e significado, cristalizam-se, entre as inúmeras possibilidades indiferenciadas, naquela específica do momento. Ao aceitar essa oportunidade única em detrimento de outras existentes, o ser humano amplia a plenitude de sua vida. Essa é a possibilidade que passa a ser a base da decisão, definida por intermédio da seleção ponderada dessa possibilidade se destacar frente às outras e tornar-se a escolhida.

Para Frankl (1982), não é pertinente afirmar que o ser humano se encontra desamparado em sua liberdade, perdido no vazio interior e incapaz de buscar orientação. Considera que é possível ao humano se orientar em qualquer situação para descobrir a direção firme e autêntica para a etapa seguinte da vida. A possibilidade que, pelo seu valor e significado, foi apreendida como a de maior valor em determinada situação encerra em si a plenitude do ser atual e constitui o sentido da situação.

Viver não significa mais nem menos do que fazer o melhor possível das circunstâncias e possibilidades de dada situação (Frankl, 2003). A realidade nunca está pronta, está ainda por fazer e deve ser entrelaçada da melhor forma com as ações empreendidas. As possibilidades de cada momento são inesgotáveis. A pessoa que adquiriu um pouco de prática no uso da liberdade, na percepção dos seus espaços livres e na mobilização de sua criatividade tem a possibilidade de fazer o que gosta e o que lhe interessa para se engajar no que sabe que necessita.

O ser humano é livre para decidir e não deve se esquivar dessa liberdade. Existe uma missão associada à condição de ser livre: a de diferenciar e decidir. Quando enfrenta as

situações, o humano abre o seu caminho, caminho este chamado de sentido. Logo, o sentido pode ser compreendido como a possibilidade que se abre diante do pano de fundo da realidade e será sempre o caminho realista adequado às circunstâncias.

A peculiaridade de cada situação é construída pelas possibilidades inerentes, mutáveis, e que deverão ser constantemente descobertas. Além disso, as possibilidades precisam ser comparadas e avaliadas quanto ao seu valor, porque é necessário não tomar qualquer decisão, mas, sim, a melhor decisão possível.

Nem todas as pessoas percebem as possibilidades da mesma maneira. A realidade é vista e avaliada de forma diferente pelas experiências diversas de cada pessoa. As pessoas também diferem quanto às aptidões e capacidades, ou seja, quanto aos meios herdados e apreendidos necessários para a realização dos planos e a execução das tarefas. As possibilidades para um(a) podem representar impossibilidades para outro(a).

Alfried Längle (1992, p.14) afirma que “em cada situação vivida há sempre um para quê” seja consciente, espontâneo ou inconsciente e afirma que a relevância e a inevitabilidade da questão do sentido originam-se de três experiências fundantes na existência humana: o livre arbítrio, que possibilita que se façam escolhas entre as possibilidades; a experiência de que a escolha não é indiferente ao sujeito, pois as decisões dizem respeito ao que a pessoa valoriza; e, a volatilidade das situações, as quais se modificam a cada décimo de segundo (Längle, 1992).

Nos seus estudos, Frankl experimentou a insuficiência das categorias psicológicas de que até então dispunha, bem como as propostas terapêuticas derivadas e ampliou sua compreensão sobre quem é o ser humano e suas condições diante dos desconfortos psicológicos e perturbações. Assim, extrapolou a moldura biopsicológica da imagem do humano que lhe fora transmitida e avançou para a Antropologia Filosófica como alternativa válida para o reconhecimento das possibilidades humanas.

A necessidade de expansão da psicoterapia ultrapassar as dimensões biopsíquicas coloca Frankl em sintonia com uma psicologia mais comprometida com a existência humana e o problema da viabilidade da ajuda terapêutica para o encontro de sentido, ao incluir a dimensão espiritual na psicoterapia, sem qualquer imposição sobre o paciente. Inspirado em Rudolf Alers seu mestre, Frankl (1982) sintetiza a tarefa da ação clínica como a educação para o reconhecimento da responsabilidade diante da vida, em sintonia com a concepção dos profissionais da época que clamavam pela necessidade de ajudar aqueles(as) que sofriam na alma e se encontravam espiritualmente perturbados(as).

Há pessoas para as quais o posicionamento diante da vida não está focado no ter mais, mas em dar a melhor forma à vida, frente ao pano de fundo da realidade em que estão inseridas, em dado momento e, para as quais, a expectativa de futuro tem forma aberta em substituição às orientações de desejos e exigências projetadas. Pessoas nessas condições aguardam com interesse e seriedade o que a vida lhes trará e sua disposição maior volta-se para a maneira como se posicionam diante dos desafios da vida que conseguiram transformar e não exclusivamente com a realização de desejos e direitos.

Do ponto de vista existencial, a vida tem aspecto triplo: 1) vivenciar o que tenha valor em si, ou seja, o que é belo e enriquecedor para si, buscando mudar a situação conscientemente, sempre para o melhor em sua totalidade, e não só melhor para si próprio; 2) quando não for possível a condição anterior, e for necessário vivenciar e escolher, será inevitável enfrentar as circunstâncias, com as quais, apesar de todo o sofrimento, deve-se crescer e amadurecer, modificando-se a si próprio para melhor. Vale dizer, essa é a ideia central da Análise Existencial de Frankl e da prática da Logoterapia: a vivência de valores que orientem a realização dos sentidos; 3) a terceira característica de sentido ultrapassa as duas primeiras (da relação entre a pessoa e a situação) e diz respeito à compreensão de que algo somente tem sentido para o ser humano quando significa alguma coisa para ele, ou seja, o que é indiferente

para o sujeito não tem sentido - o que não exclui o fato de que posteriormente pode se tornar significativo. Perceber o sentido em algo significa reconhecer a importância da situação e das escolhas para a própria existência. É necessário reconhecer que há alguma forma de relação com o próprio sujeito – ou com outro.

Frente à variedade das coisas de valor na vida, pode-se indagar sobre como encontrar o caminho para a vida com sentido. Frankl (2011) afirma que os valores presentes nas vivências são carregados de sentido e que há três caminhos que conduzem à vida plena de sentido, em especial quando o humano tem a consciência da importância de realizá-lo. São eles: os valores vivenciais (experenciais), os valores atitudinais e os valores criativos.

2.3.2.3 Viktor Frankl: Valores da vida plena de sentido

Valores vivenciais ou de experiência referem-se à percepção de algo relacionado à beleza ou à contemplação, como, por exemplo, apreciar uma flor. Pode se dizer muito sobre a evolução da flor, do nascer ao morrer, sobre a beleza, a textura, os odores, as cores, as formas e de diversas experiências que a flor pode proporcionar ao estar na natureza. Muita alegria, por exemplo, pode estar contida no ato de observar um animal, a agilidade com que se movimenta, a naturalidade de sua integração com o ambiente. É possível que a maioria das pessoas tenha experiências próprias para relatar em relação à fauna, à flora ou ao ambiente. Mas não só a natureza proporciona experiência. A experiência também pode estar no prazer e na alegria ao se relacionar com outras pessoas no trabalho, em uma festa, e, especialmente, no amor pelo outro, quando o outro é compreendido em sua singularidade.:

O trabalho, para sobreviver, é uma tarefa de vida que geralmente satisfaz. É uma atividade particularmente apropriada para demonstrar a singularidade do homem que se relaciona com a família e com a comunidade que se vive, trazendo significado e valor a esta relação entre indivíduo, família e comunidade, dependendo não tanto da profissão em si mesma, mas do caráter de ajuda em favor dos outros. Quando a profissão concreta não satisfaz, deve-se procurar a culpa no homem que a exerce e não na profissão em si mesma. Estar satisfeito com nosso trabalho depende de nós e não da profissão, de ser ou não ser capaz de fazer sobressair em nossas ações o que

é humanamente singular em nós, evitando o trabalho puramente técnico e não personalizado (Frankl, 2001, p.287)¹³.

Essas coisas consistem em sentido por serem belas por si próprias e quando a pessoa que as experiencia e ao mesmo tempo em que as apreende dá-lhes ativamente forma, interiormente recria a compreensão de si e do mundo. Assim, a pessoa intui os valores do mundo e se enriquece por intermédio deles (Frankl, 2011). Porém, há dependência tanto do valor das coisas quanto da pessoa que se relaciona com elas e a elas se entrega. As experiências que têm sentido são caracterizadas pela elaboração pessoal, em que se recria e vivencia novamente as experiências. Os valores vivenciais têm importância porque é por meio deles que se aprecia a beleza da vida e se mantém as forças espirituais que auxiliam na doação de sentido à vida em outras dimensões da existência humana.

Mas, mesmo com o ritmo da atual Modernidade, o(a) profissional

(...) não deve deixar de vivenciar os valores axiológicos – morais. O ser humano pode chegar um denominador comum axiológico se chegar a ter valores comuns, tarefas comuns e esperanças comuns; quer dizer, se se unir por uma vontade coletiva que o conduza a um sentido coletivo (Frankl, 2003, p. 70).

Para se compreender os valores atitudinais ou de atitude vale breve digressão. Para Frankl (2012), o humano não é preparado para enfrentar as situações insolúveis da vida e os reveses do destino. A penosidade diante da morte de um ente próximo ou o enfrentamento de doença diagnosticada como incurável são situações em que não há preparo para o que é experimentado e que causam falta de sentido e sofrimento. O ser humano não possui construto pronto para eliminar o sofrimento ocasionado por tais situações e nem mesmo a inteligência humana é capaz de minimizar tal sofrimento. Por outro lado, é frequente se defrontar com pessoas que, com grandeza impressionante, enfrentam um golpe do destino ou um sofrimento

¹³ Tradução do prof. Dr. Luiz Alencar Libório.

penoso, como a própria história de Victor Frankl exemplifica. Pode-se cogitar que a fé ajudaria essas pessoas, fortalecendo-as para suportar reveses. Mas, e se a fé não for tão firme? Se dúvidas e desespero se instalarem? O que acontece com as pessoas que não professam crença alguma? A Análise Existencial e a Logoterapia propõem compreender todas as pessoas, sejam as que possuem fé, sejam as que não a possuem, vez que, dentro da psicoterapia, não se pode fazer declarações religiosas ou teológicas (Frankl, 1990).

A Logoterapia não adentra o nível da fé, mas não obstrui esse caminho. Quando se está impotente diante de um destino irrevogável, vivenciando a consciência de mais nada poder fazer, pode-se transformar a aflição em tragédia, pois não há liberdade de viver o que não se pode mudar. Mesmo assim, não se pode afirmar que se deixou de ser humano.

Por outro lado, as situações impostas pela vida demonstram que nunca se está totalmente entregue ao destino. Apesar do caráter inevitável e imutável, sempre há a possibilidade para agir, desde que a pessoa não se apegue a exigência de querer reverter o que é imutável, pois assim as outras possibilidades deixariam, conseqüentemente, de existir, condição incapaz de ser satisfeita. Na maioria das vezes, o maior perigo para a pessoa que sofre os golpes do destino é de se entregar à tristeza e estar constantemente imaginando tudo o que poderia ser diferente e agradável se não houvesse os reveses.

A vida não se resume em se poder escolher sempre as condições a que se vive. Ao ser confrontado com o destino e a própria falta de liberdade para mudar, o motivo do sofrimento não deve ser considerado tão importante porque está fora da esfera de influência do sujeito e da sua capacidade de mudança. Assim, depende exclusivamente da pessoa a forma de enfrentar o sofrimento e o objetivo pelo qual sofre. Por intermédio das atitudes diante da vida é que o sentido pode ser realizado nas situações difíceis e imutáveis. O destino do ser humano pode ter suprimido a sua liberdade externa, mas sempre restará a liberdade de assumir diferentes atitudes diante do sofrimento. Esse é o maior aprendizado dos valores atitudinais.

Quanto aos valores criativos ou de situação, é relevante lembrar que o crescimento e a evolução ocorrem nas trocas entre o dar e o receber, círculo mantido pelo receber, transformar e novamente dar. Esse princípio de crescimento ocorre em todos os níveis da vida seja biológico, seja psíquico, seja referente às decisões de responsabilidade. O sujeito sente que sua vida tem sentido quando cria ou realiza algo no mundo. Se os valores vivenciais ajudam a receber algo do mundo, enriquecendo-o, os valores criativos significam troca em que algo valioso é colocado pelo humano no mundo para que este último fique mais enriquecido.

Trata-se da realização de uma obra ou de um ato, como as obras de arte ou as descobertas pioneiras da ciência. Dentro das possibilidades e das capacidades do ser humano é necessário considerar como ato e obra quando alguém cria um(a) filho(a), vive sua profissão de forma conscienciosa para prover meios para sustentar a família, cuida da casa ou toma conta de um(a) doente.

O ato não precisa ser espetacular para se transformar em obra, afirma Frankl (2012). O fundamental é o comprometimento e a seriedade da entrega que tornam o empreendimento, por mais simples que seja, em obra diante da transitoriedade da vida. Cada pessoa realiza suas obras, dia após dia, no trabalho e fora dele. A obra maior, na qual constantemente todos(as) estão empenhados(as), é a própria realização da vida. Não é à toa que se fala da obra da vida na retrospectiva da existência de uma pessoa que durante todo trajeto profissional se dedicou a uma tarefa e agora está se aposentando.

Os valores criativos não se restringem às realizações de descobertas criativas para que tenham sentido, como o trabalho e a inovação, mas se estendem além do material, penetrando no âmbito, por exemplo, da provação humana. São situações em que o ser humano, conservando sua decisão e sua corajosa determinação, contribuiu para a permanência de um valor ou de uma ideia. No engajamento direcionado a algo ou a alguém, o sujeito cumpre seu serviço a favor de um bem e, com isso, recebe, esse bem de volta.

A vivência dos valores perfaz os três caminhos de realização do sentido e demonstra a afirmação de que a vida oferece essas possibilidades até o último momento e em todas as circunstâncias. Não há situação na vida que não possa ser explorada pelo menos por um desses caminhos. Frankl explicita esse fundamento ao afirmar que “esta tríade de possibilidade de sentido, os valores de criação, os valores de experiência e os valores vivenciais, traz consigo a conclusão de que a vida tem sentido sempre literalmente até o último suspiro e um sentido incondicionado” (Frankl, 2003, p.33).

Na atual Modernidade, critica Frankl (2003), a medicina moderna ao afirmar que a saúde do ser humano está em sua capacidade de trabalhar e de ter prazer, exclui a dimensão alcançada pelo humano quando se desloca para posição central: a maturidade e a grandeza humana que é a dimensão que o sujeito atinge quando não se permite ser vencido pelas vicissitudes da vida e desenvolve a capacidade de enfrentá-las e assumi-las, ou seja, quando adquire a capacidade de sofrer.

A condição de bancário(a) longo(a) traz histórias de encantos e decepções como trabalhador(a) de banco público. A imaterialidade da atividade desenvolvida, a intensificação das doenças ocupacionais, a interação com a tecnologia e os impactos dos planos econômicos são alguns aspectos presentes nas biografias profissionais de mais de três décadas. Tais eventos oprimem a existência desses(as) trabalhadores(as) e geram profundo desgostos com a sua vida, culminando, até, em situações de suicídio, conforme apresentado em estudos. Nessas situações, o(a) trabalhador(a) tem ofuscada a perspectiva de sentido potencial da vida. Diante da impossibilidade de encontrar meios mais viáveis de lidar com situações de sofrimento, é possível que se encontre frente à falta de sentido, vendo-se acuado(a) e desesperado(a), chegando a acreditar que não há mais nada em que possa se apoiar e, na sua impaciência, não enxergue alternativa que o auxilie a se realizar. Mas, até em situações difíceis e desprovidas de qualquer liberdade externa, existe, para Frankl (2003), a liberdade de assumir diferentes

atitudes diante das circunstâncias e tentar ressignificar aspectos para, assim, fazer emergir o valor, o qual representa a base da dignidade humana.

Da orientação para o que é certo em cada situação - ao fazer o melhor possível e criar as melhores condições para as situações seguintes - resulta a totalidade de sentido da vida, tal como o ajuntar de pedra após pedra, as quais perfeitamente ajustadas, constroem uma casa. A direção do curso básico é determinada pelo órgão interno de percepção, espécie de prumo interno, como uma sensação do que seria a melhor escolha e que dá a entender ao sujeito, independentemente de nacionalidade ou de tipo ou quantidade de conhecimento aprendido, o que deve ser feito justamente em cada situação para viver a experiência, criar, ou manter o que há de bom nela, construindo o que a vida pode ser e que ainda deverá se revelar dessa maneira (Frankl, 1981).

Na mesma linha de pensamento, Lukas (1992) afirma que é necessário interpretar a vida como rio que corre entre o possível e o real. As possibilidades borbulham da fonte, ou seja, o que a vida oferece ao ser humano, e a realidade é o mar no qual esse rio desemboca. Para esse mar, continuando-se a analogia, o sujeito leva as possibilidades transformadas em realidade, ou seja, aquilo que realizou durante sua vida, tanto o que realiza, quanto o que deixa de realizar. São os conteúdos de uma vida, aquilo para que se viveu. No entanto, nem toda a possibilidade de sentido oferecida pela vida chega à realização ou tem a capacidade de se realizar. Algumas possibilidades passam sem serem aproveitadas, naufragando em meio ao caminho, nunca chegando a desembocar no mar da realidade. Mas o que chega à concretização de sentido é imperecível, pois da realidade nada pode ser retirado. Ao educar os(as) filhos(as), por exemplo, o sujeito, sem dúvida, vivencia importante conteúdo de sentido, seja pai, mãe ou alguém que ocupe a função parental, e só pode fazê-lo enfrentando dia por dia, minuto por minuto, as exigências das situações que vão se apresentando. Até que por fim esse(a) filho(a)

deixe a casa para enfrentar a sua própria vida, tornando-se independente, o processo de educação se cristaliza como algo realizado na vida dos pais.

Resgatando os pressupostos arendtianos, a *vita activa* está relacionada com a condição mais geral da existência humana vez que ao realizá-la (labor, obra e ação), o ser humano torna-se produtor e garantidor de sua própria existência, afirmando sua humanidade. A vida do sujeito possui força primária, motivação em si mesma, orientada para a plenitude e para o descobrimento e não uma racionalização secundária de impulsos e instintos. Tal como afirma Pintos (2017, p.82) “é impossível conceber a vida sem sentido, do mesmo modo como não se pode conceber o fogo sem calor”. Ao longo de sua existência, o sujeito constrói sua biografia e o trabalho, atividade produtiva orientada, participa e produz experiências e sentido.

O período de atividade profissional, tal como a própria existência humana, segue em ciclos de tal forma que passadas três décadas em uma mesma instituição, no caso específico dos(as) Participantes deste estudo um banco público, podem produzir tanto euforia como incertezas. O sentido do trabalho possui variações de forma que ultrapassam a rotina de ficar horas do dia em função de uma atividade para garantia de sustento.

Na confluência estrutural vivida nesse século, a vida produtiva tem acompanhado a longevidade possibilitando novos significados para o trabalho. O que se pretende é desvelar o sentido do trabalho, a partir dos significados colhidos na narrativa produzida pelos(as) bancários(as).

CAPÍTULO III - DESVELANDO OS SENTIDOS DO TRABALHO NOS(AS) BANCÁRIOS(AS) LONGEVOS(AS)

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e os resultados cotejados com o referencial metodológico da fenomenologia na perspectiva de Viktor Frankl e Hannah Arendt. A pesquisa qualitativa se ocupa, dentro da área de Ciências Humanas e Sociais, do universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes constituindo conjunto de fenômenos da realidade, em que os seres humanos se distinguem não só nas suas atitudes mas também na forma de pensar sobre o que fazem. Ao interpretarem o que fazem dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com os outros, os seres humanos elaboram representações e intencionalidades. Tais aspectos caracterizam o objeto da pesquisa qualitativa, vez que é impossível traduzi-la em números e indicadores (Minayo, 2002).

A pesquisa qualitativa é atividade que localiza o(a) observador(a) no mundo. É o conjunto de práticas materiais e interpretações que tornam o mundo visível, ao mesmo tempo em que essas práticas transformam o mundo em inúmeras representações. Na pesquisa qualitativa, o caráter é descritivo e a fonte de dados é o próprio ambiente natural. O(a) pesquisador(a) precisa focar no significado que as pessoas dão à própria vivência e à vida. Nesse nível, essa forma de pesquisa envolve abordagem interpretativa do mundo e os(as) pesquisadores(as) estudam seus objetos dentro dos contextos vividos, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem (Flick, 2009).

Assim, a tarefa mais importante da pesquisa qualitativa é compreender a realidade humana vivida. O caminho trilhado não exige atitudes de quantificação, tampouco preocupação em explicar o objeto, mas, sim, compreender as relações e os hábitos para que, a partir desse conjunto de fenômenos humanos, seja possível interpretar a realidade. Nas vivências e

experiências da cotidianidade, tomando-as como matéria-prima, é que o(a) pesquisador(a) lança âncoras para seu trabalho. A linguagem, os símbolos, as práticas e as relações são aspectos inseparáveis, pois quando se parte de qualquer desses elementos chega-se aos demais, vez que são constituintes da realidade humana.

Conforme afirma Flick (2009), a pesquisa qualitativa é multimetodológica, o que significa dizer que o(a) pesquisador(a) deve estudar o fenômeno considerando o que nele se revela. Compreende-se fenômeno na esteira de Heidegger (2001) quando ressalta a importância de guardar a palavra fenômeno, designando-a em seu significado originário *phainómenon*, o qual se distingue do aparecer ou da aparência. A aparência aproxima-se do sentido de manifestação, pois, para Heidegger, o que se manifesta é, em última instância, um não se mostrar. O fenômeno, por sua vez, está relacionado à experiência concreta de cada pessoa dentro de sua singularidade e situada no contexto e historicidade próprios. Heidegger (1959) critica o uso de concepções nas Ciências Humanas advindas da perspectiva das Ciências Naturais. Pode-se refletir que a Psicologia, em especial, sofre grande impacto das inadequações conceituais e metodológicas positivistas, vez que essas são insuficientes para a compreensão dos fenômenos humanos.

Oliveira (2007) lembra que durante o percurso metodológico qualitativo, o(a) pesquisador(a) realiza escolhas, estrutura o procedimento e percorre o caminho. É o que caracteriza o método da pesquisa das Ciências Humanas. Neste estudo, por se lançar mão de raciocínio único, constituído pelos procedimentos empíricos a partir do fenômeno investigado, adotou-se o método indutivo, pois se parte da observação dos fatos que efetivamente emergiram e foram moldados pela experiência vivida durante a coleta e análise dos dados. Assim, o caminho percorrido em muito se vincula ao discernimento e aos parâmetros compreensivos desta pesquisadora, durante o qual múltiplas perspectivas surgiram, a partir das temáticas estudadas e nas variadas e subjetivas expressões dos(as) Participantes.

Da lente interpretativa do(a) pesquisador(a) até os procedimentos técnicos envolvidos neste estudo, está a perspectiva teórica que os fundamenta. A escolha da perspectiva teórica refere-se à visão de mundo do(a) investigador(a), não apenas quanto à escolha do método e das técnicas, mas, também, quanto ao trajeto ontológico e epistemológico percorrido. O percurso epistemológico adotado para esta pesquisa foi o da fenomenologia, centrada na perspectiva de Viktor Frankl e de Hannah Arendt. Para tentar entender a construção dos significados, foram utilizados os pressupostos da Psicologia Fenomenológica de Amedeo Giorgi (1978, 2010).

A proposta investigativa deste estudo pretende, ainda, apresentar esboço de método fenomenológico adequado à Psicologia que contemple a confluência da Psicologia como Ciência Humana e a dimensão clínica dessa área do conhecimento. Dessa forma, prevaleceu, em todos os critérios de cientificidade, o ajuste do âmbito psicológico a partir dos fundamentos filosóficos da fenomenologia husserliana.

No âmbito da Psicologia, o método fenomenológico seguiu o pressuposto epistemológico da consciência intencional, a partir dos ajustes da compreensão filosófica, para que fosse possível realizá-lo no contexto da investigação científica em Psicologia. A Psicologia Fenomenológica, como método de investigação, impôs à investigadora, descrever a experiência vivida de outros sujeitos a partir do que Husserl (2001) denomina atitude natural do senso comum, para que, posteriormente, fosse analisado reflexivamente o que surgiu no fluxo da consciência. Essa orientação tem como finalidade valorizar as experiências vividas em torno da temática investigada e salientar o sentido apresentado por essas experiências na consciência do sujeito participante, conservando os passos metodológicos possíveis de enquadramento nos critérios aceitos pela comunidade científica.

Turatto (2013) afirma que o querer dizer dos fenômenos é a característica central da fenomenologia husserliana e pela consciência é possível acionar o sentido e as significações do objeto de estudo. Ressalta, também, a importância de o(a) pesquisador(a) clarificar sua

compreensão sobre o que diferencia o sentido do significado. O sentido é possuidor de tendência, aquilo que “tende a algo” e que, portanto, pode-se conhecer para o objeto, a similitude, direção ou desejo que aponta e se deseja olhar na investigação. Por sua vez, o significado ou significação é a representação na linguagem, o “querer dizer”. A percepção do sujeito, para Husserl, é ato que determina a significação.

As significações são passíveis de conhecimento ao se utilizar método adequado. Neste estudo seguiu-se o percurso fundamentado na proposta de Amedeu Giorgi (2010). Na condição de pesquisadora, função que não prescindiu de aprofundamento teórico no campo de investigação, o sentido emergiu das narrativas interpretadas, tendendo para as estruturas de sentido do trabalho verificadas anteriormente, no Capítulo II, em Viktor Frankl (1999, 2003, 2010, 2011). Em paralelo, esta pesquisadora realizou o relato da sua compreensão sobre a experiência vivenciada durante as entrevistas. Tal relato, distante da perspectiva analítica ou explicativa, é predominantemente descritivo e tem a finalidade de interrogar o fenômeno que emergiu em cada entrevista, adotando o marco teórico e os pressupostos de Arendt (2007, 2008, 2012, 2014) revisitados também no Capítulo II.

A pesquisadora tornou-se, assim, o principal instrumento da coleta e registro dos dados, pois suas percepções apreenderam os fenômenos. A coleção de material empírico capturado durante a coleta, bem como os registros das observações em campo, compuseram material a partir do qual foi possível esboçar os fundamentos teóricos que foram considerados aptos a inspirar a prática clínica focada no trabalho e na longevidade.

Turatto (2013) usa o termo *bricoleur*, algo como um(a) inspirado(a) artesão(ã), para descrever a função desta pesquisadora que, a partir dos referenciais interpretativos cuidadosamente selecionados e capturados, produziu objeto novo com os fragmentos buscados em outros objetos e situações. A característica da atividade da pesquisadora como *bricoleur* não aconteceu apenas durante a etapa da coleta, mas, principalmente, no tratamento das

narrativas, que se tornaram não só a matéria-prima, o insumo, mas também o referencial último da interpretação e dos resultados.

3.2 Participantes

Como se debateu no Capítulo II, os(as) bancários(as) longevos(as) estão na faixa etária igual ou superior a sessenta anos. Para os fins desta pesquisa, o critério idade e tempo de vínculo foi primordial. Esses(as) bancários(as) longevos(as) vivenciaram os novos padrões de trabalho em bancos públicos que emergiram a partir das décadas de 1960 e 1970, e que explodiram em complexidade na década de 1980, especialmente pela inserção da tecnologia. No percurso histórico do Capítulo II, apresentaram-se os marcos das transformações relacionadas aos modos de trabalhar no contexto de um banco público, como a implantação do sistema *on line*, a intensificação das doenças ocupacionais, a terceirização dos serviços bancários, a reestruturação do sistema bancário, os planos econômicos, a sistemática entrada de novos(as) bancários(as) via concursos públicos, os planos de apoio à aposentadoria e à demissão voluntária, os programas de qualidade total e a revisão do atendimento com o foco em vendas. Os(as) bancários(as) longevos(as), admitidos(as) na década de 1980 e que ainda permanecem com vínculo empregatício com o banco público, vivenciaram essas transformações em que foram estabelecidas novas relações estruturais na existência, com as mudanças que implicaram a relação do(a) bancário(a) com o banco público e a atividade realizada.

A constituição do grupo de Participantes para esta pesquisa atendeu aos seguintes critérios: estar empregado(a) em um banco público, independentemente do sexo e estado civil; enquadrado(a) na faixa etária igual ou superior a sessenta anos e ter tempo de atividade produtiva com vínculo empregatício no mesmo banco público igual ou maior a trinta anos.

Foram selecionadas seis pessoas que atendiam aos critérios acima e, por questões de conveniência, o grupo de Participantes foi composto por empregados(as) de um mesmo banco público.

A coleta dos dados cumpriu o preconizado na Resolução , 466, de 12/12/2012, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, além de cumprir os fundamentos éticos da Resolução 510 de 07/04/2016 do mesmo órgão, e só foi iniciada após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos sob o protocolo CAAE 89808318.4.0000.5206.

Iniciou-se com a colheita dos dados sociodemográficos dos(as) Participantes, a saber, nome, sexo, idade, tempo de vínculo trabalhista total, tempo de vínculo de trabalho com o banco público, o cargo ou a função gratificada ou comissionada que atualmente ocupa no banco público, estado civil, número de filhos(as). Para os(as) que indicaram já terem o vínculo com netos(as), esse dado foi registrado, como se vê na Tabela 1. Para os fins desta pesquisa, cada Participante escolheu o nome de identificação com o qual gostaria de ser nomeado(a).

Tabela 1
Perfil sócio demográfico dos(as) Participantes

Nome escolhido pelo(a) Participante	Sexo	Idade (em anos)	Tempo de vínculo empregatício total (em anos)	Tempo de vínculo empregatício com o banco público (em anos)	Estado civil	Número de Filhos	Número de Netos	Cargo ou função ocupada
Ana	Mulher	60	32	32	Casado	3	2	Gerencial
Beatriz	Mulher	60	32	32	Casado	3	0	Técnico
Lúcio	Homem	63	43	43	Casado	0	0	Técnico
Marcos	Homem	61	42	36	Divorciado	2	1	Gerencial
Nadir	Mulher	60	33	31	Casado	2	0	Gerencial
Olga	Mulher	61	34	34	Casado	3	3	Técnico

Fonte: Informações coletadas pela pesquisadora

Após esta etapa foram realizadas as entrevistas narrativas mediante a assinatura dos(as) Participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Definidos os pressupostos teóricos e a fundamentação fenomenológica para a investigação, realizou-se a descrição das experiências dos sujeitos, que são vividas no âmbito

do senso comum, e detalhadas as experiências concretas dos Participantes. Por isso, é importante ressaltar que não existem descrições perfeitas, definitivas ou completas. No entanto, durante o processo, esta pesquisadora buscou se certificar da adequabilidade das descrições capturadas para que, posteriormente, fosse possível gerar as diferentes estruturas de significados. Esta condição foi legitimada logo no início da coleta da experiência dos Participantes, para, a partir de então, proceder à redução fenomenológica-psicológica e adotar a perspectiva psicológica sobre o tema proposto. A partir das categorias desenvolvidas nos Capítulos I e II foi elaborada a pergunta de investigação, identificada na Introdução. Giorgi (2010) lembra que qualquer estudo fenomenológico sempre deve partir de uma pergunta de investigação.

3.3 Instrumentos da colheita dos dados

3.3.1 Entrevista narrativa

Os dados foram coletados a partir da técnica da entrevista narrativa. A entrevista possibilitou a interação entre a pesquisadora e o(a) entrevistado(a) na obtenção de descrições detalhadas sobre o que se pretendia pesquisar e os referenciais das entrevistas para que, assim, esses pudessem ser alinhados aos objetivos. Justifica-se, a seguir, a escolha da narrativa como técnica privilegiada para a coleta de dados.

No contexto desta investigação, para compreensão dos fundamentos da narrativa, buscou-se como referência Walter Benjamin (1992), cujo trabalho volta-se para a reflexão crítica sobre o discurso da história e ressalta a importância da narração como a expressão autêntica de contexto, eventos e valores. Para Benjamin (1992), ao se contar uma história, o(a) narrador(a) pode se apropriar de duas posturas: por um lado, compreender a história como o desfecho de um progresso inevitável e previsível, em que o(a) narrador(a) e os(as) personagens são elementos passivos da história; por outro, reconhecer que ao contar a história, o(a)

narrador(a) revive o passado em função da identificação afetiva do(a) narrador(a) com o relato, produzindo a transmissão de experiência de sentido pleno. Benjamin compara o(a) narrador(a) ao(à) artesão(ã). “A narrativa exige movimentos precisos tal como a mão e a voz, o gesto e a palavra” (Benjamin, 1992; p. 201).

Na narrativa, há transmissão de sabedorias que muitas vezes podem tomar formas de moral ou advertência. O ato de narrar possibilita a preservação de memória comum entre o(a) narrador(a) e o(a) ouvinte característico da experiência coletiva (Benjamin, 1985) relacionada a um trabalho e a um tempo partilhados no mesmo universo prático. Narrador(a) e ouvinte são elementos desse fluxo de experiências comuns entre quem narra e quem ouve, tal como o(a) pesquisador(a), que é forjado no campo fenomenal do objeto pesquisado, e os(as) participantes. Para Benjamin, ao narrar, o sujeito se apropria de dois papéis: o de viajante, pois aquele que viaja tem muito para contar, e, por isso, o(a) narrador(a) é aquele(a) que traz o novo que o(a) ouvinte desconhece; e o de camponês(a), pois a narrativa guarda em si as tradições do(a) contador(a) e do grupo do qual faz parte. A história que emerge da narrativa é também o ensejo de nova história na memória do(a) narrador(a) e do(a) ouvinte. Quem escuta uma história está em companhia do(a) narrador(a), da mesma forma quem lê e partilha dessa companhia (Gagnebin, 2013).

Heródoto (485-425 a.C.) teria sido a mais remota referência de narrador para Benjamin, pois nos seus relatos, conta as histórias sem dar explicações definitivas, de forma a possibilitar diversas interpretações pelo(a) ouvinte. Na atual Modernidade, ressalta Benjamin, tais atributos têm sido retirados. Percebe-se que as pessoas estão cada vez mais impedidas da possibilidade de narrar dessa forma, atendo-se ao informar. Quando se solicita a alguém que narre algo, gera-se, no grupo de ouvintes, grande desconforto, como se estivesse excluída do humano a capacidade de trocar experiências. Ao narrar, “Heródoto não explica. Ele se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras

das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas” (Benjamim, 1987, p.204). As narrativas são dotadas de senso prático de forma latente, dimensão utilitária que emerge da sabedoria de quem narra como espécie de lado épico da verdade, pois o(a) narrador(a) retrata sua própria experiência e incorpora as coisas narradas aos(às) ouvintes. Esse aspecto é a grande diferença entre o narrar e o informar. O valor da informação centra-se exclusivamente no seu caráter de novidade e não se entrega inteiramente à disposição de compreensão daquele(a) que informa.

Histórias narrativas são colhidas a partir das entrevistas, que podem se tornar fonte de dados, juntamente com as observações e o diário de campo. A narrativa retrata lugares e situações específicas de forma que o contexto se torna relevante para investigação a partir da característica colaborativa estabelecida entre a pesquisadora e o(a) Participante, vez que a história emerge da interação e do diálogo.

A entrevista narrativa aqui empregada possibilitou a captura do fenômeno com a garantia da precisão, da qual emergiu do mundo da vida dos(as) Participantes, bem como o sentido para eles e elas de sua condição como bancário(a) longo(a) de um banco público. Flick (2009) assevera que é fundamental que, além da descrição do(a) Participante a partir da narrativa, a escuta ativa se faça presente, para que seja possível reunir os pontos de vista do(a) Participante, rigorosamente focados no tema de estudo.

Na qualidade de ouvinte ativo, a pesquisadora, durante a oitiva da narrativa, sinalizou sua empatia com a história narrada e com a perspectiva do(a) narrador(a) de forma a estimular o(a) narrador(a) contar sua história até o final, além de adotar todo o cuidado para que a narrativa não fosse interrompida nem atravessada com temas não relacionados à temática de investigação.

A entrevista narrativa desta pesquisa iniciou-se com a pergunta disparadora: “Considerando o tempo de atividade como bancário(a) de um banco público, como tem se mostrado o sentido do trabalho para você?”

Mister registrar que a utilização de uma pergunta gerativa, nos termos de Reimann (1987), tem como finalidade estimular a narrativa principal. Flick (2009) ressalta que a pergunta narrativa deve ser formulada com clareza, de forma que especifique o suficiente para contemplar o tema central que se quer investigar. Enfatiza-se que foram tomados todos os cuidados para que a narrativa não fosse interrompida.

3.3.2 Diário de campo

O diário de campo é instrumento utilizado em pesquisas antropológicas e em investigações de vários campos de saberes. A finalidade do diário é registrar as observações dos fatos ocorridos durante a coleta de dados, de forma que se obtenha com precisão e detalhamento a imagem da realidade investigada.

Os diários são importantes na construção do saber. O registro das experiências cotidianas do(a) investigador(a) pode assumir não só o teor metodológico, como também o teor epistemológico e moral da pesquisa (Santos, 2000). Além disso, é sabido que a pesquisa científica nas Ciências Humanas e Sociais contempla combinações de subjetividade e objetividade, assim os registros do diário são tanto reflexivos como descritivos. O diário é recurso que não exige conhecimento aprofundado para seu uso, auxilia na checagem das informações e explora os tópicos cuja abordagem necessite de mais aprofundamento. Falkemback (1987) lembra que o registro no diário deve ser feito imediatamente após a coleta a fim de que os dados não sejam contaminados ou corrompidos.

Observações, procedimentos e percepções fizeram parte do conteúdo do diário de campo desta pesquisa. O diário preservou a sistematização e detalhamento dos eventos

ocorridos durante a coleta de dados, bem como buscou registrar as entrelinhas das falas dos(as) Participantes. Importante atentar que o diário é instrumento e não técnica adotada para a coleta de dados no âmbito da pesquisa qualitativa. A pesquisadora manteve-se todo o tempo atenta para não perder o foco durante a coleta, nem se dispersar dos objetivos da pesquisa.

3.4 Procedimentos da coleta dos dados

Todas as entrevistas foram gravadas em mídia eletrônica. A gravação garante precisão do registro do que foi narrado, garantido a inexistência de interferências (Oliveira, 2007). A etapa seguinte foi a da transcrição das gravações. Durante a transcrição, realizada pela própria pesquisadora, foi mantido rigorosamente o sentido e a estrutura das falas. Após realizada a transcrição, cada fala foi enviada para o(a) entrevistado(a), para apreciação, conferência e autenticação.

Embora tenha sido realizada sondagem inicial, em que se explicitou antecipadamente a finalidade de entrevista, no decorrer da coleta, fez-se necessário, em algumas situações, repetir a pergunta disparadora como forma de aprofundar e estimular a ampliação do conteúdo narrado, procedimento também gravado e transcrito. Sobre esse aspecto, Giorgi (1978) comenta que, ainda que a pergunta tenha caráter exploratório, é possível surgir a necessidade de outras intervenções do(a) pesquisador(a) a partir do fluxo de descrições do(a) Participante, vez que deve ser dado espaço para que o(a) Participante explore eventuais conexões durante sua narrativa, evitando-se reencaminhar o(a) Participante a uma pergunta fechada. Essa situação pode se tornar necessária quando o depoimento narrativo for ambíguo, situação em que o(a) pesquisador(a) deverá intervir e clarificar.

No decorrer de toda a coleta, a pesquisadora procurou manter postura suave e isenta de qualquer pressuposto avaliativo. As intervenções para aprofundamento que foram realizadas tiveram, justamente, o intuito de clarificação.

Durante a entrevista narrativa, foram registrados dados não verbais, além da própria narração de forma a manter a atenção em todos os fatores presentes na coleta.

Os registros no diário de campo favoreceram o entrelaçamento da interlocução estabelecida entre a pesquisadora e o(a) Participante. Na medida em que cada entrevista narrativa era realizada, a pesquisadora realizava seus registros no diário. A escrita ajudou a expressar em palavras as percepções da consciência não só durante a realização das entrevistas, como também da forma como a pesquisadora e o(a) Participante lidaram com as situações.

Os registros do diário de campo de cada entrevista são apresentados no Capítulo IV. As entrevistas foram realizadas no período de fevereiro a abril de 2019. As datas das entrevistas estão relacionadas na Tabela 2, seguindo a ordem alfabética dos nomes escolhidos pelos(as) Participantes.

Tabela 2

Datas das entrevistas realizadas com os(as) Participantes para a coleta de dados

Nome escolhido pelo(a) Participante	Data da Entrevista
Ana	18/02/2019
Beatriz	06/02/2019
Lúcio	23/04/2019
Marcos	28/03/2019
Nadir	15/03/2019
Olga	26/02/2019

Fonte: Informações coletadas pela pesquisadora

3.5 Redução Fenomenológica-Psicológica

Tanto na colheita dos dados quanto na análise, foi imprescindível operar na redução fenomenológica-psicológica, em que se suspende a atitude natural (que é de juízo, em posicionamento de aceitação ou negação), ou seja, adota-se o comportamento que os gregos chamam de *epoché*. Este foi o comportamento adotado pela pesquisadora. Ao operar com a *epoché*, não se negou a realidade, nem se duvidou da mesma ou tentou excluí-la. O que ocorreu

foi a mudança de atitude em relação à realidade, ou seja, considerou-se válido, verídico e legítimo tudo o que foi expressado pelo(a) Participante. A redução não é um processo de esvaziamento do conhecimento, pelo contrário, é tarefa central para a consciência crítica pois revela o que se estuda da forma em que aparece na situação, isento de qualquer razão explicativa e de conhecimentos anteriores, garantias do rigor metodológico necessário a qualquer empreendimento de produção de conhecimento.

A realização da redução fenomenológica-psicológica foi procedimento realizado apenas pela pesquisadora, pois os(as) Participantes mantiveram-se no âmbito da atitude natural ou senso comum, e os dados colhidos foram brutos, por se tratar de descrições do mundo da vida dos(as) Participantes. Por outro lado, a pesquisadora, ao tratar esses dados, considerou a *epoché*, que é a suspensão da sua atitude natural, para evitar enviesamento, de forma a alcançar como o significado se deu na consciência de cada Participante.

A redução fenomenológica-psicológica possibilitou que a pesquisadora entrasse em contato com a situação, tal qual veio a ser na realidade da entrevista e na forma como o(a) Participante a viveu. O pressuposto foi de que as evidências do conhecer não estão na interioridade e, sim, na exterioridade, como é mostrada ao mundo. A redução é atitude existencial de conhecer o humano que está no mundo, a partir do que esse humano descreve. Daí a pertinência de suspender a crença de que o mundo existe a partir dos conhecimentos prévios da investigadora, sejam científicos, culturais ou mesmo de senso comum, a fim de que não se fizesse previamente qualquer leitura, seja analítica seja explicativa da situação vivida.

Além da coleta de dados, foi fundamental manter a redução fenomenológica-psicológica durante toda a análise para deixar emergir a descrição do(a) Participante, descrição entendida como o fenômeno tal como foi experienciado por ele ou ela. A questão central não foi a realidade material do objeto da descrição, mas o modo como o objeto se apresentou ao(a) Participante que descreveu a experiência. Assim, a finalidade deste procedimento foi de

alcançar o significado das experiências vividas pelos(as) Participantes e reconhecer a noção fenomenológica-existencial que essas experiências estiveram ou poderiam estar em nível pré-reflexivo. O sentido da experiência poderia ser buscado no processo reflexivo da descrição. Giorgi (2010) lembra que a linguagem impõe limites à experiência humana que se desvela; mas a descrição da experiência não tem limite e, por isso, as entrevistas nunca se esgotam por inteiro.

3.6 Análise dos dados

Durante a análise, procurou-se manter o foco na descrição e nos significados produzidos nos relatos, abstendo-se de qualquer postura de checagem da veracidade, vez que toda a experiência vivida pelo(a) Participante foi considerada como verídica em sua condição de narrativa. Como já apontado, a Psicologia Fenomenológica entende que quando se usa a redução fenomenológica, necessariamente há a suspensão de juízos para possibilitar abertura a novos significados. Dessa forma, a pesquisa acolheu e reconheceu como fenômeno todos os atos de consciência dos(as) Participantes, independentemente da certeza quanto à sua realidade material, mantendo-se fiel ao espírito da fenomenologia. Todas as narrativas, afirmações e outras expressões foram consideradas válidas da forma como foram manifestadas pelo(a) Participante.

A análise estrutural dos significados foi realizada por meio de dois procedimentos diferenciados e sequenciais: primeiro, a leitura, em três etapas (primeira, segunda e terceira leituras) e, posteriormente, a transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico, em duas etapas, a saber, o estabelecimento das unidades de significado por meio da variação livre imaginativa e da análise eidética e a transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico. Explicitam-se esses procedimentos a seguir.

3.6.1 Procedimentos de leitura

A primeira leitura diz respeito à leitura completa do material transcrito, sem se definir um foco, discriminar partes fundamentais ou estabelecer hipóteses de interpretação. Nesta etapa, não houve, por parte da pesquisadora, qualquer inferência nem juízo sobre o que foi narrado pelo(a) Participante em razão da especificidade dos processos da consciência que, pela abordagem fenomenológica, pretendeu-se investigar. Cada entrevista narrada foi lida na sua totalidade para o estabelecimento da compreensão geral das descrições.

Na segunda leitura, o material foi relido com a finalidade do estabelecimento das unidades de significado. Durante a segunda leitura, foram realçadas as partes fundamentais de cada texto, com a finalidade de se obter compreensão geral do que foi descrito pelo(a) Participante em sua narrativa. Esse momento teve como finalidade extrair o sentido geral de cada texto. As transcrições geraram material extenso e demandaram várias retomadas dos textos.

Na terceira leitura, as unidades de significado foram estabelecidas dividindo-se o documento em partes, para estruturar compreensão mais aprofundada. Todas as vezes em que ocorria a transição de sentido no texto, a fala do(a) Participante era isolada com um traço vertical. Os significados foram explicitados e utilizados como critério de descrição de sentido, constituindo-se em partes isoladas.

Com esse tratamento dado ao material transcrito, passou-se ao procedimento de estabelecimento das unidades de significado.

3.6.2 Estabelecimento das unidades de significado

Este procedimento teve como objetivo explicitar os significados psicológicos contidos nas descrições de senso comum de cada Participante, partindo-se da transcrição das suas falas, lidas e tratadas no primeiro procedimento. As falas foram tomadas pelo senso comum e

consideradas como em referência ao mundo de cada Participante. Para o(a) leitor(a) comum ou o(a) pesquisador despreparado(a), tais falas poderiam soar sem sentido e, possivelmente, consideradas desnecessárias. Não entanto, revelaram-se fontes valiosas de dados, não só sobre a existência dos(as) Participantes, mas naquilo em que estavam imbricadas com os temas desta investigação.

Foram estabelecidas unidades, de forma descritiva, mantendo a articulação com a temática investigada. Buscou-se a disciplina da redução fenomenológica-psicológica neste procedimento para que se pudesse extrair o sentido psicológico, sem, no entanto, tender para qualquer terminologia que especificasse algum paradigma psicológico prévio, restringindo-se à descrição. O resultado foi a descrição fenomenológica a partir da análise eidética da pesquisadora.

A análise eidética diz respeito à capacidade que a consciência tem de intuir a essência (*eidōs*) dos fenômenos e seu sentido, apresentados das mais variáveis formas. É com a identificação das essências que se torna possível à consciência reorganizar as coisas do mundo, apesar da diversidade de formas nas quais o fenômeno é apresentado. A variação livre imaginativa refere-se às diversas formas de manifestação de um mesmo fenômeno à consciência. Assim, o que possibilita tomar os diversos fenômenos como único, em essência, é a capacidade intuitiva da consciência em realizar a análise eidética das experiências vividas. A variação livre imaginativa é a experiência do(a) pesquisador(a) na qual se permite expandir os limites do que investigou para, em seguida, verificar a possibilidade de excluir algo sem, no entanto, afetar a essência do fenômeno, ou seja, suas características irremovíveis, o *eidōs* do fenômeno estudado.

Como a fenomenologia é a ciência das essências, cuja finalidade é de chegar às coisas mesmas e aos significados mesmos constituídos na subjetividade, a análise descreve, em síntese, os significados psicológicos essenciais da experiência dos(as) Participantes a partir dos

constituintes-chave que fizeram parte da descrição da estrutura da experiência e apresenta as possíveis relações entre eles. Giorgi (2010) recomenda que nesta etapa da pesquisa “é estritamente necessário estabelecer critérios de coerência interna para que o método fenomenológico possa ser aplicado à psicologia e se evitar erros epistemológicos que coloquem em causa a credibilidade do processo de investigação” (p.75).

Nesta etapa da análise, portanto, estabeleceu-se a conexão com a essência ou *eidós* do objeto de estudo por meio da variação livre imaginativa, em que a análise eidética foi ajustada para a perspectiva desta pesquisa e que definiu a síntese de significados psicológicos sobre o tema central da tese. Assim, com a aplicação da redução fenomenológica e da análise eidética foi realizada a transposição da linguagem comum apresentada pelo(a) Participante na sua narrativa, para expressões de caráter psicológico, a fim de clarificar e explicitar o significado das descrições fornecidas. O foco foi a aproximação do sentido psicológico vivido por cada Participante em relação ao objeto de estudo da investigação.

Após esta etapa, passou-se à fase de transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico.

3.6.3 Transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico

As narrativas partem do mundo de cada Participante e, por isso, embora diversas, constituintes de senso comum, são ricas em conteúdo. Por isso, com cautela e respeito, a pesquisadora buscou estabelecer a conexão entre as descrições narrativas e as temáticas de estudo desta pesquisa, de forma que os significados psicológicos fossem essencialmente descritos. O produto foi um conjunto de unidades de significado expressas a partir das falas dos(as) Participantes e transformadas em linguagem psicológica, relacionado diretamente com às temáticas centrais da pesquisa.

A estrutura geral dos significados psicológicos foi obtida por meio da variação livre imaginativa a partir da descrição dos sentidos essenciais dos relatos, constituindo-se em estrutura geral e invariante de sentido. A síntese das unidades de significado psicológico será apresentada Capítulo III, reservado à apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO IV - RESULTADO E DISCUSSÃO

Após a aplicação da metodologia de coleta e análise de dados descrita no Capítulo III, apresentam-se as unidades de significado psicológico de cada Participante e os registros do diário de campo. Como resultados apresentam-se, a análise das constituintes essenciais das unidades de significado e a elaboração de seis constituintes essenciais: convívio com gerações; autoimagem e a atividade que realiza; relacionamento interpessoal; fortalecimento da imagem de si e perante os outros; expectativa da aposentadoria; e tecnologia. A discussão do resultado do desvelamento do sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as) é apresentado no último bloco deste Capítulo.

4.1 Resultados

As unidades de significado psicológico das narrativas de cada Participante são apresentadas no primeiro bloco deste Capítulo, sequencialmente, em ordem alfabética, com os seguintes dados e características:

- i. A identificação do(a) Participante é feita pelo nome escolhido para identificação, conforme Tabela 1.
- ii. As Tabelas de 3 a 8 apresentam a transcrição dos relatos em que foram identificadas as unidades de significado e a interpretação da pesquisadora, resultando na unidade de significado psicológico. As tabelas apresentam volume variável de dados para cada Participante. As transcrições do relato do(a) Participante estão grafadas em itálico apenas nestas tabelas.
- iii. O registro da pesquisadora no diário de campo referente à entrevista com cada Participante.
- iv. A análise da pesquisadora acerca dos dados apresentados, em item denominado “Compreensão da experiência”.

4.1.1 Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Ana

Tabela 3

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Ana

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Quando eu entrei no Banco, eu entrei porque eu estava precisando financeiramente. Então, fiz o concurso, porque como não aparecia nada na minha área, então, eu digo “não, vou fazer o concurso. Se eu passar eu fico até...” só que eu fui ficando...</i></p>	<p>O que a fez trabalhar no banco público foi a necessidade financeira, uma vez que não conseguia colocação profissional na sua área de formação, que era nutrição.</p>
<p><i>Eu já estava formada há uns três, quatro anos. Então, eu digo “eu vou ficar, vou até...” só que naquela época nutrição não era uma coisa que eu fazia. Então, eu entrei meio insatisfeita com o que eu fazia. Então, naquela época, o trabalho tinha, para mim, um sentido de... como é que chama? De sustento, de sustentar. Eu tinha já dois filhos e precisava ajudar meu marido, entendesse? Então, o sentido do trabalho era só o de ser provedor, de prover.</i></p>	<p>Inicialmente, a intenção de inserção no banco era provisória, até conseguir outro trabalho na área de formação, vez que queria ajudar no orçamento familiar pois tinha dois filhos. Primeiramente, o sentido do trabalho era unicamente o de prover financeiramente a participante e seu núcleo familiar.</p>
<p><i>Eu tinha sempre muitas broncas, todo dia. E eram broncas pesadíssimas, mas que aquilo me deixava tão imersa que eu amava. Agora, só não gostava muito das... tinha muito problemas com gerente, que a gente fazia coisa que não era muito bem quista pelos clientes, né? A gente ficava contando as inconformidades para eles corrigirem e eles tinham metas para bater, né?</i></p>	<p>Por muito tempo, o trabalho como bancária girou em torno de resolver situações e impasses que se apresentavam e, por vezes, envolvia o confronto com os(as) gerentes para apresentar as irregularidades. Embora essas não fossem atividades agradáveis, pois os(as) gerentes tinham sempre metas para alcançar, e a Participante era vista como alguém que apontava os erros, essas situações faziam com que o tempo passasse logo.</p>
<p><i>Eu tive gerentes maravilhosos que estavam na agência comigo, que me ajudaram em vez de... teve gente que teve problemas seriíssimos. Eu tive, até, gerentes que me ajudavam que eu sentava junto com eles e que a gente conversava. Então, foi bom, foi ótimo e eu, assim, me encontrei quando eu estava fazendo isso. Então, para mim, naquela época o trabalho tinha um sentido de realização, de pertencer a um mundo de... eu me sentia uma pessoa... como é que você diz? Uma pessoa realizada e com o sentido de ser necessária. Eu tanto era necessária dentro de casa financeiramente, que isso é importante, como eu era necessária no meu trabalho.</i></p>	<p>Experimentou gestores(as) que entendiam seu papel e até a apoiavam. Essas fases do seu percurso foram positivas, pois favoreciam o sentido do trabalho e a realização como profissional. Nesses momentos, sentia-se necessária, pertencendo a algo, tanto no trabalho quanto em casa, o que era importante para a Participante.</p>

Tabela 3

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Ana (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Eu sentia que se eu chegasse mais tarde, já estava todo mundo naquela expectativa. Cadê Ana? Se eu, pronto, fosse tirar férias ficava todo mundo. Ana me ajuda aqui, mas você vai sair de férias!!! Como se não funcionasse e muitas vezes não funcionava. Então, isso para mim, no fundo, eu me sentia bem. Eu digo poxa, que coisa boa, né? Que realmente o meu trabalho faz falta.</i></p>	<p>Houve momentos em que sua presença era tão necessária no grupo que, por um simples atraso, a equipe já perguntava por ela no sentido de buscar ajuda. No momento que necessitava se ausentar por motivo de férias, percebia que o grupo lamentava muito a sua ausência. Essa situação alcançava aspecto positivo, pois percebia que sua presença e seu trabalho faziam falta.</p>
<p><i>Quando surgiu a oportunidade de incorporar, assim, eu digo “eu não vou deixar escapar essa oportunidade”, porque eu queria desacelerar para me preparar para a aposentadoria. Então, foi uma coisa maravilhosa que surgiu, uma oportunidade muito boa. Só que, hoje, o que eu faço aqui, eu detesto. Eu nunca escondi isso de ninguém. Então, para mim, o que é o trabalho, hoje? Marcando tempo, entendeu? Eu estou marcando tempo para sair e aí, quando eu sair o trabalho vai ter, porque eu não vou parar de trabalhar, o trabalho vai ter outro significado.</i></p>	<p>Em determinado momento lhe foi dada a oportunidade de reduzir a jornada de trabalho, sem impacto na remuneração, oportunidade que aproveitou. Considera que essa mudança foi muito boa. No entanto, em relação à atividade que desenvolve atualmente, considera-a como contagem regressiva para se desligar do banco público, pois não se sente bem com essa tarefa. Em contraponto, afirma que não parará de trabalhar quando deixar o banco público.</p>
<p><i>Ai, sim, eu não vou ter a obrigação de trabalhar, tipo assim, eu tinha que vir, bater ponto, muitas vezes eu queria estar com minha família. Tinha almoço, a família se reunia, eu não estava presente porque eu tinha uma obrigação. Agora, eu vou trabalhar sem obrigação. Então eu vou poder curtir minha família, minha vida e também ter o trabalho como sentido da minha vida.</i></p>	<p>No próximo trabalho que pretende desenvolver não predominará a obrigação de marcar o ponto e fazer o que não gosta, por exemplo. Também pretende não renunciar à vivência de momentos com os filhos e netos.</p>
<p><i>A realização como pessoa, a importância também da minha imagem dentro de casa. Eu acho que isso é muito importante, embora, de um lado, eu tenha perdido o tempo com os meus filhos, porque... quando você vai para uma função... eu entrei logo na função oito horas. Então, ainda mais implantando uma atividade nova, muitas vezes chegava em casa de meia noite, dez horas da noite. Embora eu tenha perdido isso, que às vezes, você tem pena, né? Mas, por outro lado, eu acho que minha imagem... os meus filhos fazem de mim uma imagem, de uma pessoa produtiva, uma pessoa que partiu atrás de seus objetivos e conquistou seu espaço. Então, eu acho que isso é importante, sabe? O trabalho trouxe isso para mim. Essa coisa da imagem que meus amigos, minha família, fazem de mim. Uma pessoa que está sempre engajada com o seu trabalho, responsável.</i></p>	<p>Mesmo não acompanhando tão de perto, como mãe, momentos marcantes da criação dos filhos, pois na época assumiu atividades profissionais que exigiam tempo e disponibilidade pessoal, avalia como positiva a situação, vez que a Participante se sentiu mais respeitada como mulher e mãe.</p>
	<p>O trabalho favorece o fortalecimento da autoimagem como pessoa produtiva e tem seu espaço na família reconhecido.</p>

Tabela 3

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Ana (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Aquela coisa do legado, sabe? O legado que eu vou deixar na empresa é mesmo que não gostem do que faz, mas façam com responsabilidade. Cumpram. Eu tenho meta e quero bater as metas. Eu não entrego. Eu não entrego! E assim, eu acho que isso é o que o trabalho traz para mim, sabe? Aquela coisa de responsabilidade, de me sentir necessária. Eu sou necessária e eu digo ao chefe eu odeio o que eu faço! Ele diz não faça isso não. Eu odeio, mas eu procuro fazer o melhor, entendeu? Porque eu acho que dá aquele senso de responsabilidade. Eu não fico zanzando para tomar café. Eu quero fazer o melhor. E aí, isso é aquela coisa de eu me sentir necessária. Que eu sei que eu sou necessária e isso é importante no trabalho.</i></p>	<p>Sabe do legado que deixa no banco público, a partir das posturas que assume diante do trabalho que é de sua responsabilidade. Um legado de respeito e responsabilidade com as obrigações, independentemente se gosta ou não do que realiza. É executar o que é demandado e não fingir que está realizando algo, sem efetivamente estar.</p>
<p><i>Quando você não trabalha você perde isso tudo, né? Essa coisa de... como é que chama? Não sei. Se você dormir, você acordar, se você zanzar ninguém nem vai nem... e não é assim não. O trabalho traz isso. Não é a recompensa financeira. É aquela coisa de ser útil, de ser produtivo, né? A imagem de... é uma imagem diferente que você tem na sua casa. De você corre pra cá, corre pra lá. Quando a sua mãe te procura, sua mãe está querendo uma pessoa que ela sabe que é responsável que ela vai contar, né? Eu acho que é isso.</i></p>	<p>O sentido do trabalho ultrapassa a segurança financeira. É o de se sentir produtivo e ser respeitada pela imagem de compromisso construída a partir do que realiza no trabalho.</p>
<p><i>De mim, por exemplo, competência, habilidade é assim: eu quero, eu posso, eu consigo. Pode não ser o que, na minha ideia, eu faria, mas se eu quero, eu posso, eu consigo, então, eu desenvolvo. Então, foi isso. Comigo foi isso. Eu não tenho medo de mudança, nunca tive medo de mudanças, então, quando uma coisa muda, eu digo tá, beleza. Eu vou me concentrar, eu vou desenvolver, eu vou adquirir competência para aquilo.</i></p>	<p>Sente-se autoconfiante e segura como trabalhadora, por isso não teme qualquer mudança que venha a acontecer. Quando a mudança acontecer e a Participante se vir diante de algum trabalho novo, aceitará e se engajará para aprender.</p>

4.1.1.2 Diário de Campo com Ana

No contato inicial com Ana, sua abertura para participar da entrevista narrativa foi imediata. Contatada por telefone, na primeira ligação, já apresentou disponibilidade e disse reconhecer a importância desse tipo de “trabalho da faculdade”. O grande desafio, porém, se deu na compatibilização dos horários. Quando Ana se desligar de seu vínculo com o banco público, o papel de avó tornou-se o principal, na dinâmica de sua vida pessoal. Seus dois filhos são casados. Um deles mora na cidade de São Paulo. Ana presta muita assistência ao filho que mora em Recife. No período da tarde, dedica-se a acompanhar o neto. Apesar da configuração familiar que a exige como avó e de, enfaticamente, ressaltar que não gosta do que faz, embora o faça com responsabilidade, Ana não tem a intenção de se aposentar. No início da entrevista, após receber as informações iniciais, Ana disse ser “uma pessoa que fala muito”.

4.1.2 Compreensão da Experiência com Ana

Quanto à compatibilização dos horários entre o(a) pesquisador(a) e o(a) Participante, Oliveira (2007) ressalta o quanto é necessária a adaptação do(a) pesquisadora às atividades rotineiras do(a) Participante, bem como às da instituição à qual o(a) Participante está vinculada. É importante que seja respeitada a distribuição espacial das tarefas e, às vezes, a assimilação das ideias e costumes espaço-temporais dos(as) Participantes e da instituição.

Nesta pesquisa, a investigadora é pessoa inserida na cultura institucional que a Participante vivencia, ou seja, compartilha aspectos comuns do universo institucional com a Participante. Esta situação poderia provocar em Ana a impressão de que a pesquisadora já sabia de antemão o que ela iria expressar e, assim, ser mais econômica nas palavras. Essa possibilidade somente foi percebida durante a entrevista de Ana.

A cultura institucional é o pano de fundo e cenário em que o encontro e a interação da pesquisadora com a Participante aconteceram. Neste encontro, Ana pode, pela ação e pela

palavra se mostrar singular. Arendt (2012) assevera que a revelação da singularidade por meio do discurso – palavra e ato – acontece por existir convívio plural entre os seres humanos. A pluralidade é a condição para a existência dialógica e para que possa ser efetivada é necessário certo nível de entendimento preliminar sobre as razões que motivam o discurso. A base desse entendimento exige, pois, unidade valorativa dotada de universalidade, que permita que a pessoa compreenda as motivações da ação do outro. Fato é que a pesquisadora, ao compartilhar a mesma cultura institucional, pode ter facilitado algumas compreensões. No entanto, precauções foram tomadas para que, em cada entrevista narrativa, fossem mantidas condições similares e o máximo possível de isenção, tomando cada entrevista narrativa como se fosse a única, atentando-se para que a pesquisadora não se afastasse do seu papel e de suas responsabilidades.

4.1.2 Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Beatriz.

Tabela 4

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Beatriz

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Inicialmente, o sentido era totalmente financeiro. A minha relação anterior com o trabalho era totalmente financeira. Então, eu sempre pensava assim, “ah, na hora que eu puder me aposentar, eu deixo de trabalhar, eu jogo tudo prá cima. Vai ser maravilhoso viver velha.”, mas eu acho que quando a gente vai amadurecendo, a gente vai vendo que o trabalho não é só condições financeiras.</i></p>	<p>Inicialmente o trabalho era percebido como fonte de obtenção de segurança financeira, mas com o passar do tempo esse ponto de vista modificou-se.</p>

Tabela 4

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Beatriz (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Chega a aposentadoria e de repente você pensa “ah e agora? Eu não posso largar tudo.” E a gente vê que, assim... Então, assim, ele passa a ocupar também outra função. Não é só a... mas eu parei para pensar se eu me aposentaria ou não, sabe? E comecei a fazer assim, perguntar “o que eu vou fazer da minha vida?” Não da parte financeira, para mim, assim, não é tudo.</i></p>	<p>Com a possibilidade de se aposentar se aproximando, percebeu que o trabalho passou a ter significado mais amplo, além do financeiro.</p>
<p><i>Eu acho que o trabalho representa também essa interação com as outras pessoas. Acho que essa troca mesmo. Acho que na hora que eu me aposentar, eu vou sentir falta disso aqui, talvez encontrar um colega que nos ajude quando precisamos.</i></p>	<p>O trabalho possibilita interação com as pessoas e aprendizado, aspectos que possivelmente farão falta, caso se aposente.</p>
<p><i>Eu acho que me dei conta disso depois que meus filhos cresceram. No começo, você começa assim, acha que o trabalho te rouba de casa, deixa teus afazeres, né? Então, para mim era fantástico não precisar, na época, trabalhar. De repente eu fico mais presente em casa.</i></p>	<p>A experiência da maternidade, juntamente com a ausência da necessidade financeira, inicialmente, levou-a atribuir menor valor ao trabalho em relação ao valor atribuído agora.</p>
<p><i>Aquela necessidade que você tinha de estar em casa, de você se cobrar pela sua ausência, deixou de existir. Então, assim, de repente começa a ficar mais tranquila e esse tempo aqui deixa de ser, necessariamente, aquele tempo, que eu só enxergava como obrigação e “corro pra lá, pra...” perpassa a ser também essa interação com a sociedade, com os teus amigos/colegas. Alguns são amigos, outros são colegas e, assim, essa troca eu acho muito interessante.</i></p>	<p>Com o passar dos anos, o trabalho passou a significar espaço de interação com outras pessoas e forma de se encontrar incluída socialmente.</p>
<p><i>A gente sente falta depois dessa troca de experiência. Um chega, um fala alguma coisa e, de repente “Eita!”. Então, assim, eu, hoje, eu tenho certeza que eu vou sentir falta disso aí, sabe? Na hora que vai aposentar. Na última greve foi longa. No final eu já estava sentindo falta disso aqui, sabe?</i></p>	<p>Quando não está trabalhando, a troca com amigos e colegas no ambiente de trabalho faz falta. Experimentou antecipadamente essa falta no período de greve.</p>

Tabela 4

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Beatriz (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>E qualquer coisa você termina comentando, sei lá, “olha gente e...” e o pessoal “eita”, aí “como é assim, assim, assado” “eita gente, como eu faço para fazer isso?”, “aconteceu isso comigo”, “Ó, alguém tem o pintor aqui?”. Então, sempre, você sempre compartilha mais ou menos tuas broncas e tuas alegrias com os seus colegas... e aí termina sentindo falta disso, sabe? Eu não sei se após aposentada, se eu não tiver um ciclo muito forte de amizades, que você provoque esses encontros, você tem que provocá-los! Eu acho que a gente termina sentindo falta disso aqui. Essa é a minha visão.</i></p>	<p>Na interação que o trabalho possibilita, há situações de ajuda mútua entre os(as) colegas. A Participante tem consciência que, ao se aposentar, será importante estabelecer novo grupo para interação.</p>
<p><i>Se você me perguntar se eu me realizo com o que faço hoje no trabalho? Não. Não é que tenha nada a ver com o banco, tem a ver, especificamente, com o trabalho. Nesse momento, a gente aqui a gente tem adimplência. Deixa eu ligar para a adimplência habitacional? O quê que é? É eu estar cobrando e tomando o imóvel de alguém. Não é uma atividade que você curta fazer. Você vê milhões de broncas das pessoas querendo apartamento e eu não vou dizer para você que eu vibro com isso. De jeito nenhum.</i></p>	<p>Relata que, seguramente, sentirá falta da interação possibilitada pelo trabalho.</p>
<p><i>Na época da informática, que você muito tem e muito faz, faz muito sentido você conseguir, você procurar solução, você atender, mas aqui não. Eu acho que são raras as atividades hoje no banco que você, de repente, se realiza no que faz.</i></p>	<p>A atividade que realiza não é o motivador principal para a satisfação com o trabalho, vez que vai de encontro aos valores do banco público. Se o banco público tem que servir à sociedade, é constrangedor trabalhar cobrando as pessoas. Isso não é agradável.</p>
<p><i>Isso, em momento algum, vai me satisfazer, de forma nenhuma! Essa área é o tipo de produto que, infelizmente, eu tive que pegar porque trabalhava num setor que acabou.</i></p>	<p>Relata que houve determinada época na vida profissional em que o trabalho era gratificante, pois trabalhava elaborando soluções. Destaca que, atualmente, são poucos os espaços no banco público em que poderia se realizar.</p>
<p><i>O Banco faz isso. Teve épocas muito interessantes. Uma talvez, satisfação pessoal, de trazer uma solução, em termos tecnológicos. Depois saí de lá, tirei informática de dentro de mim, literalmente e comecei com programas sociais, me apaixonei pelo processo, porque me colocaram em uma área mais humana no Banco.</i></p>	<p>Verbaliza que atualmente não vislumbra possibilidade de realização pessoal ou satisfação com a atividade sob sua responsabilidade.</p>
	<p>Voltando à narrativa como bancária, expressa saber que o banco já lhe possibilitou realizações no trabalho, como quando fora solicitada a desenvolver soluções em informática. Quando foi transferida, viu-se coagida a anular internamente a satisfação com a informática, porém se apaixonou pelos programas sociais, área mais humana no banco à época.</p>

Tabela 4

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Beatriz (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Eu trabalhei com programas sociais e adorei. Então, você investir na verba ou tentar o melhor possível para a população de baixa renda e isso para você, sim... o trabalho, em si, te dava algum retorno. Mesmo que você não conhecesse família nenhuma ali, você, de repente, estava entregando tantas unidades habitacionais de baixa renda e o pessoal queria ter a sua casinha, ter o seu canto. Então, teve momentos, sim, como bancária, que foi gratificante, em termos do que você faz. Quando você se insere ali... de repente: “poxa, que legal! A gente está podendo contribuir com esse pessoal que é baixa renda”. Mas, assim, hoje, não.</i></p>	<p>Durante o período em que trabalhou com programas sociais, destinados à população de baixa renda, vivenciou o retorno do trabalho que exercia. Concluiu, então, que, durante seu percurso de bancária, vivenciou momentos gratificantes no trabalho, pois se sentiu inserida e contribuindo para a população de baixa renda, o que, atualmente, não acontece.</p> <p>Enfatiza a clareza que tem sobre o quanto a atividade atual não a satisfaz. Já experimentou satisfação profissional, o que não acontece na atividade atual.</p>

4.1.2.1 Diário de Campo com Beatriz

Após o primeiro contato, que aconteceu via telefone, a Participante retornou informando sua disponibilidade pessoal e indicando horário para o encontro, o qual preferiu que acontecesse em uma sala, no próprio espaço de trabalho. No dia da entrevista, a pesquisadora chegou com antecedência de uma hora, aproximadamente, e permaneceu durante esse período no pavimento térreo do prédio em que Beatriz se encontrava. Durante a sua permanência, a pesquisadora pode observar alguns colegas de trabalho de Beatriz, em seu horário de intervalo. Refletiu que, talvez, Beatriz tenha escolhido a sala reservada no mesmo andar em que trabalhava para que não fosse importunada durante o encontro. No entanto, a pesquisadora não buscou confirmar com a Participante o critério da sua escolha. O espaço do encontro era confortável e com isolamento sonoro. Ao chegar no local, a pesquisadora reforçou o motivo da entrevista e apresentou o TCLE. A Participante realizou a leitura do documento e, prontamente, registrou sua assinatura no documento. Beatriz está casada pela segunda vez e os filhos que têm são do primeiro marido, que sempre proveu a família de recursos enquanto

casados. Possivelmente essa situação não exigiu da Participante buscar exercer algum cargo no banco com função de natureza mais estratégica, gerencial ou de liderança. Enquanto se expressava, foi percebida certa ansiedade por parte da Beatriz no sentido de querer atender logo a necessidade que se apresentava diante dela. Perguntada se estava bem e se preferia remarcar o encontro, respondeu que não seria necessário. “Haveria um desinteresse em participar do encontro?” perguntou a pesquisadora. Registrou-se como reflexão da pesquisadora que essa poderia ser uma impressão equivocada, talvez a projeção da ansiedade da própria pesquisadora que estava diante da sua primeira entrevista. A fala de Beatriz se caracterizou pela diretividade na forma de trazer suas ideias, como se tivesse a certeza de que a interlocutora compreenderia o que estava sendo dito, o que desprezava qualquer preocupação em exemplificar para que se tornasse mais inteligível. Beatriz é a bancária com mais tempo de idade cronológica e de atividade do seu setor, assim como em tempo de vínculo com o banco público. Decorridos cerca de oitenta minutos, a entrevista encerrou-se. Quando perguntada como se sentia ao final da entrevista, Beatriz disse que, embora estivesse bem naquele dia, teria muito o que refletir mais tarde em casa, pois o encontro e a sua própria fala provocaram alguns pensamentos e ideias que precisariam de esclarecimentos para si mesma. Perguntada se gostaria de conversar com a pesquisadora a esse respeito, a Participante recusou, dizendo que nem mesmo ela ainda tinha certeza de como estava se sentindo e que, talvez, em casa, no silêncio “as coisas ficassem mais claras”. A pesquisadora colocou-se à disposição, caso a Participante sentisse necessidade de conversar posteriormente. Decorrida uma semana, ao enviar para Beatriz a transcrição de sua fala, a fim de que fosse validada pela Participante, inquiriu novamente como Beatriz estava se sentindo, recebendo a resposta que estava tudo bem.

4.1.2.2 Compreensão da Experiência com Beatriz

Um momento marcante na experiência com Beatriz deu-se quando apresentada a pergunta disparadora “Considerando seu percurso profissional como bancária de um banco público, como tem se mostrado o trabalho para você?”. Ao escutar a pergunta, Beatriz demonstrou espanto e pediu um tempo para pensar, pois nunca tinha pensado “nesta questão”. Pode-se refletir sobre o quanto os 32 anos de trabalho da Participante não a fizeram manter-se no que Husserl chama de atitude natural diante da realidade que vive, vez que necessitou refletir e elaborar a resposta à pergunta disparadora. Talvez nunca tenha refletido a respeito dessa temática, à qual, agora, fora induzida a revisitar com intencionalidade, para que, posteriormente, pudesse responder com segurança. Esse aspecto também corrobora a visão de Arendt (1993) ao afirmar que não é necessário ser especialista ou profissional para se tornar um(a) pensador(a). O ato de pensar e refletir sobre as coisas do mundo e de si é dado a todos os seres humanos. Mas foi com as provocações de Sócrates que o humano começou a pensar intencionalmente, de forma que a vida sem exame e reflexão não é uma vida que merece ser vivida.

4.1.3 Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Lúcio

Tabela 5

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Lúcio

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<i>Quando a gente trabalha, tem duas situações básicas que faz eu entender o trabalho. Uma é a efetividade do processo e com a ocupação que se tem. O fazer bem feito. A outra é o produto do trabalho. O resultado do que se faz, tanto material – se eu construo algo, por exemplo, quanto a satisfação porque fez algo certo.</i>	Sua compreensão sobre o trabalho na sua vida considera o se debruçar sobre algo e fazê-lo com precisão e, ao mesmo tempo, o que é entregue ao mundo é visto como algo que é feito por ele.

Tabela 5

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Lúcio (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Com isso vamos nos tornando melhores com o tempo de trabalho. Mas às vezes a empresa não aproveita esta sabedoria adquirida pela vida e pelo trabalho acumulado.</i></p>	<p>O ter o que é entregue ao mundo reconhecido como algo que foi feito por ele, com frequência não é recepcionado assim pelo banco público em que se trabalha.</p>
<p><i>Infelizmente nossa empresa está exposta às forças políticas que estão acima de nós. O governo gasta e faz o que quer com as instituições públicas. E nós ficamos sujeitos a estes ciclos o que desmotiva muito nós que somos antigos.</i></p>	<p>Pela natureza do banco, a gestão é atravessada por forças políticas e ele, como bancário, tem que se sujeitar a isso..</p>
<p><i>Mesmo assim vejo que o trabalho me dá reconhecimento, afinidade com as pessoas, um senso de contribuição com a população e com a sociedade.</i></p>	<p>Complementa, declarando que, apesar da situação relatada na unidade de significado imediatamente anterior, o trabalho lhe traz reconhecimento, convívio com outras pessoas e senso de colaboração e cooperação social.</p>
<p><i>O trabalho me faz sentir incluído, fazendo parte do mundo. Eu me sinto dentro das coisas, dentro do que está acontecendo, embora me ache uma pessoa que se atualiza também com as coisas fora do trabalho.</i></p>	<p>O convívio com as outras pessoas, possibilitado pelo trabalho, traz o sentimento de inclusão e atualização com o que está acontecendo</p>
<p><i>Mesmo para aqueles que se sentem sozinho, o trabalho faz ele se sentir em um grupo, mesmo que seja um grupo profissional.</i></p>	<p>O coleguismo, companheirismo e camaradagem propiciados pelo trabalho são saudáveis, inclusive para as pessoas que se sentem só.</p>
<p><i>Apesar da minha idade sou uma pessoa que se interessa pela tecnologia e me cobro para me manter atualizado. Não que sinta necessidade de usar, como se fosse algo que preciso me alfabetizar, mas mesmo para estar incluído.</i></p>	<p>A sua idade poderia ser empecilho para interagir com a tecnologias, no entanto, busca manter-se sempre atualizado, independentemente de ter a necessidade de utilizar os recursos tecnológicos ou não.</p>
<p><i>Este não foi o meu primeiro trabalho, mas foi o que me deu mais experiências, sou uma pessoa que mergulha profundo naquilo que faz.</i></p>	<p>Embora o trabalho no banco público não tenha sido o primeiro, foi aquele em que obteve mais experiências, além de ser uma pessoa que se envolve no que realiza.</p>
<p><i>Não penso em me aposentar ainda. Mas se acontecer, quando isso acontecer, tenho certeza de que não vou ficar parado. Tenho outros atributos, gosto de investir na bolsa de valores, desenvolvo jogos. Eu não paro nunca.</i></p>	<p>Não tem o pensamento de se aposentar. No entanto, está seguro de que quando esse momento, continuará fazendo alguma atividade.</p>

4.1.3.1 Diário de Campo com Lúcio

O primeiro contato aconteceu por meio de mensagem de correio eletrônico (*e-mail*). Na data que antecedeu a entrevista, foi realizada ligação telefônica para confirmação. A entrevista aconteceu em local público, próximo ao trabalho de Lúcio, durante o seu intervalo de almoço. Inicialmente, o Participante cogitou a possibilidade de a conversa não ser gravada, alegando que a gravação poderia não o deixar à vontade com o que falava. No entanto, essa sugestão logo foi desconsiderada pelo próprio Participante, a ponto de reconhecer que a gravação aproveitaria mais o “clima” da conversa. A postura de Lúcio foi de muita segurança em relação ao que falava. Entre os(as) entrevistados(as), esse Participante foi o que possuía mais tempo de vínculo no banco público. A atitude de Lúcio foi colaborativa, durante toda entrevista, e muito categórica, na apresentação de suas ideias. A maneira pela qual apresentava seus pontos de vista denunciava visível finalidade, para além da compreensão por parte da pesquisadora. Era explícita a necessidade de Lúcio de que a pesquisadora concordasse com seus pontos de vista. Em alguns momentos, nos quais se reportava à sua história como bancário, principalmente na primeira década de trabalho, Lúcio se emocionou por duas vezes. Essas duas falas de alta emocionalidade podem evidenciar a entrega do Participante ao momento em que narrava a sua experiência de bancário. Opiniões e acontecimentos foram reconstituídos por Lúcio. Em algumas situações se colocava como ator e protagonista, em outras, como espectador. Como narrador, Lúcio, em outras situações, se colocou como testemunha. Lúcio recuperou acontecimentos marcantes na sua história como bancário, de acordo com a importância atribuída no presente vivido, que foi o momento da entrevista. Pode-se inferir com algum grau de certeza que Lúcio elaborou novos conceitos e valores para vivê-los no seu cotidiano. Dias depois, quando recebeu a transcrição para a homologação do texto, Lúcio afirmou: “Uma pena que um texto escrito não retrate o quanto eu me comovi durante nossa conversa”. Foi-lhe dito,

então, que seu estado de sensibilidade e emoção seria registrado no diário de campo da entrevista.

4.1.3.2 Compreensão da Experiência com Lúcio

Conforme afirma Bicudo (2011), é frequente que o Participante se sinta incomodado ou até recuse a gravação da sua fala, pois ao ser gravada, altera-se o estatuto da palavra, transformando a palavra, antes particular, em palavra pública, potencialmente audível por outro e, portanto, explorável. Por isso é imprescindível que se estabeleça clima de respeito e confiança entre o(a) pesquisador(a) e o(a) Participante. A possibilidade de gravação deve ser anunciada de forma natural. A experiência mostra, completa Bicudo (2011), que existe resistência quando se faz um pedido de gravação muito solenemente. Deve-se deixar explícita a garantia do anonimato e, se for necessário, transcrever de imediato a gravação.

Oliveira (2007) ressalta que a concordância do(a) pesquisador(a) sobre o ponto de vista do Participante é um caminho da conquista da confiança entre pesquisador(a) e participante. Por isso, é imprescindível que se suspendam as opiniões pessoais, para evitar bloqueios e o encerramento antecipado da entrevista.

Arendt (2012) enfatiza que no presente, os seres humanos pensam os tempos ausentes, que é o passado vivido, mas que não está morto. Ao contrário, pensar o passado pode ser a possibilidade de abrir fendas para pensar e agir no futuro de maneira indeterminada e inovadora. Trata-se de buscar o sentido particular de cada evento, tomando-o como fragmento único, rearticulando-o para dar início a um novo começo. Toda história narrada é o despertar da capacidade humana de criar o novo.

4.1.4 Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Nadir

Tabela 6

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Nadir

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Primeiro, eu gosto muito de trabalhar e o trabalho me faz me sentir produtiva. Faz eu me sentir útil, me dá prazer. Eu me sinto realizada com o trabalho, realizada profissionalmente. Isso é um ponto.</i></p>	<p>Nadir expressa satisfação, sentimentos de pertencimento e se diz realizada com o que faz.</p>
<p><i>E o outro ponto é a questão financeira, né, que se eu for me aposentar, de fato, a questão financeira vai diminuir. Além do mais, que assim, na situação que eu estou vivendo hoje, com relação ao volume de horas trabalhadas, de forma diária, é confortável, não é uma coisa que pesa.</i></p>	<p>Revela a importância da segurança financeira trazida pelo trabalho e satisfeita com a atividade que desenvolve.</p>
<p><i>Quando eu parar, não quero parar. Quero fazer mais uma coisa de lazer, não quero parar no sentido de pessoa, né, mas eu quero continuar, mas como eu não pensei numa coisa concreta, eu não estou vendo sentido parar agora. Mas isso não quer dizer que eu não vá.</i></p>	<p>Expressa o desejo de se manter em atividade depois que deixar o vínculo atual, mas não decidiu ainda o que irá fazer.</p>
<p><i>O trabalho me dá a impressão de que eu vou ser importante na sociedade. A importância na sociedade, não é isso? Dá um certo prazer. “Você trabalha? Não, eu já sou aposentada.” Parece que já não presto mais pra nada. Então, de certa forma, trabalhar me dá essa sensação, de “não, eu sou útil na sociedade” e também “estou inserida na sociedade”.</i></p>	<p>O trabalho proporciona pertencimento e importância social.</p>
<p><i>Porque, de qualquer forma, o trabalho me faz ter outros relacionamentos, me faz estar atualizada com as coisas que acontecem no mundo, porque é um mundo diferente, é um mundo fora de casa. Então, o trabalho me dá isso, essa sensação de ser útil também para a sociedade, ser útil também no sentido de estar inserida na sociedade e estar com o convívio completamente diferente, com pessoas com ideias diferentes.</i></p>	<p>Relaciona o trabalho à possibilidade de estabelecer outros vínculos interpessoais diferentes dos vínculos familiares e sociais, caracterizados pelo contato com pessoas cujo modo de vida é diferente do seu.</p>
<p><i>As coisas vão acontecendo e você está sabendo de tudo, não só pelas questões de estar lendo jornal, mas no sentido do que o outro pensa. Porque a gente sabe que a notícia não é só aquilo que se passa na televisão. A notícia, pra mim, é aquilo que você vê na televisão, mas também é o que o colega entendeu, o que eu estou entendendo, é que o a gente está vivenciando no mundo. Então, eu acho que o trabalho me dá essa sensação.</i></p>	<p>No trabalho, consegue se atualizar sobre os assuntos do dia a dia e ampliar a compreensão sobre as informações e notícias que recebe.</p>

Tabela 6

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Nadir (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Eu interajo bem com os colegas mais novos. Embora, as vezes fico um pouco chocada com comportamentos. Tipo assim, a geração de hoje é muito “eu”. Então assim, até o compartilhar de um conhecimento dentro do trabalho... não é maldade, mas é como se as pessoas não estivessem acostumadas a dividir. Não divide por querer ter conhecimento, “guardar conhecimento pra mim”, “guardar informação”. Não divide porque isso “não faz parte da minha vida”. É só isso que às vezes me choca. Essa falta de compartilhar, que eu acho que existia muito na minha geração. Quando eu sabia de alguma coisa, todo mundo ensinava o outro, pra todo mundo ficar sabendo. Não sabia quem não queria, mas hoje não. Eu acho hoje muito assim: as pessoas são mais reservadas, no compartilhar do conhecimento.</i></p>	<p>A interação com colegas mais jovens, no trabalho, por vezes a surpreende em função do perfil desses colegas, caracterizado por comportamentos que não apresentam disposição em compartilhar conhecimentos e saberes. Esse aspecto a impacta.</p>
<p><i>Eu adoro tecnologia! Então assim, eu sou uma pessoa que estou sempre querendo aprender mais. Eu estou sempre querendo saber onde eu posso melhorar, na parte da tecnologia. Então assim, eu não tenho a menor dificuldade com relação à tecnologia. Eu tenho muita facilidade. Mostrou, falou, eu busco ou alguma coisa assim, eu tenho uma facilidade. Não só gosto, como eu tenho alguma facilidade. Eu não tenho problema não. Eu sei que vai chegar um dia em que isso vai ser esquisito, alguma coisa vai ser esquisita para mim. Vai chegar esse dia, em que a tecnologia do meu filho mais novo não vai ser a minha mesma tecnologia. Eu sei que vou pegar um celular e ele vai dizer “mamãe o que é isso?” “não, mas antigamente era celular. Tu não lembra não?” “ah mamãe, mas agora é comando de voz, você fala e tudo acontece.” Eu creio que vai chegar esse dia que vai ser uma coisa bem “eu vou tocar onde esse negócio?” como meu pai fica me perguntando hoje, né? Mas até agora não chegou não. Até agora eu ainda estou dando conta. Não só desenrolo, como gosto muito de tecnologia.</i></p>	<p>Interage com os recursos tecnológicos no trabalho e se sente atualizada e com facilidade de manejá-los. Está consciente de que, com o passar do tempo, começará a surgir um distanciamento com a tecnologia.</p>

4.1.4.1 Diário de campo com Nadir.

Casada, mãe de dois filhos adolescentes, Nadir se diz realizada profissionalmente, assim como mãe e esposa. Sua disposição em participar da pesquisa foi imediata. Ao ler o TCLE, afirmou que já conhecia o documento, pois já havia atuado como participante em outra

pesquisa sobre o papel das mães. Embora não tenha feito perguntas complementares sobre o teor da pesquisa, Nadir foi a mais contida nas respostas. Uma questão que se colocou para a pesquisadora: se esse retraimento se trataria de característica pessoal ou se a Participante estava receosa e, por isso, econômica nas palavras. Discretamente, a pesquisadora indagou se estava se sentindo confortável e se gostaria que fosse interrompida a conversa. A Participante respondeu que estava bem e que a conversa poderia continuar. A narrativa foi realizada praticamente sem interrupções e com muita objetividade. Apesar de os conteúdos poderem se caracterizar como objetivos, referiram-se às questões do vivido por Nadir e que se interpôs entre ela e a pesquisadora na qualidade de ouvinte. Esse espaço - tanto físico como psicológico - é relacional, mas, também, é espaço no qual, por meio do falar e do ouvir, emergem novas significações. A qualidade das respostas de Nadir apresentou valor de conteúdo muito elevado para o tratamento da narrativa. Suas respostas foram claras e quase não se necessitou solicitar complementações e esclarecimentos.

4.1.4.2 Compreensão da experiência com Nadir

A compreensão da atitude discreta e objetiva de Nadir pode ser associada à afirmação de Touratto (2013) sobre o acolhimento da pessoa em atitude clínica, o qual não prescinde de se valorizar a existência das angústias e ansiedades do(a) Participante, como elemento fundamental de mobilização do interesse do(a) pesquisador(a). Também as angústias e ansiedades do(a) pesquisador(a) que, igualmente, mobilizam-no(a) para querer entender as manifestações humanas. Ao ser o que são, participante e pesquisador(a) recusam-se a deixar as coisas como estão e são invadidos por perene ansiedade que os impulsiona a atravessarem caminhos e adotarem posturas criativas diante das situações que emergem. A criatividade provém do estado de incompletude e inconformidade, pois quem se sente confortável com as coisas tal como se apresentam não buscará respostas. Somente os existencialmente angustiados

e ansiosos, feliz ou infelizmente, serão levados a ser criativos e poderão viver a experiência verdadeiramente: a pesquisadora, como cientista, e a Participante, como experiência que a fará ressignificar aspectos da sua condição de bancária longeva.

4.1.5 Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Manuel

Tabela 7

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Manuel

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>O trabalho é minha, vamos dizer assim, motivação de vida mesmo.</i></p> <p><i>Eu me sinto produtivo, é uma coisa que eu gosto de fazer. Eu, quando saio para trabalhar, eu saio satisfeito, né? Segunda-feira, por exemplo, para mim é um dia maravilhoso que eu início uma semana de trabalho que eu gosto.</i></p> <p><i>Porque eu tenho relacionamento frequente com muitas pessoas, né, vários tipos de pessoas que eu gosto. E com muitas delas eu acabo fazendo amizade e isso é uma coisa que para o dia a dia me dá muito prazer. Então hoje para mim é uma motivação. Essa é a razão pela qual eu não consegui me aposentar, eu não consegui decidir me aposentar antes. Eu já podia. Há dois ou três anos atrás eu já podia sair e não quis.</i></p> <p><i>Então assim, eu me sinto muito motivado. Eu saio de manhã muito satisfeito para ir trabalhar.</i></p>	<p>O trabalho é uma motivação de vida.</p> <p>Sente-se produtivo, gosta do que realiza no trabalho e sempre sai para trabalhar satisfeito. Um exemplo são as segundas feiras, dias em que se dirige ao trabalho satisfeito e motivado por iniciar a semana fazendo o que gosta.</p> <p>Considera os relacionamentos que o trabalho possibilita como aspecto principal que o faz gostar do trabalho e que de alguns relacionamentos se constroem amizades mais profundas. Esse aspecto o faz continuar trabalhando.</p> <p>A satisfação em sair para trabalhar é diária.</p>
<p><i>São as relações humanas. Eu, assim, adoro conhecer pessoas... e pessoas que, assim, contribuem também com você. Muitas pessoas... há uma troca interessante. A gente se encontra, né, muitos deles no fim de semana.</i></p> <p><i>Muitas dessas pessoas que eu conheço, a gente se encontra, sim. A gente tem gostos em comum, vamos dizer assim, colegas de trabalho, colegas parceiros do Banco. Principalmente os parceiros. Como eu estou há mais de vinte anos nessa função de trabalhar com parceiros externos, né. E é muita gente, são, sei lá, trezentos parceiros quase.</i></p>	<p>O contato com pessoas e a troca que realiza como questões importantes e, por vezes, os encontros no trabalho são estendidos para situações sociais.</p> <p>Tem muito em comum com colegas de trabalho e parceiros do banco, principalmente os parceiros, com os quais convive há mais de vinte anos. O número desses parceiros excede a trezentos.</p>

Tabela 7

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Manuel (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>É muito interessante isso, porque essa interação diária é muito interessante. Eu penso que se eu tivesse trabalhando dentro de um escritório confinado, tipo assim, uma área mais administrativa e burocrática do Banco eu acho que eu não ia me dar muito bem, não. Porque é uma coisa muito monótona, né. Um trabalho muito burocrático e o meu trabalho, ele não é burocrático, ele é muito dinâmico, sempre foi. Essa dinamicidade aí que me dá motivação mesmo, que eu gosto. Que todo dia você faz coisas diferentes. Você trabalha em rua, você vai fazer visita, encontrar pessoas. Eu sou muito motivado.</i></p>	<p>A contínua interação com outras pessoas possibilitada pelo trabalho. Não imagina que poderia ser feliz se trabalhasse em outras áreas do banco público. Sua atividade é dinâmica, o que contribui para a manutenção da motivação naquilo que faz.</p>
<p><i>Eu gosto de fazer o que eu estou fazendo e não tem coisa melhor do que você fazer o que você quer e gosta.</i></p>	<p>Gosta do que faz. Para o Participante, é muito gratificante gostar do que faz.</p>
<p><i>Eu trabalho com a turma jovem aí. Eu sou o vovô da turma, né. E é muito interessante, porque eu aprendo com eles novas linguagens, como é que é o dia a dia dessa turma, dessa galera nova.</i></p>	<p>Interage com pessoas mais jovens e essa experiência lhe oferece muito aprendizado.</p>
<p><i>Essa leveza, né, até essa forma de falar mesmo deles. Você vai pegando aí o linguajarzinho deles, né, um pouco. Eu acho que essa forma de, assim, de não ficar muito preocupado com o futuro, ficar “poxa, meu Deus do céu! O que é que me espera. Nada. De jeito nenhum. É viver o dia a dia aí, entendesse? Com leveza, sair, brincar, se divertir. Eu aprendo essas coisas aí. Eu era muito mais retido, sabe, nesse sentido. O aprendizado é muito legal, muito legal mesmo. E a gente percebe isso porque as pessoas que me rodeiam, né, são os meus filhos, eles notam essa diferença. Eles percebem isso.</i></p>	<p>Aprende com a forma descontraída, a linguagem, a despreocupação com o futuro, as brincadeiras e a forma de se divertir dos jovens. Já foi mais contido, antes de se dispor a interagir. Gosta do que aprende com eles e elas. Essa mudança em sua atitude é percebida pelas pessoas mais próximas a ele.</p>

Tabela 7

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Manuel (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>E isso eu sempre comento ali com a turma que como já passaram já uns dois ou três programas de demissão voluntária, acho que uns três já que eu fui pulando.</i></p>	<p>A satisfação com o trabalho é comentada com os colegas, inclusive como justificativa para não aderir aos três programas de demissão voluntária que já foram ofertados pelo banco público desde que adquiriu o direito de se aposentar.</p>
<p><i>O pessoal ficava na maior expectativa, sabe? E aí, não vá não. Um vai não vai. Esse aqui mesmo, toda vez chegava perto. Não vá não, viu. Não vai agora não. Não sei o quê. Mas eu sempre ficava pensando, eu digo poxa, eu vou ou não vou?</i></p>	<p>Sempre que era oferecido plano de demissão voluntária ou incentivo à aposentadoria ficava em dúvida sobre a adesão ou não ao plano.</p>
<p><i>São três, já pulei três. Por quê? Porque se eu quisesse sossegar, se tivesse satisfeito, já tinha pego. Com a ameaça de perder plano de saúde, com a ameaça de não ter mais incentivo, mas tudo isso eu pesando, sabe? Não, eu não quero. Prefiro ficar por aqui, trabalhando como você diz. Não é porque é exatamente neste Banco, não. É a característica do trabalho que me motiva.</i></p>	<p>Se estivesse realmente disposto a se aposentar já teria saído. Mesmo com a possibilidade de perder o plano de saúde ou de perder os benefícios, na verdade, o que o mantém trabalhando não está relacionado diretamente com a instituição, o banco público, mas o quanto o trabalho que realiza é motivador.</p>

4.1.5.1 Diário de Campo com Manuel

Em razão do cargo de confiança e estratégico que exerce no banco público, a compatibilização da sua agenda com a pesquisadora fez com que a entrevista acontecesse dois meses após o primeiro contato, entre os vários realizados por telefone. Muito colaborativo ao receber o TCLE, comentou “ora, só o fato de responder à pergunta se leva a concluir que estou ciente e aceito tudo que está escrito aqui”.

A entrevista aconteceu no seu local de trabalho, cedo, pela manhã, antes do início da sua jornada diária. Ao lançar a pergunta disparadora “considerando sua trajetória como bancário de um banco público, como tem se mostrado o sentido do trabalho para você”, Manuel comentou: “perai, deixa pensar para me expressar direito.” Manuel manteve-se um tempo em silêncio. Durante esse período realizava movimentos como ajustar o relógio, organizar papéis, consultar o celular. Decorrido quase um minuto, iniciou sua narrativa. Sua fala foi colaborativa. Na descrição de sua narrativa, predominou o entusiasmo, decorrente dos episódios de

conquistas e sucesso no seu percurso de bancário. Apesar de ser o Participante com o cargo gerencial mais elevado na hierarquia, o que poderia supor certa tensão, sua postura foi a mais descontraída e bem-humorada. Durante a narrativa, a postura equilibrada e serena foi tendo sua razão e sendo revelada. Manuel disse que não se via fazendo no banco público atividade diferente da que agora desenvolve, e que gostar do que faz e se identificar com a atividade são os principais motivos para se manter longo e alegre no trabalho.

4.1.5.2 Compreensão da Experiência com Manuel

O silêncio mantido por Manuel após a pergunta disparadora levou a pesquisadora a se reportar à Giorgi (2010), quando ressalta o quanto é importante para o(a) pesquisador(a) estar atento(a) aos movimentos e nuances presentes nas atitudes que acompanham a fala do(a) Participante. Deve-se estar focado(a) não só o que se é dito, mas também no modo como é dito.

O entusiasmo e a disposição estiveram presentes durante toda a narrativa de Manuel que, com frequência, relatava experiências vividas com exemplos, como forma de ilustrar e para facilitar a compreensão da pesquisadora.

4.1.6 Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade de Significado Psicológico do Relato de Olga

Tabela 8

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Olga

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<i>Então, o desafio sempre é esse. É você saber e tentar conviver bem de acordo com a personalidade da pessoa.</i>	O grande desafio em relação ao trabalho é saber conviver com as pessoas naquele ambiente.

Tabela 8

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Olga (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Já entrei no Banco casada, já entrei com duas filhas, a mais velha tinha oito anos. Dez anos depois...Eu entrei em oitenta e nove... em mil novecentos e noventa e três eu tive outro filho. Eu tive duas filhas e 10 anos depois eu tive outro filho e assim, o trabalho, para mim, assim, foi e é uma experiência maravilhosa. Porque eu, na época, era muito jovem, casei com dezesseis anos, tive duas filhas, a primeira filha eu tive com dezoito anos, a segunda filha eu tive a partir dos meus vinte anos e o terceiro filho eu tive com trinta anos. Então assim, foi uma experiência maravilhosa. Na época eu terminei faculdade. Enquanto estava no último ano da faculdade entrei no Banco. Então assim, para mim, foi sempre uma experiência gratificante. Foi uma experiência que eu tenho no Banco muito boa. Foi uma forma de me estabilizar também, porque eu comecei a ver que o meu marido trabalhava sozinho, só ele. A remuneração dele era única para tudo, então, eu sentia a necessidade de também fazer parte disso aí</i></p>	<p>Quando começou a trabalhar estava casada com duas filhas. Dez anos depois teve o terceiro filho. O trabalho acompanhou os momentos como mãe. O trabalho também esteve presente quando terminou a faculdade. Essas circunstâncias construíram relação gratificante entre o trabalho e a vida pessoal. O trabalho possibilitou estabilidade financeira, pois pode dividir as despesas com o marido.</p>
<p><i>Quando entrei já sabia que era uma empresa muito firme, forte de nome e assim, nunca me decepcionei, até hoje, não. Nunca tive muitas dificuldades para trabalho. Porque sempre contei com uma pessoa para me ajudar. Na época que tive o meu filho, tirei a licença maternidade. Depois, já tinha uma pessoa comigo há muito tempo, meu marido sempre me apoiou, sempre me incentivou, certo? Nunca tive muitos problemas para vir para o trabalho. Graças a Deus eu tenho filhos saudáveis, né, e nunca tive dificuldades. Assim, sempre que precisei para estar perto do meu filho, para poder acompanhar em um problema de doença, alguma coisa. Sempre nunca tive dificuldades com a empresa para isso aí, certo? Meu marido, quando eu não podia ele estava junto de mim, me apoiou. Então, sempre foi uma pessoa que me deu muito apoio nisso aí. Pessoa que sempre vem me deixar no trabalho, vem me pegar. Então assim, esses anos todos eu só tenho a agradecer, eu não tenho do que me queixar não. Eu nunca tive maiores dificuldades não. Lógico que a gente sente aquela necessidade de estar mais junto, tem momentos que a gente queria estar mais juntos, assim, do crescimento dos filhos. Hoje, já são adultos, já tenho netos, só tenho um filho solteiro que ainda mora comigo, mas assim a gente sente a... quando vai chegando muito... alguns anos depois... hoje, eu já sinto falta do convívio, às vezes de estar mais junto, poder fazer uma viagem quando eu quiser. Hoje, a gente ainda depende de férias, mas isso eu não posso me queixar porque isso faz parte da vida profissional de qualquer pessoa.</i></p>	<p>As experiências proporcionadas pela relação com o banco público sempre foram gratificantes e não teve dificuldade para conciliar o trabalho com as demandas domésticas, vez que sempre contava com alguém para ajudar em casa. O marido apoiou e em todos os anos vividos como bancária sempre teve seu apoio. Às vezes, sentia falta de não poder estar mais presente em casa e que dependia das férias para ter um tempo a mais com a família, situação típica de quem trabalha.</p>

Tabela 8

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Olga (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Então, para mim, foi um desafio sair da agência, tanto que quando foi para mudar eu fiquei “quero ou não quero? Vou ou não vou?”, mas eu achei de “não, eu vou mudar!” vim para este espaço, tive todo o apoio de todos, né, e foi bom conhecer muitas pessoas e conhecer a personalidade de cada um, saber conviver com isso daí, então assim, o desafio maior é você tentar conviver... a gente sabe que tem pessoas que são mais fáceis da gente resolver o problema, mais fáceis de conviver e tem pessoas que são mais difíceis.</i></p>	<p>Ficou em dúvida na época em que precisou decidir entre sua permanência na agência bancária e sua saída para a área administrativa do banco público. Complementa, afirmando que apesar de gostar, o convívio com as pessoas é muito desafiador em função das características pessoais de cada um.</p>
<p><i>Eu tento isso a todo o momento. Tem as pessoas que é uma maravilha, é maravilhoso e tem aquelas que a gente sabe das dificuldades, problemas, mas eu sempre acho que o desafio é tentar, a cada dia, aprender a conviver com aquela pessoa da melhor forma possível, sem que machuque ninguém, sem que entre em atrito. Graças a Deus...</i></p>	<p>O convívio com as pessoas é desafio diário, pois cada pessoa tem suas dificuldades e seus problemas, de forma que, todos os dias, aprende-se a convivência. Aprender com as pessoas é o grande desafio diário do trabalho.</p>
<p><i>Tem dias que a gente fica mais magoado com determinada situação, tem os dias que a gente fica mais feliz quando é reconhecido por alguma coisa. Eu acho que o reconhecimento é o maior incentivo de alguém quando você está em uma empresa. É ter o reconhecimento por algum trabalho que você fez, receber um elogio. De vez em quando acontece isso, mas eu acho que o desafio maior é saber conviver com essas diferenças de personalidade de temperamento. Em um ambiente de muitas pessoas, como é esse aqui, é muita gente com a cabeça diferente, muita gente que vê de uma forma diferente, muita gente que pensa de uma forma diferente e eu tento a cada dia conviver bem com essas pessoas. Eu acho que sou uma pessoa fácil, eu me considero uma pessoa fácil de se conviver.</i></p>	<p>O reconhecimento é importante no trabalho. É gratificante receber elogios ou ser reconhecida por um trabalho realizado. Mas, o maior desafio é o convívio, porque as pessoas são diferentes.</p>
<p><i>A Olga que entrou no Banco era muito jovem, com vinte e seis anos não tinha noção de trabalho nenhum, era o primeiro emprego, era tudo novo, era “o que eu vou fazer? O que eu vou fazer lá?” aquela pergunta de quando você vai assumir um trabalho, né? “Meu Deus, o que eu vou fazer?”, mas os anos fazem a gente aprender. Então, hoje, eu já me sinto mais segura. A Olga de hoje já é uma Olga mais madura, mais consciente. É uma Olga que sabe enfrentar muita coisa, que amadureceu muito nesses anos.</i></p>	<p>As transformações vividas desde que iniciou o trabalho até os dias atuais. As inseguranças do início, quando era mais jovem, juntamente com os questionamentos que fazia à época. Hoje está sabendo enfrentar as situações com mais segurança.</p>

Tabela 8

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Olga (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Então, isso aqui é quase uma casa. A empresa é uma casa. A gente passa mais tempo na empresa do que em casa. Eu passei mais tempo na empresa do que convivendo, do que acompanhando o crescimento dos meus filhos ali de pertinho.</i></p>	<p>Aproxima o ambiente em que trabalha ao ambiente em sua casa, uma vez que é um longo período em que o(a) bancário(a) se dedica ao que faz. Passou a maior parte da vida no trabalho, mais do que em casa, acompanhando o crescimento dos filhos.</p>
<p><i>Olga que entrou era uma Olga muito imatura, era uma Olga muito jovem. A Olga de hoje é uma Olga experiente e que aprendeu muita coisa no trabalho nesses anos todos. Me sinto bem mais fortalecida, acho que aprendi muitas coisas na empresa e, acima de tudo, aprendi a me relacionar com as pessoas, a compreender mais as pessoas. Isso é uma lição que a gente tem que levar pra casa também. Quantas coisas a gente não aprende no trabalho que a gente não tem noção assim, e em uma conversa o dia a dia ensina. A Olga de hoje é totalmente diferente da Olga que entrou. É isso que eu percebo. Mais madura, tanto na idade quanto na experiência.</i></p>	<p>Reflete sobre sua autoimagem e estabelece comparação entre como era no início da carreira de bancária e como se vê nos dias de hoje.</p>
<p><i>Quando você se depara com uma pessoa mais jovem dentro da empresa, porque esses jovens de hoje são muito bons, eles entendem muito de tecnologia... eu tento, eu me esforço, para pelo menos não ficar tão diferente deles, mas a gente percebe que... assim... quando eu vejo esses jovens... que a gente já tem tanto tempo assim na Caixa como a gente tem e esses jovens vão chegando, a gente... é o meu sentimento, sabe? Eu digo “É, acho que já ta na hora da gente sair” e a gente percebe uma certa tendência, um certo... como eu posso dizer o termo? uma certa expectativa naquele jovem que a gente fique um pouco escanteado. As vezes é o meu sentimento, sabe? É o meu sentimento. Quando a gente vê assim, daí eu entendo “os jovens”. Eu acho que, realmente, chegou a vez deles, eu acho que esse tempo que a gente já está na empresa, está na hora de sair.</i></p>	<p>Comenta sobre os sentimentos e pensamentos decorrente da interação com colegas mais jovens.</p>

Tabela 8

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Olga (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>... Às vezes eu penso que está na hora de sair mesmo. Que a gente se sente... não é bem essa palavra, mas um pouco escanteado, entendeu?. Talvez eu ache assim, que a minha capacidade já chegou no limite e não vai além disso. Às vezes, até no direcionamento de uma atividade, às vezes é claramente “fulano vai fazer” e eu sei que é porque fulano é mais jovem e sabe mais do que eu da parte tecnológica, sabe? Aí, às vezes, eu penso assim, eu digo “Não, tudo bem. Eu não vou me estressar com isso.” Porque eu acho que já está tão perto de eu sair, eu vou fazer o que eu sei, o que demandarem. O que demandarem eu faço, certo? O que eu não souber eu aprendo, eu tento chegar perto da pessoa “como é que faz isso aqui?”, mas a gente percebe que existe uma diferença de... vamos dizer... Tratamento.</i></p>	<p>O que a mobiliza, quando se compara ou se sente comparada em sua competência com os colegas de gerações mais recentes.</p>
<p><i>Eu tenho a experiência. Eu tenho a experiência. Eu acho que isso também é importante. Você ter a experiência, não é só a parte tecnológica. Quando eu entrei era totalmente diferente e, hoje, a gente sabe que a tendência, hoje mercado exige que você, a cada dia mais, procure entrar nesse meio digital, nessa era digital, nessa era tecnológica. Sei nem se é tecnológica mais, acho que é digital, esse mundo. E hoje exige isso de você e admiro todos os que estão correndo atrás para chegar perto, mas existe um... como que eu quero dizer? Existe uma tendência... existe uma preferência, entendeu?</i></p>	<p>Ressalta que é importante o reconhecimento da experiência frente às competências, no manuseio com o domínio da tecnologia apresentado pelos mais jovens.</p>
<p><i>Que principalmente assim... a gente percebe que eles são preparados, eles são muito bons, eles estão no mercado, são pessoas que entendem. Então a gente pede “me ajuda, fulano”, então assim. Eles tem o desenvolvimento, assim, muito rápido, uma facilidade de mexer com esses equipamentos de sistema, de tudo. É isso aí que eu acho que hoje buscam muito esses profissionais.</i></p>	<p>Conclui a ideia sobre o domínio da tecnologia pelos mais jovens, manifestando seu entendimento de que dominar a tecnologia é o atributo mais exigido dos profissionais nos dias de hoje.</p>
<p><i>Agilidade, conhecimento tecnológico, conhecimento digital e o mundo, hoje, exige isso de você. O que eu sinto, o que eu sinto aqui é que essas pessoas têm maior preferência. Não é questão de preferência em outro sentido. É nisso aí. Nisso aí! Eu me sinto bem aceita pelos colegas, pelos meus chefes, meus gestores, mas a gente sente em algumas situações um interesse maior em fulano</i></p>	<p>Embora se perceba não muito conhecedora de tecnologia nem dominando o uso, se sente respeitada pelos colegas no que tem a oferecer em outras competências no trabalho.</p>

Tabela 8

Identificação das Unidades de Significado e estabelecimento da Unidade Significado Psicológico do Relato de Olga (continuação)

Relato – Unidades de Significado	Unidade de Significado Psicológico
<p><i>Meu Deus, eu vivi a parte boa da empresa, eu vivi os melhores anos da empresa e esses que ainda faltam dez, quinze, vinte anos. Eu fico pensando “será que vão até o final da empresa?” Eu vejo como uma coisa que vai mudar muito e eu acho que nem todos vão ficar, nem todos vão ficar. Só vão ficar os bons mesmo, entendeu? Ai eu fico observando e pensando, assim, eu não sei. Eu acho que nessa situação eu estaria muito preocupada porque vai ser muito diferente. Eu acho que eu vivi os melhores anos da empresa.</i></p> <p><i>Eu fico pensando “meu Deus, como vai ser o futuro deles?” aqueles que buscam outras coisas é que vão atrás. Mas aí, assim, é um futuro meio incerto dentro da empresa, com tantas mudanças que vêm por aí. Eu sei que não só atinge aqueles, atinge todo mundo. Eu acho que mesmo você saindo, você está vinculada, você tem um vínculo com aquela empresa, porque você vai se aposentar, mas tem muita coisa que essa mudança vai atingir e ainda mais aqueles jovens que estão começando. Ai fico, assim, olhando e pensando “mas como será que vai ser isso, como vai ser o futuro, tanto jovem que vai ter aqui?” e torço para que essas mudanças não sejam de privatização... não machuque muito as pessoas, entendeu?.</i></p>	<p>Teve a experiência de desfrutar os melhores ambientes e condições de trabalho do banco público.</p> <p>Manifesta a preocupação com a empregabilidade dos(as) bancários(as) nos próximos anos, diante das mudanças das leis trabalhistas. Entende que mesmo quando, um dia, se aposentar, o vínculo com a empresa e com as pessoas se manterá.</p>

4.1.6.1 Diário de Campo com Olga

Olga é casada, tem três filhos e três netos, 34 anos de atividade bancária. Uma peculiaridade da Participante, em relação aos(às) demais é que foi a única que só trabalhou no banco público. Para Olga, fez-se necessária explicação detalhada sobre a pesquisa e sobre a finalidade do TCLE. Na medida em que realizava a leitura do documento, indagava, pedindo esclarecimentos sobre a pesquisa. Sua entrevista foi uma das mais extensas, com 95 min.

4.1.6.2 Compreensão da Experiência com Olga

Como descrito no Diário de Campo, durante a leitura do TCLE, Olga solicitou esclarecimentos, alegando nunca ter passado pela experiência de ser participante em uma pesquisa. Afirmou que não conhecia essa situação, mas que estava muito alegre em participar

e se sentia muito bem quando falava das experiências de trabalho e que “*isso serviria para alguma coisa*”. Este comentário da Olga remeteu à experiência de Howtorn¹⁴, em 1972, que levou Elton Mayo a constatar que a qualidade das interações humanas e o sentimento de pertencimento são elementos motivadores no trabalho. Uma peculiaridade na narrativa de Olga foi sua preocupação em situar a pesquisadora-ouvinte na história que contava. Para isso, Olga descrevia o contexto da situação antes de relatar o fato em si. Esse movimento, ela disse, ajudava a quem ouvia a não ter “nenhuma dúvida, nenhuma pergunta depois”. Tal procedimento exemplifica o que Giorgi (1978) dispõe sobre o cuidado que o(a) pesquisador(a) deve ter em seguir o fluxo narrativo da entrevista, aceitando o ritmo do(a) Participante e assumindo postura de receptividade às necessidades do(a) Participante durante a entrevista.

4.2 Discussão

Segundo a metodologia proposta, após as fases de leitura e apreensão dos significados dos relatos, passa-se à etapa de interpretação da investigação, na discussão dos resultados. Na etapa anterior, realizou-se a identificação e análise das constituintes essenciais nas unidades de significado, a partir dos dados coletados e apresentados nas Tabelas 3 a 8. Os seis constituintes identificados, a saber, convívio com gerações; autoimagem e a atividade que realiza; relacionamento interpessoal; fortalecimento da imagem, de si e perante os outros; expectativa da aposentadoria e tecnologia são apresentados e discutidos individualmente, a seguir.

Os fenômenos não prescindem de categorias estabelecidas que os definam e expliquem. As categorias são dadas pela posição ocupada na interação dinâmica, convergente no tempo e espaço, entre quem realiza a pesquisa e os(as) Participantes (Giorgi, 1978). Ao se afirmar que o fenômeno é o que se mostra, refere-se ao encontro do ver-visto contextualizado. Não é

¹⁴ Para maiores detalhes ver Bendassolli (2015).

possível falar do visto sem a referência de quem vê, sem a intencionalidade e as características históricas. Assim, o percurso metodológico de interpretação demandou e se nutriu das discussões realizadas nos Capítulos I e II, sobre o fazer histórico dos bancos públicos no Brasil, as transformações da atividade produtiva e da percepção do(a) bancário(a), a condição do trabalho para a dinâmica da vida humana e a configuração do ser e do fazer do(a) bancário(a) longo(a).

4.2.1 Análise das constituintes essenciais nas unidades de significado

Os constituintes essenciais se configuraram como estrutura de significado formada por aquilo que emergiu como sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as), a partir do percurso epistemológico da fenomenologia, no viés de Victor Frankl (1978, 1981, 1982, 1983, 1990, 1999, 2003, 2010, 2011, 2012) e Hannah Arendt (1973, 1974, 1993, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2014) e percurso metodológico da Psicologia Fenomenológica de Amedeo Giorgi (1978; 2010). São aspectos essenciais (eidéticos) nos relatos dos(as) bancários(as) longevos(as). Na vivência deste estudo, foram identificados seis constituintes essenciais relacionados ao sentido do trabalho para os(as) Participantes, como se vê na Tabela 9.

Tabela 9

Constituintes essenciais do sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as)

Constituintes Essenciais do sentido do trabalho para os(a) bancários(as) longevos(as)	
i.	Convívio com gerações
ii.	Autoimagem e a atividade que realiza
iii.	Relacionamento interpessoal
iv.	Fortalecimento da imagem, de si e perante os outros
v.	Expectativa da aposentadoria
vi.	Tecnologia

Cada um dos seis constituintes essenciais do sentido do trabalho para os(as) longevos(as) são comuns aos relatos de pelo menos três Participantes. Apesar desse critério de

interação e intersecção, os constituintes manifestaram-se de forma distinta. Ainda assim, representam aspectos essenciais na estrutura do fenômeno estudado.

Na sequência, serão comentados os constituintes essenciais com as variações empíricas assumidas na narrativa de cada Participante.

4.2.1.1 Convívio com gerações

O convívio e a experiência com os outros trazem oportunidades de realização de sentido. Frankl (2011) lembra que nada, nem ninguém, pode privar o humano do impacto provocado pelas suas atitudes sobre o mundo e sobre os outros. O que surge dessa interação orienta a vida da pessoa. A existência depende da capacidade de cada um e cada uma transcender o próprio eu, que é justamente o conceito com o qual Frankl introduz a Logoterapia, em 1949, que é o de compreender que o ser humano sempre está direcionado para fora de si e apontando para um projeto ou algo além de si mesmo. O sentido se realiza com a autotranscendência da existência humana. Essa seria a manifestação autenticamente humana. O não se preocupar consigo mesmo, como forma de esquecimento de si, concentrando os pensamentos para além de si.

É o que se percebe, ao relatar a convivência no trabalho com os colegas mais jovens, que, para Manuel, é contexto de doação de sentido no trabalho:

(...) esse trabalho que eu venho desenvolvendo já há alguns anos, ele... a média da idade dessa turminha que trabalha comigo é na faixa de vinte e poucos anos. Eu trabalho com a turma jovem aí. Eu sou o vovô da turma, né. E é muito interessante, porque eu aprendo com eles novas linguagens, como é que é o dia a dia dessa turma, dessa galera nova. E aprendo muito com eles, aprendo muito mais, eu acho, do que eu passo para eles. (Manuel)

O Participante leva em conta o sentido do trabalho considerando a influência do relacionamento entre os(as) longevos(as) e os(as) mais jovens. Os(as) mais jovens, das gerações X, Y e Z, na maioria dos relatos, são vistos(as) como pessoas mais individualistas e que, talvez por isso, sejam chamados pelos(as) longevos(as) a se responsabilizarem pelas

decisões. São várias gerações que convivem e que necessitam alinhar seus valores, costumes e expectativas diversas. O aspecto do individualismo das gerações posteriores à dos(das) *boomers* pode ser visto no testemunho de Olga e exemplifica a realidade vivida no contexto corporativo, principalmente nos bancos públicos:

(...) quando você se depara com uma pessoa mais jovem dentro da empresa, porque esses jovens de hoje são muito bons, eles entendem muito de tecnologia... eu tento, eu me esforço, para pelo menos, não ficar tão diferente deles, mas a gente percebe que... assim... quando eu vejo esses jovens... que a gente já tem tanto tempo assim no Banco como a gente tem e esses jovens vão chegando, a gente... é o meu sentimento, sabe? Eu digo “É, acho que já tá na hora da gente sair” e a gente percebe uma certa tendência, um certo... como eu posso dizer o termo? uma certa expectativa naquele jovem que a gente fique um pouco escanteado. Às vezes, é o meu sentimento, sabe? É o meu sentimento. Quando a gente vê assim, daí eu entendo “os jovens”. Eu acho que, realmente, chegou a vez deles, eu acho que esse tempo que a gente já está na empresa, está na hora de... Às vezes eu penso que está na hora de sair mesmo. Que a gente se sente... não é bem essa palavra, mas um pouco escanteado, entendeu?. Talvez eu ache assim, que a minha capacidade já chegou no limite e não vai além disso. Às vezes, até no direcionamento de uma atividade, às vezes é claramente “fulano vai fazer” e eu sei que é porque fulano é mais jovem e sabe mais do que eu da parte tecnológica, sabe? Aí, às vezes, eu penso assim, eu digo “Não, tudo bem. Eu não vou me estressar com isso.” Porque eu acho que já está tão perto de eu sair, eu vou fazer o que eu sei, o que demandarem. O que demandarem eu faço, certo? O que eu não souber eu aprendo, eu tento chegar perto da pessoa “como é que faz isso aqui?”, mas a gente percebe que existe uma diferença de... vamos dizer... Tratamento. Sei nem se é a palavra certa até, mas existe um direcionamento mais para aquela pessoa, deixando um pouco de lado essa pessoa que está há mais tempo. Eu tenho a experiência. Eu tenho a experiência. Eu acho que isso também é importante. Você ter a experiência, não é só a parte tecnológica. Quando eu entrei era totalmente diferente e, hoje, a gente sabe que a tendência, hoje mercado exige que você, a cada dia mais, procure entrar nesse meio digital, nessa era digital, nessa era tecnológica. Sei nem se é tecnológica mais, acho que é digital, esse mundo. E hoje exige isso de você e admiro todos os que estão correndo atrás para chegar perto, mas existe um... como que eu quero dizer? Existe uma tendência... existe uma preferência, entendeu? a gente percebe que eles são preparados, eles são muito bons, eles estão no mercado, são pessoas que entendem. Então a gente pede “me ajuda, fulano”, então assim. Eles têm o desenvolvimento, assim, muito rápido, uma facilidade de mexer com esses equipamentos de sistema, de tudo. É isso aí que eu acho que hoje buscam muito esses profissionais. Agilidade, conhecimento tecnológico, conhecimento digital e o mundo, hoje, exige isso de você. O que eu sinto, o que eu sinto aqui é que essas pessoas têm maior preferência. Não é questão de preferência em outro sentido. É nisso aí. Nisso aí! Eu me sinto bem aceita pelos colegas, pelos meus chefes, meus gestores, mas a gente sente em algumas situações um interesse maior em fulano. eu vivi a parte boa da empresa, eu vivi os melhores anos da empresa e esses que ainda faltam dez, quinze, vinte anos. Eu fico pensando “será que vão até o final da empresa?” Eu vejo como uma coisa que vai mudar muito e eu acho que nem todos vão ficar, nem todos vão ficar. Só vão ficar os bons mesmo, entendeu? Aí, eu fico observando e pensando, assim, eu não sei. Eu acho que nessa situação eu estaria muito preocupada porque vai ser muito diferente. Eu acho que eu vivi os melhores anos da empresa. (Olga)

A fala de Olga conduz a se pensar que, no espaço de convivência do trabalho em bancos públicos, o talento não é exclusividade de determinada geração, nem capacidade que se pode

alcançar apenas por meio do acesso aos recursos tecnológicos e de comunicação. A partir de seu relato, é possível refletir sobre esses achados tomando como referência Frankl (1982) ao afirmar que a postura valorativa do humano em direção ao sentido da situação que precisa ser cumprido, fortalece a superação, com dignidade, das situações desconfortáveis, como vivenciadas por Olga no trabalho.

A experiência primordial do ser humano é estar no mundo das circunstâncias e relações e, primordialmente, atuar nesse mundo como agente transformador e criador de um mundo novo. Esse mundo é dinâmico e transitório, vez que é entretido em trama de relações que demandam do ser humano escolher, agir e conduzir sua experiência. A experiência de estar-no-mundo-com-os-outros é desafiadora e às vezes permeada de surpreendentes estranhamentos, como o afirma Nadir:

Eu interajo bem. Embora, às vezes, fico um pouco chocada com comportamentos, tipos assim, a geração de hoje é muito “eu”. Então, assim, até o compartilhar de um conhecimento dentro do trabalho... não é maldade, mas é como se as pessoas não estivessem acostumadas a dividir. Não divide por querer ter conhecimento, “guardar conhecimento pra mim”, “guardar informação”. Não divide porque isso “não faz parte da minha vida”. É só isso que, às vezes, me choca. Essa falta de compartilhar, que eu acho que existia muito na minha geração. Quando eu sabia de alguma coisa, todo mundo ensinava o outro, para todo mundo ficar sabendo. Não sabia quem não queria, mas hoje não. Eu acho hoje muito assim: as pessoas são mais reservadas, no compartilhar do conhecimento. (Nadir)

A declaração de Nadir sobre as atitudes dos(as) colegas mais jovens é realidade resultante do compartilhamento do espaço de trabalho que raramente se descreve como interação, apesar de ter a aparência de espaço de compartilhamento, que é mediada pela ação e pelo discurso. Arendt (2012) ao descrever a *vita activa*, traz que a condição do humano se desdobra, também, em atos de necessidade e preservação em nível individual. Isso quer dizer que, no contexto do trabalho, as dimensões financeira, monetária e salarial estariam relacionadas aos atos de preservação, enquanto as atitudes e interpretações decorrentes do estar-no-mundo-com-os-outros estariam associados à ação, terceira categoria da *vita activa*.

4.2.1.2 Autoimagem e atividade que realiza

O ser humano se amplia com as tarefas que realiza, mas, também, diminui com a perda dessas tarefas. Por isso, é importante que em cada fase da vida se imponham tarefas adequadas à situação em que vive e às condições e forças que esse humano tem para realizá-las. Em outras palavras, a pessoa deve se impor tarefas e não as tarefas devem ser impostas à pessoa. Cada humano, em cada fase da vida, tem capacidades existenciais para realização de sentido. O(a) longo(a), a pessoa de meia idade ou o(a) idoso(a) não devem nem podem ser convocados(as) pela vida para desenvolver atividades ou agir como jovens que estão descobrindo a vida a partir das escolhas que realizam. No entanto, conforme lembra Frankl (1981), independentemente do momento existencial que a pessoa vive, ao receber dadas tarefas ou obrigações a serem realizadas, essas devem corresponder ao caráter da vida como tarefa, pois a todo ser humano, em qualquer situação, a vida confia tarefas, mesmo que seja apenas a de suportar sua própria situação com paciência e de bom humor, no caso das situações desagradáveis. Com a maturidade no trabalho, pode-se entender que algumas tarefas não são impostas por outras pessoas nem pela sociedade, mas sim, pela vida. É possível identificar esses aspectos nos relatos abaixo:

Quando a gente trabalha, tem duas situações básicas que faz eu entender o trabalho. Uma é a efetividade do processo e com a ocupação que se tem. O fazer bem feito. A outra é o produto do trabalho. O resultado do que se faz, tanto material – se eu construo algo, por exemplo, quanto à satisfação porque fez algo certo. Com isso vamos nos tornando melhores com o tempo de trabalho. Mas às vezes a empresa não aproveita esta sabedoria adquirida pela vida e pelo trabalho acumulado. Mesmo assim vejo que o trabalho me dá reconhecimento, afinidade com as pessoas, um senso de contribuição com a população e com a sociedade. O trabalho me faz sentir incluído, fazendo parte do mundo. Eu me sinto dentro das coisas, dentro do que está acontecendo, embora me ache uma pessoa que se atualiza também com as coisas fora do trabalho. Mesmo para aqueles que se sentem sozinho, o trabalho faz ele se sentir em um grupo, mesmo que seja um grupo profissional (Lúcio).

Quando eu entrei no Banco, eu entrei porque eu estava precisando financeiramente. Então, fiz o concurso, porque como não aparecia nada na minha área, então, eu digo “não, vou fazer o concurso. Se eu passar eu fico até...” só que eu fui ficando. Depois, eu fui gostando. Fui me encontrando e comecei a fazer uma coisa que eu gostava, que era justamente esse cargo. Porque era assim, eu tinha uma equipe para administrar. Eu tinha sempre muitas broncas, todo dia. E eram broncas pesadíssimas, mas que

aquilo me deixava tão imersa que eu amava. Agora, só não gostava muito das... tinha muito problemas com gerente, que a gente fazia coisa que não era muito bem quista pelos clientes, né? A gente ficava contando as inconformidades para eles corrigirem e eles tinham metas para bater, né? Mas, graças a Deus, eu tive gerentes maravilhosos que estavam na agência comigo, que me ajudaram em vez de... teve gente que teve problemas seriíssimos. Eu tive, até, gerentes que me ajudavam que eu me sentava junto com eles e que a gente conversava. Então, foi bom, foi ótimo e eu, assim, me encontrei quando eu estava fazendo isso. Então, para mim, naquela época o trabalho tinha um sentido de realização, de pertencer a um mundo de... eu me sentia uma pessoa... como é que você diz? Uma pessoa realizada e com o sentido de ser necessária. Eu tanto era necessária dentro de casa financeiramente, que isso é importante, como eu era necessária no meu trabalho. Então, eu sentia que se eu chegasse mais tarde, já estava todo mundo naquela expectativa “cadê Ana?” Se eu, pronto, fosse tirar férias ficava todo mundo “Ana, mas!!!” como se não funcionasse e muitas vezes não funcionava. Então, isso pra mim, no fundo, eu me sentia bem. Eu digo “poxa, que coisa boa, né?! Que realmente o meu trabalho faz falta” Depois, quando surgiu a oportunidade de incorporar, assim, eu digo “eu não vou deixar escapar essa oportunidade”, porque eu queria desacelerar para me preparar para a aposentadoria. Então, foi uma coisa maravilhosa que surgiu, uma oportunidade muito boa. Só que, hoje, o que eu faço aqui, eu detesto. Eu nunca escondi isso de ninguém. Então, para mim, o que é o trabalho, hoje? Marcando tempo, entendeu? Eu estou marcando tempo para sair e aí, quando eu sair o trabalho vai ter, porque eu não vou parar de trabalhar, o trabalho vai ter outro significado. . Então, aquela coisa do legado, sabe? O legado que eu vou deixar na empresa é “não gosto que façam, mas façam com responsabilidade. Cumpram. Eu tenho meta e quero bater as metas. Eu não entrego. Eu não entrego!”. E assim, eu acho que isso é o que o trabalho traz para mim, sabe? Aquela coisa de responsabilidade, de me sentir necessária. Eu sou necessária e eu digo ao chefe “eu odeio o que eu faço!”. Ele diz “não faça isso não.”. Eu odeio, mas eu procuro fazer o melhor, entendeu? Porque eu acho que dá aquele senso de responsabilidade. Eu não fico zanzando para tomar café. Eu quero fazer o melhor. E aí, isso é aquela coisa de eu me sentir necessária. Que eu sei que eu sou necessária e isso é importante no trabalho. (Ana)

Os relatos de Nadir, Beatriz e Olga acima permitem constatar que a singularidade está presente, não apenas na experiência vivida, mas, também no que se produz a partir do viver dessa experiência. A experiência humana sempre vem carregada de sentidos que emergem na ação, nas relações e nas escolhas que se fazem ao longo da vida e que são ancoradas nos valores e visão de mundo de cada um e cada uma diante das situações.

Frankl (2011) lembra que o problema central é e permanece como problema de valor. O confronto com o problema do valor é inerente à decisão de qual entre as eventuais possibilidades é aquela merecedora de realização, ou seja, qual das eventuais possibilidades é a eventual necessidade. O confronto com a problemática do valor significa o confronto com a responsabilidade, da qual o humano nunca pode se eximir.

O ser humano não pode realizar nenhum “que-deveria-ser” que não esteja dentro de suas possibilidades de escolha. Por outro lado, é responsável quando realiza ou deixa de realizar um “que-deveria-ser” que esteja ao alcance de suas possibilidades de escolha. Sobre as escolhas, Frankl (2011) ainda faz algumas ressalvas. A primeira, é que nem todas as possibilidades de escolha - de uma pessoa em determinada situação na vida - são merecedoras de serem realizadas. Outra questão é sobre o que merece ser realizado. Esse é sempre o “que-deveria-ser” em meio àquilo “que-pode-ser”. Essa localização do “que-deveria-ser” em meio ao “que-pode-ser” é tarefa da consciência. O domínio ou conjunto do “que-pode-ser” é vivido pelo ser humano como conhecimento das possibilidades de escolha que possuem sentido. Entre as possibilidades de escolha, em consequência da pressão para a realização provocada pelo fluxo de tempo, uma alternativa tem que ser escolhida. Nesse sentido, a omissão de escolha também é uma escolha. Diante da pressão para a realização de uma possibilidade de escolha e do reconhecimento das demais possibilidades de escolha que possuem sentido, a pessoa decide se a escolha feita possui ou não sentido. Assim, por essa decisão tomada em liberdade, o ser humano assume a responsabilidade. A escolha de uma possibilidade que possui sentido é mérito pessoal. Essa compreensão pode ser apreendida nos relatos a seguir:

Eu gosto muito de trabalhar e o trabalho me faz me sentir produtiva. Faz eu me sentir útil, me dá prazer. Eu me sinto realizada com o trabalho, realizada profissionalmente. Isso é um ponto. E o outro ponto é a questão financeira, né, que se eu for me aposentar, de fato, a questão financeira vai diminuir. Além do mais, que assim, na situação que eu estou vivendo hoje, com relação ao volume de horas trabalhadas, de forma diária, é confortável, não é uma coisa que pesa. eu trabalho com uma equipe boa, uma coordenação, uma chefia tranquila, com um trabalho que eu gosto de fazer, né, e eu sei que eu faço bem feito. Então, eu não vejo motivo de parar uma coisa... para fazer o quê, né? (Nadir)

Esses anos todos eu só tenho a agradecer, eu não tenho do que me queixar não. Eu nunca tive maiores dificuldades não. Eu acho que o reconhecimento é o maior incentivo de alguém quando você está trabalhando. É ter o reconhecimento por algum trabalho que você fez, receber um elogio. De vez em quando acontece isso, mas eu acho que o desafio maior é saber conviver com essas diferenças de personalidade de temperamento. E mais... eu vivi a parte boa da empresa, eu vivi os melhores anos da empresa e esses que ainda faltam dez, quinze, vinte anos? Eu fico pensando “será que vão até o final da empresa?” Eu vejo como uma coisa que vai mudar muito e eu acho que nem todos vão ficar, nem todos vão ficar. Só vão ficar os bons mesmo, entendeu? Aí eu fico observando e pensando, assim, eu não sei. Eu acho que nessa situação eu

estaria muito preocupada porque vai ser muito diferente. Eu acho que eu vivi os melhores anos da empresa. (Olga)

Inicialmente, era totalmente financeiro. A minha relação anterior com o trabalho era totalmente financeira. Então, eu sempre pensava assim, “ah, na hora que eu puder me aposentar, eu deixo de trabalhar, eu joga tudo pra cima. Vai ser maravilhoso viver velha.”, mas eu acho que quando a gente vai amadurecendo, a gente vai vendo que o trabalho não é só condições financeira. No começo, você começa assim, acha que o trabalho te rouba de casa, deixa teus afazeres, né? Então, para mim era fantástico não precisar, na época, trabalhar. De repente eu fico mais presente em casa... Então, assim, aquela necessidade que você tinha de estar em casa, de você se cobrar pela sua ausência, deixou de existir. Então, assim, de repente começa a ficar mais tranquila e esse tempo aqui deixa de ser, necessariamente, aquele tempo, que eu só enxergava como obrigação e “corro pra lá, pra cá”. Se você me perguntar se eu me realizo com isso? Não. trabalhar aqui no Banco... não é que tenha nada a ver com o Banco, tem a ver, especificamente, com o trabalho. Nesse momento, a gente aqui a gente tem adimplência. É eu estar cobrando e tomando o imóvel de alguém. Não é algo que você curta fazer. Você vê milhões de broncas das pessoas querendo apartamento e eu não vou dizer para você que eu vibro com isso. De jeito nenhum. Na época que eu trabalhava com informática, que você muito tem e muito faz, faz muito sentido você conseguir, você procurar solução, você atender. Mas aqui não. Eu acho que são raras as atividades no Banco que você, de repente, se realiza no que faz. Algumas áreas, sim. Eu lembro que na época da área de Fundos Sociais, eu passei dez anos. Eu adorei eu fiquei na área social. Então, você investir na verba ou tentar o melhor possível para a população de baixa renda e isso para você, sim... o trabalho, em si, te dava algum retorno. Mesmo que você não conhecesse família nenhuma ali, você, de repente, estava entregando tantas unidades habitacionais de baixa renda e o pessoal queria ter a sua casinha, ter o seu canto. Então, teve momentos, sim, que foi gratificante, em termos do que você faz. Quando você se insere ali... de repente, estou “poxa, que legal! A gente está podendo contribuir com esse pessoal que é baixa renda”. Mas, assim, hoje, especificamente... de oito anos pra cá não é assim. A área de fundos sociais foi para Brasília e eu tive que procurar um canto porque, de repente, a gente ficou sem nada. Foi um terror! Então, alguém tem que fazer. Então, vamos fazer. Mas assim, teve épocas muito interessantes. Uma talvez, satisfação pessoal, de trazer uma solução, em termos tecnológicos. Depois saí de lá, tirei informática de dentro de mim, literalmente e me apaixonei pelo processo, porque me colocaram em uma área de fundos sociais. (Beatriz)

4.2.1.3 Relacionamento interpessoal

O constituinte do sentido do trabalho que se denominou Relacionamento Interpessoal faz referência à interação entre as pessoas. A capacidade de cada um(a) de exercer sua liberdade fundamentalmente como pessoa, singular, pode se associar à ação como constituinte da *vita activa* (Arendt, 2012). Os seres humanos exercem sua liberdade fundamentalmente como sujeitos, paradoxalmente únicos e iguais. São singulares e, ao mesmo tempo, semelhantes, como membros da espécie humana e partilham um mundo comum. Os humanos são iguais, mas diferem entre si porque são todos(as) e cada um(a) único(a) e distinto(a). Não há dois seres humanos exatamente semelhantes. A potência que a ação humana tem reside no fato de que

toda ação é sempre renovação. A natalidade está vinculada ao surgimento de novos começos, possibilitados pela ação que, sob forma de palavras e gestos, revelam os humanos quem são. Assim, as pessoas são capazes de se distinguirem longevos(as) e, também, de compreenderem a si mesmas juntas aos demais. É por isso que a ação é condição tão especificamente humana, pois é na ação que as pessoas fazem sua entrada no mundo a partir de uma teia de relacionamentos humanos, os quais não podem ser delineados com antecedência.

Alguns são amigos, outros são colegas e, assim, essa troca de... eu acho muito interessante. A gente sente falta depois dessa troca de experiência. Um chega, um fala alguma coisa e, de repente “Eita!”. Então, assim, eu, hoje, eu tenho certeza de que eu vou sentir falta disso aí, sabe? Na hora que vai aposentar... teve a última greve, um pouquinho maior, eu não sou daquelas que faço greve. E no final eu já estava sentindo falta disso aqui, sabe? E qualquer coisa você termina comentando, sei lá, “olha gente e...” e o pessoal “eita”, aí “como é assim, assim, assado” “eita gente, como eu faço para fazer isso?”, “aconteceu isso comigo”, “Ó, alguém tem o pintor aqui?”. Então, sempre, você sempre compartilha mais ou menos tuas broncas e tuas alegrias com os seus colegas... e aí termina sentindo falta disso, sabe? (Beatriz)

São as relações humanas. Eu, assim, adoro conhecer pessoas... e pessoas que, assim, contribuem também com você. Muitas pessoas... há uma troca interessante. A gente se encontra com muitos deles, né? Temos gostos em comum. Como estou há mais de vinte anos nessa função de trabalhar com parceiros externos, a interação diária é muito importante. Porque eu tenho relacionamento frequente com muitas pessoas, né, vários tipos de pessoas que eu gosto. E com muitas delas eu acabo fazendo amizade e isso é uma coisa que para o dia a dia me dá muito prazer. Então hoje para mim é uma motivação. Essa é a razão pela qual eu não consegui me aposentar, eu não consegui decidir me aposentar antes. Eu já podia. Há dois ou três anos atrás eu já podia sair e não quis. (Manuel)

Um dos ganhos é poder conviver com pessoas e conhecer pessoas. para mim, foi um desafio sair da agência, tanto que quando foi para mudar eu fiquei “quero ou não quero? Vou ou não vou?”, mas eu achei de “não, eu vou mudar!” vim para este espaço, tive todo o apoio de todos, né, e foi bom conhecer muitas pessoas e conhecer a personalidade de cada um, saber conviver com isso daí, então assim, o desafio maior é você tentar conviver... a gente sabe que tem pessoas que são mais fáceis da gente resolver o problema, mais fáceis de conviver e tem pessoas que são mais difíceis. Então, o desafio foi esse, é você saber e tentar conviver bem de acordo com a personalidade da pessoa. Tem as pessoas que é uma maravilha, é maravilhoso e tem aquelas que a gente sabe das dificuldades, problemas, mas eu sempre acho que o desafio é tentar, a cada dia, aprender a conviver com aquela pessoa da melhor forma possível, sem que machuque ninguém, sem que entre em atrito. Graças a Deus... tem os dias que a gente fica mais magoado com determinada situação, tem os dias que a gente fica mais feliz quando é reconhecido por alguma coisa. Em um ambiente de muitas pessoas, como é esse aqui, é muita gente com a cabeça diferente, muita gente que vê de uma forma diferente, muita gente que pensa de uma forma diferente e eu tento a cada dia conviver bem com essas pessoas. Eu acho que sou uma pessoa fácil, eu me considero uma pessoa fácil de se conviver. (Olga)

O trabalho me faz ter outros relacionamentos, me faz estar atualizada com as coisas que acontecem no mundo, porque é um mundo diferente, é um mundo fora de casa.

Então, o trabalho me dá isso, essa sensação de ser útil também para a sociedade, ser útil também no sentido de estar inserida na sociedade e estar com o convívio completamente diferente, com pessoas com ideias diferentes. As coisas vão acontecendo e você está sabendo de tudo, não só pelas questões de estar lendo jornal, mas no sentido do que o outro pensa. Porque a gente sabe que a notícia não é só aquilo que se passa na televisão. A notícia, pra mim, é aquilo que você vê na televisão, mas também é o que o colega entendeu, o que eu estou entendendo, é que o a gente está vivenciando no mundo. (Nadir)

O impacto de os(as) Participantes mostrarem quem são não pode ser mensurado, vez que, além de ser incontrolável, seu alcance está para além da duração de suas vidas. Ao se mostrarem, os(as) longevos(as) permitem que sejam lembrados(as) além da duração de suas vidas. Nesses termos, pode-se deduzir que cada humano obtém certo grau de imortalidade, pois o efeito de seus gestos e palavras tem alcance para além de sua presença, pois seus talentos, seus atributos e até seus defeitos são levados ao conhecimento de todos(as). Não há como controlar o resultado ou impacto de sua ação ou o que os(as) espectadores(as) pensarão a partir desse efeito. Além de imprevisível, a ação é irreversível. No momento em que a ação cai na rede de relações humanas, ninguém pode ter certeza, antecipadamente, do quanto a ação será significativa e por quanto tempo repercutirá entre os(as) demais.

Como a ação exige o envolvimento de outras pessoas, acontece de forma pública, em vez de privada. O que é revelado da pessoa pela ação está longe de ser a essência predeterminada, como se a pessoa fosse um objeto um “o quê”. Pode-se dizer que ação é a essência de “quem” age. Esse aspecto foi muito honrado na Grécia antiga pré-socrática. Os gregos honravam a pluralidade humana, devotavam suas vidas à ação e ao discurso e buscavam imortalizá-los nas narrativas dos cidadãos, historiadores e artistas que testemunhavam as ações publicamente.

O relacionamento entre as pessoas trazido pelos(as) Participantes como constituinte essencial pode ser compreendido também pelo princípios de Frankl (2011) ao afirmar que o ser humano, ao contrário dos demais seres vivos, possui abertura natural para o mundo, pois é dotado de força interna que não se trata de motivação, tão pouco de processos psíquicos. Essa

força se estende para além do seu ser e transcende em direção ao mundo fazendo com que cada experiência e cada situação vivenciada tenha um sentido, um componente objetivo que é assimilado subjetivamente. Assim, o sentido da vivência entre os(as) colegas seria a conexão que o(a) longo(a) estabelece entre si mesmo(a) e tudo que está a sua volta, de maneira que não se trata apenas do sentido para o(a) longo(a), mas o sentido em si mesmo, um sentido que emerge no estar-no-mundo-com os outros. Dessa forma, o trabalho que tem sentido é aquele que cria algo que tem sentido no mundo.

4.2.1.4 Fortalecimento da imagem de si e perante o outros

O eixo “fortalecimento da imagem de si e perante os outros” entre as categorias essenciais foi percebido especialmente nas narrativas dos participantes do sexo feminino. Os relatos descrevem a compreensão do trabalho como forma de fortalecimento da imagem como esposa, como mãe e como mulher perante a família e amigos. É o que se percebe na fala de Olga:

Na época, era muito jovem, casei com dezesseis anos, tive duas filhas, a primeira filha eu tive com dezoito anos, a segunda filha eu tive a partir dos meus vinte anos e o terceiro filho eu tive com trinta anos. Então assim, foi uma experiência maravilhosa. Na época eu terminei faculdade. Enquanto estava no último ano da faculdade entrei no Banco. Então assim, para mim, foi sempre uma experiência gratificante. Foi uma experiência que eu tenho no Banco e que foi muito boa. Foi uma forma de me estabilizar também, porque eu comecei a ver que o meu marido trabalhava sozinho, só ele. A remuneração dele era única pra tudo, então, eu sentia a necessidade de também fazer parte disso aí. (Olga)

Olga descreve que se casou muito jovem e que quando entrou no banco público já havia gerado duas filhas. Essa condição fortalece a compreensão de que a participação financeira nas despesas domésticas e a aquisição do emprego no final de sua vida acadêmica geraram forte impacto no sentido que o trabalho adquiriu para a Participante e que perdura até hoje.

A relação entre a compreensão da imagem perante os outros e o sentido do trabalho para Ana fica explícita:

A realização como pessoa, a importância também da minha imagem dentro de casa. Eu acho que isso é muito importante, embora, de um lado, eu tenha perdido tempo com os meus filhos, porque... quando você vai para uma função... eu entrei logo na função oito horas. Então, ainda mais implantando uma atividade nova, muitas vezes chegava em casa de meia noite, dez horas da noite. Embora eu tenha perdido isso, que às vezes, você tem pena, né? Mas, por outro lado, eu acho que minha imagem... os meus filhos fazem de mim uma imagem, de uma pessoa produtiva, uma pessoa que partiu atrás de seus objetivos e conquistou seu espaço. Então, eu acho que isso é importante, sabe? O trabalho trouxe isso para mim. Essa coisa da imagem que meus amigos, minha família, fazem de mim. Uma pessoa que está sempre engajada com o seu trabalho, responsável. (Ana)

No entanto, no relato de Ana observa-se que o fortalecimento da imagem foi espécie de compensação que obteve. Embora, seja elemento constituinte do sentido do trabalho, a Participante tem consciência que, para alcançar o sucesso e conquistas como trabalhadora, abriu mão de momentos pessoais significativos, como o acompanhamento do crescimento e educação das filhas. Atualmente, sua jornada é de seis horas diárias, mas, por muito tempo, como bancária, assumiu funções gerenciais e estratégicas no banco público. Naquela fase, sua jornada oficial era de oito horas, porém a demanda ultrapassava, com frequência, dez horas diárias. Isso ajudou na construção perante os amigos e família da imagem de pessoa esforçada e comprometida com o que faz.

O fortalecimento da imagem de si e perante os outros na narrativa de Nadir está relacionada com o senso de utilidade e de inclusão na sociedade e na família:

O trabalho me dá a impressão de que eu vou ser importante na sociedade. A importância na sociedade, não é isso? Dá um certo prazer a família ver você engajada no trabalho. Então, de certa forma, trabalhar me dá essa sensação, de “não, eu sou útil na sociedade” e, também, “estou inserida na sociedade”. Porque, de qualquer forma, o trabalho me faz ter outros relacionamentos, me faz estar atualizada com as coisas que acontecem no mundo, porque é um mundo diferente, é um mundo fora de casa. Então, o trabalho me dá isso, essa sensação de ser útil também para a sociedade, ser útil também no sentido de estar inserida na sociedade. (Nadir)

A utilidade e a inclusão decorrentes da imagem como trabalhadora possibilitaram que a Participante se mantivesse conectada com o mundo e com as pessoas que estavam além de seu círculo familiar e social, vez que o trabalho também constitui espaço de relacionamento de amizades e encontros com outras pessoas.

4.2.1.5 Expectativa da aposentadoria

O “olhar para trás” é o ato de fazer o balanço existencial, o qual deve ser realizado continuamente, pois o vivido e o não vivido têm suas historicidades, assim como o criado e o não criado, o experimentado e o não experimentado, o sofrido e o não sofrido, o perdido e o compreendido. No entanto, é frequente que se foque apenas nos êxitos, nas escolhas bem-sucedidas, nas experiências felizes, naquilo que foi suportado com coragem, nos frutos da existência que não teriam crescido e amadurecido se o(a) autor(a) não existisse. É a contribuição própria de cada um(a), elencadas na prestação de contas não realizada para o êxito do mundo e da criação. São os elementos e feitos passíveis de orgulho interior pleno, as colheitas que podem ser contempladas com os olhos do espírito, como os(as) filhos(as), os(as) netos(as) que se tornam pessoas honestas e de valor, e que são gratificantes. Algumas pessoas olharão para o casamento que durou tantos anos, que passou por vendavais, mas resistiu. Outras contemplarão as conquistas profissionais, o quanto realizaram e quanta coisa foram capazes de tornar possíveis graças às suas mãos e às suas decisões. Outras ainda olharão os(as) amigos(as) e conhecidos(as), as experiências nas viagens, os passatempos, o lazer, mas, também, os incidentes que enfrentaram e nos quais obtiveram, apesar de tudo, êxito.

Ao fazer referência à possibilidade de se aposentarem, o(a) longo(a) contempla os êxitos de sua vida, assim como os fracassos e o que deixou de viver.

Eu sempre comento ali com a turma que como já passaram já uns dois ou três Programas de demissão voluntária, acho que uns três já que eu fui pulando. O pessoal ficava na maior expectativa, sabe? “E aí, não vá não” Um vai não vai. Esse aqui mesmo, toda vez chegava perto. “Não vá não, viu. Não vai agora não. Não sei o quê.”

Mas eu sempre ficava pensando, eu digo “poxa, eu vou ou não vou?” Porque se eu quisesse sossegar, se tivesse satisfeito, já tinha pego. Com a ameaça de perder plano de saúde, com a ameaça de não ter mais incentivo, mas tudo isso eu pensando, sabe? Não, eu não quero. Prefiro ficar por aqui, trabalhando como você diz. Não é porque é exatamente na Caixa, não. É a característica do trabalho que me motiva. (Manuel)

Eu acho que mesmo você saindo, você está vinculada, você tem um vínculo com aquela empresa, porque você vai se aposentar, mas tem muita coisa que essa mudança vai atingir e ainda mais aqueles jovens que estão começando. Aí fico, assim, olhando e pensando “mas como será que vai ser isso, como vai ser o futuro, tanto jovem que vai ter aqui?” e torço para que essas mudanças não sejam de privatização... não machuque muito as pessoas, entendeu? (Olga).

Acho que na hora que eu me aposentar, eu vou sentir falta disso aqui, talvez encontrar um colega que... Então, assim, eu, hoje, eu tenho certeza de que eu vou sentir falta disso aí, sabe? Na hora que vai aposentar... teve a última greve, um pouquinho maior, eu não sou daquelas que faço greve. E no final eu já estava sentindo falta disso aqui, sabe? (Beatriz)

Frankl (1981) lembra, que no momento de revisão de vida com vistas a realizar uma projeção do vir-a-ser, aflora a percepção de ingratidão do mundo, que não valoriza convenientemente o que foi feito. Por exemplo, 30, 35 anos de dedicação a determinada atividade podem ser desprezados quando é anunciado um plano de demissão voluntária, ou quando se compartilha o espaço profissional com pessoas mais jovens e se vislumbra as preferências por aqueles(as) que têm menos tempo de idade ou de vínculo empregatício. Os relatos acima de Manuel e Beatriz remetem à Frankl (2003, p. 32) quando afirma que “toda ação é seu próprio monumento”. O ser humano constrói monumentos próprios mediante o agir, ou seja, não depende do mundo para se colocar sobre um pedestal. Assim, o que foi bom permanece bom, ainda que ninguém se dê conta disso, que tenham se passado anos e anos e ainda que a humanidade se extinga, aquilo que foi bom permanece bom, jamais perdendo o seu caráter de ser bom. Por isso, é importante que o humano se distancie interiormente dessa percepção de ingratidão do mundo, a qual experimenta em medida crescente com o passar dos anos. É importante que esteja aberto à grata satisfação em relação ao que está guardado, para não se perder nas memórias do seu ser. É fundamental o desenvolvimento do olhar de conciliação com o já vivido, pois nada é tão pesado como as possibilidades de sentido que se deixam passar sem realização. O perdão é grande oportunidade de sentido.

No escopo dos valores para o resgate do vivido está o conjunto do que deveria ser e vir-a-ser, isto é, refere-se tanto ao possível quanto ao real. Assim, tem-se uma polarização entre o que merece e o que não merece a realização. Deixam de existir, afirma Frankl (2012), os gradientes como tons de cinza que existem entre o preto e o branco, entre o que deve e o que não deve: uma possibilidade merece chegar a ser ou seria melhor que não chegasse a ser, não existisse. Essa é a base para o momento da decisão a que o humano está exposto em todo o tempo da sua vida. No caso dos(as) bancários(as) longevos(as), em determinado momento, é melhor se aposentar ou é melhor ficar trabalhando, entre as duas escolhas não existe uma zona cinzenta. A narrativa de Nadir exemplifica essa consideração:

Não estou com perspectiva profissional lá fora e nem quero. Quando eu parar, quero parar. Quero fazer mais uma coisa de lazer, não quero parar no sentido de pessoa, né, mas eu quero continuar, mas como eu não pensei numa coisa concreta, eu não estou vendo sentido parar agora. Mas isso não quer dizer que eu não vá. (Nadir)

Ao realizar a análise de sua condição como longo(a), a Participante utiliza como referencial três direcionamentos: primeiro, a percepção do que já realizou, aquilo que já se tornou destino, que não muda mais, que já faz parte de sua existência, sua biografia; segundo, a compreensão que é possível olhar para frente, o que possivelmente poderá se tornar destino; terceiro, direciona o foco para dentro de si e busca compreender o espaço livre oferecido pela vida. Poderá mover-se em cada uma das três direções, de forma a evitar sofrimento e crises de forma a assumir: primeiro, atitude conciliadora ou não conciliadora (ou menos conciliadora) em relação ao passado; segundo, atitude confiante de expectativa ou não confiante (ou menos confiante) em relação ao futuro e, terceiro, realizar ações responsáveis ou não responsáveis (ou menos responsáveis) no interior do seu espaço livre. Como se vê no depoimento de Lúcio:

Não penso em me aposentar ainda. Mas se acontecer, quando isso acontecer, tenho certeza de que não vou ficar parado. Tenho outros atributos, gosto de investir na bolsa de valores, desenvolvo jogos. Eu não paro nunca. (Lúcio)

4.2.1.6 Tecnologia

A tecnologia, característica e expressão da atual Modernidade, é elemento de transformação da relação entre a ação, o trabalho e o labor para os(as) longevos(as). Arendt (2012) afirma que a fé no engenho das próprias mãos é exemplo claro da prevalência do trabalho sobre a ação. As atitudes de fazer e fabricar, prerrogativas do *homo faber*, ocupam espaço antes cabidos à ação no posto mais alto da hierarquia das atividades humanas. A tecnologia e a instrumentalização são sinais de que o trabalho se funda na produção, no sentido arendtiano, ou seja, o que o *homo faber* produz é mais importante que qualquer fim singular.

A preocupação com o “como” ocupou o lugar do “o quê” e do “porquê”, inversão entre o trabalho como fabricação e a perda do estatuto da ação. Se há, na fabricação, alguma possibilidade reflexiva, acontece apenas no âmbito do raciocínio, “como é que se faz”, o que não é exatamente reflexivo e, portanto, não é característica da ação. A tecnologia, tema presente na narrativa de Nadir, Lúcio e Manuel, é a representação do *homo faber* no sentido de operar e manipular produtos e materiais. Os objetos produzidos para o uso, como é o caso dos objetos tecnológicos, confere à vida humana certa estabilidade e objetividade, na medida em que resgatam a identidade diante do mundo produzido pelo próprio *homo faber*, pois a atividade do *homo faber*, ao ser determinada pelos instrumentos, é avaliada pela relação entre meios e fins.

Embora a tecnologia seja um importante portadora de eventos intrapsíquicos provocando estados de adoecimento, constata-se nas três narrativas a disposição e a vontade em se sentir incluído nesse mundo tecnológico como forma de engajamento e até de vivências práticas em que se pode encontrar certo bem-estar a partir do lugar que o(a) longo(a) se vê ocupando no mundo.

(...) eu sou uma pessoa que estou sempre querendo aprender mais. Eu estou sempre querendo saber onde eu posso melhorar, na parte da tecnologia. Então assim, eu não tenho a menor dificuldade com relação à tecnologia. Eu tenho muita facilidade. Mostrou, falou, eu busco ou alguma coisa assim, eu tenho uma facilidade. Não só gosto, como eu tenho alguma facilidade. Eu não tenho problema não. Eu sei que vai

chegar um dia em que isso vai ser esquisito, alguma coisa vai ser esquisita para mim. Vai chegar esse dia, em que a tecnologia do meu filho mais novo não vai ser a minha mesma tecnologia. Eu sei que vou pegar um celular e ele vai dizer “mamãe o que é isso?” “não, mas antigamente era celular. Tu não lembra não?” “ah mamãe, mas agora é comando de voz, você fala e tudo acontece.” Eu creio que vai chegar esse dia que vai ser uma coisa bem “eu vou tocar onde esse negócio?” como meu pai fica me perguntando hoje, né? Mas até agora não chegou não. Até agora eu ainda estou dando conta. Não só desenrolo, como gosto muito de tecnologia. (Nadir)

Tecnologia nem se fala, né. A tecnologia é linguagem dos jovens. Às vezes eu pensava, para que aprender? Estou velho mesmo. Mas a tecnologia e a juventude nos arrastam, né? (Manuel)

Apesar da minha idade sou uma pessoa que se interessa pela tecnologia e me cobro para me manter atualizado. Acho importante a atualização. Não que sinta necessidade de usar, como se fosse algo que preciso me alfabetizar, mas mesmo para estar incluído... (Lúcio)

Os relatos acima trazem, na visão dos(as) Participantes, a relação com a tecnologia como favorecedora de funcionalidades, além da inclusão e do pertencimento junto aos(as) jovens. De fato, pensar em nível individual a eficiência possibilitada pela tecnologia é incomparável a outros recursos, como, por exemplo, editar um texto ou uma mensagem no lugar de datilografá-los. Por outro lado, a adesão à tecnologia, seja espontânea no contexto social ou impositiva, como no contexto de trabalho, exige, como apresentado no Capítulo III deste estudo, ritmos de interação que são estabelecidos pela máquina e não pelo indivíduo. Esse contexto, gerador de consequências psíquicas e físicas, pode ocasionar quadros patológicos, principalmente nos(as) longevos(as).

CAPÍTULO V - SÍNTESE FINAL CONCLUSIVA

Ao finalizar esta pesquisa, que buscou compreender o sentido do trabalho para os(as) bancários(as) longevos(as) dos bancos públicos, convém destacar que o sentido foi forjado nas experiências dos(as) longevos(as) como integrantes de um grupo de profissionais cujas atividades e ocupações foram construídas ao longo da sua história.

A apresentação, na perspectiva fenomenológico-existencial, das concepções acerca do trabalho, do sentido e da atividade profissional, juntamente com a caracterização da atividade bancária, objetivos específicos deste estudo, possibilitaram a análise retrospectiva para melhor compreender como esses elementos podem afetar, historicamente, o campo perceptivo construído do sentido do trabalho.

A interpretação desta experiência baseou-se não só no estoque de vivências prévias desses(as) trabalhadores(as), mas também naquelas transmitidas a cada um(a) no mundo da vida cotidiana e de seus(suas) antecessores(as), operando como um esquema de referência.

A história não foi tomada como a soma de todos os acontecimentos, mas como caminho compreensivo para a experiência singular do(a) Participante imerso(a) em atividade imaterial, em convivência com outras gerações, que viveu a introdução da informática no trabalho e acompanhou o crescimento do aparato tecnológico, marcos históricos e sociais que se constituíram pano de fundo de suas atividades.

Apesar de se considerar que os objetivos foram alcançados, é mister destacar que esta pesquisa tem limites (e muitos) Entre eles, em relação aos marcos históricos, sociais e das transformações da sociedade e cultura no percurso histórico abordado, registra-se que não foram tratadas as questões de gênero, em especial o papel da mulher bancária; não houve aprofundamento nas questões geracionais ou nas discussões atuais sobre a reestruturação da previdência no Brasil.

Na medida em que as pessoas vivem mais e em condições saudáveis, adquirir o direito a se aposentar não significa ter pouco tempo de vida. Atualmente pessoas com sessenta anos ou mais gozam de disposição física, saúde psíquica e motivação. Talvez, por isso, a decisão por “parar de trabalhar” tenha se tornado mais complexa. Apesar de saber que a capacidade de adaptação às situações pode se diferenciar ao longo da vida, é importante que se aprofunde o conhecimento sobre as razões pelas quais as pessoas fazem escolhas profissionais nessa fase de maturidade e decidem pela permanência no mercado de trabalho, sobretudo as motivações que levam essas pessoas à manutenção da participação em atividade produtiva corporativa, mesmo dotados(as) de segurança financeira caso parassem de trabalhar. Nesse caso, a motivação estaria, possivelmente, relacionada ao sentido de ser ainda trabalhador(a) que leva essas pessoas a essa atitude protagonista em relação à vida. A plenitude física e intelectual em que se encontram, juntamente com o domínio técnico, a maturidade e o conhecimento tornam-nas confiantes e estimuladas pelos desafios do trabalho, alocando o trabalho como a fonte de sua criatividade capacidade produtiva.

É característica da pesquisa qualitativa a contextualização do fenômeno que se estuda e a exploração de todas as nuances dos modos de aparição, compreensão e interpretação. Este estudo apresentou uma entre as várias faces do fenômeno do trabalho no contexto da longevidade. Os resultados aqui apresentados não permitem generalizações nem transferências para outros contextos. Admite-se, entretanto, a elaboração de projeções sustentadas por articulações entre o sentido do trabalho para trabalhadores(as) longevos(as) revelado neste estudo e fenômenos equivalentes, como forma de ampliação e compreensão. Como a fenomenologia não se faz por acumulação de resultados, não é possível tomar, em absoluto, a transposição dos resultados aqui apresentados para outra realidade. O valor da tese de natureza fenomenológica está na atitude, sempre atualizada, que se reporta às experiências e à descrição da sua vivência.

O presente estudo teve a intenção de apresentar proposta compreensiva do modo de ser do(a) bancário(a) longo(a) em sua existência situada historicamente. Repita-se, esta foi e continua sendo uma proposta entre várias possíveis. Os resultados apresentados devem ser interpretados pelo(a) leitor(a) mais pelos questionamentos advindos da liberdade de pensar a temática, a partir das provocações apresentadas nestas páginas, do que por aquilo que se apresenta concreta e objetivamente como relatório. Ao proceder dessa forma, é possível que se abram possibilidades de compreensões dirigidas a contextos equivalentes aos aqui investigados e que se sustentem raciocínios articuladores relevantes para a produção de conhecimentos e saberes futuros.

É sabido que a Logoterapia se afasta do princípio da neutralidade dos valores, o que não quer dizer que o(a) terapeuta transfira para o(a) paciente qualquer concepção de valor ou de mundo. Juntamente com o(a) paciente, enfrenta-se a questão do saber se suas atuais possibilidades são merecedoras de realização, qual seria a melhor para o seu viver e se é a mais eticamente defensável. Essa conduta clínica pode alcançar efetividade com pessoas que tenham proximidade com o perfil sociodemográfico investigado.

Se o ser humano cresce com as tarefas que realiza, seu contrário, logicamente esperado, é que o humano se reduza com a perda das tarefas. Por isso, é importante que, em cada fase da vida, a pessoa realize tarefas adequadas à situação em que vive e às condições e forças que têm para realizá-las. Assim, o humano deve impor tarefas a si mesmo e não as tarefas devem ser impostas ao humano.

Cada ser humano, em cada fase da sua vida, tem capacidades existenciais para realização de sentido. Uma pessoa de meia idade ou idosa não deve nem pode ser convocada pela vida para desenvolver atividades ou agir como uma pessoa jovem, que está descobrindo a vida a partir das escolhas que realiza. No entanto, independente do momento existencial vivido pela pessoa que recebe determinada tarefa ou obrigação para ser realizada, a atividade deve

corresponder ao caráter da vida como tarefa, pois a todo humano, em qualquer situação, a vida confia tarefas, ainda que seja apenas a de suportar sua maturidade e envelhecimento com paciência e de bom humor. Essa tarefa não é imposta por outros seres humanos nem pela sociedade, mas, sim, pela própria vida. O sentido está presente em cada circunstância, modificando-se tanto de situação para situação quanto de pessoa para pessoa. Não há pessoa para qual a vida não tenha tarefa disponível. A possibilidade de realizar o sentido é única para cada momento e a pessoa que pode realizar também é única.

Reafirma-se aqui o compromisso ético e político com a clínica psicológica, ressaltado nas linhas iniciais desta pesquisa, ao apresentar, como produto desta tese, pressupostos de acolhimento terapêutico e atuação junto a trabalhadores(as) com mais de sessenta anos. É importante levar em consideração condições como a organização do tempo, os tipos de atividades desenvolvidas além do trabalho, a relação entre vida social e familiar e comportamentos vivenciados. Esses aspectos são importantes para pensar a dimensão psicológica nos diferentes espaços em que o(a) longo(a)¹⁵ atua. Também é fundamental considerar sua biografia, não no sentido de ser a soma dos eventos vividos pela pessoa, mas como a configuração expressa da singularidade e da unidade indissolúvel da sua história de vida, impossibilitando a compreensão da biografia dedutivamente apenas dos processos suscetíveis de observação da vida da pessoa.

Também é sabido que, repetidas vezes, no contexto terapêutico, o aspecto que poderia ser mais útil ao(a) paciente seria o da terapia permanente de trabalho. É importante enfatizar, aqui, o trabalho real e não simples ocupação, como é o caso das fazendas de reabilitação. Afinal, não é qualquer relação de trabalho que possui condições suficientes para a atividade criativa.

¹⁵ Aqui considerado como qualquer pessoa com sessenta anos ou mais que permaneça no exercício de uma atividade produtiva remunerada.

Considerando o constatado nesta pesquisa, destacam-se alguns direcionamentos ao suporte clínico do(a) longo(a). Inicialmente, é necessário identificar e orientar os(as) longevos(as) a assumirem seu propósito de vida e refletirem sobre os sonhos que gostariam de transformar em realidade nesse momento da existência, além de os(as) apoiarem no estabelecimento objetivos de curto, médio e longo prazos, assim como serem capazes de especificar com clareza os resultados que pretendem atingir. Nessa fase da vida, essas pessoas devem se imbuir de elevação da consciência e de alto compromisso com os rumos da própria existência para o fortalecimento da autoconfiança, da autoestima e do autoconceito.

Sugerem-se perguntas chave como “que ações eu quero estabelecer para a minha vida?”, “quais minhas prioridades e qual o lugar do trabalho nesse momento?”, “como o trabalho poderia se configurar como espaço para o meu desenvolvimento como pessoa, para minha satisfação e para realização dos sonhos e projetos que tenho nesse momento da vida?”, “qual o meu nível de conscientização, convicção e disposição para superar dificuldades e desânimos durante minha jornada profissional e existencial?”, “quais estratégias posso utilizar para resistir e me fortalecer?”, “como ocupar meu tempo livre?”, “o que não gostaria de fazer daqui pra frente?”, “quais os sonhos acumulados que preciso transformar em ação?”, “como me vejo daqui há dez anos?”, “como quero ser lembrado(a) e quais serão as minhas principais marcas?”. Esses podem ser questionamentos válidos para se tornarem orientações para a vivência de sentido nesse momento existencial específico da maturidade.

Ao comparar a juventude com a maturidade e, até mesmo, com a velhice, constata-se, que a maturidade e, mais ainda, a velhice levam uma vantagem. Na maturidade, é possível que, com o passar do tempo, alguns conteúdos de sentido do futuro diminuam. No entanto, os conteúdos realizados no passado permanecem e tornam-se imperecíveis. O tesouro que a juventude possui é a plenitude de possibilidades que os jovens têm diante de si, amplas, mas

incertas. A riqueza da maturidade e da velhice são os conteúdos já realizados, imperecíveis e certos.

Na introdução desta pesquisa, afirmou-se que interrogar difere de perguntar. Retoma-se este debate ao final deste percurso teórico-metodológico. Se a pergunta exige reposta, pontual e imediata, a pesquisadora ao interrogar diz de sua perplexidade diante do mundo e da situação que se mostra e que a mantém alerta, vigilante, inquirindo, não se conformando com quaisquer respostas. As formas de interrogações nesta pesquisa foram múltiplas e refletiram a formação da pesquisadora, sua concepção de mundo e de ciência, como explicitado no breve relato introdutório. A interrogação persistirá durante muito tempo na vida desta pesquisadora como força que faz brotar o conhecimento, contínua e presente. Aqui, buscou-se, por meio desta atividade científica, a descrição do fenômeno imerso no mundo da vida da pesquisadora a partir de referenciais que lhe deram sustentação e que caracterizaram seu percurso acadêmico e de formação. Ao descrever o vivido, a pesquisadora focou e destacou o que lhe fora relevante em relação à interrogação formulada e interpretada no âmbito da sua região de indagação.

Para a pesquisadora, a experiência de realizar esta pesquisa de natureza fenomenológica e, principalmente, de realizar análise qualitativa foi desafiadora. Justamente por essa condição desafiante possibilitou riqueza de experiência, tanto no método quanto no modo de análise. Reveste-se, agora, do compromisso de tornar pública tal vivência, bem como replicar o conhecimento adquirido na prática da docência, pois é com esse objetivo que os programas de pós-graduação da academia abrem suas portas aos(às) pesquisadores(as): para que se produza novos conhecimento e se divulguem os saberes desenvolvidos.

A contribuição gerada pela pesquisa desvelou-se, também, junto aos(às) participantes. Como evidenciado nas narrativas, a experiência de refletir, elaborar e descrever o sentido do trabalho para os(as) Participantes longevos(as) abriu-se lhes a oportunidade e a possibilidade de repensarem seu existir. A narrativa é clínica, pois se reporta à realidade da forma e se

distancia de conceitos e conclusões pré-definidas, permitindo que se aflore o sentido inerente da palavra para os(as) narradores(as), de forma a produzir outras realidades e ressignificar experiências acumuladas. O pensamento, ao se debruçar sobre o acontecido, reconstitui-se na imaginação, apreendendo novos significados. A vivência da narrativa é forma de se reconciliar com a existência, pois é mais que descrever fatos e evoluir na descrição de algo que poderia ser deduzido da causa antecedente. Narrar não é reconstituir fatos, mas conservá-los. É espaço e tempo em que os feitos de quem narra adquirem dignidade por parte do pensamento e possibilitam a abertura de veredas para novas compreensões da existência do que foi vivido. Estimular o pensamento narracional na prática clínica junto ao público com perfil semelhante ao dos(as) longevos(as) Participantes deste estudo é forma de se contrapor a um *script* e uma técnica na clínica nos quais dilemas, paradoxos e conflitos da existência são submetidos a critério único que, por vezes, é tomado como medida eficaz na solução de problemas, em função de certo distanciamento.

A atitude fenomenológica na clínica não é conduzida por perspectivas conceituais sobre a existência com foco respaldado em padrões, mas, sim, pela constante interrogação de se pensar por conta própria para que dilemas e paradoxos que emerjam no narrar impulsionem o(a) narrador(a) a buscar outros posicionamentos por conta própria. Os dilemas e sofrimentos podem ser mais bem compreendidos quando se fala a respeito deles, mantendo-se relação real com o que se vive e com o que se viveu, do que quando submetidos a critérios de comportamento. Ao narrar a história de suas vidas, vozes internas apostam na reconstituição pela imaginação como forma de se encontrar significação própria para a experiência. Ou seja, nessas narrativas não se parte de verdade heterônoma ou referência universal, ao contrário, manifesta-se o sentido inerente a cada experiência em particular. Não há verdade unívoca nem valor universal em jogo, apenas a reconstituição imaginativa que permite emergir do(a) narrador(a) sua razão de ser. Ao narrar, valoriza-se a memória do pensamento com foco na

reconciliação com a realidade. Narrar na clínica é tão fenomenológico, que o esforço maior é a significação dos acontecimentos em si mesmos, em detrimento de se recorrer ao fluxo contínuo da vida para buscar causação. Imaginação, memória e pensamento mantêm o que os conceitos insistem em dissolver, pois a pretensão não é apresentar caminho ou solução, tampouco controlar o percurso da experiência do(a) narrador(a), mas, sim, reter, formar e contar a história do(a) narrador(a) e suas significações nas contingências humanas. As circunstâncias e ações encontram sentido na descontinuidade, nos fragmentos, na aparência díspar de qualquer solução teórica e causal, centrando-se na valorização do que se faz, do que se diz e suas particularidades, trazendo à luz o sentido das indeterminadas e caóticas experiências humanas.

Importante pontuar que não houve nenhuma recusa dos(as) entrevistados(as) ao convite quanto à participação na pesquisa. Não foi identificado receio de expor sua condição de Participante ou de longo(a). No entanto, foi desafiadora a convergência de agenda entre a pesquisadora e os(as) entrevistados(as). Em meio a metas a cumprir, entregas para realizar e obrigações extratrabalho assumidas pelos(as) bancários(as) longevos(as), a cada dia tem-se tempo cada vez mais escasso, bem como espaço pessoal de abertura psicológica sobre assuntos da natureza dos aqui tratados. Ressalta-se também que, surpreendentemente, não houve qualquer consideração adicional em retirar ou excluir qualquer conteúdo da fala quando apresentada a versão final da narrativa aos(às) Participantes.

A convergência teórica dos referenciais de Hanna Arendt e Viktor Frankl, movimento pouco realizado na prática de pesquisa e na ação clínica, demonstrou o quanto é fundamental ousar, intuir e, na releitura de suas obras, deixar vir novos sentidos de ser para, conforme trazido anteriormente, possibilitar a compreensão melhor do que os próprios autores teriam se compreendido.

Sentido e ação são temáticas que ainda necessitam de alargamentos quando se trata de proposta compreensiva para a clínica do(a) trabalhador(a) longo(a) ou daqueles(as) que se assemelhem a essa condição. No entanto, uma reflexão emerge nas linhas finais desta tese: até que ponto o sentido da vida não está associado ao sentido de ser trabalhador(a) para os(as) longevos(as)?

Aos interessados no desenvolvimento de pesquisas desse teor, sugere-se que se mantenham vigilantes na atitude fenomenológica para, assim, alcançar a pertinência da experiência, seja na vivência como pesquisador(a) seja na prática clínica com trabalhadores(as). Alerta-se que é necessário estar atento(a) às armadilhas do pensar carregadas de pressupostos e conceitos prévios, pois obscurecem a percepção da realidade tal como se manifesta e induzem ao enquadramento das situações no lugar de experienciá-las tal como são.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. C. (2005). *Viver produtivamente. Encantos da maturidade*. Brasília. Editora Liber Livro.
- Acker, T. V. (2008). *Grécia. A Vida cotidiana na cidade estado*. (5a. ed.) São Paulo. Cultural Editora.
- Albornoz, S. (2011). *Trabalho e utopia na modernidade*. Porto Alegre. Editora Nova Harmonia.
- Antunes, R. (1988). *A Rebelião do trabalho. O Confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/1980*. São Paulo. Editora Unicamp.
- ____ (1995). *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. (3a. ed.). São Paulo. Editora Cortez.
- ____ (2009). *Infoproletariados. Degradação do trabalho virtual*. São Paulo. Boitempo.
- ____ (2013). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. (3a. ed.). São Paulo. Boitempo.
- Araújo, V. L. & Cintra, M. A. M. (2012). *O Papel dos bancos públicos federais na economia brasileira*. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Governo Federal.
- Arendt, H. (1973). *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- ____ (1974). *Rahel Varnhagen, a vida de uma judia alemã na época do romantismo*. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- ____ (1993). *O que é política?*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- ____ (2007). *Karl Marx y La tradicion del pensamiento político occidental*. Madrid. Encuentro.
- ____ (2008). *Compreender. Formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo. Companhia das Letras.
- ____ (2009). *A Vida do espírito*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

- _____. (2011). *Sobre a revolução*. São Paulo. Companhia das Letras.
- _____. (2012). *A condição humana*. (12a. ed.). Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- _____. (2014). *Entre o passado e o futuro*. (7a. ed.). São Paulo. Perspectiva.
- Aristóteles (2014). *Politikon*. Tradução inglesa Benjamin Joyet. Tradução francesa M. Thourot (12a. reimpressão). São Paulo Martin Claret.
- Barbarini, N. (2001). *Trabalho bancário e reestruturação produtiva: implicações no psiquismo dos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Beaud, M. (2006). *A Arte da tese*. (2a. ed.). Rio de Janeiro. Best. Bolso.
- Bello, A.A. (2004). *Fenomenologia e ciências humanas*. Bauru. Editora Universitária do Sagrado Coração.
- Bendassolli, P. F. (2010). *Psicologia e trabalho, apropriações e significados*. São Paulo. Cengage Learning.
- _____. (2015). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações*. São Paulo. Editora Casa do Psicólogo.
- Benjamin, W. (1987). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. (3a. ed.). São Paulo. Ed. Brasiliense.
- _____. (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. (2a. ed.). Lisboa. Editora Relógio D'Água.
- Bernhoeft, R. (2016). *Longevidade. Os desafios e as oportunidades de reinventar*. São Paulo. Editora Évora.
- Bicudo, M. A. V. (2011). *Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica*. São Paulo. Editora Cortez.
- Blainey, G. (2010). *Uma breve história do mundo*. São Paulo. Editora Fundamento.

- Brandimiller, P.A. (1992). *Automação bancária e saúde*. São Paulo. Informação Sindical.
- Brightman, C. (1995). *Entre Amigas: a correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy*. (1a. ed.). Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- Brasil. Ministério da Fazenda. (1997). Obtida em 15 de julho de 1997. Recuperado de www.fazenda.org.br.
- Brown, C. S. (2010) *A Grande História. Do big bang aos dias de hoje*. São Paulo. Editora Civilização Brasileira.
- Burns, E. M. (2005). *História da civilização ocidental*. (9a. ed.) São Paulo. Editora Globo.
- Campelo, J. C. (2003). *O Trabalho bancário e seus reflexos sobre a saúde*. In Fonseca, T. M. G. (Org.) *Modos de Trabalhar. Modos de Subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso*. Porto Alegre. Editora UFRGS.
- Campelo, J. C. (2004). *Cargas de trabalho e evidências de seu impacto sobre a saúde de trabalhadores em bancos: estudo de caso em quatro instituições financeiras em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Engenharia – ênfase em Ergonomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Canedo, L. B. (1978). *O Sindicalismo bancário em São Paulo*. São Paulo. Editora Símbolo.
- Cerbone, D. R. (2006). *Fenomenologia*. Rio de Janeiro. Vozes.
- Chanlat, J. (1996). *Modos de gestão, saúde e segurança no trabalho*. In: Davel, E.; Vasconcelos, J. (Org.). *Recursos humanos e subjetividade*. Petrópolis. Vozes.
- Codo, W. (Org.) (2002). *Saúde mental & trabalho leituras*. Petrópolis. Vozes.
- Correa, A. (2014). *Hannah Arendt e a Modernidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- Costa, I. A. (2000). *Estudo sobre possíveis associações entre níveis de estresse e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, entre bancários da cidade do Recife*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Departamento de Saúde Coletiva. Centro de Pesquisas Ageu Magalhães. Fundação Oswaldo Cruz. Recife.

- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: As Trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Obtida em 10 de abril de 2007. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749/27482>.
- Critelli, D.M. (2012). *História pessoal e sentido da vida*. São Paulo. Editora FAPESP.
- Dal Rosso, S. (2006). Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 65-92, mar. 2006. Obtida em 02 de junho de 2018. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21976>.
- Datolli, C. (2017). *Longevidade. Como se preparar para uma vida longa e bem-sucedida*. Barueri. Editora Novo Século.
- DIESAT (1985). *Trabalho, incapacidade e Previdência Social*. São Paulo. Edição DIESAT/IMESP.
- Dumont, J. P. (2004). *Elementos de história da filosofia antiga*. Brasília. Editora UNB.
- Eco, U. (2006). *Como se faz uma tese* (20a. ed.). São Paulo. Editora Perspectiva.
- Ferry, L. (2008). *A sabedoria dos mitos gregos*. Rio de Janeiro. Editora Objetiva.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a. ed.). Porto Alegre. Editora Artmed.
- Forghieri, Y.C. (1993). *Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisa*. São Paulo. Cengage Learning.
- Frankl, V. (1976). *Psicoterapia, uma casuística para médicos*. São Paulo. Editora Pedagógica Universitária.
- _____ (1978). *Fundamentos antropológicos da psicoterapia*. Rio de Janeiro. Zahar.
- _____ (1981). *A questão do sentido em psicoterapia*. Campinas. Papyrus.
- _____ (1982). *Psicoterapia na prática*. São Paulo. Papyrus.
- _____ (1983). *El principio era el sentido*. Barcelona (Espanha). Editor Paidós.
- _____ (1990). *Psicoterapia para todos*. Petrópolis. Vozes.

- _____ (1999). *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. (10a. ed.). São Paulo. Sinodal/Vozes.
- _____ (2001). *Logoterapia e analisi esistenziale*. Brescia (Itália). Editrice Morcellina.
- _____ (2003). *Sede de sentido* (3a.ed.). São Paulo. Quadrante.
- _____ (2010). *Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da logoterapia e da análise existencial*. (5a. ed.). São Paulo. Quadrante.
- _____ (2011). *A Vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia*. São Paulo. Paulus.
- _____ (2012). *Logoterapia e análise existencial*. Rio de Janeiro. Forense.
- Furtado, O. (2011). *Trabalho e solidariedade*. São Paulo. Cortez.
- Gadamer, H. (2012). *O problema da consciência histórica* (4e. ed.). Rio de Janeiro. Editora FGV.
- _____ (1990). *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (5a. ed.). Petrópolis Vozes.
- Gagnebin, J. M. (2013). *História e narração em Walter Benjamin*. (2a. ed.). São Paulo. Perspectiva.
- Garcia, M. F. (1999). *Reestruturação bancária no brasil nos anos 90 e os efeitos sobre as relações de trabalho: Algumas evidências recentes*. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET. Belo Horizonte.
- Garcia, M. A. B. (2007). *O Advento da longevidade no trabalho. Como trabalhar após os 60 anos?* Rio de Janeiro. Qualitymark Editora.
- Gärdenfors, P. (2006). *Como el hombre se convirtió em sapiens*. Madrid. Editora Espassa.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social*. São Paulo. Editora Ideias e Letras.
- Giorgi, A. (1978). *Psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica* (4a. ed.). Belo Horizonte. Editora Interlivros.

- ____ (2010). *O Método fenomenológico de investigação em fenomenologia*. Lisboa (Portugal). Editora Sociedade Unipessoal.
- Goldenberg, M. (2016). *Velho é lindo*. São Paulo. Editora Civilização Brasileira.
- Grisci, C. L. I. (2002). *Modos de Experimentar o Tempo no Contexto da Reestruturação Bancária*. In: Fonseca, T. M. G. (Org) *Modos de trabalhar. Modos de subjetivar tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso*. Porto Alegre. Editora UFRGS.
- Grisci, C. L. I. & Bessi, V. G. (2004). Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. *Sociologias*, n. 12, p. 160-200.
- Grisci, C. L. I. (2006). *Trabalho, gestão e subjetividade em tempos de reestruturação do trabalho bancário*. Porto Alegre. FAPERGS.
- Grondin, J. (2012). *Hermenêutica*. São Paulo. Parábola Editorial.
- Grun, R. (1986). Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.1, p.13-27.
- Gobry, I. (2007). *Vocabulário grego da filosofia*. São Paulo. Martins Fontes.
- Goto, T. A. (2008). *Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl*. São Paulo. Paulus.
- Harari, Y. N. (2018). *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre. Editora L.&M. Pocket.
- Heidegger, M. (1959). *Serenidade*. Lisboa. Instituto Piaget.
- ____ (2001). *Ser e tempo*. Petrópolis. Vozes.
- ____ (2008). *Introdução à filosofia*. São Paulo. Martins Fontes.
- Hesíodo (2013). *Teogonia, Trabalho e dias* (2a. ed.). São Paulo. Martin Claret.
- Hoefel, M. G. (2003). *Processo saúde-enfermidade-de-trabalho: síndrome do sobrevivente. Estudo de caso no setor financeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

- Husserl, E. (2001). *A Ideia da fenomenologia*. (2a. ed.). Lisboa. Edições 70.
- _____ (2002). *Meditações cartesianas*. (3a. ed.). São Paulo. Editora Madras.
- _____ (2012). *A Crise da humanidade europeia e a filosofia*. (4a. ed.). Rio Grande do Sul. Edipucrs.
- IPEA (2012). *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília. IPEA. MTE.
- Jinkings, N. (1995). *O Mister de fazer dinheiro. Automação e subjetividade no trabalho bancário*. (2a. ed.). São Paulo. Boitempo
- _____ (2002). *Trabalho e resistência na fonte misteriosa: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. São Paulo. UNICAMP.
- Kroeff, P. (2014). *Logoterapia e existência, a importância do sentido da vida*. Porto Alegre. Editora Evangraf.
- Kuhn, T. S. (2013). *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo. Editora Perspectiva.
- Längle, A. (1999). *Viver com sentido*. Petrópolis. Editora Vozes.
- Lawn, C. (2000). *Compreender Gadamer*. (3a. ed.). Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- Lukas, E. (1992). *Prevenção psicológica*. (4a. ed.). Petrópolis. Editora Vozes.
- _____ (2012). *Psicoterapia em dignidade*. (3a. ed.). Ribeirão Preto. Editora do Instituto de Educação e Cultura Victor Frankl.
- Maciel, R. H. (2006). *Assédio moral no trabalho: impactos sobre a saúde dos bancários e sua relação com gênero e raça: Relatório de pesquisa*. Recife: Sindicato dos Bancários de Pernambuco/CONTRAF.
- Machado, A. C. B & Amorim M. L. (2012). Transformação nas relações de trabalho nos bancos: uma trajetória de precarização. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica do Paraná* (p.27-32). Edição julho a dezembro.
- Mattiuzzi, A. (2000). *Mitologia ao alcance de todos. Os deuses da Grécia e Roma antigas*. São Paulo. Nova Alexandria.

- Marx, K. (1998). *O Capital. Crítica da economia política*. (9a. ed.). Rio de Janeiro. Editora Bertrand do Brasil.
- Mendes, A. M. & Resende, S. (2004). A Sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário. *Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho* (p. 13-21). Edição Janeiro a Junho.
- Merlo, A. R. (1999). *Informática no Brasil. Prazer e sofrimento no trabalho*. Porto Alegre. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Michelazzo, J.C. (1999). *Do um como princípio ao dois como unidade. Heidegger e a reconstrução ontológica do real*. São Paulo. Editora Anablume.
- Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (15a. ed.). Petrópolis. Vozes.
- Mithen, S. (2002). *A Pré-História da mente: Uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo. Editora UNESP.
- Mossé, C. (2004). *Dicionário da civilização grega*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora.
- Navarro, V. L. & Silva, J. L. (2012). Organização do trabalho e saúde de trabalhadores bancários. *Revista Latino Americana de Enfermagem* (p.26-37). Edição março e abril.
- Neto, Y. C. C. (2004). *Bancos oficiais: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília. Banco do Brasil.
- Neves, R. (2013). *Aposentadoria é para os fracos*. Rio de Janeiro. BestSeller.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis. Editora Vozes.
- Oliveira, B. (2009). *Mitologia e vivências humanas*. Rio de Janeiro. Walk Editora.
- Oliveira, S. (2015). *Mentoria. Elevando a maturidade e desempenho dos jovens*. São Paulo. Integrare Editora e Livraria.
- Passos, F. B. (2014). *O conceito de mundo em Hannah Arendt. Para uma filosofia política*. Rio de Janeiro. Lumen Juris Filosofia.

- Pintos, C. C. G. (2003). *Victor Frankl. A humanidade possível*. São Paulo Editora Book Livros.
- _____ (2017). *O Mar me Contou. A Logoterapia aplicada ao dia-a-dia*. São Paulo. Editora Cidade Nova.
- Reckziegel, A. (2012) *A Opção dos jovens pelo trabalho em bancos públicos federais: Razões e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Romanelli, G. (1978). *O Provisório e o definitivo: trabalho e aspirações de bancários em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Rosset, L (2012). *Metafísica: antiga e medieval* (2e. ed.). São Paulo. Paulus.
- Ruben, G. (2008). *Informática, organizações e sociedade no Brasil*. (2a. ed.). São Paulo. Cortez.
- Ruffeil, N. R. S. *A Restruturação produtiva numa instituição financeira: novos modos de trabalhar e subjetivar*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Estudos Gerais – Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- Russell, B. (2001). *História do pensamento ocidental*. (6a. ed.). São Paulo. Edições de Ouro.
- Santos, B. S. (2000). *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. (3a. ed.). São Paulo. Cortez.
- Santos, M. (2002). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (9a. ed.) Rio de Janeiro. Record.
- Santos, M. A. F. (2009). *Patologia da solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE. UNB.

- Segnini, L. (1998). *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificações e relações de gênero*. São Paulo. FAPESP/EDUSP.
- Silva, D. (2009). *De onde vem as palavras*. (16a. ed.). São Paulo. Novo Século.
- Spurk, J. (2005) *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis. Vozes.
- Sokolowski, R. (2004). *Introdução à fenomenologia*. São Paulo. Loyola.
- Soto, E. P. (2004). *Diccionario de logoterapia*. Buenos Aires (Argentina). Lumen.
- Tavares, M. F. (2015). *Trabalho e longevidade. Como o novo regime demográfico vai mudar a gestão de pessoas e a organização do trabalho*. Rio de Janeiro. Qualitymark.
- Turato, E. R. (2013). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. (6a. ed.). Petrópolis. Vozes.
- Vernant, J.P. (1973). *Mito e pensamento entre os gregos: um estudo de psicologia histórica*. São Paulo. Editora USP.
- Vilhena, V. M. (2005). *Estudos inéditos de filosofia antiga*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wagner, E. S. (2000). *Hannah Arendt e Karl Marx. O mundo do trabalho*. São Paulo. Ateliê Editorial.
- Weston, A. (2009). *A Construção do argumento*. São Paulo. Martins Fontes.
- Xausa, I. A. (2011). *A Psicologia do sentido da vida*. Campinas. Vide Editorial.
- Young-Bruehl, E. (1997). *Hannah Arendt. Por amor ao mundo*. (2a. ed.). Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará.